

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vanessa Ferreira Lopes

A constituição do movimento negro em Juiz de Fora/MG (1978-2010): dos processos de consciência às organizações coletivas por direitos

Juiz de Fora

2024

Vanessa Ferreira Lopes

A constituição do movimento negro em Juiz de Fora/MG (1978-2010): dos processos de consciência às organizações coletivas por direitos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Cultura e Trabalho.

Orientador: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

**Juiz de Fora
2024**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira Lopes, Vanessa .

A constituição do movimento negro em Juiz de Fora/MG (1978-2010) : dos processos de consciência às organizações coletivas por direitos / Vanessa Ferreira Lopes. -- 2024.

189 f. : il.

Orientadora: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. movimento negro. 2. movimento comunitário. 3. direito à cidade. 4. movimento de trabalhadores. 5. movimento de Igreja. I. da Costa Mattos Gomes de Castro, Hebe Maria, orient. II. Título.

Vanessa Ferreira Lopes

A constituição do movimento negro em Juiz de Fora/MG (1978-2010): dos processos de consciência às organizações coletivas por direitos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração:

Aprovada em 20 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Amilcar Araújo Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Sinto uma grande satisfação ao começar a redigir esse texto de agradecimento, por perceber que, a todos aqui mencionados, eu venho agradecendo desde o início, e diariamente, ao longo de todo esse processo de desenvolvimento do mestrado. A gratidão, para mim, não se dá apenas quando concluo algo ou colho um resultado desejado, mas, sim, desde o esboço da ideia de um projeto e o apoio recebido. E eu recebi muito apoio. Ainda assim, este momento de escrita formal é de suma importância para desvelar, para um público mais amplo, todas as pessoas que se envolveram diretamente para que eu conseguisse iniciar, continuar e concluir esta pesquisa.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Vânia Márcia Silva Lopes, e a meus avós, Antonino Cassiano da Silva e Maria José de Oliveira Silva (*in memoriam*). Esses três foram e são minha base e colunas de todos os projetos que eu fiz e que ainda vou fazer na vida. São as minhas certezas incondicionais. Eles foram essenciais emocionalmente e, em vários momentos, também financeiramente. Entrei no mestrado em 2021 em um momento crítico de corte de verbas das universidades públicas, levando a que eu recebesse financiamento para a pesquisa apenas um ano depois do ingresso. Nesse sentido, agradeço o apoio incondicional de minha mãe e de meus avós. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

Agradeço, ainda, a Giovana de Carvalho Castro, grande amiga, uma espécie de coorientadora e também uma segunda mãe que Juiz de Fora me deu. Giovana foi essencial ao longo de toda esta pesquisa, desde o momento em que pensei no tema e ela, num café, me direcionou de diversas formas. Não bastasse sua ação incisiva em termos de orientação, me direcionou de diversas formas em questões pessoais. Espero ainda poder retribuir, na mesma medida, tudo o que fez e faz por mim. Tenho um orgulho imenso de poder contar com você na minha vida.

Esta pesquisa só foi possível devido ao acolhimento e disposição dos vários ativistas do movimento negro em Juiz de Fora. Agradeço, nominalmente, àqueles que cederam entrevistas para esta pesquisa: Adenilde Petrina, Dagna Gonçalves Costa, Denise do Nascimento Santos, Maria Elizabete Oliveira, Maria Luiza Evaristo, Gilmara Mariosa, Guanair da Silva Santos, Helena de Oliveira, Marilda Aparecida Simeão, Martvs Antonio Alves das Chagas, Paulo Azarias, Paulo Cesar Mariano, Paulo César Oliveira, Sandra Maria Silva e Wilson Inácio de Novaes. Novamente, trago à baila o nome de Giovana Castro. Ainda que por motivos pessoais tenha optado por não dar entrevista, foram vitais nossas conversas informais. Agradeço também

todos os contatos que tive diretamente, tendo sido membro titular, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Juiz de Fora (COMPIR).

Agradeço imensamente também o apoio de todos os meus amigos, do meu companheiro Luciano Barbosa Amorim e das minhas tias-avós Iolanda Oliveira e Leila Oliveira, que me deram suporte emocional e me encorajaram nos vários momentos de aflição.

A participação em grupos de pesquisa foi fundamental para o amadurecimento profissional e ao próprio desenvolvimento da tese, por isso, cito aqui o Laboratório de História Oral e Imagem UFJF e o Grupo de Pesquisa Emancipações e Pós-Abolição de Minas Gerais (CNPq).

Agradeço à professora Hebe Mattos, que de forma apurada e atenta me orientou em todo esse processo.

Toda essa rede de apoio só foi possível pela ação de Deus e de Nossa Senhora Aparecida em minha vida. A Eles sou grata e dedico a minha existência.

Um dia, eu sonhei que teria um país melhor.
E teria um momento menos cruel do que aquele de 1970, que eu
conheci muito bem, foi muito amargo.

Então a gente fica muito amedrontado, pedindo pra que a gente possa
ver um momento melhor.
Mulheres assassinadas, a justiça por favor
Aonde a negro vai chegar? Aonde a mulher vai chegar?
A gente não sabe

É muito duro a gente ficar nessa, nessa incerteza do amanhã, né? Eu
que sou muito otimista
Mas nesse momento eu fico pensando: "Meu Deus, será que a gente
não vai ter um momento melhor?! Do que ter que estar pedindo,
justiça! Justiça! Justiça, pelo amor de Deus! Justiça! Num momento
cruel, para que isso não vire estatística"

Gente, pelo amor de Deus, vamos acordar, vamos ter consciência na
nossa luta, porque ela não para.
Eu nunca disse que a luta tinha terminado, muito pelo contrário, eu
disse que nós estávamos vivendo um momento de luta e que a luta não
tinha terminado, entendeu?

Aqui fica o meu pedido simples, honesto, de uma mulher lutadora, de
uma mulher negra.
Que sabe que pra chegar aqui o quanto foi difícil.
Justiça, justiça pra nossa negritude, pras nossas mulheres, justiça.

[Letra de "Intro: Justiça" com Elza Soares]

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a história da constituição do movimento social negro de Juiz de Fora-MG no período 1978-2010. O referido contexto marca a primeira geração do movimento negro organizado pelo viés político-social, e que inicia o processo de racialização das hierarquias e desigualdades sociais da própria cidade. Para além de acompanhar as atividades e reconstituir sua história social, buscamos compreender os processos de tomada de consciência racial dos indivíduos que construíram o movimento. Nesse sentido, analisaremos uma das características do movimento negro de Juiz de Fora, que é o de surgir com/a partir de outros movimentos sociais, destacadamente os movimentos de bairros, Igreja, de trabalhadores e partidos políticos. Desenvolver um estudo sobre a história política e de democratização da cidade de Juiz de Fora, necessariamente, perpassa abordar as contribuições do movimento negro local. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o procedimento da História Oral, reunindo e analisando entrevistas com lideranças, a fim de captar cada experiência que levou os indivíduos a se organizarem coletivamente na luta por direitos.

Palavras-chave: movimento negro; movimento comunitário; direito à cidade; movimento de trabalhadores; movimento de Igreja.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the constitution of the black social movement's history in Juiz de Fora, MG during the 1978-2010s. This context marks the first generation of the black movement organized by a political-social bias, which began the racialization process of the city's social hierarchies. By following the activities and reconstructing their social history, we want to understand the processes of racial awareness among the individuals who built the movement. In this sense, we will focus on one of the characteristics of the black movement in Juiz de Fora, which emerged with/from other social movements, notably neighborhood, church, workers, and political party movements. Developing a study on the political and democratization history of the city of Juiz de Fora necessarily involves addressing the contributions of the local black movement. Through the Oral History methodology, we gathered and analyzed interviews with the movement leaders in order to capture each experience that led individuals to collectively organize themselves in the fight for rights.

Keywords: black movement; community movement; right to the city; labor workers movement; church movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico 1 - Fluxos, influxos e conexões do movimento negro contemporâneo juizforano (1970-2010).	24
Figura 2 - Fotografia 1 - Entrevista de Lélia González em Juiz de Fora para o Tribuna de Minas.	60
Figura 3 - Fotografia 2 - Remoção das famílias da Vila da Prata, 22 de dezembro de 1981.	108
Figura 4 - Fotografia 3 - Associação Quilombo dos Palmares denuncia o Bloco Beco por Racismo.	124
Figura 5 – Panfleto 1 – Divulgação XXIII Festa do Preto Velho 2006.	125
Figura 6 - Charge 1 - Oscar Trovoada: todo negro é igual?	129
Figura 7 – Jornal Unibairros: o negro	132
Figura 8 - Trechos do jornal ACOTIRENE - Informativo do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros.	135
Figura 9 - Jornal Unibairros: a Coluna do Negro entrevista Jorge Lima.	138
Figura 10 - Jornal Unibairros entrevista Natanael Elói do Amaral.	141
Figura 11 - Fotografia 4 – Kombi da campanha de Wilson Novaes.	142
Figura 12 - Fotografia 5 - Wilson Novaes em campanha legislativa municipal, 1988.	143
Figura 13 - Fotografia 6 - Apresentação do grupo Axé Criança.	164
Figura 14 - Fotografia 7 - Atividade do grupo Mulheres da Periferia.....	172
Figura 15 - Fotografia 8 - Discurso de Sandra Maria em atividade do grupo Mulheres da Periferia.	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sobre as entrevistas.....	28
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDDH-JF	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CERNE	Centro de Referência da Cultura Negra
CMVPN	Conselho Municipal de Valorização da População Negra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Nacional dos Estudantes
GEABA	Grupo de Estudos Afro-brasileiro Acotirene
GENE	Grupo de Estudantes Negros
HU	Hospital Universitário
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
JF	Juiz de Fora
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LABHOI	Laboratório de História Oral e Imagem
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
PAB	Pastoral Afro-brasileira
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
SECRA	Secretaria de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores
SINBA	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O PRELÚDIO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS CONTEMPORÂNEAS	21
1.1 QUANDO NOVOS ATORES ENTRAM EM CENA...	21
1.2 “OS PROBLEMAS DOS NEGROS BRASILEIROS SÃO OS PROBLEMAS DOS NEGROS DO MUNDO”: UM BREVE BALANÇO BIBLIOGRÁFICO DOS ESTUDOS DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO E A PERSPECTIVA TRANSNACIONAL	50
1.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...	66
CAPÍTULO 2: “QUE NEGROS SÃO ESSES QUE SE AGLUTINAM EM JUIZ DE FORA?”: SUJEITOS, EXPERIÊNCIAS E PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA	68
2.1 OS SUJEITOS NEGROS E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE	69
2.1.1 Do início...	71
2.2 “SABE QUE O MARTELO TEM MAIS PESO PRA NÓS”: DO INCONFORMISMO À SUA PRÓPRIA PERCEPÇÃO ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO	95
2.3 ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES...	116
CAPÍTULO 3: "BUSQUEI ALTERNATIVAS E NÃO POSSO MAIS FUGIR": O MOVIMENTO NEGRO EM JUIZ DE FORA	118
3.1 ASSOCIAÇÃO CULTURAL QUILOMBO DOS PALMARES (1978)	121
3.2 GRUPO NEGRO DO MOVIMENTO UNIBAIRROS (1981)	126
3.3 GRUPO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS ACOTIRENE (1985)	133
3.4 DESTAQUES DAS CANDIDATURAS ANTIRRACISTAS E ATUAÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA (1982-1992)	137
3.4.1. O processo da “Constituinte municipal”: o antirracismo de Natanael Amaral e Wilson Novaes na construção da Lei Orgânica Municipal (1990)	144
3.5. GRUPO DE ESTUDANTES NEGROS DA UFJF (GENE) – 1994	148
3.6. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DE JUIZ DE FORA (MNU JF) – 1995	153
3.7. RÁDIO MEGA FM – 1997	157
3.8. AXÉ CRIANÇA 1997	161
3.9. EDUCAÇÃO E MOVIMENTO: CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA CERNE (1999) E CENTRO CULTURAL DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO BAOBÁ (2000)	165
3.10. ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS: MULHERES DA PERIFERIA (2001), ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS CHICA DA SILVA (2006) E CANDACES - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS E CONHECIMENTO (2008)	169
3.11. CONSELHO MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA	178
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A HISTÓRIA DE PESSOAS QUE NÃO DESISTIRAM NUNCA	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga o processo de constituição do movimento social negro de Juiz de Fora - MG, de 1978 até a primeira década dos anos 2000. O fio condutor da pesquisa é construído a partir das experiências e trajetórias de ativistas negros da cidade, que se organizaram coletivamente na luta por direitos. A demarcação temporal da pesquisa justifica-se em razão do final da década de 1970 marcar o início do processo de redemocratização do país, cenário que contribuiu para o surgimento das novas instituições nas lutas por direitos, ao passo que a primeira década dos anos 2000 demarca a consolidação de outras organizações civis na cidade, a formação do Conselho Municipal de Valorização da População Negra e, em nível nacional, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ambos em 2010.

Parte-se da definição de movimento negro enquanto organizações coletivas cuja centralidade repousa na causa racial, na denúncia do racismo e na luta por justiça social, algo que, no contexto brasileiro, remonta à geração de organizações negras de meados da década de 1970.

No âmbito da História Social, a escolha metodológica de trabalho recaiu na História Oral, por esta possibilitar a compreensão das questões que moviam esses ativistas, bem como das estratégias elaboradas por eles, suas referências e mentalidades. Justamente, a principal questão da pesquisa é compreender a formação do sujeito negro enquanto ator político, assim como as motivações do seu engajamento efetivo na construção das organizações coletivas negras na cidade, com suas múltiplas ênfases e enfoques. A referida multiplicidade varia desde movimentos comunitários de bairros, movimentos atuantes no seio da Igreja Católica, movimento de trabalhadores e estudantes, cursos pré-vestibulares populares, movimento de mulheres até atuações em partidos políticos. Para compreender a constituição do movimento negro juiz-forano é preciso visualizar os múltiplos processos e as experiências diversas que permitiram sua formação como movimento social. Esta é a tarefa proposta nesta dissertação.

A seleção dos entrevistados foi feita com base em um levantamento de lideranças negras envolvidas em organizações coletivas na cidade na luta por direitos. Em razão da própria finalidade desta pesquisa, e por se tratar de um tema novo em nível local, o que se pretende é fornecer uma amostra significativa temática que possa contribuir para futuras pesquisas relacionadas. Certamente, a seleção feita possibilita dimensionar o processo de constituição da história do movimento social, considerando diversos eixos de atuação e aglutinações. Para além das 13 entrevistas inéditas realizadas, foram recuperados e analisados fragmentos de textos

publicados de duas entrevistas conduzidas por Rita de Cássia Félix Batista¹ com lideranças que, desafortunadamente, já faleceram, mas cujas histórias se entrelaçam ao objetivo da pesquisa, e outras duas entrevistas realizadas pelo LABHOI UFJF, na esfera do projeto Centro Virtual da Memória Negra de Juiz de Fora², do qual a autora desta dissertação também faz parte.

Neste trabalho, o Capítulo 1, nomeado “O prelúdio das organizações negras contemporâneas”, busca introduzir e contextualizar a conjuntura entre o último quartel do século XX até a edição da Constituição de 1988, quando se formaram os elementos que subsidiaram, efetivamente, os sujeitos negros para que, de forma coletiva, pudessem se constituir em movimento social com centralidade na causa racial, na cidade de Juiz de Fora. Para isso, em um primeiro momento, insere-se o município mineiro na malha dos grandes processos ocorridos no cenário nacional, destacadamente o momento que corresponde ao processo de redemocratização da política brasileira, com a participação direta da Igreja Católica e de movimentos de trabalhadores, da luta por moradia e a formação de partidos políticos (especificamente o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista).

A despeito disso, a análise dessas categorias privilegiou uma perspectiva racializada, trazendo a participação incisiva dos sujeitos negros na cidade já organizados nesses espaços, ainda que as tradicionais bibliografias tendam a não os abordar. Num segundo momento do capítulo, o cenário político brasileiro é interligado ao cenário transnacional, até mesmo por se compreender que o antirracismo é, por essência, transnacional. Para isso, trabalhou-se as categorias analíticas de “diáspora negra” e “Atlântico Negro” (Gilroy, 2001; Hall, 2003) acrescidas por um breve balanço bibliográfico das produções acadêmicas do movimento social negro contemporâneo. Buscou-se inserir nesse balanço as próprias contribuições que a presente pesquisa visou suscitar, no que tange aos entrelaçamentos do movimento social tido como “clássico” com o movimento negro. O objetivo foi o de perceber o caso de Juiz de Fora não como um “resultado” dos processos internacionais e sim como decorrência de um contexto de inter-relações de forças.

Como tais discussões políticas e sociais se constroem na virada da década 1970-80? Como impactam (direta ou indiretamente) os sujeitos políticos negros de Juiz de Fora? Em

¹ BATISTA, Rita de Cassia Souza Félix. Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora, 2015. 213f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Fortaleza (CE), 2015.

² Plataforma que procura reunir os resultados dos esforços já realizados e em andamento sobre este e outros temas em Juiz de Fora, bem como registros documentais, imagéticos e de toda natureza cedidos gentilmente pela população de Juiz de Fora, de forma a reverter a invisibilidade da experiência negra que ainda persiste na memória pública da cidade. <https://www.ufjf.br/labhoi/juiz-de-fora-cidade-negra-centro-de-referencia-sobre-a-memoria-negra-em-juiz-de-fora/indice-acervo-juiz-de-fora-cidade-negra/>

níveis nacional, transnacional e local, os contextos são devidamente esmiuçados a partir da literatura sobre o tema e dos relatos dos participantes.

Se no Capítulo 1 a ênfase recaiu no contexto mundial efervescente dos movimentos sociais nos anos 1970-80 e nas conexões transnacionais do antirracismo, o Capítulo 2, intitulado “Que negros são esses que se aglutinam em Juiz de Fora?": sujeitos, experiências e processos de consciência", visou compreender as bases do processo de constituição do movimento negro em Juiz de Fora, a partir da experiência de se ser negro na cidade e da relação e circulação desses atores na própria cidade, a começar da década de 1980. Para isso, procedeu-se a uma esquematização gráfica das conexões dos sujeitos e organizações investigadas, dentro do recorte temporal proposto, com vistas a se evidenciar suas atuações efetivamente política e antirracista, bem como os laços e rupturas entre eles.

Além do proposto, abordamos brevemente organizações negras existentes anteriormente no município, nas décadas de 1940 a 1960, a fim de referenciar e especificar o que surgiu de novo com o movimento contemporâneo da década de 1980. Por meio de entrevistas, utilizando-se do procedimento de História Oral, num primeiro momento apresentamos os indivíduos participantes da pesquisa e suas visões sobre a formação/relação da cidade, sob a ótica de seus dilemas sociorraciais.

O ponto central da abordagem é a experiência de sujeitos negros que, a partir de dado momento, se tornaram ativistas. Não intencionamos fazer uma história da cidade, ainda que ela esteja imbricada aos pontos de vista dos entrevistados. Para isso, utilizamos as concepções teóricas de Neusa Souza Santos (1983) e Kabengele Munanga (2013) no que tange à tomada de consciência de saber-se negro e à formação da identidade negra. Tais aportes foram fundamentais para esse contexto, uma vez que desnaturalizam e complexificam o que é ser negro no Brasil assim como o processo necessário para se tornar propriamente um ativista da causa. Além disso, no âmbito da análise do espaço urbano e das relações raciais nele construídas, utilizamos o trabalho de Renato Emerson dos Santos (2007), pois, embora a cidade não seja o ponto central da discussão, ela emerge enquanto cenário concreto para compreender o papel das relações sociorraciais e da indignação pelas injustiças vividas na formulação para uma futura organização coletiva.

Destaca-se, ainda, nesse segundo capítulo, a importância dos trabalhos de Rita de Cássia Félix Batista (2006; 2015) e de Giane Elisa Salles de Almeida (2009)³, por possibilitarem

³ ALMEIDA, Giane Elisa Salles de. *Entre Palavras e Silêncios Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora, 1950/1970*. 2009. 287f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Educação, Niterói (RJ), 2009.

ampliar um conhecimento sobre Juiz de Fora, dando ênfase às memórias e à atuação da população negra na contemporaneidade, algo tão marginalizado nos principais estudos locais.

Em outra parte desse mesmo capítulo, o enfoque está em analisar o processo de consciência social e formação do sujeito político negro na cidade, a partir de seus próprios contextos cotidianos diversos, que contribuíram para a gênese do inconformismo que, posteriormente, levou à formação dos movimentos sociais locais. Essa seção parte da premissa que a consciência social é um processo a ser construído, e não algo dado a priori (Thompson, 1987; 1998). São elencadas questões pontuadas por cada indivíduo que foram centrais para esse processo, tais como relações familiares, de trabalho, moradia, escolarização, experiências em espaços religiosos, entre outros. Por conta dos diversos elementos a serem considerados para a compreensão dos sujeitos, a interseccionalidade, enquanto aporte teórico-metodológico, foi empregada na análise (Crenshaw, 2002; González, 1983).

Para finalizar, no Capítulo 3, intitulado "‘Busquei alternativas e não posso mais fugir’": as organizações e atuações do movimento negro em Juiz de Fora (1980-2010)", abordamos propriamente a transformação do sujeito negro em sujeito político organizado, a partir de mecanismos de aglutinação. Faz-se uma breve discussão acerca da conceituação sociológica de movimentos sociais e de seu papel em produzir negociações de novas formas de inserção na esfera pública, bem como de criação de novos espaços de atuação (Tilly, 2010; Viscardi, 1990; Perlatto, 2018). Nesse contexto, damos destaque às candidaturas de quadros políticos antirracistas e às suas atuações legislativas municipais no decorrer do processo de abertura política (1982-1992).

Igualmente abordamos as associações e os movimentos organizados racialmente na cidade, conforme a cronologia que segue: 1978 - Associação Quilombo dos Palmares; 1981 - Grupo Negro do Movimento Unibairros; 1985 - Grupo de Estudos Afro-brasileiros Acotirene; 1982/1988 - Candidaturas antirracistas; década de 1990 - Movimento estudantil negro universitário; 1995 - Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora; 1997 - Rádio Mega FM, Axé Criança e o Centro de Referência da Cultura Negra; 2001 - Grupo Mulheres da Periferia; 2000 (início) - Centro Cultural Afro-brasileiro Baobá; 2008 - Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento.

Por fim, tratamos sucintamente a construção do Conselho Municipal de Valorização da População Negra (2000). Em todas as organizações citadas, foram observadas suas particularidades e formas de auto-organização. Com essa amostra da diversidade de organizações locais, públicas, antirracistas, buscamos evidenciar como a história do movimento negro está enraizada na história da cidade e do seu processo de democratização de direitos.

Desse modo, o que se pretendeu nesta pesquisa, para além de uma análise propriamente dita do movimento negro já instituído, foi entender o seu processo de constituição a partir das trajetórias de vida dos indivíduos e de suas atuações em outros movimentos distintos, como de trabalhadores, bairros, igreja e partidos políticos.

Tal inquietação despontou em mim em 2019, ainda durante a graduação. Criada na cidade de Três Rios (RJ), ao me mudar para Juiz de Fora (MG), e com minha inserção no movimento social, fiquei maravilhada ao me deparar com o engajamento de pessoas “comuns”, já grisalhas, liderando o movimento social negro. Faço referência a essa situação devido à predominância, na literatura nacional sobre o assunto e em inúmeros outros registros, de uma “imagem” do movimento negro encabeçado, principalmente, por intelectuais, pessoas do mundo acadêmico, jornalistas etc. Observar as formas de organização de movimentos da periferia, perceber senhoras em atuação em suas comunidades, ou na igreja, ou na esfera trabalhista, despertou a atenção para esse aspecto enquanto um problema de pesquisa a ser analisado e compreendido.

Devo dizer que a questão da compreensão dos processos e experiências dos sujeitos históricos já me encantava na disciplina de História Social, na graduação. Como se constroem os momentos históricos? Quais os sujeitos envolvidos, as mentalidades, estratégias, intenções e referenciais em circulação? Na busca por respostas, as contribuições teórico-metodológicas de E.P. Thompson foram, nesse sentido, fundamentais. A elas somei a perspectiva da interseccionalidade, embasada em Kimberlé Crenshaw e Lélia González. O propósito foi o de compreender a realidade histórica, a relação social e a consciência social no cruzamento com a teoria e em diálogo permanente com as evidências e a diversidade de sujeitos, visando a construção de um conhecimento científico. Como determinados homens e mulheres negros agiram e pensaram dentro de dadas condições? Quais eram suas práticas e pensamentos? O emprego da interseccionalidade enquanto ferramenta teórica-metodológica propiciou analisar e entender como as desigualdades sociais estruturam-se a partir do gênero, raça, classe, etnias e outras variáveis que operam conjuntamente.

Para essa tarefa, foi essencial o uso da metodologia da História Oral. Muito além dos discursos genéricos que situam a História Oral unicamente como uma metodologia a que se recorre quando não se tem fontes escritas, aqui fizemos uma escolha pelo uso predominante dessa técnica. A História Oral, caracterizada pela coleta de depoimentos de pessoas que testemunharam conjunturas, processos e acontecimentos com seus diversos modos de ser e de estar dentro de uma sociedade ou instituição, é uma potente e enriquecedora forma de investigar movimentos sociais e sujeitos na história por meio de suas memórias.

Em artigo intitulado “História e Movimentos Sociais” (1997), Hebe Mattos tematiza a história e os movimentos sociais na história da historiografia para problematizar a construção das identidades coletivas e a agência social na história. Um dos pontos, que é valioso para o andamento da pesquisa, trata-se da gênese das diversas e novas identidades coletivas construídas ao longo do tempo, organizadas em movimentos sociais, e como estas questionam propriamente as próprias culturas históricas acadêmicas. Mattos, ao longo do seu trabalho, pontua como, na história da historiografia, houve flutuações nos sentidos, espaços e legitimidade das memórias de grupos sociais como fonte histórica, muito por conta da discussão subjetividade versus objetividade.⁴

De toda forma, aqui parte-se da compreensão da memória como uma forma de produção do simbólico, que assegura também a permanência de grupos na história e afirma poderes da comunidade sobre si mesmos (Barros, 2009). Por isso, o trabalho empreendido por Amilcar Pereira e Verena Alberti (2016) igualmente foi fundamental para a construção teórico-metodológica. O banco de entrevistas de história oral do movimento negro de diversas cidades do Brasil que tais autores construíram serviu de grande parâmetro referencial e comparativo, contribuindo também para submeter as significações locais da memória desse movimento social de forma crítica e problematizadora. O objetivo desse trabalho, a partir das memórias dos sujeitos entrevistados, é contribuir para a multiplicação de perspectivas sobre a formação do movimento negro contemporâneo brasileiro, ampliando a malha da história social do movimento construída por Amilcar Pereira em sua tese de doutoramento (2010).

Acrescenta-se ainda a importância do trabalho de Alessandro Portelli (2016) no tocante às sensibilidades e ao trato com essa “arte da escuta”. Como apontado pelo autor, as fontes orais são cocriadas pelo historiador, não são encontradas prontas a ser interpretadas, como as fontes escritas. Esse fato implica o entendimento do papel ativo do historiador no campo, e até mesmo as imprevisibilidades desse processo. Para começo de conversa, é preciso ter em mente que a agenda do historiador não necessariamente vai corresponder à do participante que se dispôs a conceder a entrevista. Vencido esse ponto, faz-se necessário estar aberto aos imprevistos, aos “não-ditos” e aos gestos e posições corporais do sujeito entrevistado, atentando também para as suas próprias, enquanto pesquisador ou pesquisadora.

A esse respeito, Alessandro Portelli, historiador e estudioso da História Oral, alerta para o fato de que o observado também julga o pesquisador, a partir de comportamentos dos quais, na maior parte das vezes, sequer se está consciente. Ainda assim, mesmo com toda uma

⁴ Questão respondida brilhantemente por Michael Pollak em “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

bagagem teórica, os imprevistos e a realidade se fazem presentes durante o andamento da pesquisa. Imprevistos são imprevistos. Uma pesquisa – e esta não é diferente – se constrói com pessoas, fala de gente, só existe por causa de gente. Em vários momentos, esse “a gente” pode virar “nós”, implicando a inclusão da própria autora/entrevistadora na narrativa, algo que será mais bem explicado ao longo desta Introdução.

Ao longo do processo desta pesquisa, desenvolvida durante o auge da pandemia do Covid-19, fomos confrontados com adoecimentos do corpo e da mente e com o falecimento de alguns dos envolvidos. O ciclo da vida. Nominalmente, recupera-se aqui José Geraldo Azarias, o Zaca, um dos fundadores do Centro de Referência da Cultura Negra (CERNE) e do Partido dos Trabalhadores de Juiz de Fora. Muito se leu sobre essa figura, descrita por muitos como gentil, destemido, forte e engajado. Após a elaboração de um roteiro para as entrevistas, criei uma grande expectativa em relação a ele e estava ansiosa para conhecê-lo. Inúmeras vezes tentei contato, mas, infelizmente, não tive a sorte de encontrá-lo, pois vinha num processo de adoecimento em decorrência de questões de saúde mais antigas.

Zaca veio a falecer em 2021, e isso mexeu profundamente com o andamento da pesquisa, suscitando novas reflexões. A História Oral é uma corrida contra o tempo. Quantas memórias foram perdidas, simplesmente por não haver tempo hábil de chegar até elas? Ou, mesmo, ter reconhecido o interesse de pesquisadores de outras gerações para o registro de suas memórias? Várias pessoas, apesar de vivas, encontravam-se em um estado de adoecimento profundo... caracterizado por um deles como banzo: “Essa tristeza, batizada de banzo, um estado de depressão psicológica que tomava conta dos africanos escravizados assim que desembarcavam no Brasil e seria uma enfermidade crônica: a nostalgia profunda que levava os negros à morte.”⁵ Alguns não tinham prazer, força ou energia necessária para falar da própria história. Recupera-se, aqui, a fala de um dos meus entrevistados, Wilson Novaes: “o que eu quero para a população negra eu não vou conseguir ver em vida” (Informação verbal).

Trabalhar com a memória de grupos historicamente marginalizados, como a população negra e idosa, é um trabalho árduo. Mesmo quanto aos ativistas, é perceptível como vários deles passam por um processo de envelhecimento duro e com um sofrimento adicional, fruto de toda a trajetória percorrida. Em alguns casos, apesar do reconhecimento de sua importância para a construção do movimento, certas pessoas foram localizadas já em estágio avançado do Alzheimer. A dureza do ciclo da vida. Principalmente de algumas vidas.

⁵ Definição extraída de <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-saudade-que-mata/>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

Por isso, o percurso da escrita e desenvolvimento desta pesquisa constituiu-se de idas e vindas, deixando o ensinamento de que se está longe do fim mesmo quando se está prestes a colocar o ponto final no último capítulo. Este é apenas um dos vários possíveis registros desse movimento tão múltiplo, diverso e grandioso que é o movimento negro em Juiz de Fora - MG. E, por ter ciência dessa dimensão e da limitação que uma dissertação impõe, principalmente no caso de um tema, até então, novo de pesquisa, o ponto de partida aqui foi a escolha dos recortes e abordagens do trabalho.

Privilegiou-se o âmbito político-social, deixando de lado religiosidades e cultura, que seriam também ricas formas de abordagem. Por esse motivo, a ausência de uma análise envolvendo o impacto das religiões de matriz africana e movimentos culturais será sentida, mas aqui está justificada. Aqui, eu, Vanessa Ferreira Lopes, saúdo, reconheço e contemplo a caminhada da Turma Alviverde (1942), do Grêmio Literário Cruz e Souza (1949), Batuque Afro Nelson Silva (1964), Sociedade Cultural Lima Barreto (1977), do povo de terreiro, escolas de samba e clubes sociais negros. Espero que eu abra caminhos, atraindo o interesse de outros pesquisadores e novas possibilidades de pesquisas enfocando e contemplando com profundidade o que esses temas merecem.

A seleção de entrevistados ocorreu como uma linha que se amarra a outra linha para, no final, formar uma grande colcha, como descreveu Dagna Gonçalves, uma de nossas entrevistadas, resumindo seu entendimento da proposta da pesquisa. A primeira linha puxada foi a da Adenilde Petrina, que chamo de dona Ade. Ela me acolheu muito antes mesmo de eu pensar na própria elaboração desta pesquisa. Ainda estava na graduação, em meio ao movimento social e diversas reuniões com ela compartilhadas. Uma verdadeira griot⁶. Com toda sua sabedoria, bondade, acolhimento e “puxões de orelha” que envolvem a caminhada no movimento social e enquanto pesquisadora.

Quando, alguns anos depois de conhecê-la, externei meu interesse sobre essa história, ela me chamou para a sua casa, passou um café e fez bolinhos de chuva, enquanto narrava as histórias... Dali saiu uma lista de nomes, pontos chaves a serem investigados e contatos que eu deveria buscar para conversar.

Depois desse pontapé inicial, Giovana Castro foi a segunda pessoa com quem fui conversar sobre isso, durante um café no shopping. Giovana é minha coorientadora e grande amiga, uma espécie de *Nanica*, a personagem da Viola Davis no filme *A Mulher Rei*, ao passo

⁶ Também chamados Djeli ou Jeli, é o indivíduo que, na África Ocidental, é treinado para preservar e transmitir as histórias, conhecimentos, canções e mitos do seu povo.

que eu sou a Nawi⁷. Giovana me orientou, ambientou e alertou sobre as diversas questões, sensibilidades, sagacidades, conexões e atenções que eu deveria ter para desenvolver esta pesquisa. A chegada da professora Hebe Mattos à UFJF, em 2018, foi o cenário ideal para lapidar as ideias, trazer novos questionamentos e apurar ainda mais o faro enquanto historiadora. Posso dizer com convicção que tive uma dupla privilegiada na orientação, um verdadeiro “*Dream Team*”⁸.

E, de fato, esta pesquisa só foi possível pelas diversas conexões, amizades, parcerias e indicações estabelecidas durante seu desenvolvimento, seja via minha participação no Coletivo Negro Resistência Viva, Frente Preta UFJF, seja via Dona Ade e Giovana Castro, seja através dos próprios projetos do Laboratório de História Oral e Imagem UFJF e do Grupo Emancipações e Pós-abolição em Minas Gerais (CNPq), do qual sou pesquisadora vinculada, ou como membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Foi a partir dessas pessoas e redes que comecei a traçar a rota de rastreamento de outras pessoas. Busquei contemplar diferentes nuances da formação do movimento negro na cidade, e a partir disso fui contactando mulheres e homens que encabeçavam algumas dessas instituições. Muitos integravam mais de um desses grupos, e isso é uma característica do movimento negro de Juiz de Fora: essas múltiplas conexões de vários lugares.

Por isso, ante todo esse cenário, destaco que a minha proximidade pessoal com o tema de pesquisa foi essencial para o seu desenvolvimento. Sou uma mulher negra, pesquisadora, professora e ativista do movimento social. E isso garantiu a abertura necessária para que eu chegasse a essas pessoas e, mais ainda, conseguisse com que esses atores principais se abrissem genuinamente para mim. Isso foi algo que vários dos entrevistados externaram: “só estou aqui com você porque você é um dos nossos”. Uma relação de confiança e de compromisso social e político, juntamente com o acadêmico. Além disso, em meio aos relatos, era comum o uso da terceira pessoa do plural: nós, incluindo a minha pessoa na narrativa como alguém que entende, compreende e compartilha um lugar em comum. E, de fato, todas aquelas pessoas eram companheiros de uma luta em comum, ou que poderiam facilmente ser um ente da família.

Levanto essa questão como uma honestidade intelectual para o leitor, a banca avaliadora e demais lugares que esse texto alcançar. E o digo mesmo sabendo de todas as desconfianças

⁷Sobre as personagens e o filme, ver mais em: <https://veja.abril.com.br/coluna/e-tudo-historia/a-mulher-rei-quem-sao-os-personagens-reais-do-filme-de-viola-davis/>. Acesso: 14 de fev. de 2023.

⁸ Expressão cunhada para descrever a seleção de basquete dos EUA, que era favorita inquestionável nos esportes coletivos desde Barcelona-1992, alcançando feitos memoráveis.

que os historiadores mais “rankeanos”⁹ possam apontar quanto à imparcialidade da leitura das fontes. Contudo, defendo que o reconhecimento dessa parcialidade me aproxima ainda mais da objetividade, muito mais do que aquele sujeito que fala de todos os lugares e, ao mesmo tempo, de lugar nenhum.

Ao longo deste trabalho o leitor observará alternâncias na voz verbal, ora a primeira pessoa do singular, ora a terceira pessoa do plural, e isso foi uma escolha particular da autora. Tal questão se justifica, de fato, no sentido de marcar a personalidade própria da autora quando necessário (principalmente na condução das entrevistas) e, em outros momentos, englobando o próprio leitor e demais pessoas que somaram no processo de desenvolvimento da pesquisa.

Por conseguinte, a construção base dos roteiros das entrevistas se deu a partir da mescla da história de vida com a temática da pesquisa, uma vez que para compreender a história do movimento negro de Juiz de Fora faz-se necessário entender partes da vida daqueles sujeitos que construíram o movimento social e captar quais motivações e processos os levaram até aquele tema estudado. Algumas perguntas básicas em comum a todos os entrevistados giraram à volta de: a realidade familiar; a relação com a cidade de Juiz de Fora ao longo do tempo; o processo de consciência social; o começo da atuação na luta por direitos na cidade; grandes marcos locais e nacionais; e as relações entre as organizações. Em meio a esse processo, várias outras questões foram surgindo, o que enriqueceu o trabalho com a História Oral. Os roteiros são múltiplos e diversos, mas possuíam um tronco comum.

“A história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (Portelli, 2016, p.12). Esses múltiplos significados e lugares devem ser registrados na História.

⁹ Leopold von Ranke foi um dos mais importantes historiadores alemães do século XIX, considerado o pai da "História científica". Utiliza-se seu sobrenome de forma adjetivada para caracterizar a ala de historiadores seguidores da linha que considera apenas documentos escritos como fontes históricas.

CAPÍTULO 1 - O PRELÚDIO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS CONTEMPORÂNEAS

1.1 QUANDO NOVOS ATORES ENTRAM EM CENA...

Passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas (Sader, 1988, p.3).

A virada da década de 1970 para 1980 foi efervescente no Brasil e no mundo e essa afirmação não é meramente um pressuposto generalizante para fins de comprovação de uma hipótese. O movimento de mulheres foi efervescente e transgressor, exprimindo o mal-estar das mulheres face às relações de gênero e aos limites sociais impostos pelo machismo e pelo patriarcalismo¹⁰. A luta antirracista e o movimento negro tomaram, mais do que nunca, dimensão transnacional, impactando múltiplas vertentes do feminismo e vice-versa. O movimento LGBT se constituiu e se consolidou, lutando contra a patologização das sexualidades e identidades de gênero, e em busca de direitos civis e mais cidadania para a comunidade.¹¹ A cena musical jovem organizou vários movimentos de contracultura, em todo o mundo, seja o rock, hip hop, mpb, entre outros ritmos.

Naquele momento ainda, grande parte dos países da América do Sul, como Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, desfaziam suas estruturas autoritárias militares.¹² Tais estruturas tendo uma ligação direta com o cenário de polarização da Guerra Fria, com EUA versus URSS, com impactos diretos em conflitos espalhados pelo mundo, no Afeganistão, Coreias, Vietnã..., e indiretos, como na guerra civil na África do Sul, que colocava em xeque a continuidade ou destruição do sistema de *apartheid* social.¹³ Ainda no continente africano, tinham andamento os vários processos de independência de países que permaneciam sob o controle e exploração da colonização europeia. A luta pelos direitos civis, travados por afro-

¹⁰ SILVA, Cleonice Elias da. Os feminismos emergentes na década de 70 no Brasil (The emerging feminisms in the 1970s in Brazil). *História e Cultura*, Franca, v. 7, n. 1, p.181-203, jan-jul. 2018.

¹¹ SIMÕES, J. A. & FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

¹² SOUZA MENDES, R. A. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06 - 38, 2013.

¹³ PEREIRA, A.D. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, J.R. (Org). *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 139-157.

americanos nos Estados Unidos da América, ainda ressoavam em todo mundo¹⁴, da mesma forma, o movimento afro-franco-caribenho, negritude.¹⁵

No cenário nacional brasileiro, vivenciava-se o processo de abertura política e a abertura lenta e gradual que levaria ao fim da ditadura imposta por militares e seus aliados civis desde 1964, em um contexto de crise econômica e desgaste internacional. Para o processo de redemocratização no Brasil, foram cruciais a atuação do movimento estudantil, de trabalhadores, de mulheres, e o do nosso eixo de investigação, o movimento negro e o movimento de negros.¹⁶ Tais conexões nos são caras por evidenciar que, por essência, o antirracismo é transnacional, algo que será melhor compreendido mais à frente neste capítulo.

Certamente, por motivos diversos, todos esses movimentos têm em comum uma (re)ação direta da sociedade civil organizada. Sujeitos e grupos que já tinham estado organizados em outros momentos, de diferentes modos, se reorganizam com base nas formas como se definem e se reconhecem. A partir dessa nova base, redefinem suas decisões, como bem destacado na epígrafe que abre este capítulo e na própria referência do título do clássico trabalho de Eder Sader, “Quando novos personagens entram em cena” (1988).

Em meio aos grandes acontecimentos políticos, ganhava relevância a participação e interferência direta da sociedade civil, de forma autônoma, politizando o cotidiano, criando práticas renovadas de atuação e de demandas por direitos sociais no capitalismo em contextos democráticos. Sujeitos interagindo e agindo em todo o processo histórico, interpretando e valorizando aquilo que lhes é único, em percepções e subjetividades. Em cada realidade vivenciada recusam-se a enquadrar-se em teorias pré-estabelecidas construídas em cenários distantes: apropriam-se delas, mas também as modificam.

No desenrolar desse contexto, surge e insurge o movimento social negro contemporâneo da cidade de Juiz de Fora. É preciso destacar essa formação de uma forma interrelacionada ao contexto internacional mencionado, e não como um mero resultado de uma equação externa simplista. Os movimentos se relacionam e influenciam mutuamente, seja local, nacional, internacional ou transnacionalmente.

Neste trabalho, acompanhando McAdam, Tarrow e Tilly (2001), entendemos movimentos sociais

¹⁴ SILVA, Wilton Bruno Cardoso da. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.9. set. 2021.

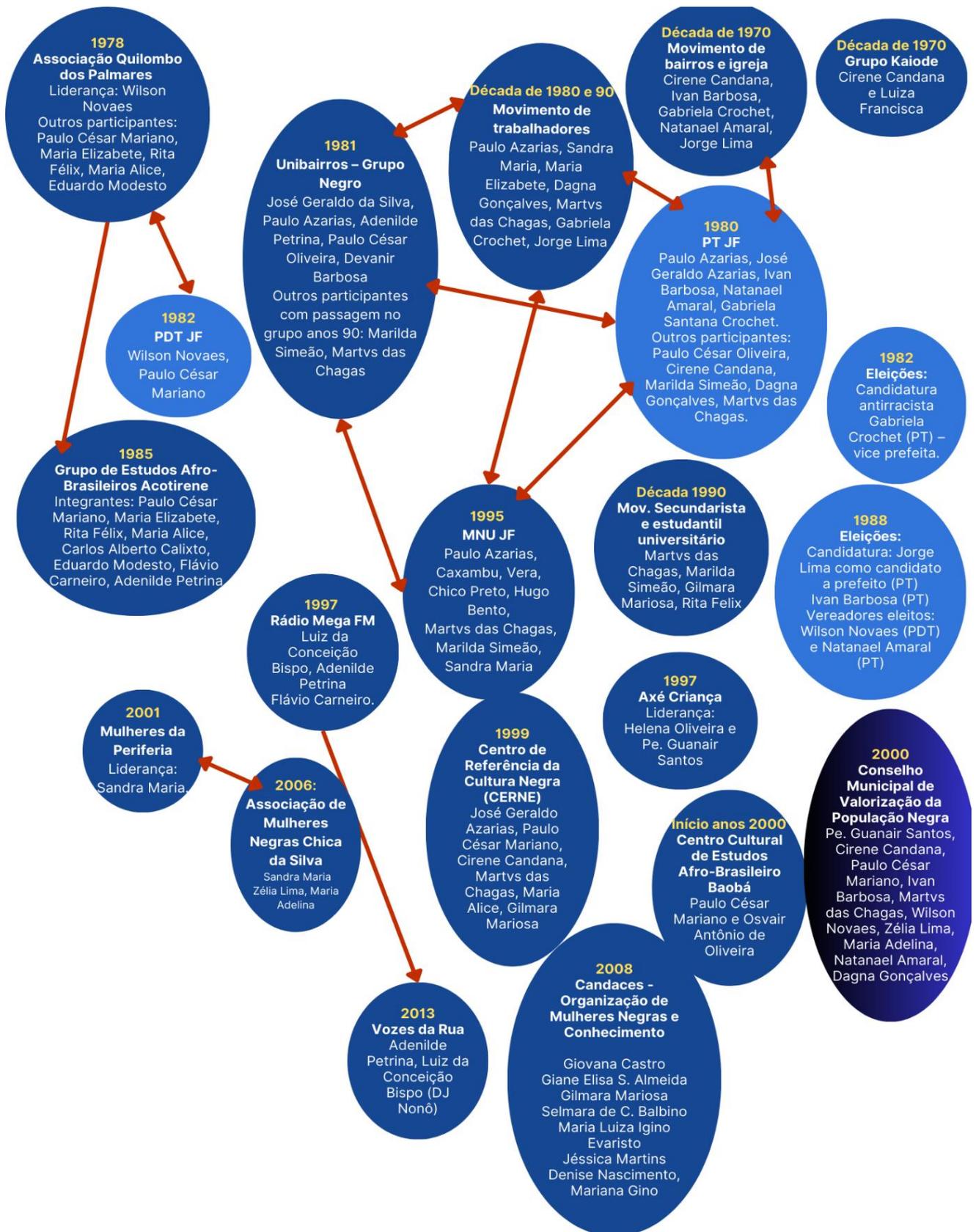
¹⁵ DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005

¹⁶ Aqui introduzimos uma problematização que faremos ao longo desta pesquisa, concernente à compreensão de movimento social negro e as muitas movimentações de sujeitos negros em lutas diversas por direitos sociais, ainda que sem ter o debate sobre o racismo como foco.

[...] como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001, p. 136).

A contestação que o movimento negro faz se insurge contra as estruturas hierárquicas com base no histórico de raça, racismo e desigualdades socialmente baseadas nestas. Nesse sentido, a seguir, introduziremos uma representação gráfica das organizações negras que serão analisadas nesta pesquisa, evidenciando, principalmente, os fluxos de sujeitos e outras organizações diversas (ainda que sem a centralidade na causa racial) que contribuíram para a formação do movimento negro contemporâneo de Juiz de Fora-MG.

Figura 1 - Gráfico 1 - Fluxos, influxos e conexões do movimento negro contemporâneo juiz-forano (1970-2010)



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir desse gráfico, objetivamos destacar as diversas organizações em torno das quais viria a se formar o processo que culminou no surgimento do movimento negro contemporâneo na cidade, de forma cronológica. Na parte superior do gráfico sinalizamos as primeiras organizações, iniciando em 1978 com a Associação Quilombo dos Palmares, e na parte inferior, as mais recentes (a Organização de Mulheres Negras e Conhecimento, de 2008, e o Coletivo Vozes da Rua, de 2013). Para além disso, intencionamos evidenciar o fluxo de sujeitos entre as várias organizações, seja de forma simultânea, seja na forma de rupturas que vêm a ocorrer e que serão investigadas no decorrer do trabalho. A cronologia tem o propósito de servir, de forma didática, à visualização, não implicando necessariamente uma influência direta ou a substituição de uma organização por outra.

As setas com pontas duplas buscam destacar uma participação simultânea coletiva dos sujeitos em duas organizações; a seta de sentido único, uma fragmentação, transformação ou ruptura da organização (cada caso será explorado). Alguns quadros, ainda que tenham indivíduos ligados a outros espaços demarcados no gráfico, não foram ligados diretamente, em caso de ação mais individual e não representativa coletivamente para a organização. A diferença em cores no próprio círculo busca diferenciar as atuações específicas - civis, institucionais (como o Conselho Municipal de Valorização da População Negra) ou partidárias. O detalhamento dos objetivos e diferenças de cada organização será analisado no Capítulo 3.

Ainda assim, visando melhor elucidar o entendimento do gráfico já neste momento, percebemos que a Associação Quilombo dos Palmares, fundada em 1978 por Wilson Novaes, passou, em 1985, por uma fragmentação, com parte dos seus componentes migrando para formar o Grupo de Estudos Afro-brasileiros Acotirene, ambas as instituições desempenhando um papel importante no que tange ao letramento racial de seus participantes, que iriam compor outras organizações e desenvolver atuações individuais antirracistas. Destaca-se, também, a participação de Novaes e Paulo César Mariano (que esteve na formação das outras duas organizações mencionadas) no núcleo do Partido Democrático Brasileiro (PDT) em Juiz de Fora. Um e outro, juntamente com Giovana Castro¹⁷, foram de suma importância para a identificação das conexões e pistas a serem seguidas nesta pesquisa.

Desde fins da década de 1970, ao longo de toda a década de 1980 e início dos anos 1990, podemos notar as movimentações de grupos diversos em formação em espaços como a Igreja Católica e associações de moradores, ainda que sem, necessariamente, uma institucionalização

¹⁷ Os três anteriormente mencionados atuaram de forma significativa em parte da reconstituição de ligações de organizações e sujeitos abordados no Gráfico 1. No caso de Giovana Castro, esta, por motivos pessoais, optou por não conceder entrevista, ainda que tenha colaborado diretamente com a pesquisa.

e identidade de grupo bem demarcada. No gráfico utilizamos setas de “mãos-duplas” para destacar e expor como significativa parte dos indivíduos em cada esfera atuava de forma simultânea em mais de um dos eixos, se interrelacionando e promovendo trocas. Em alguma medida, percebemos uma formação do ativismo e antirracismo desses sujeitos de uma forma distinta daqueles que estavam em organizações anteriormente citadas, como a Assoc. Quilombo dos Palmares e o Grupo de Estudos Acotirene, sobretudo no que se refere à cultura política adquirida a partir do cotidiano, isto é, sem o suporte de grupos de estudos e de formação.

Esses movimentos, de toda forma, contribuem para a formação de outro grupo importante a formar essa teia e outras ramificações: o Grupo Negro do movimento comunitário Unibairros, criado em 1981. O grupo teve sua formação em dezembro de 1980, a partir de um encontro de jovens reunidos na chácara de padres dominicanos da cidade com o intuito de organizar forças para denunciar a marginalização da periferia frente aos centros urbanos. Ainda que, inicialmente, sem um foco na questão racial, logo no ano seguinte à sua formação, os integrantes negros compuseram um grupo específico no seio do movimento, aglutinados em torno da causa racial negra. Este grupo serviu para politização dos jovens e proporcionou um engajamento na luta política nacional, em um momento em que vários sujeitos (do Unibairros) atuavam, de forma simultânea, na formação do Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora.

A seta indicando as candidaturas das eleições de 1982 e 1992 sinaliza como os grupos (Assoc. Quilombo dos Palmares e Unibairros) serviram como um impulsionamento de candidaturas antirracistas nas eleições municipais. Percebemos ainda como esses sujeitos negros vão racializando as organizações sociais em que estão inseridos de forma simultânea, o que se vê de forma explícita nos movimentos de trabalhadores e até mesmo na estruturação do PT na cidade. Candidaturas negras e mandatos antirracistas do partido, tanto do próprio PT como do PDT, serão analisadas destacadamente das eleições de 1988 e da construção da Lei Orgânica Municipal.

No início dos anos 1990, “insurge” na Universidade Federal de Juiz de Fora o Grupo de Estudantes Negros (GENE), especificamente, no Instituto de Ciências Humanas. A grande maioria dos jovens do grupo já era filiada ao Partido dos Trabalhadores.

Em 1995 surge o Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora, com o propósito de intensificar as conexões e abrir espaço ao movimento negro nacional. As lideranças dessa organização na cidade advinham do próprio Unibairros e do Partido dos Trabalhadores. É importante ressaltar como tais sujeitos racializaram as discussões até então feitas nos grupos, principalmente sob o viés de classe, ainda que permanecessem presentes nas várias frentes de luta.

No ano de 1997 nascem outras duas importantes organizações antirracistas na cidade: a Rádio Mega FM e o grupo Axé Criança, ambas localizadas na periferia da cidade. Nesse caso, a atuação dessas organizações tinha como foco o direito à cidadania: acesso à informação, educação, saúde, lazer, cultura e valorização étnico-racial. Destacadamente, o grupo Axé Criança foi criado no âmbito da Igreja Católica pela catequista Helena Oliveira e pelo padre Guanair Santos, ainda que a Rádio Mega FM também tivesse uma ligação, devido a algumas de suas lideranças, com a Igreja do bairro. Naquele momento, muitas das organizações negras e lideranças anteriormente mencionadas participaram, em maior ou menor grau, dos projetos que estavam sendo desenvolvidos.

Em 1999 foi a vez do Centro de Referência da Cultura Negra e, na virada para o ano 2000, o Centro Cultural Afro-brasileiro Baobá, grupos diretamente ligados à produção, disseminação do conhecimento e acesso à cultura. Uma preocupação direta dessas organizações foi a montagem de cursos pré-vestibulares, visando ao acesso de negros e carentes na universidade pública. Igualmente, suas lideranças estavam interligadas à parte antirracista do PDT e PT.

Grupos de mulheres negras começaram a surgir a partir do início dos anos 2000, composto por mulheres de uma geração mais velha (como o Mulheres da Periferia, em 2001, e a Associação Chica da Silva, em 2006) ou por uma geração posterior à das primeiras, como as Candaces - organização de mulheres negras e a produção do conhecimento (2008). Estas, em sua maioria, tinham atuação em outros grupos aqui já citados, mas, naquele momento em especial, traziam de forma pujante a questão do gênero como fator tangenciando as próprias organizações negras.

Nesse sentido, é possível perceber o estreito entrelaçamento dos sujeitos negros nos movimentos de bairros, Igreja, movimento de trabalhadores e partidos políticos, de forma síncrona, quer na formação das próprias organizações com centralidade na causa racial, quer na organização dos outros movimentos sociais tidos como "clássicos", algo que dimensiona o quanto a história do movimento negro se enraíza na própria história da cidade. Todas essas frentes, de certa forma, se aglutinam para a construção do Conselho Municipal de Valorização da População Negra (2000), além do estabelecimento de diversas outras parcerias subsequentes, numa mostra da complexidade da formação e afirmação dos sujeitos/organizações negras.

A chegada aos nomes dos integrantes das organizações deu-se a partir dos relatos dos sujeitos participantes da pesquisa¹⁸ (Tabela 1), bem como de registros mantidos em seus acervos

¹⁸ Nomeadamente: Adenilde Petrina, Dagna Gonçalves Costa, Denise do Nascimento Santos, Maria Elizabete Oliveira, Gilmar Mariosa, Guanair da Silva Santos, Helena de Oliveira, Maria Aparecida Simeão, Martvs Antonio

peçoais. De certo, e inevitavelmente, algumas ausências serão sentidas, uma vez que esse quadro compreende uma amostra dos sujeitos envolvidos nas organizações e não um levantamento de todos os integrantes.

Foram realizadas 15 entrevistas, iniciadas em meados de 2019 e que se estenderam até 2023 (a maioria feita no ano de 2022). Em 2019, a minha inserção no tema decorreu do processo de desenvolvimento da monografia de conclusão de curso, que se relaciona enormemente com o tema da dissertação¹⁹. A continuidade das entrevistas, entre 2020-2021, foi impactada diretamente pela pandemia do COVID-19, que se alastrou por todo o mundo. Em se tratando, principalmente, de idosos, as entrevistas foram interrompidas por questões sanitárias, sendo retomadas com mais intensidade em fins de 2021, a partir da vacinação em massa.

A seguir, expomos uma tabela com os principais dados referentes ao material recolhido e sobre cada sujeito selecionado que compõe essa história.

Tabela 1 - Sobre as entrevistas

Nome	Data da entrevista	Tempo aprox. de duração da entrevista	Idade no momento do relato	Eixos de atuação
Adenilde Petrina ²⁰	20/06/2019	1h40min	68 anos	Movimento Comunitário Unibairros, Rádio Comunitária Mega FM.
Dagna Gonçalves Costa	02/06/2022	2h30min	56 anos	Movimento sindical, Conselho Municipal de Valorização da População Negra (CMVPN) e organizações negras dentro do Partido dos Trabalhadores.
Denise do Nascimento Santos	05/07/2023 ²¹	1h15min	39 anos	Candaces - Organização de Mulheres Negras e Conhecimento
Maria Elizabete Oliveira	23/06/2022	2h10min	57 anos	Associação Quilombo dos Palmares, Grupo de Estudos Afro-

Alves das Chagas, Maria Luiza Evaristo, Paulo Azarias, Paulo César Mariano, Paulo César de Oliveira, Sandra Maria Silva, Wilson Inácio de Novaes.

¹⁹ LOPES, Vanessa Ferreira. O movimento Unibairros e a luta antirracista juiz forana: a coluna do negro no jornal comunitário. 2020. 50 pp. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da UFJF.

²⁰ A entrevista foi realizada pela equipe do LABHOI UFJF, conduzida pela prof. Hebe Mattos, na casa da própria entrevistada, para o projeto Juiz de Fora, cidade negra, do qual faço parte.

²¹ Devido a um problema na gravação presencial ocorrido no dia 5 de julho de 2023, o material precisou ser regravado, via WhatsApp, entre os dias 16 de julho e 5 de agosto, sem mediação.

				Brasileiros Acotirene, do movimento sindical e formação da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF
Maria Luiza Evaristo	26/07/2023	50 min	47 anos	Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento
Gilmara Mariosa	25/07/2023	1h20min	51 anos	Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento, PT Juiz de Fora, Grupo de Estudantes Negros e Negras da UFJF, Centro de Referência da Cultura Negra de Juiz de Fora
Guanair da Silva Santos	15/01/2022	1h50min	59 anos	Axé Criança, primeiro presidente do Conselho Municipal de Valorização da População Negra.
Helena de Oliveira	18/02/2022	1h30min	78 anos	Fundadora da Axé Criança e Axé Mulher.
Marilda Aparecida Simeão	11/07/2022	2h40min	56 anos	Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora e atualmente presidenta do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Iniciou a trajetória no movimento de igreja e secundaristas
Martvs Antonio Alves das Chagas	14/07/2022	57min	55 anos	Movimento estudantil secundarista e universitário, Unibairros, Grupo de Estudantes Negros e Negras da UFJF, Centro de Referência da Cultura Negra de Juiz de Fora, foi diretor do PT municipal e candidato a vice-prefeito duas vezes. Em 2001 foi eleito Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT.
Paulo Azarias ²²	18/08/2021	3h20min	63 anos	Unibairros, formação do Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora, do sindicato dos têxteis, do Movimento Negro Unificado-JF.
Paulo Cesar Mariano	06/06/2022	2h17min	59 anos	Associação Quilombo dos Palmares, Grupo de Estudos Afro-

²²Ao todo serão utilizadas três entrevistas com ele: a primeira e a segunda realizadas por mim, respectivamente em dezembro de 2019, na sede do Sindicato dos Têxteis, e uma fornecida por áudio no WhatsApp, no dia 18 de agosto de 2020. A terceira foi feita pelo Laboratório de História Oral e Imagem UFJF, na própria casa do entrevistado.

				Brasileiros Acotirene, Cursinho Baobá e do PDT Juiz de Fora.
Paulo César de Oliveira	14/12/2019	1h20min	56 anos	Movimento comunitário Unibairros, grupos da Igreja e de economia solidária.
Sandra Maria Silva ²³	17/02/2022	7h40min	77 anos	Sindicato das Auxiliares de Enfermagem, Mulheres da Periferia, Associação Chica da Silva e o MNU
Wilson Inácio de Novaes ²⁴	29/12/2021	7h	69 anos	Fundador da Associação Quilombo dos Palmares, membro do PDT Juiz de Fora e eleito primeiro vereador negro com uma campanha feita integralmente com a pauta antirracista, nas eleições de 1988.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ainda que, em média, as entrevistas tenham 2h de duração, boa parte delas tomava uma tarde inteira para ser efetivada. A respeito da trajetória de vida dos entrevistados, a cada primeira vez que seus nomes forem citados, haverá indicação de nota de rodapé com as informações da tabela anterior. A partir da primeira menção, nos capítulos posteriores, quando o entrevistado for novamente citado, uma nota de rodapé remeterá para aquela em que sua trajetória e movimentação pelas organizações foi originalmente detalhada.

Ao abordarmos as entrevistas, será recuperado o contexto em que elas ocorreram, com base nas anotações do caderno de campo. Grande parte desses momentos se deram nas casas dos próprios entrevistados, em meio a cafés, bolos, queijos, risadas e lágrimas. Mesmo após terminada a gravação, os entrevistados faziam questão de manter uma conversa sobre trivialidades da vida, o que não deixou de impactar o desenvolvimento da pesquisa de forma muito positiva. As entrevistas em áudio ficarão acessíveis, após tratamento técnico, no Centro Virtual da Memória Negra de Juiz de Fora, mantido pelo Laboratório de História Oral e Imagem.

²³ Entrevista realizada em dois dias, 27 de janeiro e 17 de fevereiro de 2022.

²⁴ Encontros realizados em duas datas, 29 de outubro e 29 de dezembro de 2021. Aqui utilizo os termos “encontros” e “conversas” porque, de fato, não foi uma entrevista propriamente, uma vez que logo de antemão Wilson disse que não se sentia à vontade com o gravador de voz. Ele mesmo me deu um caderno para isso. Então, os registros de suas memórias são feitos por meio das anotações do meu caderno de campo.

Antes de analisar mais detidamente aquilo que me foi informado, vale destacar algumas omissões, intencionais ou não. Alguns dos entrevistados, ainda que tenham participado de determinadas organizações, optaram por não as inserir em suas trajetórias, preferindo destacar outras. Seus percursos de vida, bem como quais memórias emergem das perguntas feitas, envolvendo decepções e desafetos, estão, provavelmente, na origem da omissão de determinados pontos. Sobre isso, recorreremos às reflexões de Michael Pollak, embasado em Maurice Halbwachs, acerca do trato das fontes orais e a relação com a memória.

Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda a memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais: ‘Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum’. Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de se analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (Pollak, 1989, p.3-4, grifo do autor).

O silêncio tem razões extremamente complexas, tendo como entorno as próprias políticas de silenciamento, razões pessoais e emocionais, que controlam as tensões entre contradições das lembranças pessoais e as do grupo. Produzir uma pesquisa com as memórias da história do movimento social negro, a partir dos próprios sujeitos participantes é, por assim dizer, um enquadramento da memória. Este referido enquadramento pode ser interpretado e re combinado com infinitas propostas, desde que seja guiado com a preocupação da exigência de coerência e credibilidade dos discursos.

Sobre o silêncio de determinados participantes durante a nossa pesquisa, é possível fazer um recorte de gênero. Na maioria das vezes, são homens os que se calam quando alguma lembrança anterior não mais se encaixa na narrativa que estão buscando construir para suas trajetórias. As mulheres, ainda que, porventura, não se orgulhem de algo ou tenham algum desafeto envolvido, mencionam detalhadamente os sujeitos em torno, pois, em geral, estão despidas da intenção de produzir uma narrativa unicamente “heroica”, que necessite, de alguma maneira, omitir determinados fatos.

A exemplo disso, recupero a trajetória política que Marilda Simeão traçou em sua entrevista, admitindo “erros” que cometeu ao se filiar a mais de um partido simultaneamente por “desatenção” e falando abertamente dos caminhos que percorreu para enfrentar tal equívoco

e seguir na luta política. Ou mesmo o caso de Sandra Maria, na construção de projetos com as mulheres negras na cidade e os vários desafios que fez devido a divergências quanto ao direcionamento da organização. De toda forma, a amostra é significativa e suficiente para o panorama de forças, entidades e sujeitos envolvidos na constituição do referido movimento social local.

No sentido das “redefinições” que os próprios movimentos sociais vão fazendo ao longo do tempo, o movimento negro, na conjuntura que tratamos (1978-2010), vem com uma roupagem de denúncia do mito da democracia racial, rompendo, de certa forma, com a tradição da geração das décadas de 1930 a 1950, que se pautava pelo viés da integração.²⁵ São as organizações que produzem essa redefinição no contexto local que procuramos recortar. E isso justifica a seleção das organizações a serem aqui analisadas, ainda que o associativismo negro local anteceda propriamente os marcos da pesquisa, por meio das associações de bairro, associações de trabalhadores domésticos²⁶ e organizações esportivas e culturais, como a Turma Alviverde do Sport Clube (1942)²⁷ e o Grêmio Literário Cruz e Souza, na década de 1950²⁸, para além das que chegaram depois, como o Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva (1964) e a própria Associação Lima Barreto (1977)²⁹, entre outras. Isso, sem contabilizar os terreiros de candomblé e umbanda, os grupos de capoeiras, escolas de samba e clubes sociais negros.

A seleção das organizações contempladas nesta pesquisa levou em consideração a definição de movimento político de mobilização racial (negra) na contemporaneidade, estabelecendo como marco o momento a partir do processo de abertura política do Brasil pós Ditadura Militar de 1964.

Retomando o trabalho do cientista social Eder Sader sobre os movimentos sociais de 1970-80 no Brasil, esse “novo sujeito” que entra em cena é coletivo e descentralizado, distante da subjetividade individualista ou monádica centralizada de períodos anteriores. Movimentos populares entram em cena de forma organizada e autônoma, não mais dispersos ou privatizados.

²⁵ Proposta de divisão em três gerações de movimento negro, algo a ser explorado com base na síntese de Petrônio Domingues (2007) ainda neste Capítulo, no tópico 1.2.

²⁶ Aqui nos referimos à primeira associação dos trabalhadores domésticos na cidade, mencionada no relato de Paulo César Mariano, criada por volta da década de 1950, tendo como liderança Onofre Francisco Eva.

²⁷ Também com base no relato de Paulo César Mariano, tratava-se de um grupo de torcedores negros do Sport Clube, organizado por Onofre Francisco Eva, que se reuniram devido ao impedimento de torcer por tal clube nos estádios.

²⁸ Reuniu 400 sócios na cidade de Juiz de Fora, desenvolvendo um programa educacional e profissional, visando “melhorar as condições de vida do povo e elevar a posição social do negro”. Fonte: *Jornal de Estudo*, editado pelo Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora. Edição 1968. Considerada de Utilidade Pública 1960. <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1960/130/1296/lei-ordinaria-n-1296-1960-considera-de-utilidade-publica-o-gremio-literario-e-cultural-cruz-e-souza?q=cruz%20e%20Souza>

²⁹ Informações do seu estatuto, a descreve como “blocos carnavalescos e ajuda mútua”. Presidente Domingos Lima Souza. Acervo pessoal da historiadora Giovana Castro.

Ainda que coletivos, sem pretensões de “universalidade definidas”, como até então o movimento operário clássico se colocava, deixando tantas subjetividades, que são centrais, de fora da organização e das ações políticas.

Para denominar “novos sujeitos”, Sader levanta e fundamenta onde se encontrava o “velho centro”, referindo-se à Igreja, sindicatos e às próprias esquerdas como instituições em crise, mas que reformulam seus discursos para “reatar” as relações com esses novos sujeitos. Podemos assim sintetizar esse quadro, a exemplo do que faz Marilena Chauí no prefácio do livro de Sader. No primeiro caso, a reformulação da prática e discurso no âmbito da Igreja Católica dá-se a partir do desenvolvimento da teologia da libertação enquanto filosofia e prática; no campo sindical, o discurso do dito “novo sindicalismo”, que, em suma, incorpora práticas tradicionais de lutas populares; e, por fim, para além de uma luta restrita à política institucional, travar a luta no próprio cotidiano. Um cotidiano em que tudo acontece, com discursos polissêmicos, ambíguos e até mesmo contraditórios.

No caso de Juiz de Fora, no âmbito da Igreja, empiricamente observamos isso, seja pelo apoio aos movimentos de moradia junto com o Unibairros, seja no acesso à cidadania trabalhado no grupo Axé Criança, que foi formado por uma catequista e pelo próprio padre da comunidade (Helena Oliveira e Pe. Guanair). Também é visível no apoio aos primeiros encontros do grupo Mulheres da Periferia, organizado por Sandra Maria, que ocorreram no espaço da Igreja da comunidade. Sandra já tinha adquirido uma bagagem organizando a categoria das auxiliares de enfermagem na busca por seus direitos trabalhistas e correção dos desvios de função.

O “novo” sindicalismo em Juiz de Fora aportou trazendo sujeitos que advinham de movimentos de bairros e já traziam consigo uma visão racializada das desigualdades sociais (como veremos nas entrevistas de Paulo Azarias, Paulo César Mariano e da própria Sandra). Em relação à política institucional, a mudança fica manifesta nos mandatos antirracistas e nas propostas de composição da Lei Orgânica Municipal (com Wilson Novaes e Natanael Amaral), além da própria construção do Conselho Municipal de Valorização da População Negra. Nos três casos acima citados se enquadra a constituição do movimento negro juiz-forano, notando-se a movimentação de negros nesses espaços, algo evidenciado no Gráfico 1.

Se no primeiro semestre de 1978 os rumos da política brasileira começaram a ser alterados com a indicação do general Figueiredo para a presidência da República, colocando

em crise o meio militar³⁰, e com o início da articulação da Frente Nacional de Redemocratização, nos é caro pontuar a emergência do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUDR) nesse mesmo ano, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. O ato público que marcou seu surgimento protestava contra e denunciava a morte de um operário negro e a discriminação sofrida por quatro jovens negros ao tentarem entrar no Clube de Regatas Tietê, de cujo time de vôlei eram atletas. Simultaneamente ao processo de abertura política do Brasil ocorreu o processo de contestação explícita ao mito da democracia racial no país, de forma organizada e com pretensões à unificação nacional, contando com militantes em todos os estados.

Em Juiz de Fora, nesse mesmo ano, estava sendo organizada a Associação Cultural Quilombo dos Palmares, tendo como fundador e liderança Wilson Novaes, acompanhado por Paulo César Mariano e Maria Elizabete, também presentes nesta pesquisa. Essa referida organização é tida como a primeira no município a denunciar e falar abertamente sobre racismo, contribuindo fortemente para o processo de consciência dos sujeitos que, posteriormente, se desdobraram em várias outras organizações centradas na causa racial.

Sob essa ótica, é importante termos em mente como, mesmo num momento de abertura política, falar sobre a questão racial no Brasil ainda era algo proibido, o que sublinha a radicalidade do movimento negro contemporâneo.

Vale ressaltar que no contexto sócio-histórico no qual se constitui o movimento negro contemporâneo, além de ser proibido qualquer evento ou publicação relacionado a questão racial – que poderia ser visto pelo regime como algo que pudesse ‘incitar ao ódio ou à discriminação racial’ e, segundo o Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969 em seu artigo 33º, poderia levar à pena de detenção de 1 a 3 anos, como se viu acima -, havia também o acompanhamento de perto realizado pelos órgãos de informação do regime militar, então vigente no Brasil. Paulina Laura Alberto, em pesquisa realizada para a sua tese de doutorado em História, encontrou no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro vários documentos da Direção Geral de Investigações Especiais (DGIE) que demonstram que os organismos de repressão estavam atentos ao que era produzido pelas organizações do movimento negro durante aquele período (Pereira, 2010, p.116, grifo do autor).

O relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, no tomo I, parte II, intitulado “Perseguição à população e ao movimento negro”³¹, traz a lista de sujeitos negros mortos e/ou desaparecidos pela ditadura, ainda que esses números representem apenas uma

³⁰SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³¹Ver em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiacao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf

pequena parcela que se conseguiu registrar em meio ao autoritarismo vigente. O Estado, naquela conjuntura, categorizava manifestações contra a discriminação racial como “tentativas de criar antagonismos no país”, “guerra psicológica adversa”, dentre outras. Na 148ª Audiência Pública da Comissão da Verdade Rubens Paiva, no dia 3 de novembro de 2014, o pesquisador Pádua Fernandes analisou documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que negavam a existência de racismo no país, alegando se tratar de “invenção” da esquerda. Custódio (2017, p.118)³² levanta o enquadramento de organizações como o Grupo Palmares (1971), Centro de Cultura e Arte Negra (1972), bloco afro Ilê Ayê (1974), Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (1974), Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (1975), entre outras entidades com pautas diretamente políticas e antirracistas, obrigadas a esconder seus jornais e a trabalhar para que sua linguagem não se enquadrasse no que a Ditadura Militar pudesse caracterizar como crime. Em Juiz de Fora, tivemos o próprio movimento Unibairros enquadrado na Lei de Segurança Nacional, em 1982.³³

A propósito, e curiosamente, o Golpe Militar de 1964 que assolou todo o país teve seu ponto de partida em Juiz de Fora, na tarde do dia 31 de março de 1964, liderado pelo general Mourão Filho, em direção à cidade do Rio de Janeiro. Contudo, desde as vésperas desse ato o clima de terror já pairava na cidade. O silêncio dos meios de comunicação locais só foi interrompido pelo próprio pronunciamento do general, declarando Minas Gerais em estado de guerra contra o presidente da República. Como destacado pelo relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, os veículos de comunicação mantidos e conduzidos pelos Diários Associados eram “uma poderosa rede de jornais e emissoras de rádio e televisão, em franca atitude de apoio aos planos de derrubada do governo João Goulart – propósito perseguido sem segredos ou subterfúgios” (2015, p.130).³⁴

Ainda assim, como veremos, os movimentos sociais criavam espécies de “esferas públicas subalternas”³⁵, nas quais a informação e a problematização da conjuntura continuavam. A exemplo, podemos citar a criação do jornal comunitário do Unibairros, jornal

³² CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) –1978-1990* (2017).

³³ “E no Unibairros eu criei a coluna do negro onde a gente fazia as discussões sobre as questões raciais. Durante um bom período eu assinava a coluna. Mas 82, 83 foi indiciado na Lei de Segurança Nacional. E aí a gente teve algumas preocupações principalmente de expor assinando nossos nomes. (Depoimento de Paulo Azarias em 16 de agosto de 2020, para a autora da presente dissertação).

³⁴ Acesso ao relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (2015) em: https://www.pjf.mg.gov.br/comissaodaverdade/documentos/relatorio_final_cmv_jf.pdf

³⁵ Utilizando a categoria analítica fundamentada e problematizada pelo historiador Fernando Perlatto (2018) no que se refere a como setores populares procuraram estabelecer arenas discursivas alternativas àquelas constituídas pelos segmentos elitistas, e também autoritárias.

do Grupo de Estudos Acotirene, MNU Alerta de Juiz de Fora, o jornal Negração, do Grupo de Estudantes Negros da UFJF, a rádio comunitária Mega FM, além da própria estruturação de espaços formativos de discussão e circulação de informações na cidade.

Nesse contexto de repressão e autoritarismos na política nacional, a forma como os sujeitos percebiam e interpretavam os acontecimentos variavam. Sobre isso, recuperamos a fala das entrevistadas Sandra Maria e Adenilde Petrina, bem como a trajetória de Cirene Candanda, a título de demonstração.

Mas lembro que eu estava com 17 anos quando deu o Golpe de 64. No dia 31 de março, 5h30 da manhã, minha mãe liga o rádio (...) Era a rádio nacional que predominava. E tinha, 8h da manhã, tinha o repórter Esso, que fazia a propaganda da gasolina. E aí deu falando que 5h30 da manhã partiu de Juiz de Fora não sei quantas tropas encontrando as tropas do Rio de encontro ao Maracanã. O exército tava tomando Brasília. E aí minha filha, foi Deus nos acuda. Foi ditadura. As rádios não voltaram mais. Foi uma coisa horrível, apreensão... uma angústia. A gente não ouvia nada, as notícias não chegavam... foi uma coisa horrorosa (Sandra Maria. Informação verbal)³⁶.

As memórias de Sandra Maria sobre esse momento vêm em forma de angústia profunda. Ela vivenciou boa parte desse período na cidade do Rio de Janeiro, para onde se mudou aos 25 anos, em 1969, em busca de melhores oportunidades de vida, algo a ser desdobrado em outra parte desta dissertação. De toda forma, seu entendimento acerca do que se passava se construiu a partir de suas andanças cariocas, nas comunidades, vivenciando repressões, panfletagem e contatos diversos com pessoas consideradas subversivas pelo regime instaurado.

Já Cirene Candanda³⁷ compõe uma primeira geração de militância negra contemporânea, presente nas narrativas de vários sujeitos da pesquisa. De acordo com esses relatos, durante o Regime Militar ela chegou a ser presa devido à sua atuação contestatória. Os relatos de Helena Oliveira³⁸ e do Pe. Guanair Santos nos forneceram elementos para compor a análise, uma vez que em diversos momentos citaram calorosamente Candanda.

³⁶ Sandra Maria Silva fez parte do Sindicato das Auxiliares de Enfermagem, Mulheres da Periferia, Associação Chica da Silva e Movimento Negro Unificado. Contava 77 anos no momento da entrevista, concedida nos dias 27 de janeiro e 17 de fevereiro de 2022. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Arquivo mp3, em torno de 7h40min de gravação. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

³⁷ Faleceu em 2006. Diversas buscas foram feitas na tentativa de precisar o ano do seu nascimento com vistas a determinar a geração de que fez parte, mas em vão. Pelos relatos, podemos ter como média um intervalo de tempo entre os anos 1930 e 1940. Recuperamos parte de sua trajetória por meio das entrevistas, sobretudo as de Helena Oliveira e Pe. Guanair, que tiveram contato direto com Candanda e que, espontaneamente, trouxeram sua memória durante os depoimentos.

³⁸ Helena de Oliveira fez parte do Axé Criança e Axé Mulher (1997). Tinha 78 anos no momento da entrevista, concedida no dia 18 de fevereiro de 2022. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Arquivo mp3, em torno de 1h30min de duração. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

A Cirene no Golpe de 64 foi presa, ela já participava do movimento. (...) Ela já participava da greve dos funcionários, ajudava muito as enfermeiras menos favorecidas. E todo mundo a chamava de comunista “**aquela enfermeira comunista**”, porque ela sempre se preocupou demais com os excluídos... então foi muito perseguida. A gente vê até que a Cirene morreu nova... ela participou de um movimento da Igreja Católica chamava JOC (Juventude Operária Católica), era um movimento muito forte, tipo um movimento negro a favor dos excluídos, e ela era uma das membras fundadoras. Depois ela passou pra CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que era mesma linha... foi uma das fundadoras do PT... era uma luta mesmo, em favor dos excluídos. Esse era o lema dela. Depois ela começou a fazer, como ela trabalhava na área da saúde, aí dentro do Conselho da Saúde ela criou muita voz, deu muita força. muita coisa hoje da área da saúde teve empurrão dela. (...) Ela ajudou a construir uma casa de parto... na saúde a gente deve muito a ela dentro de Juiz de Fora. O debate da anemia falciforme foi iniciativa dela, nós fomos em uma conferência no Rio e lá nós aprendemos tudo sobre anemia falciforme, anos 90 (Helena Oliveira. Informação verbal).

A trajetória de Cirene Candanda expressa a base de forças daquilo que constituiu o movimento negro em Juiz de Fora: Igreja, movimento de bairros, movimento de trabalhadores e a construção do Partido dos Trabalhadores. Todas essas articulações de Cirene foram repletas de conflitos, justamente por escancarar as desigualdades, incoerências e preconceitos dos indivíduos. Como conta o Padre Guanair Santos³⁹, em se tratando da experiência religiosa na Igreja, ela mesma denominava como negativa, embora reiterasse que “não arredo pé de jeito nenhum!”. E isso fazia com que a sua atuação nesses espaços fosse também potencializadora em termos de transformações.

Ela [Cirene Candanda] tinha um envolvimento com as Irmãs de Jesus Crucificado. E as Irmãs de Jesus Crucificado nasceram com essa opção de trabalhar na periferia. E as mulheres religiosas seriam trabalhadoras comuns. Cirene foi pra uma experiência dessa e não deu certo, porque ela era negona. **Era negra demais pra ta ali dentro. Pra ta ali dentro ela teria que ser uma negra subserviente. E não era o caso dela.** Então ela veio da experiência da JOC, JUC... e então ela tinha uma visão da realidade um pouco diferenciada. E lá na nossa região ela era representante do Conselho de Saúde, lutou bastante pela saúde e pelo desenvolvimento da mulher negra. Ela era participante de outros movimentos engajados no PT... e que na missa estava toda missa batendo o atabaque dela. Não importava o tempo ou época e ela tava lá batendo. Algumas pessoas não entendiam e outras sim e assim foi. Às vezes causavam certas polêmicas, mas tudo isso serviu para o desenvolvimento da comunidade (Pe. Guanair Santos. Informação verbal. Grifo nosso).

³⁹ Padre Guanair da Silva Santos foi do grupo Axé Criança e primeiro presidente do Conselho Municipal de Valorização da População Negra. Estava com 59 anos no momento da entrevista, concedida em 15 de janeiro de 2022. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Entrevista via plataforma Google Meet, em torno de 1h50 minutos de duração. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

Quando Pe. Guanair frisa que ela era “negra demais” para estar naquele espaço de mulheres religiosas, fica subentendido que o “ser negra demais” se contrapõe a ser subserviente. A experiência religiosa dela não se sobrepunha à experiência cotidiana e de organizações sociais: se complementavam. E, por essa razão, a figura de Cirene Candanda é significativa e merece ser recuperada. Não por menos, em 2015 foi sancionada em Juiz de Fora a Lei nº 13.256, instituindo o Dia Municipal da Mulher Negra Cirene Candanda, comemorado anualmente em 25 de julho, junto com o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha⁴⁰.

Ainda sobre o contexto ditatorial nacional em diálogo com as vivências de Juiz de Fora, focamos a entrevista de Adenilde Petrina⁴¹, geração posterior à de Candanda, que assim como esta permaneceu todo o período em Juiz de Fora e manteve estreito vínculo com a Igreja.

Como a gente não entendia nada a minha avó falava a ala, já vai levar o pessoal pra guerra! (...) Eu fui tomar consciência do que foi a revolução só na universidade. Mesmo com os padres discutindo com a gente, levando gente para conversar e falar o que rolava parecia que entrava numa orelha e saía do outro. (...) Éramos crianças... Padre Leopoldo entendia que era uma maneira de ajudar na transformação. Ele não concordava com a situação. (...) foi assim, interessante, mas eu era bem tapadinha e tudo. Mas aí eu percebi que sofri uma lavagem cerebral muito grande na universidade. Por exemplo, eu chegava em casa e meus colegas tudo classe média rico e eu a única pobre que morava na periferia (Adenilde Petrina. Informação verbal).

As memórias do golpe militar são algo muito forte nos relatos de Adenilde Petrina, que na época tinha 12 anos. É interessante perceber que o entendimento do que se passava na ocasião tinha como centro irradiador, principalmente, a Igreja, algo em comum entre vários dos entrevistados. A experiência da universidade, para Petrina, veio em meio a diversas contradições de raça e classe, assunto a ser debatido no capítulo 3, mas já podemos adiantar que essa situação a levará a escolher pertencer, durante toda a sua vida, a movimentos de periferia.

Nessa perspectiva, como exposto no trabalho da historiadora Juliana Pinto Carvalho (2007), desde o final da década de 1960 a vida político-econômica e cultural em Juiz de Fora havia sido profundamente modificada com a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O empreendimento resultou em uma maior “circulação de ideias”, o que cooperou, inclusive, para uma maior articulação e mobilização do movimento estudantil. Além disso, com o retorno

⁴⁰ Em 2023 foi inaugurado o Instituto Cirene Candanda, com foco na educação popular. Ver mais em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/10-03-2023/mulher-preta-e-homenageada-com-instituto-que-leva-o-seu-nome.html>. Acesso: 16 de out.2023.

⁴¹ Adenilde Petrina fez parte do Movimento Comunitário Unibairros, Rádio Comunitária Mega FM, Grupo de Estudos Afro-brasileiro Acotirene e da formação do Coletivo Vozes da Rua. Tinha 68 anos no momento da entrevista, concedida em 20 de junho de 2019. Entrevistadora: Hebe Mattos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=50uxi2oKJhg&t=1s&pp=ygULbGFiaG9pIHVmamY%3D>. Acesso: 10 de out. de 2023. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

do pluripartidarismo, na década de 1970, a mobilização política local se intensificou, daí a referida autora se deter na análise da formação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (CDDH-JF), vinculado à Igreja Católica.

Assim sendo, começaremos a análise do contexto de circulação de ideias e interpretações dos acontecimentos desse período a partir da própria Igreja. O trabalho supracitado ancorou-se em entrevistas com sujeitos que estavam na organização inicial do CDDH, e Carvalho conecta a atuação da entidade no caso da desapropriação das terras da comunidade Vila da Prata⁴² ao contato com o movimento comunitário Unibairros, o qual abordaremos mais adiante, uma vez que uma parcela significativa de lideranças negras na cidade teve participação inicial nesse movimento. No Centro de Defesa de Direitos Humanos, ao contrário, as lideranças eram quase que exclusivamente pessoas brancas. Ainda que trabalhassem questões populares, como a luta por moradia, que atingia substancial parcela de pessoas negras, a racialização das discussões ocorreu a partir da inserção, nesses movimentos, dos sujeitos negros que trabalhamos nesta pesquisa.

A Teologia da Libertação foi filosofia/prática nos espaços progressistas religiosos da Igreja Católica naquele momento, servindo como oposição direta à estrutura autoritária erguida, e teve participação direta na formação do movimento social negro de Juiz de Fora. De acordo com Michael Löwy (2007, p. 306), tal interpretação teológica do Evangelho se aproximava da teoria marxista à medida que a Igreja se aproxima da política e faz uma "opção preferencial pelos pobres", comprometendo-se com a luta dos excluídos. Pregava, em relação aos necessitados, agir não mais como se prestando um favor, mas no sentido de promover a justiça social. Para compreender esse movimento, parte-se do posicionamento do Concílio Vaticano II (1962-1965), introduzindo oficialmente uma nova concepção de Igreja, voltada para a causa dos pobres e dos oprimidos. Posteriormente, enfatizando a justiça social e os direitos humanos, a Conferência Episcopal, ocorrida em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968, contribuiu para o surgimento das Pastorais Sociais. O cenário no qual estava imersa toda a América Latina naquele momento era o de profundas crises sociais, políticas e estruturais, frutos da estrutura autoritária da polarização em meio à Guerra Fria.⁴³

A Igreja era o único espaço que os militantes de esquerda tinham para se reunir sem ser perseguidos e ameaçados. Nesse período também que eu acho que comecei o embrião de militância. Começaram aparecer uns padres franceses, operários e começaram a ir em sala de aula falar da revolução e que nós

⁴²O caso será abordado com maior profundidade no Capítulo 2.

⁴³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 30; BRUNEAU, Thomas C. *Religião e Politização no Brasil: a Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979, p. 28.

estávamos numa ditadura e fazer reuniões para discutir política (por volta de 1968-1969) [...] (Adenilde Petrina. Informação verbal).

Adenilde, que estudava no Colégio Santa Catarina, relembra como o seu entendimento de conjuntura resultou desse contato com militantes da Igreja Católica e com operários, com discursos sobre uma possível revolução que poderia se contrapor ao cenário de autoritarismo vigente. A partir disso, ela se inseriu na militância organizada, no que ela denomina como um momento “embrionário”.

A entrevistada Marilda Simeão⁴⁴, ainda que de uma geração posterior à de Adenilde, igualmente assinala a importância, em sua trajetória, da “Igreja revolucionária”.

Juiz de fora é movimentado por esses movimentos de Igreja primeiro. É nesse lugar que a gente começa a se construir como crítico de uma sociedade. Os mais velhos vão trazer essa igreja católica como revolucionária. E um tempo depois que vamos para outros espaços (Marilda Simeão. Informação verbal).

A partir desse cenário instaurado em 1964, marcado por repressão e autoritarismos, a Igreja serviu como abrigo e espaço para os diversos movimentos sociais, mesmo se desvinculados da religiosidade. Um clássico estudo na área da sociologia, e que contribuiu fortemente para nossa análise, é *São Paulo: o povo em movimento*, de Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant (1980). Como afirmam os autores: “Nenhuma outra instituição teria recursos e independência para abrigar estas formas embrionárias de defesa civil” (pp. 60-61). Recorrendo a isso surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como uma experiência de participação de leigos na Igreja Católica, assumindo a importância do social e do político, não se limitando ao caráter piedoso (1980, p. 62).⁴⁵ No Brasil, os maiores expoentes dessa perspectiva teológica foram Frei Betto e Leonardo Boff.

Com relação às comunidades eclesiais de base, eu achava muito interessante um método que era da Ação Operária Católica que era você ver, julgar e agir. Então você via a situação, você lia o evangelho, claro o que Jesus tinha falado do ponto de vista da teologia da libertação, e que na minha concepção era a coisa mais certa e verdadeira de ler. A gente achava, eu ainda acho, que Jesus era um revolucionário, era um socialista, um militante de esquerda na época

⁴⁴Marilda Simeão faz parte do Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora e atualmente preside o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Iniciou a trajetória nas organizações coletivas em movimentos secundaristas e da Igreja. Tinha 56 anos no momento da entrevista, concedida em 11 de julho de 2022. Entrevista via plataforma google meet. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

⁴⁵ “Difícil situar com precisão o momento de aparição das CEBs no Brasil, como é difícil desenhar os contornos do que vem a ser uma Comunidade Eclesial de Base. Embora sejam hoje grupos suscitados direta e indiretamente pelo clero, principalmente a partir do reconhecimento de seu estatuto de ‘célula inicial da estrutura eclesial’ no II Encontro do Episcopado latino-americano em Medellín (1968), foram de início, ao que tudo indica, grupamentos voluntários, com linhas e características ainda menos nítidas do que as que apresentam hoje. A enorme diversidade do fenômeno das CEBs, bem como sua extrema fluidez e ausência de unidade e organicidade - traços até agora respeitados pela hierarquia - não permitem que se faça com exatidão a história de seus começos.” Ver em SINGER e BRANT., op. cit., 1980, p.63.

dele né? Então a gente discutia o evangelho com o pessoal do bairro e jogava pra nossa realidade: e aqui no Candinha como é que tá? O que vocês tá passando? Aí todo mundo começava: ah estamos passando por isso, tem muita fome, no frio tem gente que passa aperto porque mora em barraco e o vento passa, passa pelos buracos e as pessoas adoecem... e aí o que a gente pode fazer? Ver, julgar e agir. Aí o pessoal dava sugestão, o pessoal voltava e aí a gente partia pro que tinha que fazer o que foi decidido em grupo. Conseguimos água, esgoto, calçamento, conseguimos até igreja (Adenilde Petrina. Informação verbal).

No trecho anterior, Petrina assinala como se dava a interpretação do Evangelho na ótica da Teologia da Libertação e seus impactos nos incipientes movimentos comunitários que surgiam em Juiz de Fora. Conquistas práticas na aglutinação de sujeitos em busca de melhorias e conquistas para a própria cidade. No Capítulo 2, subitem 2, interligamos essa movimentação também ao caso da comunidade Vila da Prata, que aparece de forma recorrente nos relatos de Paulo César Oliveira (PC), atuante no movimento comunitário Unibairros, além de outros.

A sistematização de formas de associações populares para resolução de problemas era incentivada diretamente; situações que afligiam trabalhadores, periferias e campo. As Comunidades Eclesiais de Base eram divididas em pastorais: pastoral do mundo do trabalho, pastoral dos direitos humanos e marginalizados, pastoral da periferia, pastoral afro-brasileira, todas com participação direta nas várias frentes constitutivas do movimento negro em Juiz de Fora.⁴⁶

Nesse cenário comum de lutas populares e discussões acerca de classe, os sujeitos negros já aglutinavam grupos para discutir a questão racial, ainda que isso não implicasse a saída dos participantes dos movimentos originários, fossem pastorais do trabalho, direitos humanos ou educação popular. O surgimento de grupos de estudos sobre a temática racial dentro da Igreja visava, além da discussão e denúncia do racismo, conscientizar as comunidades sobre seus direitos e a valorização da cultura negra em todos os âmbitos sociais, algo que estará muito presente em Juiz de Fora e que recuperaremos, posteriormente, a partir da trajetória do Pe. Guanair Santos e do grupo Axé Criança.

Além do âmbito religioso, faz-se necessário pontuar sobre a importância das esferas trabalhista e partidária na cidade nessa questão.

As pessoas para mim são as mesmas (sindicatos, PT e movimento negro de Juiz de Fora). Se perguntar pra mim quem são as pessoas da fundação do PT hoje não consigo ver uma coisa diferente das pessoas do movimento negro. O que é o PT? Essas pessoas do movimento negro (Maria Elizabete Oliveira. Informação verbal).⁴⁷

⁴⁶ Detalhamento das frentes no Gráfico 1, pág. 24.

⁴⁷ Maria Elizabete Oliveira, mais conhecida como Bete, fez parte da Associação Quilombo dos Palmares (1978), Grupo de Estudos Afro-Brasileiros Aticorene (1980), do movimento sindical (1990) e da formação da Diretoria

A fala de Bete é significativa para se compreender umas das particularidades da constituição do movimento negro em Juiz de Fora: a circularidade de sujeitos negros liderando diferentes organizações. Contudo, antes de abordarmos a formação do Partido dos Trabalhadores na cidade, e nesta a participação das lideranças daquilo que já era um movimento negro, é preciso discorrer sobre a participação dos sujeitos negros em movimentos sindicais no período da redemocratização. Para isso, a fala de Martvs das Chagas⁴⁸ sobre sua participação nesse contexto sindical é representativa da presença, de forma mais geral, de um sujeito negro em movimento.

Em 84, já com o PT formado e tudo, eu vou fazer parte de uma discussão com a tendência Democracia Socialista do PT. A gente que era formado basicamente por estudantes, a tendência que era hegemônica dentro do movimento estudantil era ligado ao MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro) e a tendência Democracia Socialista era ligado ao Estratégia, a nível nacional, que se organizava através do jornal Em Tempo. E, nas discussões internas, eu fui trabalhar na Siderúrgica Mendes Júnior, onde em 84 a gente organizou a oposição metalúrgica. Em 89, numa eleição fraudada perdemos a eleição e eu perdi o emprego. E voltei a trabalhar no sindicato dos têxteis. Foi o primeiro sindicato operário de Juiz de Fora a entrar para a CUT. Conseguimos início de 90 ganhar as eleições dos metalúrgicos (Martvs das Chagas. Informação verbal).

O sindicalismo aparece de forma contundente na trajetória de Martvs das Chagas, bem como na de Paulo Azarias, também da categoria dos têxteis, e de vários outros já mencionados. Em razão dos objetivos e limitações desta dissertação, tais questões não serão aprofundadas, mas espera-se que possam servir como um farol para futuras pesquisas sobre as relações de sujeitos negros nesses espaços. Como apontado pela historiadora Silvia Lara, no clássico artigo "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil" (1998), ainda que especificamente aborde fins do século XIX e início do século XX, a exclusão sistemática dos negros da história social do trabalho no Brasil pode também ser estendida para o final do XX e o próprio século XXI, uma vez que as análises, ao negligenciarem a racialização dos sujeitos, reforçam o imaginário sobre um operário universal, pensado como branco.

A exaltação do imigrante branco, associada à ideia da incapacidade do negro para o trabalho e à afirmação da passividade dos nacionais, devidamente

de Ações Afirmativas da UFJF. Estava com 57 anos no momento da entrevista, concedida em 23 de junho de 2022. Arquivo mp3, em torno de 2h6min de duração. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

⁴⁸ Martvs Antonio Alves das Chagas fez parte do movimento estudantil secundarista e universitário, Unibairros, Grupo de Estudantes Negros e Negras da UFJF, Centro de Referência da Cultura Negra de Juiz de Fora, e foi diretor do PT municipal e candidato a vice-prefeito duas vezes. Em 2001 foi eleito Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT. Tinha 55 anos no momento da entrevista, concedida em 14 de julho de 2022. Arquivo mp3, em torno de 57 min. de duração. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

depuradas de seus termos racistas, reapareceu na base das teses formuladas por sociólogos e historiadores do século XX sobre a transição da escravidão para o trabalho livre [...] (LARA, 1998, p. 29).⁴⁹

Os impactos de tais concepções tornaram-se um paradigma dentro do campo das ciências humanas no que diz respeito à classe operária no Brasil, inclusive no caso da dita “Manchester mineira”.⁵⁰ Ainda que os estudos sobre a classe operária brasileira na década de 1970 tenham ampliado análises, puxando outros agrupamentos profissionais (como têxteis, gráficos e portuários), destacando dinâmicas próprias, o cotidiano dentro e fora das fábricas, culturas etc., o antigo silêncio permanecia: o novo sujeito dentro da história social do trabalho continuava sempre pensado como um ser branco.⁵¹

Principalmente em se tratando-se da historiografia que aborda a classe operária e sindicalista para além dos grandes centros urbanos, as análises são incipientes. A mentalidade decorrente da tese de Florestan Fernandes, sobre a “anomia” da população negra, para justificar a marginalidade dos afro-brasileiros nas sociedades de classe e relações de trabalho, ainda que rechaçada teoricamente, de fato, perdura. Este nos parece ser o caso para a história de Juiz de Fora. Por isso, destaco a importância dos depoimentos colhidos junto as lideranças operárias negras organizadas que atuaram, depois, nas organizações negras da cidade, como Marilda Simeão detalha a seguir.

Azarias, o Zaca⁵², Lula, o pessoal da rede ferroviária, sindicatos... uma coisa que Juiz de Fora sempre teve foi sindicato, e essas ações que tinham do coletivo os sindicatos sempre esteve presente. Metalúrgicos, bancários, da

⁴⁹ "Assim, a abundante historiografia sobre a 'transição', apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a 'passagem' do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da 'substituição' do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu. O próprio termo 'substituição' chegou a ganhar contornos cada vez mais fortes. Se em Caio Prado e Florestan Fernandes ele aparecia ainda como um recurso quase retórico, em Martins ele chegou assumido literal e explicitamente (...)" LARA, op. Cit., 1998, p. 29.

⁵⁰ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle Époque mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

⁵¹ As contribuições de Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim* (1986), foram pioneiras ao abordar diretamente as tensões entre negros e portugueses. Outra a ser mencionada é Maria Lúcia Gitahy, autora de *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos 1889-1914* (1993). Outro destaque ainda é a obra *Negociação e conflito*, de João José Reis e Eduardo Silva.

⁵² Um dos fundadores do Centro de Referência da Cultura Negra (CERNE), militância pelo PT-JF. Faleceu aos 67 anos, em novembro de 2021.

prefeitura, Cirene Candanda⁵³, Martz, Régis da Vila⁵⁴... (era o pessoal preto dentro dessas organizações) (Marilda Simeão. Informação verbal).

Os sindicatos foram fundamentais para o encaminhamento de demandas práticas do cotidiano, para estruturar uma formação política inicial, despertar para a luta coletiva e, até mesmo, no apoio e fornecimento de uma estrutura física para os movimentos comunitários e, posteriormente, o próprio movimento negro. Essa ligação pode ser observada na fala de Paulo César Mariano⁵⁵, ao narrar seu contato com palestra do sindicalista Sinval Bambirra, promovida pelo PDT em Juiz de Fora, ao que tudo indica no início dos anos 1980.

Quando eu era jovem, não me lembro a idade ainda, eu passando na rua e vi um cartaz assim escrito: “o negro na cidade contemporânea.” Dia tal, hora tal no colégio Granbery. Eu nunca tinha visto uma discussão desse tema. Aí eu fui à Granbery. (...) Pouca gente mesmo. E tinha uma pessoa falando da questão do negro. Essa pessoa era Sinval Bambirra era um sindicalista, militante político, na época ele já era do PDT do Brizola. Depois que fui saber da história dele, um cara que defendeu muitos presos políticos na época da ditadura, chegou a ser preso e tal. E aí pensei: caramba! É isso que eu precisava ver e discutir, que maravilha as pessoas discutem isso! (...) Aí me despertou. Então a questão política e militância no movimento se deu praticamente no mesmo instante. Então comecei a frequentar reuniões do partido, aí fui sabendo que o PDT tinha a Frente negra brasileira... remontando a frente negra do passado. O PDT tinha projetos para a questão racial no Brasil... fui conhecer Abdias do Nascimento... (Paulo César Mariano. Informação verbal).

O processo de consciência e engajamento na luta organizada, para Mariano, se inicia a partir da escuta de Sinval Bambirra, entrelaçando raça e classe. “Caramba! É isso que eu precisava ver e discutir”, expressou com êxtase, demonstrando como as coisas começaram a se juntar e a fazer sentido. Entender todas as angústias, dilemas, dificuldades e injustiças que vinha vivendo e experimentando na própria cidade. Bambirra foi uma importante voz no período, tendo sido um operário têxtil de Belo Horizonte, exilado em 1969 durante o regime militar devido às duras críticas que fazia, e por ser uma das pessoas à frente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Ainda que tenha sido uma pessoa branca, racializava as discussões.

Outro a trilhar caminho parecido foi Paulo Azarias⁵⁶, que vivenciou a luta sindical dos têxteis. Orgulha-se de ter participado da chapa que derrubou o interventor que comandava a

⁵³ Integrou a Juventude Operária Católica, a Pastoral do Negro Kaiode, o Fórum da Mulher Negra, o Conselho Municipal de Valorização da População Negra e a Secretaria de Combate ao Racismo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores (PT). Faleceu em 20 de novembro de 2006.

⁵⁴ Compositor, presidente do Instituto do Samba/JF.

⁵⁵ Paulo César Mariano integrou a Associação Quilombo dos Palmares, o Grupo de Estudos Afro-Brasileiros Acotirene, Cursinho Baobá e foi do PDT Juiz de Fora. Estava com 59 anos no momento da entrevista, concedida em 6 de junho de 2022. Arquivo em mp3, 2h17min. de duração. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes

⁵⁶ Paulo Azarias fez parte do Unibairros, formação do partido dos trabalhadores em Juiz de Fora, do sindicato dos têxteis, do Movimento Negro Unificado JF. Possuía 63 anos no momento da última entrevista concedida em 18 de

organização sindical havia mais de 30 anos. A participação sindical mostra-se de suma importância para entendermos seu papel na fundação do Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora, bem como sua participação na própria construção do movimento negro na cidade e em suas ligações com o movimento negro nacional, a partir das relações da CUT com o MNU, a ser abordada na parte dois deste capítulo.

Entre os entrevistados, além de Mariano, Azarias e Dagna Gonçalves⁵⁷, que trazem de forma central em seus depoimentos a atuação sindical como ponte para inserção no movimento social, há também a trajetória de Sandra, pertencente a uma geração que antecede a dos sujeitos antes mencionados. Por meio dela, é possível recuperar o papel dos sindicatos para além da luta trabalhista, mas também como local de oferta de lazer à comunidade negra, ao promover bailes, sobretudo o sindicato dos têxteis.

E aí quando o sindicato da São Vicente construiu o sindicato dos têxteis (...). aí tinha bailes. A gente ia dançar. Era o encontro da garotada! E de diversão. eram os bailes da têxtil e os bailes. Cinema Palace, porque tinha racismo né. naquela época era segregação (Sandra Maria Silva. Informação verbal).⁵⁸

Tendo em vista a proibição de entrada nos bailes dos brancos, segundo Rita Félix Batista, tais bailes podem ser lidos como um projeto de resistência coletiva e de inserção social da população negra (2015, p.66). Os bailes no sindicato dos têxteis promoviam, de fato, o lazer para toda a comunidade, sem se restringir aos sindicalizados e suas famílias. Nos relatos dos frequentadores fica acentuado que a presença negra era predominante.

A questão de gênero atrelada às organizações sindicais, mesmo que com companheiros negros de trabalho, aparece de forma destacada na fala de Dagna.

Eu comecei a trabalhar no sindicato dos metalúrgicos, porque minha categoria fazia parte na época. (...) Aí um dia fui na reunião do sindicato dos têxteis e deu pau de novo. Aí me disseram: ‘quando fulano lá na frente levantar o dedo você levanta o dedo.’ Isso dentro do sindicato dos têxteis, e eu perguntei porque eu tinha que levantar o dedo o que ele ia falar que eu tinha que levantar o dedo. Ele disse que era porque foi uma discussão que já tinha sido feita. E eu pergunto se era uma discussão que era pra todo mundo porque já tinha sido feita eu não vou levantar meu dedo não, eu não sei o que se trata (Dagna Gonçalves. Informação verbal).

agosto de 2021. Ao todo serão utilizadas três entrevistas com ele (totalizando em torno de 3h20min): a primeira e a segunda realizadas por mim, respectivamente em dezembro de 2019 na sede do sindicato dos têxteis e uma fornecida por áudio no WhatsApp no dia 18 de agosto de 2020. A terceira foi feita pelo Laboratório de História Oral e Imagem UFJF, na própria casa do entrevistado. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta, que detalha sua atuação.

⁵⁷Dagna Gonçalves Costa fez parte do Movimento sindical, Conselho Municipal de Valorização da População Negra (CMVPN) e organizações negras dentro do Partido dos Trabalhadores. Possuía 56 anos no momento da entrevista concedida em 2 de junho de 2022. Arquivo mp3, 2h30min. Entrevistadora: Vanessa Ferreira Lopes. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira vez que seu nome for citado uma nota de rodapé direcionará para esta nota acima referida que detalha sua atuação.

⁵⁸ A trajetória de Sandra Maria Silva pode ser vista na nota de rodapé no. 36, à pág. 36.

É revelador, na fala de Dagna, as relações e hierarquias de gênero na esfera sindical, mesmo tendo classe e raça como condição em comum. Para nós, na presente pesquisa, trata-se de fator importante a ser analisado, pois se desdobrará em questionamentos sobre mulheres em novas organizações coletivas negras. Como apontado por Lélia Gonzalez⁵⁹, havia um “moralismo calvinista e machista” dentro das organizações negras (1982, p. 35). Para a autora, no contexto de formação do Movimento Negro Unificado, esse moralismo se caracterizava como um sentimento de ameaça diante da capacidade e sensibilidade das mulheres companheiras de luta confrontarem as ideias dos homens (González, 1982, p.35). No Capítulo 3, nos deteremos nas organizações de mulheres negras na cidade.

Por fim, para finalizarmos o mapeamento inicial da percepção e fatores influentes na formação de sujeitos políticos, excetuando-se a consciência individual, analisaremos algumas experiências/contribuições de lideranças negras atuantes em partidos políticos, destacadamente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Essas então principiantes organizações foram espaços relevantes de atuação, socialização e de tomada de consciência dos sujeitos na cidade.

Aí que eu descobri os partidos políticos porque aí eu entendi que a política eu já fazia: pelo enfrentamento, a luta contra a injustiça... de porque eu tinha que ser diferente, do questionamento..., mas aí eu aprendi a partidarização da política. (...) Entrar em um partido político com outro nível de discussão, e formação mesmo. Porque essa vibe de tá ali discutindo política e fazendo política daquela forma (Dagna Gonçalves. Informação verbal).

Dagna é filiada ao Partido dos Trabalhadores, com desempenho pujante na pasta de mulheres e atuação aguerrida como Secretária Municipal de Combate ao Racismo. A filiação política canaliza toda a luta política que ela fazia no cotidiano, individualmente, na luta contra injustiças. “A política pra mim não é isso, é algo maravilhoso que tá na minha vida o tempo todo, e na sua! Está nesse papo nosso que tá rolando aqui agora. Isso pra mim é a política” (Informação verbal).

O PT foi criado no dia 10 de fevereiro de 1980, e no mesmo ano foi solidificado em Juiz de Fora. Em São Paulo o partido teve na linha de frente da sua formação lideranças sindicais, intelectuais e militantes das Comunidades Eclesiais de Base. Além desses grupos, destacadamente para fins desta pesquisa, faz-se necessário ressaltar que boa parte das lideranças que fundaram o Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora integraram os movimentos negro e de bairro. Vale relembrar a declaração da nossa entrevistada Bete: “Se perguntar pra mim quem

⁵⁹No Capítulo 2, subitem 2 seus estudos serão trabalhados mais detalhadamente.

são as pessoas da fundação do PT, hoje não consigo ver uma coisa diferente das pessoas do movimento negro. O que é o PT de Juiz de Fora? São essas pessoas do movimento negro.”

O primeiro presidente do PT JF foi negro (Ivan Barbosa), o primeiro candidato foi Jorge Lima, depois Ivan Barbosa... PT teve 3 presidentes negros: eu mesmo, Ivan Barbosa e Jorge Lima. E o primeiro vereador negro da cidade Nata... (Martvs das Chagas. Informação verbal).

Infelizmente, grande parte dos sujeitos em torno da construção do partido já faleceram ou não se encontravam, no decorrer da pesquisa, em condições de saúde para compartilhar por si próprios suas trajetórias. Ainda assim, saudamos e registramos aqui: Ivan Barbosa⁶⁰, José Geraldo Azarias⁶¹, Gabriela Santana Crochet⁶², Natanael Amaral⁶³ e Jorge Lima⁶⁴.

⁶⁰Primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) em Juiz de Fora. Em 2008, foi candidato a vice-prefeito ao lado de Margarida Salomão (PT). Na década de 1990 chegou a romper com o PT e filiar-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas nos anos 2000 retornou ao partido de origem. Faleceu em maio de 2015, aos 79 anos. “Era eletricitista, Elétrica Barbosa. Tinha um carro que rodava. era muito respeitado no ramo de trabalho. sindicato... amigo direto do Lula. (...) foi vice da Margarida porque o pessoal negro do PT achava que deveria ser um negro. época que o PT valorizava candidatos com a cara do trabalhador” (Paulo César Mariano). Barbosa participou ainda ativamente no que nossos entrevistados denominam como a “primeira geração” do movimento negro na cidade, através do Grêmio Literário Cruz e Souza e Associação Cultural Lima Barreto, de caráter assistencialista e educativa. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta nota, que descreve sua atuação.

⁶¹ Mais conhecido como Zaca, foi também um dos fundadores do Centro de Referência da Cultura Negra (CERNE) em 1997. Professor de química, cursou Farmácia e Bioquímica na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no final dos anos 70, participando também do movimento estudantil. Criou o Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Faleceu aos 67 anos, em novembro de 2021. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta nota, que descreve sua atuação.

⁶² Nasceu no dia 18 de março de 1943, na comunidade do Tosa, no bairro Floresta. Gabi trabalhava, desde os 14 anos, na mesma fábrica que sua mãe. Em seguida, ingressou na Ordem Religiosa das irmãs francesas e cursou o magistério, lecionando na escola de sua comunidade. Trabalhou na Cúria Metropolitana, exercendo um relevante papel social e solidário. Ao conhecer o padre Bernard Marcel Crochet se apaixonou e foi autorizada pelo papa Paulo VI a se casar. Coordenou o “Lar Santa Cruz”, que acolhia crianças órfãs ou que não podiam ser criadas pela mãe por falta de recursos financeiros. Foi colaboradora da Creche Arco Íris, onde era responsável pela captação de recursos que garantem assistência e educação às crianças e famílias carentes. Militante Cristã, dos Direitos Humanos, do Movimento de Mulheres e do Movimento de Consciência Negra, foi a primeira candidata a vice-prefeita de Juiz de Fora (1982) e Secretária Municipal de Políticas Sociais. Organizou e participou, até quando a saúde permitiu, do Núcleo Petista de Santa Luzia, do grupo Fé e Política, da Ação Operária Católica (ACO), Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC). Professora primária aposentada. Era professora da rede pública estadual. Recebeu o Troféu Mulher Cidadã na categoria Direitos Humanos. Faleceu aos 74 anos, em novembro de 2017. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta nota, que descreve sua atuação.

⁶³ Líder comunitário do bairro Santa Luzia, ligado ao movimento popular da Igreja Católica e militante do movimento negro. Faleceu aos 58 anos, em fevereiro de 2010. Sua participação foi marcante no Movimento Trabalhador Cristão, como um dos fundadores do Grupo de Consciência Negra de Santa Luzia. Natanael foi o primeiro vereador do PT em Juiz de Fora, exercendo seu mandato entre 1989 e 1992. Presença forte no início do Conselho Municipal de Valorização da População Negra, foi presidente da Comissão de Ações Contra a Discriminação e Promoção da Igualdade, formada na Associação Municipal de Apoio Comunitário (Amac). Criada em julho de 1989, a Tribuna Livre vereador Natanael Elói do Amaral, nome em homenagem ao ex-vereador criador desse expediente, é um dos instrumentos encontrados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora para estreitar a relação entre os vereadores e a população. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta nota, que descreve sua atuação.

⁶⁴ Foi um dos fundadores do PT na cidade, candidato a prefeito nas eleições municipais de 1988, junto com a base da igreja, comunidades eclesiais de base. Infelizmente, não foi possível contatar Jorge para uma entrevista. “O Jorge Lima trabalhava parece que na Gasbrás, ele era motorista. E como retaliação, a empresa demitiu o Jorge

Mesmo com lideranças negras, e até mesmo candidatos ao legislativo, eleitos, tais fatos não excluem o racismo dentro da organização automaticamente. Nesse sentido, percebemos várias iniciativas desses sujeitos, buscando o combate ao racismo e a politização racial dentro do próprio Partido dos Trabalhadores no município. Dagna rememora o momento, em 1995, quando Jorge Lima e Natanael do Amaral começaram a discutir a necessidade de uma comissão de negros e negras dentro do partido, chegando a participar de um congresso da legenda em nível nacional. Após o congresso, as discussões endossaram e formalizaram, em 1996, a Secretaria de Juiz de Fora, uma das primeiras do PT em todo o país (informação verbal).

Além do Partido dos Trabalhadores, a formação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) soma ao se pensar a construção do movimento negro de Juiz de Fora. Um ponto a ser destacado é que, se por um lado as lideranças negras do PT tiveram de reivindicar espaço para colocar a questão do negro em pauta, o PDT na sua formação como partido, através do documento Carta de Lisboa, de 17 de junho de 1979, já sinalizava para sociedade brasileira o seguinte: “fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica” (1979, recurso online). Os pedetistas se orgulham do histórico de ser o primeiro partido a adotar, como compromisso programático, a causa da população negra como essencial para a luta pela democracia e justiça social.

Já em 7 de junho de 1981, na antiga sede do PDT, localizada na rua Álvaro Alvim 48, no Rio de Janeiro, foi instituída a Secretaria do Movimento Negro PDT, na presença de Leonel Brizola, Abdias do Nascimento e outras lideranças antirracistas.⁶⁵ Eleito governador, Brizola criou, em 1991, o primeiro órgão executivo estadual de políticas públicas para a questão racial, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (SEDEPRON), mais tarde denominada Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO), nomeando Abdias do Nascimento titular da pasta.⁶⁶

Em Juiz de Fora, nossos entrevistados ligados diretamente a essas discussões são Wilson Novaes (um dos fundadores, eleito vereador pela sigla e membro-fundador da Associação

Lima. E durante o período da campanha, o Paulo Delgado garantiu a sustentação do Jorge Lima. Foi nesse período que o PT fez um vereador que foi seu primeiro vereador que é o Natanael do Amaral. Terminada as eleições, o Jorge Lima passou por grandes dificuldades, já que o apoio do Paulo Delgado destinado a ele cessou. Jorge Lima passou por momentos difíceis até conseguir trabalhar na AMAC, onde se aposentou. E depois dessa situação eu não tive mais contato com o Jorge, mas é uma figura negra que teve uma participação fundamental na construção e consolidação do partido dos trabalhadores em Juiz de Fora. E a gente não tem notícia como o Jorge tá” (Paulo Azarias).

⁶⁵Ver mais em: <https://www.pdt.org.br/index.php/movimento-negro-do-pdt-40-anos-de-luta-coerente-em-defesa-do-povo-afro-brasileiro/>. Acesso 15 de fev. de 2023.

⁶⁶ Ver mais em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/videos/pdt-e-o-movimento-negro-1990/>. Acesso em 18 de fev. de 2023.

Quilombo dos Palmares) e Paulo César Mariano (Associação Quilombo dos Palmares, Grupo de Estudos Afro-Brasileiros Acotirene e Cursinho Baobá).

Sobre a organização do partido na cidade, Wilson Novaes⁶⁷ esteve envolvido, pois era filiado ao PDT nacional desde o seu surgimento, devido a sua estadia no Rio de Janeiro em 1979, tendo contato direto com Leonel Brizola, Carlos Alberto Oliveira dos Santos⁶⁸ e Abdias do Nascimento. Retornou a Juiz de Fora e se candidatou às eleições de 1988, elegendose vereador, cuja campanha e mandato serão analisados detalhadamente no Capítulo 3. Ter sido o primeiro vereador negro da cidade eleito efetivamente fazendo campanha centrada na causa negra, é motivo de orgulho para Wilson Novaes. Contudo, é interessante ressaltar que Novaes assinala a diferença entre o PDT de Juiz de Fora e o PDT nacional, uma vez que os membros da seção juiz-forana não apoiaram sua candidatura, sendo necessário a interferência do próprio Brizola na questão.

Na esfera desses partidos políticos, analisaremos, no Capítulo 3, as estratégias que os sujeitos empreenderam para a criação de comitês antirracistas ou lançamentos de candidaturas explicitamente antirracistas, mesmo sem o apoio do próprio partido. Essa questão fica explícita na fala de Martvs das Chagas, como visto a seguir:

“Quando eu vi que o movimento estudantil não dava conta de mim, que o movimento sindical ainda demoraria a chegar... e teve uma publicação no primeiro de maio que a gente fez uma publicação que os primeiros trabalhadores eram negros. Eu e Azarias distribuímos. Porque a CUT só reconhece o movimento operário a partir do primeiro COB em 1806, mas os primeiros trabalhadores chegaram aqui em 1534. (...) Essas discussões que eu falei é tudo do movimento social: pré-vestibular, CERNE, antes no UniBairros que eu fazia parte... então tudo isso aí era pra nós o movimento social raiz (Martvs das Chagas, Informação verbal. Grifo nosso).

“O movimento social raiz”, como afirma Martvs das Chagas, remonta à periferia, a organizações de educação popular, cujo público base era formado pela população negra local em busca de direitos numa cidadania excludente. Seja via movimento estudantil ou o sindical, a formação do movimento negro em Juiz de Fora remete, na expressão de Chagas, a uma

⁶⁷Wilson Inácio de Novaes foi fundador da Associação Quilombo dos Palmares, membro do PDT Juiz de Fora e primeiro vereador negro da cidade, eleito com uma campanha integralmente pautada no antirracismo nas eleições de 1988. Tinha a idade de 69 anos nos encontros realizados em 29 de outubro e 29 de dezembro de 2021. Aqui utilizo os termos “encontros” e “conversas” porque, de fato, não houve entrevista propriamente falando, uma vez que logo de antemão Wilson disse que não se sentia à vontade com o gravador de voz. Ele mesmo me deu um caderno para isso. Os registros de suas memórias são feitos por meio das anotações do caderno de campo de Vanessa Ferreira Lopes. Doravante, nos capítulos a seguir, a primeira menção a seu nome será seguida de nota de rodapé direcionando para esta nota, que descreve sua atuação.

⁶⁸Também conhecido como Caó, foi um advogado, jornalista e político brasileiro, cuja carreira se destacou pela luta contra o racismo, tendo sido o autor da Lei Caó, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (1989).

sensação de “não dar conta”, referindo-se sobre a necessidade de racialização das discussões feitas. E essa interpretação é, predominantemente, a mesma de todo o grupo de entrevistados desta pesquisa. Nesse sentido, compreendemos a cultura político-social do antirracismo como algo que rompe com as limitações do local, alcançando esferas transnacionais.

1.2. “OS PROBLEMAS DOS NEGROS BRASILEIROS SÃO OS PROBLEMAS DOS NEGROS DO MUNDO”: UM BREVE BALANÇO BIBLIOGRÁFICO DOS ESTUDOS DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO E A PERSPECTIVA TRANSNACIONAL

Acredito na afro-diáspora. Não temos o direito de ser cidadão garantido. Não tem pátria, não tem direito, tem que morar em favela. (...) Não tenho pátria, sou um negro em diáspora (Wilson Novaes. Informação verbal).

Ainda que o objetivo do presente estudo vise compreender as particularidades da constituição do movimento negro contemporâneo em Juiz de Fora, as questões que afligiam a cidade no período 1978-2010, em grande medida, eram problemas do mundo. Nesse sentido, recuperamos a fala destacada na epígrafe que acima este subitem, expressadas pelo entrevistado Wilson Novaes ao refletir sobre a luta por direitos e cidadania da população negra em todo o mundo. Os significados e as interpretações apoiam-se nas categorias analíticas de diáspora e “Atlântico Negro”, trabalhadas pelos estudiosos Paul Gilroy⁶⁹ (2001) e Stuart Hall⁷⁰ (2003).

A concepção de Atlântico Negro engloba, numa perspectiva macro analítica, as estruturas transnacionais modernas que contribuíram incisivamente para a ocorrência de comunicações globais e fluxos culturais das populações negras, conhecidos como diáspora africana. Isso implica falar de similaridades culturais que não são essencialmente americana, caribenha, britânica ou africana, mas, sim, um misto de todas simultaneamente, híbridas, que romperam as fronteiras étnicas ou nacionais. A analogia com o mar e oceano ressalta a mistura e motivações de formas complexas, entrelaçando o local com o global.

O desafio lançado por Paul Gilroy, de inserir as diversas trajetórias e histórias dos movimentos negros dentro de um campo político antirracista transnacional, nos é caro nesta

⁶⁹ Paul Gilroy é um sociólogo inglês e estudioso de estudos culturais que é o diretor fundador do Centro Sarah Parker Remond para o Estudo de Raça e Racismo da University College London. Sua obra mais conhecida é *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo: Editora 34 Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

⁷⁰ Stuart Hall foi um dos fundadores e diretor, durante seu período mais fértil, entre 1968 e 1979, do centro que foi o berço dos Estudos Culturais na Universidade de Birmingham (Inglaterra), de onde se transferiu para a Open University. Uma de suas principais obras é *Da diáspora – identidades e mediações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

pesquisa, ainda que abordado de modo incipiente em razão de delimitações dos objetivos a priori estabelecidos. Ainda assim, propomos interligar os fluxos e trânsitos das entidades e culturas políticas em comum de Juiz de Fora não apenas no plano nacional, mas também “[...]combinar e unificar as experiências modernas das comunidades e interesses negros em várias partes do mundo” (2001, p. 11). Afinal, as culturas políticas dos movimentos negros contemporâneos não se limitam às fronteiras nacionais.

[...] as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos, portanto, é fundamental olharmos as dinâmicas da diáspora africana como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação (Hall, 2003, p. 39).

Nessa contemporaneidade, destacadamente a partir da década de 1970, percebemos a influência de movimentos e ações de períodos anteriores, tais como os já mencionados *Négritude*, na França; o Movimento dos Direitos Civis e os Panteras Negras, nos EUA; lutas e campanhas de independência, no continente africano; e a mobilização contra o sistema de *apartheid* na África do Sul. De diferentes formas, eles proveram estratégias mobilizadoras que, efetivamente, transcenderam fronteiras nacionais, conformando o que chamamos de modernidade no Atlântico Negro.

Essa rede denominada diáspora, de acordo com Gilroy, possibilita novas percepções acerca das relações de solidariedade, de semelhança, sem, contudo, representar relações genealógicas, lineares ou teleológica étnica. Ao contrário, ela se diferencia por suas formas de agenciamento micropolítico nas culturas e movimentos de resistência, transformações e processos políticos que acontecem em escalas maiores que a local ou a nacional (Gilroy, 2001, p.20). Para o autor, a diáspora africana, em decorrência das circunstâncias que a geraram (dispersão, deslocamento, perda de vínculo com o território de origem etc.) obriga a não privilegiar o Estado-nação moderno em detrimento dos padrões transnacionais de poder, comunicação e circuito comunicativo, que possibilitaram aos dispersados conversar, interagir e até sincronizar elementos significativos de suas vidas culturais e sociais (Gilroy, 2001, p. 20).

Gilroy recorre à teoria da dupla consciência, formulada pelo sociólogo afro estadunidense Du Bois, para exemplificar a construção e mobilidade das identidades negras, dentro da dualidade entre as afirmações de particularidades raciais e os apelos universais modernos, que transcendem as barreiras raciais. O destaque recai nas experiências de deslocamento (do corpo e de ideias) e na reterritorialização das populações negras com base em outros significados. Trata-se também de formas geoculturais e geopolíticas de vida, resultantes de sistemas comunicativos para além da raça em si, do mais local ou mais global (Gilroy, 2001, p.25).

A perspectiva diaspórica, para Stuart Hall (2003), reflete a complexidade da identidade negra, políticas culturais e a luta em meio a uma globalização contraditória. Recentemente, os historiadores Kim Butler e Petrônio Domingues (2020) se debruçaram sobre essa perspectiva, entrelaçando o Atlântico Negro e Histórias Afro-brasileiras.

Esse referencial, portanto, consiste a apreender as experiências históricas em suas localidades político-culturais específicas enquanto as relaciona aos contextos globais, visto que as tramas históricas não transcorrem de maneira isolada, antes elas se comunicam, tecendo diálogos fluidos e circuitos descentrados de interdependências. O fato “local e global está atado um ao outro”, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é a condição de existência do outro (Butler; Domingues, 2020, p.xii).

Visualizamos um grupo e/ou comunidade dispersa pelo mundo, mas que mantém redes de relações, reais ou imaginadas, em razão de circunstâncias históricas em comum. Uma desterritorialização e reterritorialização da vida e memória em reelaboração contínua. E nesse sentido se constrói o antirracismo, que tem em sua essência esse tensionamento das fronteiras nacionais. O entrelaçamento e a fusão de uma cultura política que tem sua origem no tráfico de escravizados e impacto na atualidade.

Em geral, três grandes marcos são apontados por historiadores para assinalar a transnacionalização do discurso do movimento negro contemporâneo brasileiro: o contexto de luta antiapartheid (1970-1995), a consolidação do Movimento Negro Unificado (1978) e a Conferência de Durban (2001)⁷¹.

A respeito da luta antiapartheid na África do Sul, numa perspectiva transnacional de perceber as imbricações com o movimento negro brasileiro contemporâneo, destacamos os trabalhos recentes de Ana Júlia Pacheco (2021). A historiadora busca analisar os indícios, estratégias e impactos do *apartheid* sul-africano nas lutas políticas travadas no Brasil e demonstrar como o movimento negro brasileiro se fez partícipe do movimento antirracista na diáspora, espaço em que as experiências de africanos e descendentes, nas Américas e na Europa, estão interconectadas e se influenciam mutuamente.

Como exemplo, vale citar o peso que ativistas e intelectuais referências, como Steve Biko e Nelson Mandela, têm no contexto brasileiro. Pacheco mostra como, em 1986, o hino do Congresso Nacional Africano tornou-se uma espécie de hino do movimento negro brasileiro,

⁷¹ Com ampla participação brasileira, a reunião da ONU, realizada em 2001 na África do Sul, impulsionou a criação de políticas públicas para o enfrentamento ao racismo. Ver mais em: TRAPP, Rafael Petry. *A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)*, Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2014; TRAPP, Rafael Petry; SILVA, Mozart Linhares da. Para além do Atlântico Negro: problematizações sobre antirracismo e transnacionalismo no Brasil (1978-2010). *Oficina do Historiador*, v. 5, n. 1, pp. 35-54, 2012.

adotado por diferentes atores da luta antirracista, de militantes a artistas. O cantor Djavan, por exemplo, interpretou a canção, na língua zulu, no álbum *Meu Lado*, acompanhado por um conjunto vocal sul-africano. No trabalho de Marcus Cardoso, sobre o movimento negro em Belo Horizonte (2001), o autor destaca a existência de um Comitê de Solidariedade à luta do povo sul-africano na capital mineira.

Em Juiz de Fora, Paulo César Mariano rememorou seu envolvimento numa tentativa de criação do Partido da Frente Nacional de Libertação, ainda nos anos 1980, durante a redemocratização, revelando o significado por trás do nome escolhido.

A gente estava articulando de criar esse partido logo na abertura democrática... partido negro ia chamar PFNL: Partido da Frente Nacional de Libertação. (...) Por que os movimentos de libertação no mundo na África tinham esse nome né? Os partidos africanos de Angola, Moçambique... Tudo tinha... então, mas na verdade era pra chamar Partido da Frente Negra entendeu? Para não falar partido da Frente Negra era o Partido Nacional da Frente pela Libertação. Aí tinha um estatuto e tal acabou não indo para frente (Paulo César Mariano. Informação verbal).⁷²

Do leque de entrevistas realizadas, as de Paulo César Mariano e Wilson Novaes evidenciaram atenções a cunhos transnacionais. Novaes demonstrou estreitas aproximações com os debates políticos relacionados ao contexto sul-africano, devido à associação da qual era membro-fundador: a Quilombo dos Palmares, a primeira organização efetivamente antirracista de origem na cidade (1978). De acordo com seu depoimento, a organização tinha uma perspectiva panafricanista, tanto no campo teórico quanto no prático, uma vez que Novaes empreendia esforços para estar conectado com as lutas travadas no continente e estabelecer conexões com ativistas da causa (destacadamente, nigerianos, angolanos e moçambicanos).

Em 1983, ainda na vigência do regime do *apartheid* na África do Sul, Novaes viajou para Moçambique. Em 1991, quando da vinda de Nelson Mandela ao Brasil, participou da comissão que estudava a vida de Mandela e que preparou as comitivas para recebê-lo no país. Ele levou consigo Natanael do Amaral (liderança negra, vereador do PT e do movimento de Igreja), encontrando-se com Mandela no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro (informações orais).⁷³

Novaes viajou ainda por Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, na África, e a França, na Europa, devido a editais de financiamentos de projetos custeados pela Fundação

⁷² Sobre a atuação de Paulo César Mariano e informação sobre entrevista, ver nota de rodapé no. 55.

⁷³ O contato com Wilson Novaes se deu durante dois dias, tendo sido combinado um terceiro para acessar as documentações e fotografias que armazena, como as do registro de Nelson Mandela no Brasil. Contudo, o encontro não ocorreu devido ao ritmo do desenvolvimento da pesquisa e em razão de questões pessoais e de saúde de Novaes.

Ford e pela Petrobras. Essa vivência contribuiu demasiadamente para o enriquecimento de sua bagagem política e para uma visão diferenciada diante das organizações negras na cidade de Juiz de Fora. As conexões internacionais foram facilitadas em função do contato mais próximo, desde a juventude, com a cidade do Rio de Janeiro e, particularmente, com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Isso propiciou seu engajamento e participação em reuniões políticas sobre o tema. Na época, retornava a Juiz de Fora a cada quinze dias, após visitar parte da família no Rio.

Ainda sobre essa transnacionalização antirracista, Novaes, logo no início da entrevista, mencionou o fato de inspirar-se em Marcus Garvey⁷⁴, enfatizando a questão da união entre os negros, a diáspora africana, o fim do colonialismo europeu na África e a unificação política daquele continente. Como Garvey, Novaes manifestou o desejo de “retorno à África”, mas logo tratou de pontuar que “não é racista”, certamente, devido ao caráter “separatista negro” do garveísmo.

Voltando à questão dos marcos definidos pelos historiadores, o segundo ponto que nos é caro para o entendimento desse movimento negro contemporâneo é a formação do Movimento Negro Unificado, em 1978, em São Paulo. Para isso, faremos uma breve síntese da sua formação simultaneamente ao levantamento das principais bibliografias sobre o tema. De fato, a bibliografia sobre o movimento negro brasileiro contemporâneo é valorosa no que diz respeito às abordagens propostas, mas ainda de pequena monta em termos quantitativos, resultando em uma lista reduzida que pode ser reproduzida em um parágrafo.

Destacamos: Lélia González. *O movimento negro na última década* (1982); Joel Rufino dos Santos. *O Movimento Negro e a Crise Brasileira* (1985); Marcos Antônio Cardoso, *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998* (2001); Petrônio Domingues, *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos* (2007); Flavia Mateus Rios, *Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo* (2008); Amilcar Araújo Pereira, *“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, 1970-1995* (2010); Alexandre Reis Rosa, *Do Encontro das Águas ao Atlântico Negro: organização, difusão de frames e os limites do ativismo transnacional no movimento negro*

⁷⁴ Marcus Mosiah Garvey (Saint Ann's Bay, Jamaica, 17 de agosto de 1887 – Londres, 10 de junho de 1940) foi um ativista político, editor, jornalista, empresário e comunicador jamaicano. Foi fundador e primeiro presidente da Associação Universal para o Progresso Negro e Liga das Comunidades Africanas (UNIA, no acrônimo em inglês), organização através da qual se autoproclamou "presidente provisório da África". Ideologicamente vinculado ao nacionalismo negro e ao pan-africanismo, suas ideias dariam origem ao chamado "garveyismo". Ver mais em Wikipedia. https://en.wikipedia.org/wiki/Marcus_Garvey . Acessado em 18 de dez.de 2023.

brasileiro (2011); Lourival Aguiar Teixeira Custódio, *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) –1978-1990* (2017).

Destes, apenas Joel Rufino Santos, Marcos Antônio Cardoso, Petrônio Domingues e Amílcar Pereira eram/são historiadores. Outra característica a ser destacada é que grande parte desses autores atuaram/atuam simultaneamente na academia e em movimentos sociais, tendo em comum em seus trabalhos a década de 1970 como recorte temporal, período que assinala a ruptura com estudos antecessores no que tange à crítica ao mito da democracia racial e às reivindicações de políticas institucionais.

O trabalho de Lélia González⁷⁵ no livro *Lugar de Negro*, em coautoria com o sociólogo Carlos Hasenbalg, buscou demonstrar os avanços da dita consciência negra entre os negros brasileiros e problematizar o preconceito racial ativo dos brancos mascarado pelo mito da democracia racial. O objetivo foi comprovar como o problema étnico está ligado, desde o início, à questão de classe e aos destinos políticos do Brasil enquanto nação. O estudo representou, na época, um novo paradigma de análise, atento às dimensões estruturais das desigualdades raciais. Nesta pesquisa, nos ateremos mais profundamente à contribuição desse trabalho, pois, além do novo paradigma de análise das relações raciais e dos movimentos sociais negros na contemporaneidade, traz o olhar de uma acadêmica e liderança destacada inserida em todos esses acontecimentos.

O livro é organizado em duas partes. A primeira, a cargo de Lélia Gonzalez, intitula-se "O movimento negro na última década", dividida em subcapítulos, nomeadamente: O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra; Movimento ou movimentos negros?; Experiências e tentativas; A retomada político-ideológica; e O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. A autora questiona o que caracterizou como "milagre" econômico, que seria o "casamento entre um estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional", destacando como a população ficou completamente excluída da partilha do bolo do "milagre", particularmente a população negra.

É nesse sentido que ela justifica e faz uma reinterpretação da teoria do lugar social de Aristóteles, mostrando que nos dias de hoje o lugar natural do grupo dominante são os lugares mais belos e amplos, do campo e da cidade, repletos de policiamento e segurança, enquanto à população negra cabe as senzalas, prisões, cubículos, favelas, cortiços e lugares de invasão. Ou,

⁷⁵ (1935-1994) foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado e do Olodum. Importante nome para o movimento de mulheres negras.

ainda, os "conjuntos habitacionais", modelos de guetos nos países desenvolvidos. González, ao analisar e salientar essa divisão racial do espaço, expôs o quanto o sistema capitalista se beneficia desse quadro, principalmente na manutenção de uma mão de obra de reserva.

No subcapítulo "Movimento ou movimentos negros?", a autora defende o uso do termo no singular, ainda que inicie a discussão sobre a complexidade e multiplicidade de variantes do movimento, que não caberiam em um bloco monolítico abrangendo desde quilombos, irmandades, associações de ajuda, candomblé, movimentos populares etc. Para González, a singularidade do movimento parte da sua própria especificidade: o significante negro. A autora ainda analisa as entidades negras em grupos distintos, de acordo com as atividades desenvolvidas, designando-as de "tentativas e experiências": seja as recreativas (com perspectivas e anseios ideológicos elitistas) ou as culturais de massa (afoxés, cordões, ranchos, blocos e escolas de samba). O golpe de 64, na visão da autora, implicou a desarticulação das elites intelectuais negras, ao passo que as entidades de massa se submeteram a um processo de integração numa perspectiva capitalista.

Esse momento de crescimento populacional negro, na sua concentração urbana, e relações capitalistas em todos os níveis (inclusive na indústria cultural) leva ao que González denomina como "uma nova consciência quanto à exploração econômica", culminando na formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978. A autora recupera um depoimento, que atribui a "companheiro de luta", com o qual interliga a formação do MNUDR a contextos transnacionais. Aponta, por exemplo, a retomada do teatro negro, bailes blacks, grupos de estudos do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (1974 RJ), Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB- Salvador), exposições de arte... O relato é análogo às falas de Wilson e Mariano, principalmente quanto às informações que circulavam internacionalmente e seus impactos no que acontecia em Juiz de Fora.

Em meio a isso, González ressalta como nessas reuniões as mulheres começaram a se agrupar em salas específicas, discutindo problemas comuns, como o machismo e o paternalismo dentro do próprio movimento. Uma das principais bandeiras de luta no campo político, teórico e prático (que na verdade a autora fazia tudo intrinsecamente) foi o campo do feminismo negro e da luta por um não apagamento das contribuições das mulheres negras no desenvolvimento e expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970.

Os anos seguintes testemunharam a criação de outros grupos de mulheres negras (Aqualtune em 1979, Luísa Mahin em 1980, Grupo Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1982) que, de um modo ou outro, foram reabsorvidos pelo movimento negro. Todas nós, sem jamais termos nos distanciado do movimento negro, continuamos nosso trabalho de militantes no interior das organizações mistas a que pertencíamos (André Rebouças, IPCN, Sinba,

MNU etc.) sem, no entanto, desistir da discussão de nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o movimento negro não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos (González, 1982, p.86).

As reuniões do grupo Afro-Asiático cresciam e o aprofundamento das discussões no campo político também, fazendo com que, em setembro de 1974, o grupo se transformasse na entidade Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Alguns meses depois, divergências racharam o grupo, com uma parte optando por desenvolver trabalhos na zona sul do Rio de Janeiro, enquanto a outra (SINBA) defendia que os trabalhos deveriam migrar para a zona norte da cidade. À banda da zona sul juntaram-se famosos atores negros da Rede Globo e profissionais liberais. O outro lado acabou por dar origem ao IPCN, de acordo com depoimento do militante Paulo Roberto a González. O objetivo do IPCN, mais do que a valorização da cultura negra, era a mobilização política do negro (González, 1982, p.37). O IPCN também enfrentaria dissidências em curto período de tempo, mas se firmaria na cidade e contribuiria para o surgimento de vários grupos menores.

A influência dessa organização carioca em Juiz de Fora é citada por Wilson Novaes e Paulo César Mariano, sobretudo na produção de materiais de estudo e nas discussões da Associação Quilombo dos Palmares e do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros Acotirene, algo que veremos de forma mais aprofunda no Capítulo 3. Apesar das dissidências, a partir de 1976, e de um crescente contato entre grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo em termos de movimento negro, as discussões tinham como cerne a criação de um movimento negro de caráter nacional. E assim se deram as bases do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, cuja criação efetiva, como já mencionado, data de junho de 1978 em São Paulo, juntando entidades cariocas e paulistas. González ressalta o fato de não haver, na fundação do MNU, nenhuma grande personalidade, e sim "uma negrada anônima", com diversas lideranças forjadas durante o regime ditatorial militar.

A autora inicia o subcapítulo "O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)" recuperando a carta convocatória da entidade para o ato público contra o racismo, a qual publicamos integralmente a seguir:

"Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira, contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida.

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-

Brasileira, destrói a alma do homem negro e a sua capacidade de realização como ser humano.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18,30 horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela Imprensa.

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaianazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube de Regatas Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevistas nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal a confiança de que não será punido por seu ato.

Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüentemente morte de um cidadão. Mas o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossar fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo.

Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente.

Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.

TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL

PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS. (Carta Convocatória para o primeiro ato público do MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial)

O ato, ocorrido no dia 7 de julho, foi um marco histórico, assinalando a convergência dos vários grupos negros antirracistas para, em praça pública, contestar as práticas racistas. Foi um momento de efetiva organização política dos negros. O ato simbólico foi a ocupação das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo com cartazes e faixas, moções de apoio, discursos e a presença de cerca de duas mil pessoas. Na manifestação, foi lida a Carta Aberta à População, que dizia:

(...) Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! (...) Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. um novo passo foi dado na luta contra o racismo. (...) O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denuncia permanente de todo o ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. (...) Portanto, propomos a

criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira. (...)" (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Carta aberta à população – Contra o racismo, 1978).

Na segunda Assembleia Nacional, marcada para o dia 4 de novembro de 1978, em Salvador, o MNUCDR foi acusado, pela Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, de ferir a Lei Afonso Arinos. A Polícia Federal tentou impedir a reunião, que foi realizada em outro local e serviu para a organização e preparatória do Congresso de Culturas Negras das Américas, conforme informações colhidas de Milton Barbosa.

Lélia González, no livro, cita eventos internacionais dos quais participaram, como: o II congresso das Culturas Negras das Américas, realizado no Panamá em 1980; seminários como "Democracia para o Brasil", em Nova Iorque, 1979, "A Mulher sob o Apartheid", no Canadá e Finlândia em 1980 (dos quais González foi vice-presidente), e Situação Política, Econômica e Social do Brasil", na Itália, em 1981; simpósios como "Economia e Política no Mundo Negro", Los Angeles, 1979; "Raça e Classe no Brasil", em Los Angeles, 1980; encontros como o IV Encontro da Associação de Estudos Latino-americanos, Pittsburgh, 1979; Encontro Preparatório da Conferência da Década da Mulher, Suíça, 1980; II Encontro da Associação de Estudos da Herança Africana, Pittsburgh, 1979; Conferências como "Os Direitos Humanos e a Missão da Mulher", promovida pelo Conselho Mundial das Igrejas, em Veneza, 1979; Conferência Alternativa da Década da Mulher, Copenhague, 1980; Sanções contra a África do Sul (promovida pela ONU), Paris, 1981; palestras e entrevistas variadas nos EUA, Europa e África (GONZÁLEZ, 1982, pp.61-62). Nesse sentido, percebemos a eclosão do que chamamos antirracismo se configurando em transnacional por excelência.

Em novembro de 1982, Lélia Gonzalez participou, em Juiz de Fora, da Semana de Estudos Afro-brasileiros, ano em que disputou as eleições como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores.

Figura 2 - Fotografia 1 – Entrevista Lélia González em Juiz de Fora para o Tribuna de Minas



Fonte: Jornal Tribuna de Minas, 28 de novembro de 1982.

Material cedido pela pesquisadora Giovana Castro, de seu acervo pessoal.

Em sua palestra, a acadêmica e militante enfocou a República dos Palmares, ressaltando como os quilombos se constituíram uma tentativa efetiva de sociedade alternativa, na qual os explorados e oprimidos tinham vez e voz. Em termos políticos, defendia que os negros deveriam lutar pela transformação da sociedade e por um socialismo democrático e libertário, conforme entrevista que concedeu ao jornal Tribuna de Minas. O evento promovido em Juiz de Fora, prestigiado por diversas organizações locais, demonstra como os referenciais da cultura de luta circulavam na cidade, tanto é assim que, de forma inequívoca, todos os entrevistados referem-se a Lélia González como uma contemporânea-chave para aquele momento e mencionam a importância de sua visita.

Retomando a questão das bibliografias sobre o movimento negro contemporâneo, destacamos o texto do historiador Joel Rufino dos Santos (1985). Nele, o objetivo do autor foi debater a controvérsia em torno da definição da própria categoria "contemporânea" referente ao movimento negro: se considera "apenas" o conjunto de entidades e ações organizadas na luta contra o racismo ou todo o conjunto de "estratégias de sobrevivência" e dinâmica cultural do negro no Brasil? O autor, por fim, advoga pela segunda alternativa, uma vez que a primeira seria "excludente e evolucionista", "hierarquizando as ações sociais" que não são explicitamente políticas:

se vê claramente que a melhor definição de movimento negro é: todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do

negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como "clubes de negros"), artísticas (como o Grupo de Dança Afro Olorum Baba Mi), culturais (como diversos "centros de pesquisa") e políticas (como o MNU); e ações de mobilização-política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e "folclóricos" - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (Santos, J., 1985, n.p.).

O autor fala em "infância" desse movimento social na década de 1930, uma vez que tal mobilização permanecia "no ventre" da ideologia da democracia racial, isto é, as estratégias do movimento negro da década de 1930 não rompiam com o mito. O preconceito contra o negro era atribuído ao "complexo de inferioridade" do próprio negro, mas acreditava-se que poderia ser vencido com estudo e autodisciplina, enquanto o atraso dessa parcela da população era visto como sendo fruto da escravidão. A fase integracionista, conforme afirma Santos, é caracterizada por atividades de recreação, esportivas, sociais e assistenciais, atividades essas que iriam ter continuidade nos já conhecidos "clubes de negros", entre 1937 e 1950.

A partir dos anos 1970 ocorre o que ele denomina como uma "atitude negra", permeada pela questão de identidade e influenciada por escritos então em voga, tais como os produzidos por Malcolm X, Angela Davis e James Baldwin. Acrescenta a esse caldeirão a influência das independências dos países africanos e o *boom* do acesso ao ensino universitário. Contudo, aqueles advindos de grupos marginalizados, apesar de obterem titulações, continuavam invisíveis ou subvalorizados no mercado de trabalho, preteridos em prol do branco.

A última "leva" de bibliografias sobre o movimento negro contemporâneo está concentrada em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, a começar pelo estudo *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*, do historiador Marcos Antônio Cardoso. O trabalho de Cardoso (2001), uma revisão crítica da história da população africana no Brasil, tem como cerne o entendimento do movimento social negro contemporâneo como uma continuidade das lutas travadas pela população negra no passado, destacadamente, a experiência histórica do quilombo, ou seja, o autor recupera a resistência negra no processo de afirmação política da população negra. Desse modo, Cardoso busca analisar as ações culturais e políticas realizadas pelo movimento negro na cidade de Belo Horizonte e suas articulações nacionais.

A tese de Cardoso consiste em evidenciar que a particularidade que distingue o movimento negro de outros movimentos sociais está, principalmente, no equilíbrio que este faz

entre tradição, herança cultural e ancestralidade, ainda que dentro da “modernidade” (Cardoso, 2001, p.12). A tradição desse movimento surgiu a partir da negação de uma identidade dominante para a busca de elementos que valorizem a alteridade das raízes africanas. Nesse sentido, entra a resistência negra, mesmo diante das tentativas de destruição cultural. À tal perspectiva, o trabalho busca articular o que chama de uma linha evolutiva entre o movimento negro contemporâneo e sua luta antirracista com as formas de organizações anteriormente elaboradas pela população negra para resistir à escravização.

Em relação ao artigo do historiador Petrônio Domingues (2007), vale ressaltar que, logo de imediato à sua publicação, tornou-se uma leitura obrigatória para os estudos no campo da historiografia do movimento negro brasileiro. O autor assim manifesta seu entendimento de movimento negro:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça” e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, pp.101-102).

Tal definição se contrapõe àquela anteriormente destacada da obra do historiador Joel Rufino dos Santos e se coaduna, em grande medida, com a tese de Lélia González, uma vez que parte do entendimento de que qualquer organização negra, ao longo da história, se constitui movimento negro, englobando grupos de capoeira, irmandades negras, terreiros de candomblé e escolas de samba. Para Domingues, a diferenciação dessas organizações para o movimento negro em si, ou seja, movimento político, está na mobilização racial (negra).

E é a definição de Domingues que adotamos como premissa para definir o recorte de sujeitos e organizações negras contemporâneas a serem trabalhadas em Juiz de Fora. Ainda que, antes da década de 1970, se tenha o registro histórico de clubes negros, terreiros de candomblé, times de futebol, agremiações de samba e associações de bairro, estes não eram vistos ou definidos, por eles mesmos, como movimento político de mobilização racial negra. A essas organizações denominamos, nesta pesquisa, “movimento de negros”, isto é, sujeitos negros reunidos movimentando-se nos diversos espaços da sociedade, algo por si só revolucionário, tendo em vista o predominante discurso da miscigenação e o apagamento racial no período. Ao invés de “diluir” sua presença em espaços predominantemente brancos, tais sujeitos se concentravam e construíam espaços negros. Nesse sentido, também nos afastamos da armadilha

para a qual Joel Rufino dos Santos (1985) alerta, de hierarquização das múltiplas organizações negras ao longo da história.

Retomando o trabalho de Petrônio Domingues, vale lembrar que o autor se preocupa também em demonstrar como, ao longo de todo o período republicano, especificamente entre 1889 e 2000, o movimento negro esteve organizado, envolvendo diferentes atores e propostas. Domingues propõe dividir essa organização em 3 etapas específicas, mas os diferentes níveis têm em comum a luta pela inclusão social do negro e a superação do racismo na sociedade brasileira.

Pelo escalonamento deste autor, a primeira fase do Movimento Negro organizado data do início da Primeira República até o Estado Novo (1889-1937), período caracterizado por agremiações de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural. Domingues enquadra nesse período as associações negras, que conseguiam agregar um número nada desprezível de “homens de cor”, como se dizia à época, a imprensa negra, numerosa e travando uma batalha contra o “preconceito de cor”, e encerra com a Frente Negra Brasileira, uma das primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas e com representação em vários estados do país.

A segunda fase destacada por Domingues abrange da Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964). Dois dos principais agrupamentos dessa fase foram a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro. O primeiro tinha por propósito (manifesto no próprio estatuto) “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Já o segundo, para além de ser um grupo teatral integrado apenas por atores negros, publicou o jornal *Quilombo*; instituiu cursos de alfabetização e de corte e costura; criou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe; e mais tarde realizou concurso de artes plásticas que teve como tema o Cristo Negro, com grande repercussão na opinião pública (Domingues, 2007, p.109).

Por fim, a terceira fase⁷⁶ proposta por Domingues abarca o recorte temporal desta pesquisa: situa-se do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000),

⁷⁶ Quarta fase do Movimento Negro organizado na República (2000 -?): uma hipótese interpretativa alguns elementos sinalizam que no início do terceiro milênio está se abrindo uma nova fase do movimento negro, com a entrada em cena do movimento hip-hop, por vários motivos. Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. Além disso, o hip-hop expressa a rebeldia da juventude afrodescendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro; seus adeptos procuram resgatar a autoestima do negro, com campanhas do tipo: Negro Sim!, Negro 100%, bem como

marcado, principalmente, pelo surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). A reorganização política antirracista ganha vida no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil e do supracitado cenário de convulsão social transnacional.

Já o trabalho da socióloga Flavia Mateus Rios (2008), intitulado *A institucionalização do movimento negro contemporâneo*, investiga o processo de profissionalização dos militantes e a formalização e burocratização das organizações, além de observar as novas estratégias de mobilização de recursos do ativismo em questão. A autora interliga esse movimento com as oportunidades políticas e apropriações que ativistas fizeram do Estado durante o período de redemocratização do Brasil.

Destacamos ainda a revisão bibliográfica extensa e profunda que a autora faz da literatura sobre as relações raciais no primeiro capítulo, o qual busca responder o que os estudos das relações raciais têm a dizer sobre a mobilização negra no Brasil e quais são suas interpretações sobre a emergência e o desenvolvimento do movimento negro contemporâneo na literatura sociológica.

Por estar no campo da sociologia, a autora critica a insuficiência de interlocução das pesquisas com as teorias de ações coletivas. Em seu trabalho, Rios oferece uma síntese crítica, contribuindo com o fornecimento de ferramentas analíticas e conceituais para o estudo dessa temática, ao lançar mão de instrumentos como a Teoria de Mobilização de Recursos para analisar as estratégias utilizadas pelos ativistas na captação de recursos financeiros, e a teoria dos Novos Movimentos Sociais, para responder à pergunta "como se forma a ação coletiva?".

Para além das organizações, analisa as ações informais e individuais no capítulo denominado "Protesto negro", tendo em vistas as principais marchas negras nos últimos trinta anos. Essa questão é um ponto caro na tese da autora, uma vez que ela demonstra que, mesmo em meio às complexificações e institucionalizações das entidades (como criação de conselhos, secretarias e pastas especiais), as ações e protestos de rua coexistem e colaboram com o novo jogo institucional posto. Tal análise será recuperada para relatar o caso de Juiz de Fora, principalmente a criação do Conselho Municipal de Valorização da População Negra (CMVPN JF) e da Secretária de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (SECRA).

Por fim, na última parte do trabalho, Rios traz um estudo de caso da organização Educafro (Educação e cidadania para Afrodescendentes e Carentes), recuperando a trajetória de lideranças e do grupo eclesial negro que ajudou a fundar a entidade.

difundem o estilo sonoro rap, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social (Domingues, 2007, p. 119).

No campo historiográfico, a tese de doutoramento de Amilcar Araújo Pereira (2010), intitulada “*O Mundo Negro*”: *a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)* é um grande marco para os estudos sobre o tema, juntamente com *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC* (2007), organizado em coautoria com a historiadora e referência em história oral, Verena Alberti.

Contendo mais de cem horas de entrevistas conduzidas pelos dois historiadores com lideranças negras de vários estados do Brasil, com suas múltiplas experiências de associativismo, o trabalho, de fato, transformou-se num grande acervo documental sobre o movimento negro brasileiro, além de uma consolidada proposta de base teórica analítica para estudos e futuras pesquisas sobre o movimento social. Pereira valeu-se desse acervo documental em sua tese de doutoramento, na qual constrói, de forma majestosa, uma história social do movimento negro contemporâneo no Brasil.

Há que se destacar, ainda, o esforço analítico feito pelo autor ao puxar a discussão sobre a circulação de referenciais entre Brasil, Estados Unidos e África, a partir, principalmente, das análises da imprensa e da música negras. Pereira emprega os já mencionados conceitos de diáspora e Atlântico Negro, de Stuart Hall e Paul Gilroy, respectivamente, aos quais acrescenta uma revisão da historiografia das teorias raciais e da democracia racial.

Na área da administração pública, a tese de doutoramento de Alexandre Reis Rosa, intitulada *Do encontro das águas ao Atlântico Negro: Organização, Difusão de Frames e os Limites do Ativismo Transnacional no Movimento Negro Brasileiro* (2011), assim como o trabalho de Ana Júlia Pacheco (2021) busca compreender o processo de transnacionalização do movimento negro brasileiro e as suas consequências para a luta antirracista no Brasil. A especificidade do referido trabalho está em analisar a dimensão organizacional compartilhada por essa comunidade negra global “mergulhada” no atlântico negro. O autor busca responder às questões: Quais foram os principais fatores que influenciaram o processo de transnacionalização do movimento negro? Quais são os limites e possibilidades dessa transnacionalização para a luta antirracista no Brasil?

No âmbito dos estudos culturais, a dissertação de mestrado em filosofia de Lourival Aguiar Teixeira Custódio, intitulada *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978-1990* (2017), teve como objetivo analisar especificamente o caminho percorrido pelo MNU, investigando suas raízes operárias e identificando as influências centrais e a linha política adotada. O autor expõe como, em circuito nacional, integrantes do MNU foram influenciados pelas experiências vividas nas greves operárias contra a ditadura em São Paulo, pela aliança com a burguesia paulista, bem como por setores de movimentos

sindicais e do Partido dos Trabalhadores, destacando a conciliação de classes e a atenuação das tensões sociais.

Ressalta também a importância da aliança do MNU com setores da esquerda de vertentes socialista e comunista, por partilharem o entendimento de que o capitalismo colocou o negro na condição em que se encontra hoje. Essa articulação foi fruto, principalmente, da ação de antigos militantes de partidos comunistas e socialistas, como Yedo Ferreira, ex-integrante do PCB, e Hamilton Cardoso, militante da Convergência Socialista, grupo trotskista conhecido anteriormente pelo nome de Liga Operária.

1.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Nesse sentido, buscamos nos inserir e contribuir com a crescente bibliografia sobre o movimento social negro contemporâneo, principalmente no que tange à investigação dos processos de constituição do movimento em si, sem se limitar à síntese de suas conquistas. Isso diz sobre a participação e o ato de racialização negra ocorridos em movimentos sociais diversos, quer os bairros, de Igrejas ou sindicatos. O movimento negro contemporâneo se traduz pela denúncia do mito da democracia racial e, como consequência disso, escancara o fato de que, mesmo em uma democracia política, pós-regime militar de 1964, os direitos sociais da população negra são relegados. Estamos falando do direito pleno à educação, à cultura, trabalho, moradia, lazer, segurança e saúde. Ainda assim, em meio a todos esses fatores, é necessário considerar as diferenças históricas de racialização da população, valorização da diversidade e o fim do preconceito racial.

Nosso objetivo é demonstrar como o movimento negro é, por essência, um movimento de justiça social, cidadania e de consolidação plena de um regime democrático. Não existe possibilidade de democracia efetiva com a permanência das desigualdades raciais. Ao trazermos as atuações dos sujeitos negros em movimentos políticos variados, buscamos demonstrar como os negros já estavam “em movimento” nos diversos movimentos sociais, ainda que não tivessem constituído propriamente um movimento social centrado na causa racial. Isso ajuda a fugir de análises essencialistas as quais restringem a participação da população negra “apenas” aos movimentos negros, e a um “daltonismo” racial ao não se considerar a raça desses mesmos sujeitos na construção de partidos políticos durante o período da redemocratização, de movimento de trabalhadores, bairros, igrejas e a própria participação na esfera legislativa.

Por fim, identificar e amarrar as pontas de um contexto efervescente caracterizado pela circulação de ideias e referenciais, com suas múltiplas variáveis, tendo como elo a própria diáspora negra no Atlântico Negro: o antirracismo é transnacional. Aqui procurou-se inserir a cidade de Juiz de Fora em acontecimentos transcorridos para além das divisas municipais ou fronteiras nacionais.

Diante desse cenário, partimos para o próximo capítulo, a fim de elucidar propriamente quem são os sujeitos, suas trajetórias de vida e processos de tomada de consciência racial que propiciaram a insurgência do movimento social negro em Juiz de Fora.

CAPÍTULO 2

“QUE NEGROS SÃO ESSES QUE SE AGLUTINAM EM JUIZ DE FORA?”⁷⁷: SUJEITOS, EXPERIÊNCIAS E PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA

Juiz de Fora é uma cidade mineira próxima da divisa com o estado do Rio de Janeiro, localizada a 181 km da capital carioca e a 262 km de distância de Belo Horizonte. A região é integrante da Zona da Mata Mineira, devido a predominância da floresta Atlântica existente na região na época de sua ocupação, nos séculos XVIII e XIX.⁷⁸

Respondendo à pergunta “qual a sua relação com a cidade de Juiz de Fora?”, os entrevistados desta pesquisa discorreram sobre suas experiências e leituras da cidade, recuperando memórias do vivido. O presente capítulo objetiva compreender o processo de construção de si, enquanto sujeitos negros, a partir dos laços e relações que estabelecem com a cidade. Nesse contexto, caracterizado por relações de forças, buscamos ressaltar as experiências desses indivíduos perante mecanismos de exclusão e marginalização raciais impostos pelas elites locais, com o intento de mostrar como comunidades negras contribuíram para a posterior formação do movimento social negro na cidade, na virada da década de 1970 para 1980.

A partir dos relatos dos ativistas atuantes em organizações de cunho diverso, é possível surpreender uma outra visão e história de Juiz de Fora, comumente ausentes das principais bibliografias e espaços memorialísticos. Justamente em razão da escolha, pela elite urbana, de um projeto de cidade e de memória que desconsidera o passado escravista e suas consequências para grande parte da população, ainda que a liberdade tenha sido conquistada há quase um século e meio.

Nossa hipótese é a de que o acesso diferenciado ao espaço urbano e às sociabilidades na cidade de Juiz de Fora foram determinantes para a formação de uma consciência coletiva dos sujeitos negros e, posteriormente, para a organização do próprio movimento social negro local. Além disso, as memórias aqui registradas são fundamentais para complexificar a memória

⁷⁷ Aspas fruto da indagação da própria autora diante da investigação. Para além da compreensão de raça e racismo, o que fez especificamente esses sujeitos, e não outros, se organizarem coletivamente por direitos?

⁷⁸ “O crescimento da cidade está atrelado a construção do Caminho Novo, em 1707, objetivando facilitar as viagens do Rio de Janeiro a Minas Gerais no período das atividades mineradoras. Em 1861 foi inaugurada a via União Indústria, potencializando ainda mais o desenvolvimento local ligado também às atividades cafeicultoras. As condições históricas e sócio raciais de formação da cidade (mesmo quando ainda era conhecida como Morro da Boiada, dos tempos da criação de gado ou posteriormente vilarejo de Santo Antônio do Paraibuna#) foram determinantes para a movimentação de sujeitos negros e organizações coletivas em busca de melhores condições de vida e direitos. Em 1855, o censo populacional quantificou 27.722 habitantes, sendo 16.428 pessoas em condição de escravidão (FAZOLATTO, 2004. p.16).”

oficial da cidade, que ainda na atualidade insiste na manutenção de um pacto coletivo que omite ou silencia a memória negra da cidade.

Ao longo deste capítulo nos ocuparemos das percepções e nuances observadas quando da condução das entrevistas e da realização do trabalho de campo. Afinal, as fontes orais são cocriadas pelo historiador em conjunto com aquele que narra determinados acontecimentos, em meio a circunstâncias próprias que influem, direta ou indiretamente, naquela fonte que está sendo produzida. Nesse sentido, as descrições objetivam localizar os saberes⁷⁹ partilhados e detalhar o acesso a eles.

2.1. OS SUJEITOS NEGROS E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

Para compreender os relatos dos sujeitos que participam desta pesquisa, faz-se necessário, a priori, discutir as noções de identidade negra e de “tornar-se negro”.

A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento no século XV do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e enfim à colonização do continente africano e de seus povos. É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil (Munanga, 2013, p.1).

Olhar a própria imagem no reflexo do espelho ou simplesmente notar a cor escura do próprio punho não basta para a compreensão de si enquanto um sujeito negro. Se assim fosse, os critérios para a seleção das pessoas a serem entrevistadas por esta pesquisa poderiam ter sido vários outros. Tal escolha decorreu da compreensão do que é ser negro no Brasil e, mediante tal entendimento, engajar-se numa articulação coletiva por direitos.

Reconhecido pelo brilhantismo do seu trabalho no campo da antropologia, Kabengele Munanga é preciso e complexo nos seus estudos sobre a formação da identidade negra e a tomada de consciência racial. O contexto histórico de expansão europeia que culminou na exploração do continente africano a partir do século XV e as práticas mercantilistas daí decorrentes, que por mais de 300 anos transformaram o africano em mercadoria, impactaram e ainda impactam a existência dos povos negros, contribuindo diretamente para a formação da identidade negra.

⁷⁹HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

A tese de Munanga associa o autorreconhecimento da identidade do sujeito com a percepção que as outras pessoas têm desse sujeito, em geral noções depreciativas, limitadoras e deformadoras do real. A identidade, assim, é construída com base em relações dialéticas e excludentes, envolvendo cidadania, raça, etnia, gênero, sexo etc. Os estudos de Munanga se detêm em explicar o surgimento da ideia de raça, nascida das ciências naturais, mais especificamente a zoologia e a botânica, na tarefa de classificar cada espécie a partir de características em comum.

Contudo, como apontado pelo antropólogo, em 1684 o francês François Bernier empregou o termo no sentido moderno da palavra, classificando a diversidade humana em grupos fisicamente distintos. Durante o período mercantilista e, posteriormente, com o imperialismo, a raça foi utilizada como justificativa na dominação e hierarquização de povos e pessoas, ainda que não houvesse diferenças morfológicas notáveis entre os indivíduos.

A conclusão a que Munanga chega, consensual no meio científico hoje, é que o conceito de raça, como empregamos atualmente, nada tem de biológico. Trata-se de conceito carregado de ideologia, uma categoria etnossemântica: a relação de poder e de dominação. Essa percepção é crucial na interpretação dos relatos e análise das experiências dos sujeitos aqui implicados.

A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (...) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, pp.17-18).

A citação acima, do notável livro *Tornar-se negro* (1983), da psicóloga Neusa Santos Souza, agrega à análise de Munanga e traduz muito dos sujeitos aqui trabalhados, que construíram o movimento social negro de Juiz de Fora após conscientizarem-se de sua negritude, interligando o passado histórico escravista às lutas travadas em seus cotidianos. “Ser negro”, para a autora, significa tanto o processo de tomada de consciência quanto o rompimento com o aprisionamento em uma imagem alienada imposta pela estrutura dominante, deixando que brote uma consciência que considere as diferenças e reafirme a própria dignidade que lhes foi usurpada.

Antes mesmo de Munanga, Souza (1983) já situava o conceito de raça no campo ideológico, engendrado como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes. Entretanto, ainda que os sujeitos aqui entrevistados destaquem a percepção das hierarquias sociorraciais em seus cotidianos, isso não é uma realidade para boa parcela da população negra.

O ponto central a ser analisado é como esses sujeitos, diante dessas constatações, se movem em direção a organizações sociais e políticas coletivas.

A ordem dos depoimentos deste trabalho segue uma cronologia que se inicia na década de 1970, prosseguindo até os anos recentes cobertos pela pesquisa (2010). Em razão disso, em alguns momentos, memórias de experiências/vivências de um sujeito adulto estarão iguais a de outro ainda na adolescência, mas relacionadas a um mesmo período. Como já explicitado no Capítulo 1, para uma melhor leitura e retomada de pontos essenciais, a primeira menção a cada sujeito entrevistado será seguida por nota de rodapé remetendo à nota explicativa na qual a trajetória de atuação e militância nas organizações em que esteve envolvido está detalhada. As memórias individuais e coletivas serão o fio condutor para a construção da história do movimento negro de Juiz de Fora. Não se trata de uma tentativa de recuperar fatos do passado como eles realmente aconteceram, mas de abrir perspectivas para análise das representações e significados dos eventos, pois, de acordo com Pierre Nora,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1984, p. xix).

Desse modo, com base nas memórias relatadas por esses sujeitos atuantes, endosso Jurema Werneck quando diz: “(...) o que apresentarei aqui não são ideias minhas. Falo do que vi, aprendi, li, ouvi...” (2010, p.10). Afinal, nossos passos vêm de longe...

2.1.1 Do início...

Quando você trabalha fora assim você aprende muita coisa. Ainda mais quando você é observadora. (...) Eu fui a primeira negra a trabalhar em uma loja de Juiz de Fora. (...) Muitas clientes na loja voltavam quando viam que era uma negra que ia atender. Aí chamaram o gerente falando que não queriam ser atendidas por uma negra. Teve uma cliente que disse que tinha vontade de fazer vomito quando via uma preta. Um dia tinha uns homossexuais famosos aqui em Juiz de Fora, um rapaz rico que tinha uma relojoaria, ele passou cuspiu e deu um tapa no meu braço e disse que odiava preto. Eu não sofria tanto, parecia que eu já estava anestesiada com aquilo (Helena Oliveira. Informação verbal).

Helena de Oliveira⁸⁰ nasceu em Dom Silvério, uma cidade na zona rural de Minas Gerais. Chegou a Juiz de fora com 10 anos, em companhia do pai, mãe e irmãos, em busca de melhores condições de vida. O primeiro emprego foi ainda na infância, para ajudar a mãe, que

⁸⁰ Ver atuação e militância na nota no. 38.

era passadeira. Lavava camisas na mão e engomava com ferro a carvão. Posteriormente, trabalhou na fábrica São Vicente, na região central da cidade. Quando deixou esse emprego, teve dificuldades de arrumar outro e trabalhou durante muito tempo como doméstica, para famílias de Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

A localização geográfica de Juiz de Fora favoreceu a circulação de parcela significativa da população em busca de trabalho e oportunidades. Essa particularidade nos fornece um elemento importante a ser analisado, mais à frente, sobre as ramificações desses sujeitos com as capitais Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, centros com histórico anterior de organizações coletivas por direitos.

Helena é prima de Sandra Silva, a quem eu havia entrevistado um dia antes da nossa conversa. Quando cheguei, Helena me acolheu de forma fraterna e comentou que conversara, por telefone, com Sandra sobre mim. No local estavam sua nora e a neta, Isadora, de dois anos, que juntamente com as plantas é o chamego e orgulho de Helena.

Pude observar claramente, no encontro, que mais do que conceder entrevista, Helena queria conversar. Aliás, explicitou seu cansaço em relação a entrevistas, expondo que este nunca foi seu objetivo, mas que suas ações e projetos a puxaram para isso. Mencionou que hoje seleciona quem recebe e com quem fala, pois entende que já falou muito. A entrevista propriamente dita durou cerca de uma hora e meia, mas eu fiquei em sua casa por 3 horas, tempo marcado por interrupções de Isadorinha e por um delicioso café da tarde durante o qual proseamos sobre quase tudo: seus filhos, minha saúde e até sobre o Big Brother. No final, ela me apresentou a cada uma de suas plantas e à horta, aproveitando para me dar uma muda e ensinar uma mistura para aliviar minhas dores no joelho e os problemas respiratórios.

A citação de Helena que abre esta seção confronta diretamente o mito da democracia racial ou, quiçá, o argumento do racismo velado. Mesmo contando com o apoio do chefe para a função de atendente de loja, as clientes a rejeitavam explicitamente, rejeição sentida também em seu ir e vir na cidade, quando era hostilizada por causa da cor da pele. Tais condutas se assentavam no mito do operário imigrante, visto como a chave do progresso da cidade, enquanto o negro representava o retrocesso e o atraso. Tal argumento foi construído e solidificado em Juiz de Fora por meio de trabalhos como o de Domingos Giroletti, que sustenta que o imigrante era “qualitativamente superior ao escravo” e supostamente possuía melhores hábitos de consumo quando comparado à população escravizada (1988, p.19). Essa história “oficial” da

cidade de Juiz de Fora se estabeleceu e se enraizou na mentalidade de grande parte da população.⁸¹

O romantismo e heroísmo em torno da figura do imigrante empreendedor em Juiz de Fora, tornado identidade hegemônica da cidade, é sintoma da vontade de apagar a violência escravista.⁸² Mesmo em uma Juiz de Fora já industrializada, é possível perceber nos relatos desta pesquisa as dificuldades e tentativas frustradas de negros e negras em conseguir trabalho no comércio ou na indústria.

Nessa perspectiva, o relato de Sandra Maria Silva⁸³ é significativo para começar a destacar que, mesmo na Manchester Mineira⁸⁴, ainda nos anos 1950 e 1960, grande parte das famílias negras continuava tendo suas vidas entrelaçadas ao trabalho rural, ao passo que as famílias tradicionais e os coronéis mantinham-se ligados às grandes propriedades.

Quando eu nasci já eram aposentados [os pais]. Minha irmã disse que a vida era muito difícil. Ele veio da roça, era analfabeto e passavam muito apertos. Aí dali foi morar na casa desse coronel do exército, acho que lá ele cuidava da casa, dos cachorros... ele foi com os filhos e morava com os filhos, cuidar de tudo. Aí dali ele veio morar aqui no Ipiranguinha. Mas aí ele foi voltar pra roça, era lavrador. E aí ele teve a aposentadoria dele e foi plantar na roça. Plantava tudo. Plantava arroz, feijão, fubá, café... tudo. Então tinha muita fartura aqui em casa. Mas aí nos meus 5 anos, minha irmã conta que foi muito difícil. (...) a minha mãe pra não passar necessidade, a minha irmã e a mais velha os vizinhos ajudavam... ali no Alto dos Passos era um quilombo! Tinha muita gente preta ali, minhas irmãs brincavam com os vizinhos e comiam... (...), mas aí graças a deus saímos desse perrengue por conta da roça (...) a roça era lá no Sagrado (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

Sandra é uma griot, consciente de tal lugar moral e é desse lugar que ela se coloca e traz suas considerações. Segunda entrevistada de mais idade da pesquisa (Helena Oliveira, sua prima, tinha na ocasião 78 anos), Sandra nasceu e viveu, durante a infância, na casa dos fundos da propriedade do coronel acima mencionado, na rua Padre João Emílio no bairro Alto dos Passos (atualmente um bairro elitizado, suas origens, contudo, são predominantemente negra e periférica, de acordo com relatos orais). Posteriormente, por cerca de 3 anos, sua família morou no bairro Ipiranga, em uma casa pequena de quatro cômodos, sem água encanada ou banheiro. O Ipiranga e seu bairro vizinho, o Santa Luzia, compõem uma importante região no que diz

⁸¹ GIROLETTI, Domingos A. *Industrialização de Juiz de Fora, 1850 a 1930* Juiz de Fora (MG): EDUFJF, 1988.

⁸² Ver mais em: <https://jornalopharol.com.br/2021/11/atenas-barcelona-manchester-como-os-negros-foram-omitidos-da-historia-de-juiz-de-fora/>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

⁸³ Ver atuação e militância de Sandra Maria na nota no. 36.

⁸⁴ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle Époque mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

respeito ao início do ativismo político de diversas lideranças da cidade, algumas das quais ainda serão abordadas neste trabalho. Esses dois bairros formam a região sul da cidade e têm uma aglutinação histórica a partir dos movimentos comunitários e da atuação da igreja católica progressista dos anos 1970, o que contribuiu para a formação da identidade racial e de classe desses sujeitos.

A entrevista com Sandra ocorreu quando ela estava com 77 anos. Foram duas tardes inteiras e um início de noite de entrevistas, feitas entre a sala de estar e a copa de sua casa. Ela trabalhou anos como empregada doméstica e, posteriormente, como auxiliar de enfermagem. Sua militância transita entre o Sindicato das auxiliares de enfermagem, o Mulheres da Periferia, a Associação Chica da Silva e o MNU. Mudou-se para o Rio de Janeiro em plena ditadura militar e retornou para Juiz de Fora com uma filha, momento em que inicia a militância.

Ao contatá-la no dia anterior à entrevista para confirmar o agendamento, ela me respondeu: “claro que sim minha querida, passei a semana inteira lembrando do nosso encontro!”, sem esconder a felicidade pela partilha, pela memória valorizada e reconhecida, por falar e rememorar trajetórias. Quando cheguei à sua casa, fui recebida de forma calorosa. Ela queria saber sobre mim, primeiramente, não sobre a pesquisa, e se mostrava profundamente interessada em quem eu era e o que poderíamos ter em comum. Depois de cerca de uma hora e meia, começamos efetivamente a entrevista. Aliás, logo de cara advertiu: “não gosto de visitas com pressa, quando vem, venha com tempo e fique”.⁸⁵ E ficamos do início da tarde até à noite, em dois dias seguidos.

Ainda sobre sua família, Sandra relatou que a mãe (nascida em 1904) foi uma “negrinha”, pois, naquela época, quando o homem ficava viúvo doava/distribuía os filhos. Essa memória é um ponto importante para Sandra em se tratando da formação de sua identidade, apesar de reconhecer que explorou pouco o assunto com a sua mãe em vida: “uma mulher além do tempo dela!”. Aos 7 anos a mãe de Sandra passou a trabalhar para uma família, ficando na casa até os 32 anos de idade. Uma vida dedicada a uma mesma família, mas que não era a dela.

Em contraponto ao discurso romântico de que a “empregada é até mesmo da família”, o lugar reservado à sua mãe foi sempre bem demarcado, notadamente se pensarmos que a “madame” só permitiu que sua mãe estudasse até a segunda série primária, para em seguida se dedicar às tarefas domésticas. Mesmo a mãe gostando de estudar e apresentando boa

⁸⁵ Momentos antes de eu ir embora, Sandra engatou a falar de projetos futuros nos quais queria me envolver. Desde um “almoço” com mulheres pretas de distintas gerações da cidade, para escuta, risada e partilha, a um documentário futuro sobre mulheres negras da periferia da cidade. O primeiro projeto realmente aconteceu: o encontro das pretas, um caloroso churrasco com samba em que tive o prazer de estar.

desenvoltura nos estudos, a madame reservava a seus filhos - que se tornaram médicos - esse direito. Ainda assim, Sandra recorda que teve acesso a uma boa alimentação e a roupas devido à relação amistosa da mãe com a tal família.

Apesar de ela ter saído de lá, não sei depois de quanto tempo que eles vieram, o tempo que ela ficou lá com eles..., mas ela fez uma amizade. Ela ia lá, eles deram muito apoio pra ela. Tipo assim, se precisasse de médico, nós tínhamos. Eu fui muito privilegiado, porque um dos filhos teve uma filha que regulava a idade comigo, então eu herdei tudo! E essa madame é uma coisa que eu te falo Vanessa, a gente critica e tem toda essa mágoa com o povo branco, mas cada um é um. E a gente não deve generalizar. Essa mulher, madame, o que ela fez por mim e por nós... eu vestia e calçava dos pés à cabeça! (...) Tanto que nós não fomos aquelas crianças que não tinham natal. Nós nunca passamos fome (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

O emblemático, na narrativa de Sandra, é ela se considerar “privilegiada” por não passar fome, quando isso deveria ser um direito básico de todo o ser humano. “Essa família saiu de lá, não sei se de Natividade ou Carangola... uma coisa assim. Na verdade eu não sei onde a minha mãe nasceu. Nem ela sabia dos seus ancestrais e nem a gente! (...)”, comentou Sandra, pensativa e fazendo uma pausa.

No relato inicial de Sandra sobre Juiz de Fora, vale atentar para sua narrativa sobre a história de amor de seus pais, surgida de um passeio no Parque Halfeld, talvez o principal cartão postal da cidade, cujo nome carrega homenagem a Henrique Halfeld.⁸⁶ Esse local é um espaço repleto de contradições, ora visto como uma forma de intimidação psicológica de sujeitos negros, ora como o lugar da “diversão”.

Então a noite ela saía do serviço dela e ia passear no Parque Halfeld. O parque era a diversão das empregadinhas à noite, iam tudo passear lá. Um dia ela estava passando, o Theatro Central estava em obra... e ela escutou estava aí ela passou e não deu a menor confiança. “E aquele negro lá todo sujo...”. E ela pensou: “sai lixo!”. Ele estava trabalhando com tijolo. Aí ela passou direto. (...) Aí tá; mas um dia uma noite passeando homem naquela época usava terno de linho, chapéu e bengala. (...) Ela e a colega estavam passando e um nego parou em frente dela todo arrumado e era ele! E ele falou oi! E aí eles namoraram e casaram! (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

Sandra afirma que seu pai saiu da obra e foi ser condutor de bondes na Companhia Mineira de Bondes. A história dos pais de Sandra é reveladora de formas de sociabilidades de jovens negros no Parque Halfeld. Essa parte do centro da cidade era muito disputada,

⁸⁶Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797 - 1873) foi um militar, engenheiro, fazendeiro, considerado um dos fundadores de Juiz de Fora e grande proprietário de escravizados. Ver mais em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sg/comenda_henrique_halfeld/biografia.php e <https://galeriaderacistas.com.br/henrique-halfeld/>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

acentuando ainda mais as hierarquias sociorraciais. Recuperamos a ideia de *footing* como prática de lazer dos jovens no início do século XX, o qual envolvia a caminhada em espaços centrais da cidade, em que homens e mulheres cruzavam olhares para se conhecerem e flertarem. Em espaços socialmente hierarquizados, como afirma Raquel Rolnik (1989), o *footing* pode ser compreendido como uma tentativa do negro de se inserir no mundo dos brancos, sujeitando-se às regras e hierarquias impostas. Ressalve-se que os espaços em que os jovens negros praticavam o *footing* eram distintos do dos jovens brancos. Em alguma medida, podemos perceber as nuances dessas contradições a partir dos horários mencionados nos relatos, se diurno ou noturno.

Se nas memórias de Sandra ele aparece como local de “diversão das empregadinhas à noite”, em entrevistas realizadas por Rita de Cássia Félix Batista para *Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora* (2015), o parque é caracterizado como um local explicitamente interdito.

[...] Na rua Halfeld os pretos só podiam transitar da rua Batista de Oliveira para baixo. Da Batista para cima era proibido. A gente ouvia dizer que não podia e era melhor obedecer. É assim que deve ser.” (Depoimento de Ivan Barbosa, 2009. Apud Batista, 2015, p.95).⁸⁷

Eu era engraxate perto do Cine Theatro Central e ali perto também tinha um bar chamado Salvaterra; onde eu via só branco passando o dia inteiro ali e só branco sentado no bar. Era esquisito. Parecia que já estava incorporado no costume, porque o racismo era muito mais explícito naquela época. Não tinha questionamento. Se o negro insistisse, a polícia perguntava: - o que O que você está fazendo aí? Isso intimidava a gente. Intimidava psicologicamente. É como se a abolição tivesse mudado somente a forma de oprimir a gente (Depoimento de Carneiro ou Flavinho da Juventude, 2013. Apud Batista, 2015, pp. 95-96).

Ivan Barbosa (1936-2015) foi o primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) em Juiz de Fora. Travou uma batalha em torno de direitos da população negra, idosa e de trabalhadores na cidade. Já Flávio Carneiro, mais conhecido como Flavinho da Juventude (1950-2020), foi cantor, compositor, professor de química e “importantíssimo na conscientização de toda uma geração do Movimento Negro”.⁸⁸ Ambos relataram a segregação explícita no centro da cidade de Juiz de Fora.

Caso venhamos considerar um raio maior de amplitude da área, ali e suas imediações poderiam também ser considerados um quilombo

⁸⁷ Para ver a militância e atuação de Ivan Barbosa, consulte nota no. 60.

⁸⁸ “O Flavinho teve um papel importantíssimo na conscientização de toda uma geração do Movimento Negro. As pessoas que militaram na década de 1980, a geração que antecedeu a minha, e que inaugurou a organização política negra na cidade, teve a possibilidade de lidar com essa influência do Flavinho, de lidar com uma consciência negra muito apurada, uma consciência construída no exercício de ser um homem preto na periferia, enfrentando o racismo em diversas instâncias, na universidade, na cidade, no cenário artístico”, defende Giane Elisa, diretora e dramaturga do grupo de artes cênicas e políticas As Ruths. <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/23-09-2020/flavinho-da-juventude-plantou-sementes-o-legado-de-um-artista-que-nao-fugiu-a-luta.html>. História relacionada com a história do carnaval de Juiz de fora na quadra da Juventude Imperial.

porque podemos considerar o bairro Teixeira bem como a Cachoeirinha. Hoje no bairro Santa Luzia. Toda essa região foi povoada primeiramente pelo negro que veio das fazendas de café da região que era muito grande. Esse pessoal veio atrás de emprego melhor em função do progresso que prometia. É claro que aqui não viram de cara o progresso que eles tanto sonhavam, a vida era dura e muito dura (Depoimento de Ivan Barbosa, 2013. Apud Batista, 2015, p.71).

O mestre Sr. Ivan Barbosa (2013) nos revela que o bairro São Pedro em sua formação, foi considerado um quilombo composto pela população ex-escravizada oriunda da fazenda São Mateus, uma das grandes fazendas de café da região, assim como a fazenda Salvaterra. Todavia, a fazenda São Matheus abrangia as regiões de Torreões, Monte Verde, Belmiro Braga, São José das Três Ilhas, São Francisco e imediações (Batista, 2015, p.71).

Sobre a zona rural de Juiz de Fora, no que tange à zona norte, Ivan relatou a Rita Felix Batista que abrangia o que hoje são os bairros Igrejinha e Benfica, e que era densamente povoada pela população negra ligada à criação de gado e à família Matos, que comandava uma grande propriedade na região. Essa família, posteriormente, alugou a fazenda para pasto e a desmembrou, contribuindo para a formação do bairro (Batista, 2015, p.63).

Nosso mestre S.r. Ivan Barbosa nos relata que por volta dos anos trinta ou quarenta, esses herdeiros tiveram seus feitos sacrificados por um padre nas terras estabelecidas na localidade de Igrejinha, sendo que o mestre revela que essas pessoas construíram igrejas e tinham seus nomes cravados nas pedras. A queixa fica por conta da falta de reconhecimento de seus feitos por parte de um padre, que omitiu o trabalho e a importância das ações realizadas pelo grupo à época (Batista, 2015, p.64).

Nesse sentido, Wilson Novaes⁸⁹, durante a nossa pesquisa comentou: “cada casinha abandonada no fundo das grandes fazendas é uma família em liberdade”, trazendo uma importante percepção ao caminhar pela cidade e as estradas da vida. Seu bisavô trabalhou na fazenda e continuou, mesmo após a sua liberdade, a viver em casinhas como a que ele fala, em relações de trabalho e convivência que pouco mudaram após o 13 de maio de 1888. O pai de Novaes nasceu em um quilombo na cidade de Lima Duarte, Arraial São José dos Lopes, enquanto o filho nasceu e se criou em Juiz de Fora, na mesma casa em que recebeu esta pesquisadora para a entrevista.

Percebo que depois da abolição muitas famílias continuaram nas fazendas, por falta de perspectiva mesmo, mas com a popularização do rádio e tv eles começaram a ver outras possibilidades na cidade, então cada casinha abandonada na fazenda é uma alegria em meu coração. (Anotações do caderno de campo no encontro com Wilson Novaes).

⁸⁹ Para atuação e militância, ver nota no. 67.

Sua mãe era de Piau (MG) e, em Juiz de Fora, sempre frequentou o Miss Escurinha⁹⁰ e clubes negros, tendo sido rainha da escola de samba Turunas. Novaes diz vir daí seu gosto por gafeira e Black music. Ele comenta que na sua casa rolavam altos bailes para a rua toda: discoteca, batata-doce e inhame para todos, fossem crianças ou adultos. “Aqueles vinis duros de qualidade”. Wilson Novaes cresceu à volta de uma cultura negra valorizada e referenciada como tal, ao largo do discurso de cultura “brasileira”, desracializada. Ali, ao contrário, a cultura sempre foi racializada. Isso contribui na compreensão de sua própria perspectiva de luta, o que é singular entre os entrevistados da pesquisa: panafricanista.⁹¹

O encontro com Wilson Inácio de Novaes se deu nos dias 29 de outubro e 29 de dezembro de 2021, na sala de estar da sua casa, no bairro Monte Castelo, totalizando cerca de 8h de conversas. Novaes, entre outras coisas criou a Festa do Preto Velho (a ser desenvolvido mais adiante) e foi o primeiro vereador negro eleito com uma campanha feita integralmente com a pauta antirracista, nas eleições de 1988. Aqui utilizo os termos “encontros” e “conversas” porque, de fato, não houve uma entrevista propriamente, uma vez que de antemão Wilson explicou não se sentir à vontade diante do gravador de voz. Ele mesmo me deu um caderno para as anotações. Então os registros de suas memórias são feitos por meio das anotações do meu caderno de campo.

Novaes insistiu todo o tempo que não gostava de dar entrevistas, principalmente para pessoas brancas. Contudo, topou me receber por eu ser negra, estar na mesma luta e ter “bons antecedentes”, verificado por ele junto a pessoas de sua confiança. Apesar de ter personalidade forte e ser pessoa inquieta, firme e desconfiada, me recebeu de forma amistosa. Janelas e portas da casa abertas, ventilador arejando o ambiente, foi destilando suas histórias, que vão do Rio a Salvador e ao continente africano, e falando de sua convivência com Abdias do Nascimento, Caó, Mandela, Maguila...

O atual bairro Monte Castelo (zona norte), antes Vila Quintão, abriga a casa de Novaes, na rua dos Palmares, anteriormente chamada Rua 19. De acordo com ele, esses nomes foram alterados na década de 60 ou 70. Monte Castelo deve-se à batalha na Itália (1944) em que morreram muitos brasileiros, inclusive seu pai, que era muito respeitado na comunidade e morreu na explosão de uma granada. A referência a Palmares, o quilombo do século XVII, foi proposta de um vereador da cidade. Novaes assegura que ali sempre foi um bairro negro, mas

⁹⁰ Primeiro concurso de valorização da beleza negra organizado na cidade.

⁹¹ “Nome dado a uma ideologia que acredita que a união dos povos de todos os países do continente africano na luta contra o preconceito racial e os problemas sociais é uma alternativa para tentar resolvê-los”. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/pan-africanismo/>. Acesso em 14 de fev. de 2023.

que agora vem embranquecendo devido as famílias pioneiras venderem suas casas. A questão territorial é algo muito importante na compreensão da vida e luta de Wilson Novaes.

O principal ponto que passo para os filhos é de nunca, jamais vender a casa ou o terreno. Pois ali estão as raízes da nossa família, a história. Mesmo quando a matéria se for, o espírito fica ali como uma raiz. Nossas raízes, todo solo são sagrados (Anotações do caderno de campo no encontro com Wilson Novaes).

A radicalidade no discurso de Novaes em demarcar a importância do território de raízes negras em uma sociedade que se fundamenta na expropriação e apagamento em prol das elites é significativo: em meio às transformações urbanas da cidade, e do próprio bairro, ele concebe sua casa como terreno sagrado. Ele começou a atuar de forma organizada e coletivamente na década de 60, no Rio de Janeiro. Quando veio o golpe militar, costumava sair de Juiz de Fora com o tio, irmão do pai, com destino ao Rio. Ficava por lá cerca de 15 dias e retornava a Juiz de Fora por igual período. Nesse período começou a frequentar o IPCN - instituto de Pesquisas das Culturas Negras.

Como afirma Paulo César Mariano⁹², "Juiz de Fora é marcada por essas coisas... essa elite netos e bisnetos de senhores de engenho que perpetua a mesma filosofia". A fala de Mariano brota no momento em que resgata memórias de sua família, em especial a da mãe trabalhando na casa de famílias do "grande clã" de Juiz de Fora. Porventura, os sobrenomes mencionados por ele nomeiam bairros e espaços públicos na cidade atualmente.

A historiadora Giovana Castro, em entrevista ao jornal *Pharol* (2021), critica a forma como a história da cidade foi construída, quer por memorialistas ou historiadores, mais parecendo um tributo a essas referidas e seletas famílias, outrora ligadas às grandes propriedades cafeicultoras e posteriormente vinculadas às indústrias.

Juiz de Fora é emancipada em 1850 e começa todo o processo de melhorar a 'urbe'. A cidade não tinha recursos próprios para isso. Não havia uma coleta de impostos que permitisse a criação de um caixa público. O dinheiro sai do bolso dessa elite, e essa elite paga por um projeto da cidade que ela queria. Ela paga por uma cidade moderna. E, nessa cidade moderna, a população negra só tem entrada pela porta dos fundos (...) **Trata-se de uma elite agrária, que é uma elite escravocrata, atravessada pelo processo do que a gente chama de segunda escravidão.** (...) Essa elite juiz-forana faz uma opção pela escravidão no século XIX, quando a questão dos escravizados já frequentava os debates éticos no mundo inteiro, já era um sistema de trabalho compulsório questionado eticamente, inclusive com o Brasil enfrentando sanções internacionais em relação à manutenção do tráfico (de escravos) (Castro, 2021)⁹³.

⁹² Para atuação e militância, ver nota no. 55.

⁹³ Entrevista da historiadora Giovana Castro cedida para o jornal *Pharol*. Ver mais em: <https://jornalopharol.com.br/2021/11/atenas-barcelona-manchester-como-os-negros-foram-omitidos-da-historia-de-juiz-de-fora/>. Acesso em > 18 de fev. de 2023.

O bairro Paineiras, localizado na área central da cidade, aparece no relato de Mariano ao rememorar a figura da avó materna, que ele diz ter sido xamã⁹⁴ do bairro. Rezava com galho de arruda, alecrim e até carvão, se precisasse. Ela reunia a “negada” daquela região para fazer as orações. Já o avô era mais ligado à política e trabalhava na escola normal (magistério). Mariano descreve o local como “um núcleo de gente muito simples, pobre e negra”. Ali nasceu a escola de samba Partido Alto, que tinha um perfil mais de bairro popular do que de centro.

Seu pai nasceu em Belmiro Braga (MG), sua mãe em Juiz de Fora e a avó rezadeira em Goianá (MG). O casal tinha 8 filhos. A mãe trabalhava em casa e lavava roupa para fora, enquanto o pai era marroeiro de pedreira - quebrava as pedras grandes na marreta. Depois, sua mãe trabalhou como doméstica para famílias ricas da av. Rio Branco, herdando um terreno, juntamente com o marido, de uma das famílias. Nesse sentido, afirma o entrevistado, dificuldade de moradia eles não enfrentaram.

Mariano é nascido e criado em Juiz de Fora, no bairro Paineiras. No momento da entrevista, em 6 de junho de 2022, estava com 59 anos. Marcamos a conversa na imobiliária de sua irmã, no centro da cidade. Graduado em psicologia, atuou mais na área da administração pública em Juiz de Fora.

Logo no início da conversa expliquei o propósito da pesquisa, detalhando as questões, hipóteses, problematizações e motivações. A reação do entrevistado foi inusitada: “você vai publicar isso em forma de livro pelo edital Murilo Mendes, né? Não tem nada publicado reunindo essa história e as pessoas precisam conhecer”. Em seguida, quis saber quais as pessoas que eu já havia entrevistado, exclamando, ante minha resposta: “vixi, vai ser um trabalho amarrar essa história toda!”.

No decorrer da conversa, volta e meia soltava expressões como: “olha só, essa é uma ótima questão! Você é boa!”. Apontou caminhos, indicou contatos, fez preciosas interpretações do contexto político local que até então me faltavam. Mesmo mencionando não ser bom com datas, sua articulação e esforço cronológico foram valiosos, além de elucidar sobre gerações, definições e terminologias em cada contexto histórico.

Voltamos aqui a abordar a zona rural da cidade, especificamente o bairro Floresta, na zona sudeste. A formação desse bairro remonta a uma grande fazenda, uma das propriedades mais produtivas do município no século XIX, pertencente às famílias Penido e Assis, de grande influência entre a elite local.

⁹⁴ Pessoas de grande sabedoria que dominam um complexo vocabulário e um tesouro de sabedoria a respeito de ervas, rituais, procedimentos de cura e o mundo dos espíritos de suas culturas.

Eu nasci no Bairro Floresta, que era chamado de Fazenda da Floresta. Era realmente uma grande floresta. E até hoje tem essa característica da época escravagista, de produção de café. Hoje essa fazenda tem uma produção muito grande de gado de corte (Paulo Azarias. Informação verbal).⁹⁵

A trajetória identitária de Paulo Azarias, nascido em 13 de julho de 1958, e de sua família está intrinsecamente atrelada ao bairro. De acordo com ele, toda a família é nascida e criada naquela área, notadamente a localidade chamada Tosa, que era de maioria negra. No trecho de seu depoimento acima, fica evidente como Azarias percebe permanência de relações sociais que remetem à sociedade escravocrata. Revela que a avó nasceu ainda no período da escravidão, mas que as gerações vindouras continuaram com o trabalho na fazenda. Ele e os irmãos se dedicavam ao trabalho na lavoura na adolescência, plantando e colhendo café, uma vez que, como destaca, “a industrialização foi reservada para os europeus que vieram para Juiz de Fora”.

As possibilidades de inserção no trabalho urbano eram, então, escassas para as comunidades negras, fato que é tratado de forma contundente por Batista em *O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930* (2006), em que se propôs analisar a realidade social e profissional dos negros libertos em Juiz de Fora nos anos imediatamente posteriores à abolição. A fazenda citada por Azarias, com o passar dos anos deu lugar à fábrica de Tecidos São João Evangelista (1911). Mais tarde, em 1932, com maquinário novo importado da Inglaterra e dos Estados Unidos, começou a fabricação de novos produtos, para além dos tradicionais cobertores, o que se consolidou e se fortaleceu ao longo dos anos. Nesse contexto, posteriormente, o pai de Azarias conseguiu, a muito custo, uma vaga de emprego. Sua mãe, contudo, continuou como trabalhadora doméstica e babá da família proprietária.

Neste trabalho, ao todo, serão utilizadas três entrevistas com Azarias: duas delas realizadas por mim, respectivamente, em dezembro de 2019, na sede do Sindicato dos Têxteis, e em 18 de agosto de 2020, via áudio no WhatsApp. A terceira foi feita pelo Laboratório de História Oral e Imagem UFJF, na própria casa do entrevistado. No total, são cerca de 3h20min de gravação. Ele tinha 62 anos por ocasião da última entrevista concedida. Azarias, como já mencionado, integrou o movimento comunitário Unibairros e foi o criador do Feijão de Ogum⁹⁶.

⁹⁵ Para atuação e militância de Paulo Azarias, ver notas no. 56 e 61.

⁹⁶ O evento é promovido pelo MNU (Movimento Negro Unificado (MNU) e pelo Instituto Feijão de Ogum. Criado para ressignificar as políticas públicas municipais, o evento tem como proposta discutir as desigualdades que atingem a população negra e a importância de perpetuar sua cultura. Assim como Ogum, o orixá dos caminhos abertos, o Feijão de Ogum procura estabelecer espaços para os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana.

Conheci Azarias em um evento promovido pela Frente Preta UFJF⁹⁷, durante uma mesa intergeracional com militantes negros na universidade, em 2019. Fiz o convite virtualmente, e ao nos encontrarmos, ele logo me entregou um exemplar do MNU Alerta de Juiz de Fora e um do jornal Unibairros. Em ambos, na década de 1980, ele atuou incisivamente, na edição e escrita de algumas colunas. Ele sabia, antes mesmo de eu externar, que para além do movimento social aquele material seria importante para futuras pesquisas.

Retomando a questão da região da Fazenda da Floresta, a conectamos com a Fazenda de Santa Luzia, em relato de Adenilde Petrina.⁹⁸

O bairro Floresta na segunda metade da década de 60 era zona rural. Tinha uma vila de casas que eram das pessoas que trabalhavam na fábrica ou nas fazendas. O pessoal se dividia entre a fazenda de Santa Luzia e a fazenda dos Assis. A fábrica também era dos Assis. Ali eram várias casas de trabalhadores. (...) Quando a gente veio pra cá (Juiz de Fora), a gente veio pra fazenda Santa Luiza, junto com a maioria do pessoal que veio com meu pai transferido pra cá. (...) Da fazenda de Santa Luiza a gente tinha ligação com o seminário da Floresta dos padres redentoristas. Toda a vida religiosa e cultural e social passava pelos padres redentoristas (Adenilde Petrina. Informação verbal).

A família dela é originária de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto (MG), tendo vivido na região por muito tempo. Petrina destaca a importância do Seminário dos Padres Redentoristas (1946) para a comunidade naquele momento, não apenas no âmbito religioso, mas, sobretudo, na esfera social, cultural e educacional. Especificamente sobre o último ponto, os padres criaram a Escola Nossa Senhora Aparecida, o que possibilitou a Petrina cursar a primeira turma de quinta série da escola.

Eles queriam formar a primeira turma de quinta série da Escola Nossa Senhora Aparecida. Aí eu dei meu nome sem falar com a minha mãe e ela ficou muito brava porque ela achava que eu tinha que tirar apenas até a quarta série pra mim saber ler as receitas das casas de família que eu ia trabalhar. (...) Quando eu falei que tinha dado o meu nome pra fazer o primeiro ano ginásial ela ficou injuriada e eu apanhei pra caramba. No outro dia falei para o padre João Fagundes que eu não poderia estudar. Aí ele foi lá em casa convencer minha mãe, e ela respeitava muito. “Você vai estudar porque o Padre João tá pedindo e ele sabe o que fala. e suas irmãs também vão ter que estudar pra você não debochar delas como a única que estudou” (Adenilde Petrina. Informação verbal).

Entre as décadas de 1960 e 1990, a adoção da teologia da libertação, como bem retratado no Capítulo 1 desta pesquisa, era tendência no meio progressista católico, contexto que será analisado mais detalhadamente neste capítulo por meio da trajetória de vida de outro sujeito

⁹⁷ Coalização de coletivos de estudantes negros da Universidade Federal de Juiz de Fora, fundado em 2018.

⁹⁸ Para atuação e militância de Adenilde Petrina, ver nota no. 41.

ainda a ser apresentando, o padre Guanair. De toda forma, aqui já é possível percebermos alguns pilares de ação desse grupo e algumas das particularidades dos territórios em que atuavam.

Adenilde resgata de forma carinhosa a memória do padre João Fagundes Hauck (1922-2009), que por 35 anos residiu na comunidade redentorista da Igreja da Glória. Sua trajetória no Floresta começou em 1944, quando o seminário ainda estava em construção. A influência, respeito e engajamento com as famílias da comunidade fez com que em muito se ampliasse a visão de mundo de Adenilde, principalmente pelos estudos. Ela e suas irmãs deram continuidade aos estudos devido a insistência do mencionado padre. É preciso ressaltar que grande parte dos trabalhos que Adenilde Petrina viria a realizar em movimentos sociais se localizariam no bairro Santa Cândida, tratado carinhosamente como Candinha, na zona leste da cidade, já na década de 1980.

Adenilde nasceu em 1951. Aos doze anos chegou com a família ao bairro Floresta. Seu pai era operário na construção da rodovia que cruza a região. Teve a oportunidade de estudar em um colégio católico próximo à sua casa e formou-se em filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atuando profissionalmente como professora de História. Recebeu o título de doutora Honoris Causa pela UFJF em 2017. A entrevista com ela foi feita em 20/06/2019, quando ela estava com 68 anos, pela equipe do LABHOI UFJF conduzida pela prof. Hebe Mattos, na casa da própria entrevistada e tem a duração de 01:40:36.

Adenilde faz parte atualmente do Coletivo Vozes da Rua (surgido em 2013), localizado no bairro Santa Cândida. Pessoalmente, conheço Adenilde das muitas reuniões do movimento social. É importante sinalizar que a primeira vez que externei o desejo de fazer esta pesquisa foi para a Dona Ade, como a chamo. Estávamos em uma reunião do Coletivo Vozes da Rua na sua casa e ela me convidou entusiasmamente para voltar e conversarmos de forma mais privada. Contou histórias e fatos importantes a serem considerados nesta pesquisa enquanto passava um delicioso café e fazia bolinhos de chuva.

Assim como apontado por Adenilde Petrina, a questão da continuidade do processo de escolarização como fator decisivo para uma maior compreensão da cidade e suas interdições foi citado também por Azarias na entrevista.

Aos 14 anos terminamos o primário e fomos fazer as outras séries no Jardim Esperança (bairro). Normalmente essa juventude estudava até o ginásio, por conta dos esforços dos meus pais, tive um irmão que foi pra universidade e eu fiz um curso de metalurgia. E aí começou a partir daí ter uma expansão fora da Floresta (...) Você imagina... morar em um local onde você conhecia todo mundo e de repente você vai pra um outro espaço e tem que construir uma outra relação. Nesse período eu já começava a militar em movimento de bairros, movimento negro... principalmente ligado à igreja católica. E aí eu fui morar em uma república com três ex-seminaristas lá no São Pedro.

A relação com o bairro São Pedro se deu muito por conta do movimento social em que eu atuava. Aí foi a Adenilde que era da região do Jardim Esperança que era próximo do Floresta e a família estava indo pro bairro Santa Cândida (Paulo Azarias. Informação verbal).

“*Uma expansão fora da Floresta, em meados dos anos 1970.*” Para Azarias, essa expansão foi um marco para a formação da própria identidade e de sua tomada de consciência. Essa frase permite refletir sobre a dissociação entre o bairro e a cidade, marcada pelo deslocamento da realidade daquelas famílias negras de Floresta em relação ao desconhecimento e acesso à própria cidade, como se vivessem num território “à parte”. A saída de Paulo Azarias, aos 19 anos, do bairro em que foi criado deveu-se ao início dos estudos no Colégio Técnico Universitário, um alargamento de horizonte para quem se via restringido à área rural de uma cidade que insistia no almejado projeto de modernidade excludente.

Como o trabalho de Oliveira (2009) demonstra, o acesso à cidade implica, para aqueles que estão à margem, *esperança e soluções*. É sintomático que esse movimento tenha vindo com o processo de escolarização da família Azarias, bem como a realidade de diversas famílias negras, algo muito valorizado e ansiado por aqueles pais. O acesso à educação era visto por eles como possibilidade de melhores oportunidades de trabalho e conhecimento de mundo.

Falar da sociedade brasileira e de sua formação sem considerar as relações raciais construídas a partir do histórico escravista e no pós-abolição é maquiagem a realidade. Como 388 anos de escravidão legal, ante apenas 134 anos de “liberdade” não deixariam marcas na nossa sociedade? Hoje, ao menos não abertamente, entre as principais referências do campo das humanidades, acadêmico algum ousa defender a tese de que somos uma democracia racial. Entretanto, muitas pesquisas ainda continuam a desconsiderar o impacto das relações raciais, independentemente do campo de análise que se pretenda fazer. A história do negro não é algo tangencial ou temático: é o cerne de toda a construção da sociedade brasileira.

Outra de nossos entrevistados a discorrer sobre sua relação com Juiz de Fora foi Marilda Simeão⁹⁹ que, na contramão da embranquecida memória oficial pública, via a cidade como algo próximo a um quilombo.

Não sei se pela minha inocência ou olhar de adolescente, eu não via a cidade tão racista. As escolas de samba eram um local de acolhimento, e a maioria das pessoas que estavam lá era o povo negro. (...) Ir pra rua e ficar... a rua que eu digo é a Avenida Rio Branco, era comum a todos. Essa divisão que vejo hoje naquele tempo não existia muito esse olhar. Lógico que a gente sabia que a questão racial já estava estabelecida em todos os espaços, mas acho que era uma cidade mais acolhedora para nós do povo preto que era hoje. **Eu via Juiz de Fora muito mais como um quilombo.** (...) A visão que temos do progresso fruto do capitalismo nos traz mais a divisão social: ele traz

⁹⁹ Para atuação e militância, ver nota no. 44.

muito mais o apartheid social e determina o que você pode e o que não pode (Marilda Simeão. Informação verbal).

O olhar da inocência de uma menina negra, no final da década de 1960, que se sentia acolhida por sua comunidade e não se intimidava em circular por espaços centrais como a Avenida Rio Branco, que já naquele momento demarcava quais corpos deveriam ali circular. A “divisão” já existia. O “progresso fruto do capitalismo, gerou o apartheid social da cidade.” As memórias de Marilda situam-se, principalmente, nos bairros próximos ao centro, que à volta de 1970 eram predominantemente negros. A mudança, a seu ver, chega com o investimento de capital e a especulação imobiliária, promovendo a segregação.

Marilda Simeão é nascida (1966) e criada em Juiz de Fora, mas a origem da família materna é Bias Fortes (MG). A entrevista foi realizada no dia 11 de julho de 2022, via plataforma Google Meet. Ela faz parte do Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora e, atualmente, preside o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Iniciou sua militância no movimento de igreja e de secundaristas. Hoje, é candomblecista, professora e contadora de histórias, tendo cursado o magistério e, mais tarde, pedagogia.

Mesmo me encontrando com Marilda várias vezes num mês, devido a minha participação no Conselho Municipal, presidido por ela, foi custoso agendar a entrevista por causa de sua rotina de professora na ativa, presidenta de conselho e inúmeras responsabilidades profissionais e familiares. Me recebeu durante suas férias, de forma calorosa e fraterna, comprometida em transmitir o conhecimento adquirido e fazer a história seguir adiante. Chegou a morar por um período no Rio de Janeiro e se mudou muitas e muitas vezes. Em Juiz de Fora, morou também no bairro Bela Aurora, porém, o bairro de que tem mais lembranças afetivas é o Mundo Novo, onde passou a pré-adolescência.

O bairro Mundo Novo aos meus olhos era o melhor bairro do mundo! (...) Era um bairro pequeno porque tem divisas e majoritariamente negro, porque o povo do Alto dos Passos quando a cidade vai crescendo eles vão sendo expulsos e vão pra esse bairro. Eu fui morar lá do lado de uma escola de samba e tinha uma comunidade de uma família chamada Cortiço. (...) Uma família enorme, majoritariamente negra. E eu fui morar nos fundos de uma senhora negra que tinha muitos filhos e quem alugou essa casa pra minha mãe foi o senhor Moacir (...) e pra nós era um mundo novo mesmo! Um Mundo Novo que nos acolheu (Marilda Simeão. Informação verbal).

É interessante destacar a feliz coincidência do nome do bairro com o significado na vida e experiência de Marilda: um mundo novo de acolhimento. O bairro surgiu, de acordo com ela, em consequência do processo de desapropriação do Alto dos Passos (já mencionada por diversos entrevistados, que se referem ao local como um quilombo). A família se mudou para Juiz de Fora juntamente com um grande grupo de famílias da zona rural do estado, buscando

melhores condições de vida e oportunidades em uma cidade maior. Vale ressaltar que esse movimento migratório perdurou por quase todo o século XX.

Marilda descreve sua moradia como “cortiço”, uma vez que alugavam um cômodo nos fundos da casa de uma outra família. Ainda assim, para ela o espaço era acolhedor e representava novas oportunidades de vida. Longe de apresentar a cidade negra juiz-forana como um quilombo sem dissidências internas, Marilda Simeão pontua conflitos e percebe o processo de urbanização alimentando “um apartheid social”, como nomeia. Podemos pensar nessa cisão como um processo de gentrificação, a ação de mudar o caráter de um bairro através do influxo de empresas e residentes mais abastados.

Onde era o Cafarnaum, onde é hoje o Santa Cecília, o Dom Bosco que antes era a Serrinha e o Santa Luzia que antes era Cachoeirinha... tinha suas rivalidades. Os meninos da Cachoeirinha não podiam ir no mundo novo e se fosse ia ter briga (...), mas essas rivalidades se davam porque a maioria era parente. E o que era mais visível era mais o São Mateus e o Bom Pastor que eram conhecidos como bairros de elite. O Bom Pastor era o bairro das patroas e madames. Essa divisória entre esses bairros, Dom Bosco, Serrinha e Santa Cecília talvez não se davam também porque era do povo preto. (...) quando você vai crescendo que você vai entendendo quem mora aonde e porque mora. Que aí você vai conversando com um conversando com o outro... (Marilda Simeão).

A partir de percepções do cotidiano, ela estabelece conversas investigativas com a própria comunidade, vislumbrando “quem mora aonde e porque mora”. A consciência social vem do próprio cotidiano, desnaturalizando as desigualdades impostas, e impulsionando para a luta.

As relações raciais na nossa sociedade se misturam de forma complexa com as relações sociais, como bem relatadas por Renato Emerson (2007) ao tratar do acesso ao espaço urbano. O autor destaca a existência de “fronteiras invisíveis” consolidadas pelas desigualdades sociais baseadas na raça. É possível perceber tal questão na fala acima de Marilda, quando ela diferencia os “bairros das patroas” e do “povo preto”, assim como se evidencia o começo de seu processo de identificação e formação da própria identidade. Nesse sentido, tais relações demarcam o acesso à própria cidade, à educação, ao emprego, conhecimento, posições de poder etc. Contudo, uma das principais marcas do racismo à brasileira é a concomitância das relações sociorraciais de forma horizontal e vertical, mesmo quando, a priori, podem parecer linhas abissais. Com base na análise de Santos, isso implica duas questões: I) representação enquanto uma “democracia racial” e II) a desigualdade social baseada na raça para a construção do tecido social.

É apoiada nessa linha reflexiva e analítica que se constrói a presente tese: o processo de conscientização social a partir da racialização das carências sociais, começando pelo acesso à própria cidade, que mune a constituição do movimento social negro local. Tudo isso a partir de um contexto de redemocratização política do país e de surgimento de instituições e do antirracismo transnacional.

A chegada da Dagna Gonçalves¹⁰⁰ na cidade, antes de ingressar no movimento social, exemplifica essa questão.

Como enxergava já ao vir para cá nos 80?

Dagna: medo, muito medo, porque eu fiquei muito abandonada com filho pequeno que eu não podia amamentar (...). Não esqueço uma noite, muito, muito fria, eu o enrolei uns cobertores e eu tinha uma dessas bolsas de palha, o que eu tinha estava ali e numa mochila que estava nas minhas costas. Tinha uma mamadeira que estava ali e azedou metade, mas eu tive que dar pra ele mesmo assim. Até o dia amanhecer e eu sabia que meu patrão abria a oficina por volta de 5h30 da manhã e eu passei a noite na rua olhando o relógio sem ponteiro. Porque eu sempre ficava nas ruas que tinha movimento de bares, e eu ajoelhava assim fazendo aquele ar quente nele. E eu levei depois ele pra oficina enquanto eu trabalhava e olhava. (...) Ficava perambulando até conseguir pagar aqueles hotéis baratos do centro. Fazia muita bolinha de papel higiênico molhada pra cobrir o estômago (Dagna Gonçalves. Informação verbal).

Dagna Gonçalves Costa, oriunda de Tocantins (MG), veio para Juiz de Fora em busca de emprego e melhora qualidade de vida, “apesar que hoje a gente vê que na roça tem melhor qualidade de vida. Eu quis sair da roça, mas a roça não sai de mim e hoje gostaria de voltar pra roça, mas não tenho condições”. No momento da nossa entrevista, em 2 de junho de 2022, Dagna estava com 56 anos. Ao longo da vida, trabalhou com faxina, em oficina mecânica e, já adulta, fez faculdade de gestão pública com especialização em políticas sociais. A entrevista teve duração de 2h30 minutos, mas a conversa durou quase 4 horas, na sede do Partido dos Trabalhadores, em Juiz de Fora. Dagna atuou no movimento sindical, no Conselho Municipal de Valorização da População Negra (CMVPN) e em organizações negras dentro do próprio Partido dos Trabalhadores.

A sugestão para o local da entrevista partiu dela, que chegou com um molho de chaves na mão, apressada, abrindo com familiaridade o espaço, como se fosse sua própria casa. Ao longo da entrevista, percebi muitas memórias de afeto, diversão e luta por ela vividas naquele local. Ela me apresentou todos os cômodos, como quem recebe uma visita pela primeira vez, me ofereceu água e um lanche que comprara na padaria, quentinho. Sentamos e começamos a conversa, com ela tranquilamente fumando seu cigarro de palha. O tempo passa, vai

¹⁰⁰ Para atuação e militância de Dagna Gonçalves, ver nota no. 57.

escurecendo, e Dagna, ao ligar o interruptor, nota que não havia energia na sede. Por sorte, a janela da sala em que estávamos dava para a rua e a luz do poste próximo iluminava parcialmente o cômodo. A entrevista seguiu por bons minutos, quase uma hora, dessa forma, na penumbra. Penumbra essa que acolheu memórias de momentos felizes - entre risadas do processo de rememoração - e penosos, com gritos de raiva profunda ante lembranças de injustiça e de saudade.

Dagna veio para Juiz de Fora na década de 1980. Trabalhava de faxineira em uma oficina mecânica. Com a voz ainda embargada anos depois, Dagna relembra seus primeiros dias na cidade e repete, inúmeras vezes, como sentiu medo, com seu filho nos braços, nas ruas madrugada a fora, até sua tia poder cuidar da criança. Até isso ocorrer, esperava na rua, durante a noite, a oficina em que trabalhava abrir, às 5h da manhã, e o patrão liberá-la para “tirar o cansaço” na cabine de um dos caminhões antes que o expediente começasse. Caminhava do Poço Rico a Manoel Honório (zona leste), todos os dias, para ver o filho. Quem chegava da zona rural sem uma rede de apoio não se inseria com facilidade, mesmo na pródiga Manchester mineira.

Outro sujeito a chegar na cidade, até então desconhecida, mas vista como local de oportunidades, foi Martvs das Chagas.¹⁰¹

Quando cheguei na cidade, sem emprego e sem nada, eu nem sabia da existência da universidade, nem eu nem minha família. (...) Foi um choque a cidade grande, mas eu sabia que era isso que eu queria. Ao mesmo tempo que eu estranhei muito eu sabia que era isso (Martvs das Chagas. Informação verbal).

Martvs das Chagas nasceu em Raul Soares, cidade pequena da zona da mata mineira. Veio adolescente para Juiz de Fora, morar com um irmão devido a desavenças em casa. “Quando chego aqui me deparo com um mundo totalmente diferenciado”. A entrevista com ele ocorreu no dia 14 de julho de 2022, no gabinete que ocupava como Secretário de Planejamento do Território e Participação Popular, e durou 57 minutos. Sociólogo formado pela UFJF, foi ministro-chefe interino da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no segundo Governo Lula (2008).

Martvs foi muito receptivo à proposta de entrevista, mesmo em meio à intensa rotina na Secretaria. Me recebeu de forma aberta e afetuosa em sua sala. Acostumado a dar entrevistas, de prontidão foi discorrendo sobre pontos que julgou importante para o trabalho, a partir do recorte que eu havia exposto à sua secretária na semana anterior. Ainda assim pareceu, em

¹⁰¹ Para atuação e militância de de Martys Chagas, ver nota no. 48.

determinado momento, “surpreso” com perguntas que fiz, principalmente, sobre suas origens e a tomada de consciência antes de se tornar uma liderança.

A experiência de Martvs foi dura, mas, ao mesmo tempo, marcada pela euforia de quem quer desbravar todas as possibilidades em uma cidade maior, já nos fins década de 1970. Naquele momento, já se multiplicavam na cidade diversos movimentos sociais, em especial os de secundaristas e universitários. A questão racial ainda não era pautada, assunto que será analisado em momento posterior nesta pesquisa. Chagas morou no bairro Santa Rita, na zona leste da cidade, local que descreve como “um dos bairros mais violentos de Juiz de Fora, junto com São Benedito e Dom Bosco: a tríade da violência”. Ainda assim, tal questão não o incomodava durante a infância, sendo algo surgido especificamente das sociabilidades da adolescência.

Quando comecei a incomodar muito porque minha namorada morava no centro da cidade e eu no Santa Rita. Antes parecia totalmente normal pra mim, mas depois pareceu que não. Assim, era normal pra mim, pra minha família... ali no Santa Rita a maioria das pessoas eram negras então eu me sentia bem por conta disso, mas depois eu fiquei: o que que é isso? Estava refletindo justamente o pensamento de Milton Santos quando ele diz que o racismo também é geográfico. Se circunscreve naqueles espaços sociais que a elite nos permite viver e não naqueles espaços onde eu quero viver. Eu não tenho uma escolha. As condições que são colocadas não são as mesmas (Martvs das Chagas. Informação verbal).

De forma semelhante a Martvs, Gilmara Mariosa¹⁰², nascida em Juiz de Fora, viveu a infância no bairro Mundo Novo e a adolescência na cidade de Volta Redonda (RJ). À época da entrevista, contava 51 anos de idade. Diz não ter nenhuma conexão com o bairro natal, uma vez que na sua época já o sentia muito "classe média". Filha única, criada pela mãe, percebe a cidade "muito racista e conservadora, com pouco espaço para crescer e produzir". Tanto é assim que que buscou complementar sua formação educacional, mestrado e doutorado em psicologia, em outras cidades. O que mais a incomoda é a segregação silenciosa na cidade. "Você vai acostumando, mas aí depois a gente começa a perceber e se incomodar".

Aqui tem essa mentalidade pequenininha. Por exemplo, Volta Redonda. Tem racismo? Tem, mas lá eu me sentia muito diferente de como eu me sinto aqui. Quando eu fui para lá eu era novinha e dizia: nossa! As pessoas aqui não são tão racistas! (...) Não sei se porque aqui teve mais escravizados, porque Minas foi a maior província escravista do país e Juiz de Fora a maior de Minas... (Gilmara Mariosa. Informação verbal).

¹⁰² Atuou no grupo Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento, no PT Juiz de Fora, Grupo de Estudantes Negros e Negras da UFJF, e no Centro de Referência da Cultura Negra de Juiz de Fora.

A entrevista com Gilmaria Mariosa se deu via Google Meet, com 1h20min de duração, no final do dia, após Mariosa chegar do trabalho. Acabamos por descobrir e partilhar detalhes em comum de nossas trajetórias, seja enquanto mulheres negras e o estabelecimento de relações sociais, seja pela vivência em Volta Redonda (RJ). A militância de Gilmaria Mariosa começou na cidade fluminense nas igrejas, cuja atuação era forte devido à teologia da libertação.

Então era uma Igreja muito política, era uma igreja onde a gente discutia política o tempo todo. Na missa o padre fazia a leitura do evangelho, e aí depois ele falava assim uma matéria de jornal e perguntava o que isso tinha a ver com a passagem e puxava um debate. Então assim, a gente era estimulado a ser crítico, né? (Gilmaria Mariosa. Informação verbal).

Em razão disso, ela começou a fazer parte de grupo de jovens e conheceu os agentes de pastoral negros. A militância no movimento negro teve início aos 16 anos, quando teve contato com instruções políticas e discussões sobre desigualdade de classe, raça e gênero. Em Juiz de Fora, iria compor o Grupo de Estudantes Negros da UFJF, o PT, o Centro de Referência da Cultura Negra de Juiz de Fora e as Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento.

A trajetória de Gilmaria se conecta a de Maria Luiza Evaristo¹⁰³, que também fez parte das Candaces. Maria é nascida e criada em Juiz de Fora, formada em História com mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciências da Religião. Morou no bairro Bom Jardim no início da infância, se mudando depois para os bairros de Lourdes, Ipiranga e Vitorino Braga. Neste último, passou a maior parte da adolescência e vida adulta. Filha única de família simples, criada pela mãe, mas com contato frequente com avó, tia e dois primos. Não se considera uma pessoa "bairrista", ainda que tenha uma relação de afeto com os locais em que se sentia segura. A entrevista com ela foi online, com 50 minutos de duração, durante uma brecha no expediente de trabalho. Ainda assim, foi calorosa, uma vez que logo de início rememoramos nosso primeiro contato pessoalmente, na universidade. Eu estava no primeiro período do curso e via aquela mulher negra, radiante e pós-doutoranda, algo extremamente significativo para uma jovem negra de cidade pequena que estava chegando na universidade pública.

A mãe de Maria Luiza (trabalhadora doméstica) era daquelas que investiam em educação. Conseguiu pagar uma boa escola para a filha no final do terceiro ciclo escolar, o que contribuiu para sua aprovação no vestibular. Maria Luiza entrou em 1997 na universidade, mas devido a uma série de questões relacionadas à saúde mental se ausentou do curso por longos períodos, vindo a se formar em 2001. A superação dessa fase difícil, que incluiu o falecimento

¹⁰³ Candaces - Organização de Mulheres Negras e Conhecimento, aluna do pré-vestibular do Centro Cultural de Estudos Afro-brasileiro Baobá.

da mãe, foi possível a partir de grupos de mulheres negras dos quais veio a fazer parte posteriormente. Aproximou-se de Sandra Maria, no Mulheres da Periferia, e integrou as Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento.

Por fim, recuperamos a vivência de Denise do Nascimento Santos¹⁰⁴, a mais nova a contribuir nesse movimento, com 39 anos no momento da entrevista. Formada em administração, servidora pública e mestranda em História na UFJF, nasceu e se criou no bairro Progresso. Participou do grupo Candaces, além de ter sido aluna do Curso Pré-vestibular Baobá. Na entrevista, Denise resgatou sua circulação pela cidade, destacadamente, o bairro em que morava e o centro, explicando o impacto dessa relação com a cidade em sua percepção das hierarquizações e desigualdades.

A minha relação passa muito pelo trânsito, assim, por circular pelo bairro pela relação com a escola e também pelas amizades da escola. E eu também estudei a vida inteira, né no ensino fundamental no ensino médio na Escola Estadual Coronel Antônio Alves Teixeira, que é aqui do bairro. Então a minha relação passa muito por isso assim por uma circulação de andar pelo bairro das amizades serem do bairro e tal. Eu moro em frente à Escola de Samba Mocidade Independente do Progresso e também a minha relação passou muito por frequentar em alguns momentos da escola. Eu nunca fui uma pessoa que teve sempre presente escola de samba, mas sempre a gente sempre tava por perto sempre ia (Denise do Nascimento Santos. Informação verbal).

Mesmo passando a vida toda na cidade, ressalta como, na adolescência, frequentava pouco a área central, pois já entendia que não era um local em que “poderia ir vestida de qualquer jeito”. Sua circulação dava-se mais entre os bairros Bairu, Marumbi, Santa Paula e Santa Luzia.

E que eu acho que essa é um para mim é um traço muito forte, assim, do que que é o centro da cidade. Tanto que quando a gente ia para fazer esses lanches a gente sempre ia muito bem arrumado né, para poder circular, para poder ir nos locais e tal. Então assim eu acho que havia essa diferença para mim de bairro e centro, eu acho que seria isso assim: “não, o centro da cidade não é um lugar qualquer”. Não é um lugar de chinelo que eu ande tranquilamente. Era como se eu tivesse que ter uma postura para ir para a Cidade. Porque eu também não chamava o centro da cidade de Juiz de Fora como centro da cidade, eu chamo ele de cidade. Então para a gente na cidade. A gente tinha que ir diferente, não era ali de qualquer jeito aparecer lá de qualquer jeito e tal. E aí é interessante porque tem algumas partes da cidade que a gente não circulava (Denise do Nascimento Santos. Informação verbal).

Denise traz uma ideia de como os bairros viam o centro como “a cidade”, como se os próprios bairros fossem algo à parte. E isso implicava todo um código de conduta e vestimenta

¹⁰⁴ Candaces - Organização de Mulheres Negras e Conhecimento, aluna do pré-vestibular do Centro Cultural de Estudos Afro-brasileiro Baobá.

próprios para estar ali circulando. Ela passou a frequentar mais a região central durante o ensino médio, devido ao interesse pelas bibliotecas públicas, algo que seria determinante no seu processo de conscientização enquanto mulher negra e militante. Ao tempo em que concluiu o ensino médio, começou a participar, enquanto aluna de pré-vestibular, do Centro Cultural de Estudos Afro-brasileiro Baobá.

Em síntese, o que objetivamos com os relatos destacados nesta etapa da pesquisa, é compreender quem são esses sujeitos ativistas negros e como se deram seus processos de consciência, a partir da experiência e circulação deles na cidade de Juiz de Fora. Alguns são propriamente juiz-foranos, outros de cidades vizinhas que acorreram à grande "Manchester Mineira" em busca de melhores oportunidades de vida. Uns se criaram em Juiz de Fora e por ali ficaram, outros tiveram experiências em outras localidades, mas retornaram para abraçar uma atuação coletiva e política na cidade.

Organizamos a exposição e reflexão de trajetórias de forma geracional, dos mais velhos aos mais novos e, nesse sentido, pudemos perceber as diferenças propriamente geracionais acerca dos olhares sobre Juiz de Fora: visões da cidade ainda rural, sob processos de gentrificação e sua consolidação enquanto polo urbano de serviços. Em comum, os entrevistados manifestam um entendimento crítico das fortes hierarquias sociorraciais locais. E o resultado disso é terem feito de Juiz de Fora o seu local efetivo de luta coletiva organizada em prol de direitos sociais.

Todos os sujeitos entrevistados estabelecem o movimento de racializar uma cidade adepta do discurso do senso comum meritocrático, que oculta a existência de desigualdades baseadas, de fato, em critérios raciais. Tal discurso é fruto do próprio projeto fundante de modernização do século XIX.

Conforme a pesquisa de Maraliz Christo (1987), o projeto de modernização da cidade de Juiz de Fora, no século XIX, foi construído pelos fazendeiros e industriais e, por esse motivo, na concepção dos envolvidos, era necessário investir no controle do acesso ao espaço urbano dos sujeitos tidos como "indesejáveis". A questão que se coloca, já bem analisada no trabalho de Giane Elisa Salles de Almeida (2009) é: De que civilização se trata nesse momento? Quais modelos cabiam nesse discurso modernizador?

A participação, experiências e contribuições da população negra no período de urbanização e industrialização da cidade, como evidenciado por Giane Elisa Almeida, é pouco explorada pelos principais memorialistas locais. Como consequência, a maior parte dos trabalhos acerca da história da cidade permanece repleta de mitos fundantes, valorando as

memórias de grupos da elite dominante e dos imigrantes europeus, sobretudo os de descendência alemã e italiana.

Em *Controle Social e Pobreza - Juiz de Fora (1876/1922)*, Jefferson de Almeida Pinto (2008) investiga o processo de controles ideológicos e jurídicos da elite dominante da cidade, que então despontava como polo industrial regional, e como se buscou construir um município branco, limpo, higienizado, propenso à “civilização”, ao desenvolvimento e ao progresso. O argumento principal do autor em seu trabalho é o de que a perspectiva de modernidade almejada pelas elites exclui determinados grupos sociais, rotulados como “vadios”, que a partir do êxodo rural ameaçavam a “paz” da cidade.

O sucesso da ideologia da democracia racial enquanto constructo ideológico, como bem apontado por Renato Emerson dos Santos (2007), influencia o que se vê e o que não se vê (ou ao menos, nega-se a ver e crer). Nesse sentido, nos fala muito de o porquê as principais obras sobre a história da cidade, ou mesmo exames sobre suas desigualdades sociais, não considerarem as relações raciais no Brasil como algo fundamental para a análise.

Esse “senso comum científico” passa a ser questionado com a emergência do debate acerca dos impactos sociais do racismo, encabeçada pelo próprio Movimento Negro brasileiro nos espaços acadêmicos. No caso de Juiz de Fora, destaco o empenho dos trabalhos de Giane Elisa Salles de Almeida (2009), Rita de Cássia Félix Batista (2006; 2015) e o projeto “Juiz de Fora, cidade negra”, do Laboratório de História Oral e Imagem, coordenado pela professora Hebe Mattos e com atuação direta da prof. M.^a Giovana Castro. Tanto Almeida quanto Batista e Castro são crias de Juiz de Fora, notadamente, dos movimentos sociais e buscaram, ao longo de suas trajetórias, compreender a história da cidade a partir da perspectiva da população negra para além da escravidão em si, privilegiando a complexidade das experiências de liberdade nos pós-abolição.

Almeida (2006), na sua dissertação, analisa a história da educação de mulheres negras na cidade a partir das memórias das próprias mulheres, utilizando a história oral enquanto metodologia. Esse estudo é valioso para a presente pesquisa, uma vez que Almeida, a partir das trajetórias educacionais das entrevistadas, observa experiências sociais em comum, seja nas vivências educacionais, no trabalho ou no acesso ao espaço urbano de Juiz de Fora. Para tanto, vale-se de recursos geográficos para o escopo da análise a fim de discutir a fruição dos espaços, direito à cidade, território e territorialidade. Dessa maneira, consegue, de forma contundente, emendar a história oficial da cidade, externando os silenciamentos que ela resguarda.

E assim vive Juiz de Fora, a Europa dos Pobres, com suas tantas idiossincrasias; entre a modernidade e a tacanhice, entre avanços e retrocessos,

entre revelações e ocultamentos, entre a verdade e o mito, entre palavras e silêncios... (Almeida, 2006, p. 215).

Para compreender a cidade é preciso considerar as relações humanas que nela se desenrolam em sua dimensão racial. Recorrendo ao trabalho de Oliveira (2009), Giane Almeida faz uma síntese de três pontos que efetivamente caracterizam o direito à cidade: direito de ir e vir, incluindo o livre acesso aos diferentes espaços; o direito ao espaço público; e o direito a serviços e equipamentos públicos. Com base nos depoimentos das entrevistadas, conclui que das mulheres negras em Juiz de Fora foram bastante prejudicadas. Alicerçada nessa realidade, a pesquisadora busca analisar os agenciamentos, experiências e estratégias utilizadas por essas iabás¹⁰⁵ para forjar alternativas aos espaços interditados. Ao discutir os territórios negros em Juiz de Fora, sua pesquisa se coaduna com o trabalho de Rita de Cássia Felix Batista.

Na sua tese de doutorado (2015), a autora investiga um conjunto de clubes negros da cidade, compreendendo estes como expressão política da população negra local em suas dinâmicas sociais da cidade, quer pela dimensão do lazer nos bailes e festas, quer pela resistência coletiva das populações negras na inserção social da própria cidade. É significativo a forma como a autora constrói o trabalho, traçando a formação de Juiz de Fora a partir da constituição e transformação dos bairros negros e da própria história urbana local.

Pontuando São Benedito antigo Arado, Megiolário e São Tarcísio, Lamaçal, hoje Bom Pastor, Santa Rita, Serrinha, conhecido hoje como Dom Bosco, Santa Luzia, Santo Antônio da Boiada, Santa Luzia, entre outros lugares, a autora constrói sua tese utilizando-se também de Batista et al (2013) vinculando regiões com maciça concentração de indivíduos negros, às especificidades da história da população negra no Brasil e ao processo de urbanização. São ocupados em sua maioria por descendentes de população ex-escravizada e pelo menos inicialmente formam aglomerados urbanos com baixa ou nenhuma renda em locais íngremes ou afastados... onde a comunidade negra se fixa, cria laços, solidariedades, atividades culturais, religiosas e, nosso escopo específico de análise do presente trabalho, estratégias na busca por direitos de forma coletiva.

O projeto “Juiz de Fora, cidade negra”, conduzido por Hebe Mattos e Giovana Castro, é voltado ao resgate e exposição das histórias da população negra na cidade. Com múltiplas

¹⁰⁵ “Orixás femininos; as iabás”, que inspiram o arquétipo de suas filhas na dimensão terrena, foram (e ainda são) mulheres imprevisíveis. Guerreiras, sempre prontas para defender os reinos que governam. Na história antiga e na contemporânea, não faltam exemplos de figuras femininas que não aceitam ser subjugadas pelo sexo oposto”. Síntese retirada de: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2017/11/19/interna_revista_correio,641685/o-poder-das-iabas.shtml. Acesso em 14 de fev. de 2023.

frentes de trabalhos, engloba o Centro Virtual, que reúne trabalhos acadêmicos, entrevistas, imagens e tudo o mais que remeta à memória negra em Juiz de Fora, e uma seção de curtas-metragens em andamento, um largo incentivo para jovens pesquisadores de graduação e de pós investigarem e comporem novas malhas de historiografia sobre o negro na cidade a partir de outros paradigmas envolvendo liberdades e agências negras.

Alicerçada nas questões e teses dos trabalhos das duas autoras, anteriormente analisadas, esta dissertação segue igual percurso de utilização da metodologia da história oral, a fim de compreender as experiências, agências e estratégias de sujeitos negros em movimentos sociais de Juiz de Fora e suas tramas com relação à cidade. A especificidade desta pesquisa se faz a partir da problematização da constituição do movimento social negro local, que tem relação direta com as nuances e explicitações das dificuldades de acesso à cidade. A pesquisa se constrói enquanto investigação do processo: do olhar e percepção da cidade, do processo de consciência social, da racialização dos dilemas sociais vivenciados e da necessidade de organização coletiva, potencializada pelo período de abertura democrática do país.

Por abrir um grande leque de possibilidades narrativas de construção, a perspectiva aqui trabalhada parte dos relatos de cada entrevistado, interligando as temáticas centrais que eles apresentam como essenciais para a compreensão da construção do movimento negro na cidade.

2.2 “SABE QUE O MARTELO TEM MAIS PESO PRA NÓS”: *DO INCONFORMISMO E À SUA PRÓPRIA PERCEPÇÃO ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO.*

A consciência de quem hoje tá na periferia... quem começa a analisar a vida a consciência vem meio revoltante. Você começa a comparar as coisas, analisar isso e aquilo. Por quê? Você não acha o porquê (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Para melhor compreensão da forma como se organiza o movimento social negro em Juiz de Fora partimos da análise da gênese do inconformismo perante injustiças e a própria percepção de seus agentes enquanto sujeitos político. O movimento social nasce de um processo, do incômodo com uma realidade que se transforma em necessidade de luta por direitos. A relação com a própria cidade, apresentada anteriormente, está na base desse processo, é um de seus pontos centrais.

As reflexões aqui feitas baseiam-se nos questionamentos e contribuições teórico-metodológicas que E.P. Thompson propõe para a História Social (1987;1998), sobre como investigar efetivamente o real, para além dos determinismos presentes em determinadas teorias

sociais.¹⁰⁶ Além dele, a perspectiva da interseccionalidade se faz necessária para analisar de que forma a desigualdade social se estrutura operando juntamente com a discriminação racial e de gênero. Para o exame dessas questões, utilizaremos as reflexões da intelectual Lélia González, conforme mencionado no Capítulo 1.

O cerne da perspectiva thompsoniana implica conceber a construção histórica a partir do processo da vida dos indivíduos e de suas relações em sociedade e com a natureza. Para além de um princípio de totalidade que desconsidera as situações e relações históricas e as formas pelas quais os indivíduos agem e pensam, esse autor destaca o papel e a importância das experiências sociais para a análise histórica. Tal perspectiva é crítica das análises estruturalistas em torno do conceito de classe social que desconsideram as particularidades culturais. Para Thompson, classe é construção cultural e historicamente determinada.

É preciso ressaltar que, mesmo aqui se tratando de um trabalho que busca compreender especificamente pessoas racializadas em movimentos sociais, é necessário considerar e compreender os discursos de classe imbricados com os discursos de raça e gênero impactando as aglutinações. De fato, é perceptível, no caso da cidade de Juiz de Fora, uma destacada predominância de sujeitos advindos das periferias da cidade, que ao contrário de muitas lideranças do movimento negro em nível nacional, não tiveram acesso ao ensino superior no momento inicial de organização do movimento.

Em grande parte, as pautas de luta que os mobilizaram individual e coletivamente se relacionavam a direitos sociais de parcelas “da classe trabalhadora”, como moradia, educação, trabalho, segurança, entre outros. Busco compreender a formação desses indivíduos enquanto sujeitos políticos em Juiz de Fora por meio de seus valores retratados, discursos e referências articulados para a sua própria consciência, a partir de suas próprias experiências.

O que descobrimos (...) está num termo que falta: ‘experiência humana’. (...) Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p.39).

¹⁰⁶ Thompson ergue-se contra o dogmatismo, o teorismo e o determinismo presentes, sobretudo, no marxismo althusseriano.

Lanço mão do trabalho de Marcelo Badaró Mattos (2017), aliada à abordagem thompsoniana sobre classe social, para compreender o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, considerando os indivíduos escravizados juntamente com os livres, o que nos fornece questões pertinentes à interpretação. Mattos destaca a análise de classe enquanto processo e relação, não uma mera estrutura social, considerando também a formação cultural, vozes e códigos não escritos dessas pessoas (2017). A relação ser-social com a consciência social vem por meio da análise e compreensão das experiências de vidas de indivíduos reais, muito além de determinismos teóricos. A isso chamamos de realidade histórico-social, que “podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença” (Thompson, 1981, p. 17).

Ainda assim, nos é necessário utilizar da ferramenta teórica-metodológica da interseccionalidade para análise, uma vez que, em diversos momentos, principalmente tratando-se das memórias das mulheres negras ativistas, mesmo dentro de organizações negras com homens negros, mencionam particularidades de suas experiências. Lélia Gonzalez, ao longo de sua trajetória utilizava a interseccionalidade enquanto ferramenta político-analítica para compreender a estruturação das desigualdades raciais. Ainda assim, o termo propriamente e sua definição foram cunhados no campo jurídico pela afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

Kimberlé Crenshaw foi responsável pela sistematização e desenvolvimento teórico do conceito da intersecção das desigualdades de raça e gênero (1989) no campo jurídico. O objetivo principal da autora, em seu trabalho inicial, era apresentar uma estrutura analítica que permitisse identificar as discriminações de raça e gênero e mostrar como tais discriminações operam juntas na vida das mulheres negras. Esse argumento é essencial à medida que compreendemos como homens e mulheres negras podem experimentar de maneiras distintas situações de racismo relacionadas ao seu próprio gênero.

Lélia Gonzalez, nesse sentido, desde meados dos anos 1970 vinha buscando redefinições conceituais dentro do movimento negro e do pensamento feminista, de forma a analisar os processos históricos de opressões por que passam as mulheres negras de forma interseccional, combinando o caráter pluricultural e multirracial do que denominava

amefricanidade¹⁰⁷. Afinal, no texto “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica” (1979) a autora aponta e disserta que “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação”: pelo racismo, pelo sexismo e pela classe. No caso de Juiz de Fora, as mulheres negras criam grupos como Mulheres da periferia, Associação de Mulheres Negras Chica da Silva e Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento, ainda que continuem na linha de frente dos movimentos negros “mistos” na questão de gênero. A construção social da identidade enquanto mulher negra começa a ser trabalhada coletivamente no início dos anos 2000.

Nesse ponto, retomamos o estudo de Kabengele Munanga sobre construção social da identidade do sujeito negro. “Quando os atores sociais, com base no material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade podem consequentemente se propor a transformar o conjunto da estrutura social” (2013, p.3).

Os processos de construção de identidade estão estritamente ligados à própria história da humanidade. No caso específico dos sujeitos negros que contribuíram para a formação do movimento social em Juiz de Fora, seja pelo amor e/ou pela dor, foram as relações amorosas, a maternidade, o trabalho, a vivência da comunidade... as experiências que contribuíram para o despertar da necessidade de que algo precisava ser feito.

Em relação à História Oral, o trabalho desenvolvido por Amílcar Pereira e Verena Alberti (2016) também nos é caro pela forma como foram construídos os roteiros das entrevistas de história oral que se seguem e as problematizações levantadas. Em “História do movimento negro no Brasil” (2004) os autores constroem um acervo de entrevistas de história oral com lideranças negras. Preservando a memória do movimento social bem como o registro da trajetória de lideranças e suas estratégias de organização, o acervo do CPDOC é a principal referência do tema na atualidade. A reflexão a posteriori dos acontecimentos vivenciados por cada entrevistado traz o significado do processo de construção da própria consciência racial, entendida a partir do retrospecto de sua ação.¹⁰⁸ Recuperaremos a seguir o relato de dor de Helena Oliveira em suas relações afetivas que contribui para uma “virada de chave” posterior.

Daí eu fiquei noiva de um gerente de loja conhecido na época. Aí a gente terminou do nada. (...) Depois o irmão dele me disse que terminou comigo porque ele como gerente de loja na hora que ele tivesse viajando como ele

¹⁰⁷ “A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. Por isso, afirma Lélia Gonzalez, ‘floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcaram a nossa presença no continente’”. Cardoso, Cláudia Pons. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez* (2014).

¹⁰⁸ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. p.9

apresentaria uma esposa preta? Por isso ele terminou com você. Ele gosta muito de você, mas não teria como apresentar. Ok, dali pra frente eu pensei que a gente não precisa disso (Helena Oliveira. Informação verbal).

Helena, que trabalhava no comércio local, recupera a memória de um dos relacionamentos que ela teve com um gerente de loja, já na virada da segunda metade da década de 1960. Estavam noivos e, bruscamente, o rapaz terminou o relacionamento, sem detalhar os motivos. Mais tarde, seu ex-cunhado contou-lhe a razão: a vergonha de apresentar uma mulher preta para a sociedade. É interessante como a entrevistada traz esse acontecimento quando perguntada sobre seu processo de consciência, e termina afirmando que *“dali pra frente não precisava mais disso”*. De fato, toda a vida de Helena acontece de forma independente, principalmente no que tange às figuras masculinas. A questão da coletividade também aparece na vida dela após esse momento. Ciente de que não precisava passar por determinadas situações, passou a agir para que outras pessoas também não passassem. O depoimento acima diz muito além de meras relações amorosas, fala de todo um projeto de vida e luta por direitos sociais.

Já o depoimento de Bete¹⁰⁹ revela, de forma acolhedora e amorosa, parte do processo de compreensão de si mesma enquanto mulher negra, demonstrando que a consciência não vem só das violências cotidianas.

Meu pai dizia: “minha filha você é linda”. Com uma verdade... você é linda e você é negra. Duas verdades. E não era uma negra linda, era linda e ponto. e a negra era uma característica, um fato, sem mais. Linda ponto. Negra e ponto. A consciência veio daí. E vem do amor familiar. primeiro foi o amor, a dor foi só depois (Maria Elizabete Oliveira. Informação verbal).

Afeto e humanização presentes na infância de Bete, no final dos anos 1950. A fala do pai é potente ao afirmar não existir contradições ou pesares entre as categorias negra e linda, ressaltando que ela precisava se reconhecer negra e linda, não um ou outro, mas as duas coisas. Vale destacar o processo de formação do sujeito negro e a compreensão de sua identidade para além de momentos puramente de sofrimento. Maria Elizabete Oliveira estava com 57 anos no momento da entrevista. Servidora pública federal aposentada, formada em psicologia, nossa entrevista ocorreu em 23 de junho de 2022, com 2h e 10 min de gravação, mas uma tarde inteira (literalmente) de conversa.

Iniciamos o papo durante um café numa padaria do centro da cidade e terminamos sentadas em um banco do Parque Halfeld. Foi uma entrevista que mais parecia uma conversa de quem poderia ser minha mãe, tia, professora ou simplesmente amiga. Falamos da vida, de mim e até de minha família. Bete, em determinados momentos, chorava, ria, e eu acompanhava.

¹⁰⁹ Para atuação e militância de Maria Elizabete Oliveira, ver nota no. 47.

Ambas embargaram as vozes para recuperar as memórias - ela queria saber também da minha vida e do local comum que compartilhamos. Conselhos de quem via uma filha, sobrinha ou aluna, para não cometer os mesmos erros e enxergar para além dos próprios interesses, para a coletividade.

De forma semelhante, Sandra, ao ser indagada sobre como começou a pensar em termos do coletivo, mobilizou o seu viver em comunidade.

O viver em comum, um ajudando o outro... eu sempre fui apaixonada, desde criança, a ver todas as pessoas mesmo muito pobres todos vivendo em pé de igualdade. Não tínhamos banheiro, tinha luz elétrica, mas não tinha esgoto. Era muito o fazer pelo outro. Minha mãe recebendo visita da irmã dela do Rio e pedindo pra mim com 4 anos pegar xícara emprestada com a vizinha para dar para minha tia. (...) Foi aqui, onde eu moro há mais de 70 anos, um juntava lavagem para o outro. E meu pai, quando matava esse porco, uma banda era pra distribuir para os vizinhos. E eu que gostava de levar os pedaços. Aos meus 6 anos tinha uma vizinha que todo dia pedia para eu comprar pão. Eu adorava! (...) Eu penteava o cabelo das minhas vizinhas... eu gostava de fazer aquilo. (...) Na minha juventude eu sempre ajudando uma colega, uma outra e isso foi crescendo ascendendo dentro de mim (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

O ser e estar em comunidade. A trajetória de Sandra se constrói nesse sentido, engajada com a comunidade em que foi criada desde o início da década de 1950, quando tinha aproximadamente sete anos. Sandra é conhecida como "Sandra do Ipiranga", como se o bairro em que reside representasse a sua própria identidade. Em grande medida sim, o orgulho, carinho, engajamento para mudança e acesso a direitos é o que move toda a vida de Sandra ali naquela comunidade, o ímpeto de contribuir para o processo de igualdade ou mesmo para pequenas melhorias no cotidiano. Essa visão é limitada em meio a escassez. Tudo isso vai crescendo a partir do seu desenvolvimento.

E a minha mãe foi dona de casa. (...). Então ela conta que uma vez a madame estava conversando, recebeu visita, e as crianças tem mania de escutar as coisas. Aí ela escutou assim “pois é, porque a Regina e a Verônica...” ela (mãe) se chamava Regina. Veronica era a outra negrinha, um pouquinho mais velha que a minha mãe, mas as duas eram crianças. “Pois é porque a Regina e a Verônica são da família”. Aí diz ela (mãe) que pensou com os botões dela “sou da família? A merda! Eu só vou na sala pra varrer e eu não como maçã.” Olha o raciocínio né? para uma criança de 7 anos daquela época (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

Solange, mãe de Sandra, nasceu no ano de 1904. Sandra a caracteriza como uma mulher além do tempo. A responsabilidade de uma menina negra, de sete anos, em assumir tarefas domésticas de uma família inteira que nem era a sua acabava fazendo a menina refletir sobre aquilo que se passava e que a incomodava. O discurso apaziguador que afirma que “empregada é até mesmo da família” não funcionava para Solange. Afinal, que família era essa em que ela

não podia comer uma maçã e brincar como as outras crianças? Como ela é da família se não pode comer na mesa e para ela estava destinado só o trabalho duro, com pouco lazer e sem possibilidades de continuar os estudos? É interessante analisar também como a mãe de Sandra teve a perspicácia de passar essa narrativa para sua filha, mesmo ela nascendo em 1904. Quais seriam as intenções dessa mãe? De toda forma, o impacto na formação de Sandra foi gigantesco, o que a fez se tornar uma liderança comunitária de mulheres e do movimento negro.

Outro ponto abordado por Sandra, foi a questão da maternidade, relatada como uma experiência importante nesse processo, mas de forma dolorosa. Ela lembra como trabalhou até a 39ª semana de gravidez por desconhecimento dos seus direitos. Na época, morava no Rio de Janeiro e trabalhava em um restaurante. Quando foi para o hospital, sozinha, sem o pai da filha ou qualquer outro apoio, já em trabalho de parto, disse ter se sentido coagida a fazer uma cesariana contra sua vontade.

Emocionalmente eu fiquei acabada. Fiquei tão arrasada e logo após que retiraram a criança, eu tive uma depressão e uma crise de ansiedade chamada depressão pós-parto. Uma sensação de que o mundo acabou! Você não tem ninguém. Foi um pânico muito forte, achei que ia morrer... a enfermeira **‘que morrer nada, uma negra dessa?’** Pedi para chamar um médico e eles não queriam me chamar (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

A violência e o racismo obstétrico foram uma marca na vida de Sandra. Posteriormente, já no movimento social de mulheres, levou essa pauta para a conferência em um dos eixos temáticos, já no início dos anos 1990.

Foi recorrente, durante as entrevistas sobre o processo de consciência social, o resgate de memórias do ambiente escolar. Nessa ótica, para Adenilde Petrina, seu processo de escolarização e as dinâmicas sociais naquele ambiente a fizeram refletir sobre lugares e racialização...

(...) foi bem interessante a experiência em todos os sentidos, mas muita coisa só fui entender depois, por exemplo o racismo das professoras, uma de matemática queria me dá pau de qualquer jeito mesmo eu sendo boa. (...) Ela humilhava mesmo a gente. Eu não sabia que aquilo era racismo, eu achava que era normal, que os ricos eram superiores mesmo e que eu deveria abaixar a cabeça (Adenilde Petrina. Informação verbal).

As memórias do processo de consciência racial de Adenilde Petrina remetem ao momento em que estudava no Colégio Santa Catarina, tradicional e de classe média alta na cidade. Ela conseguiu vaga a partir da relação mantida com o convento, nos anos 1960, quando ainda cogitava ser freira. Em razão dos altos custos que estudar naquela instituição implicava, após as aulas trabalhava na escola limpando o pátio e banheiros. Mesmo tendo apoio das irmãs religiosas, o racismo das professoras era corriqueiro, algo que ela só foi entender

posteriormente. Como explicitou, pelas suas experiências de vida ela naturalizou a ideologia dominante de que os ricos e brancos eram superiores e que meninas como ela, pobres e negras, deveriam abaixar a cabeça. Contudo, anos depois, as coisas mudaram.

Para Paulo César Mariano essa questão surgiu de forma ainda mais explícita, durante uma discussão na aula no laboratório de ciências...

“Eu lembro do Zé Manoel, ele morava na Vila Olavo Costa, que estudou com a gente, foi até assassinado e preso... eu lembro direitinho o Zé Manoel, aqueles meninos falantes que não tinha medo de discutir... e foi dele a primeira vez que eu ouvi, no laboratório de ciências, a gente sentado nas mesas e a professora começou a encher o saco, branquinha, começou a encher o saco dele e ele disse: **‘você só fala comigo desse jeito porque eu sou preto’** (Paulo César Mariano. Informação verbal).

Paulo Cesar Mariano estudou no colégio Polivalente de Teixeira, na década de 1970. Ele descreve o sistema da escola como “de primeira linha”, mesmo sendo uma escola pública. O sistema foi criado como um dos projetos da UNESCO, pautado na discussão e debate para a construção do conhecimento. O espaço foi organizado de forma diferenciada, estruturado não por séries, mas por disciplinas: sala de história, geografia, matemática... e por isso atendia a muitas pessoas de classe média. No episódio destacado surge a memória de Zé Manoel, um menino negro do bairro Olavo Costa, quiçá a primeira favela de Juiz de Fora.¹¹⁰ Mariano o descreve como um garoto que não temia e falava das questões que o afligiam “na lata”, como no relato acima, em que ao se sentir perseguido pela professora branca, manifesta seu incômodo alto e bom som para toda a turma, acusando a mestra de agir contra ele porque ele era preto. As narrativas de Mariano sobre racismo no ambiente escolar vão além dessa ocorrência.

Tinha aquelas datas comemorativas que eles usavam muito jogral. Botavam as crianças, só as brancas, e a gente e os meninos do morro não iam. A gente chamava de morro do Santo Antônio (...) a gente não participava disso não. com o tempo a gente ia notando isso. **Eles pegavam um poema comemorativo da época e cada criança lia uma parte, às vezes todas juntas, menos a gente que era preto** (Paulo César Mariano. Informação verbal).

Estamos falando aqui dos anos 1970, com alunos na faixa de 11 anos, cursando a quinta série primária. A partir desse momento, ficou escancarado para Mariano os regimes segregacionistas de forma “velada” na escola. “No futebol tinha muito negro participando, vôlei era só branco, no basquete era mais branco, ping-pong, branco”, conta, apontando outras marcas do preconceito, como as turmas dos “adiantados” e as dos “atrasados”, na realidade, a

¹¹⁰ ABREU, Christiane Silva de. Favelas em Juiz de Fora: ocultação do fenômeno. *Libertas*, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 143 - 167, jan-jun / 2010.

divisão era entre negros pobres e "branquinhos". Por isso, a questão dos processos e experiências educacionais para a população negra devem ser observadas para a compreensão da formação do próprio indivíduo. Acessos negados, dificuldades, segregação explícitas, preconceitos estruturantes e discriminações nas relações interpessoais, tanto entre alunos quanto com os próprios profissionais da educação. Posteriormente, em decorrência dessas experiências, Mariano iria participar da Associação Quilombo dos Palmares, de grupos de estudos e se envolver na construção de cursinhos pré-vestibular populares direcionado à comunidade negra.

Nas experiências de Dagna no período escolar (já nos fins dos anos 1970) ela destaca que a “virada” de chave se deu quando começam a chamá-la de subversiva e revolucionária na escola, palavras que ela ainda não atrelava a significados específicos, isso ainda antes de sua chegada a Juiz de Fora.

(...) na roça eu já estava fazendo o segundo grau. Eu já despontava como uma liderança só que mais bagunceira mesmo. **Mas era porque eu não aceitava nenhum tipo de injustiça** que via com nenhum tipo de aluno, brigava também. Já paralisei a escola porque não tinha ventilador e lá era um calor amaldiçoado... não deixei ninguém entrar e quem entrava levava porrada. só tinha ventilador na diretoria e sala dos professores. (...) Fiz a revolução de colocar meninas na bateria de 7 de setembro. Naquela época eu achava um absurdo! (...) fizemos que nosso time de handball fosse reconhecido, que inclusive tinha mais títulos que o dos meninos. E praticamente **eu era a única menina negra ali...** comia banco pra classe média sentar. (...) Ajudava a organizar festas, gincanas e a despontar aquilo “isso as meninas não fazem” e ia lá e fazia. Assim como falavam que eu não poderia trabalhar em oficinas. Eu posso (Dagna Gonçalves. Informação verbal).

As questões de gênero e classe imbricadas à racial. A inquietude de uma menina negra que não se calava perante as injustiças que via no ambiente escolar, e se articulava em prol do coletivo, preocupada em assegurar igualdade de direito e oportunidades para meninas negras da escola ou mesmo para todos os alunos negros, com menos recursos que os brancos. Posteriormente, já em Juiz de Fora, na fase adulta, seu inconformismo iria reverberar no movimento sindical, Partido dos Trabalhadores e a pauta de mulheres negras.

Nesse sentido, trazemos as memórias de Marilda Simeão.

As professoras após a aula... tinha sempre o convite né: “O que você vai fazer depois da aula? Ah então pede pra sua mãe pra você ir lá em casa arrumar cozinha pra mim. pede pra sua mãe pra cuidar do meu filho pra mim.” (...) E a minha mãe mandava eu responder que o dia que eu tivesse precisando de alguma coisa ela mesmo arrumava um emprego pra mim, que ela tinha capacidade pra isso. E esse assédio se dá na escola pública. (...) Esse direito à educação ainda não é pra todos (Marilda Simeão. Informação verbal).

Marilda, nessa fase da adolescência, entrou para a União da Juventude Socialista e participou de grupos de jovens da Igreja, nos quais chegou a ser catequista, viajando para congressos em Belo Horizonte e montando peças teatrais de cunho crítico à conjuntura ditatorial. Ainda por essa época chegou a participar brevemente do movimento comunitário Unibairros, que menciona ter lhe dado bases de politização.

No caso das experiências escolares de Paulo Azarias, o marcou um impasse vivido ao tentar uma vaga na sua área de formação, ainda na adolescência, impasse esse relacionado à cor de sua pele.

Com meus 14 anos ingressei no SENAI onde fiz curso de ajustador mecânico. E com 16 quando eu saí, (...) quando terminei o Senai, minha professora pediu para que a patroa dela se pudesse me dar uma oportunidade na fábrica de tecido, na oficina mecânica. Quando cheguei lá, já acreditando que iria trabalhar na minha profissão que aprendi que é ajustador mecânico... e nesse período eu fazia o antigo ginásio. Eu fiquei surpreso quando o que me foi oferecido era pra trabalhar na fiação. Uma semana eu trabalhava de dez da manhã até dez da noite e outra semana de seis da manhã até seis da tarde. Isso inviabiliza a minha continuidade dos estudos. E o argumento também foi esse, negro não trabalhava nas oficinas. Ou seja, não é de agora que os lugares de trabalho reservados aos negros no mercado de trabalho são os piores lugares (Paulo Azarias. Informação verbal).

“*Negro não trabalha nas oficinas*”, foi o que a patroa disse para Paulo Azarias e sua mãe. A intransigência gerou vários dilemas para aquele rapaz de 16 anos, em 1974, como o de ter que escolher entre trabalho e continuidade dos estudos e o de aceitar as determinações dos “lugares de negro”, algo para o qual González (1982) já chamava atenção, como mencionado no Capítulo 1, ao referir-se às divisões raciais dos espaços.

Com apoio da família, Azarias optou por continuar os estudos, recusando a oferta e a compactuar com a restrição de lugares sociais devido à cor da pele. Aos 18 anos foi para o Exército, e ao sair obteve um emprego nas Máquinas Junqueira, que pôde conciliar com os estudos. Foi nesse momento, como mencionado anteriormente, que Azarias entrou no Colégio Técnico Universitário, no bairro São Pedro, mudando-se do bairro Floresta. Começavam a ferver os incômodos que iriam inseri-lo nos movimentos secundarista, sindical e comunitário.

Retomando ao campo das lutas trabalhistas, no início dos anos 1980 Sandra¹¹¹ trabalhou como auxiliar de enfermagem, deixando de atuar como empregada doméstica. Trabalhou no posto médico do bairro Santa Efigênia (zona sul), no Hospital Universitário e estagiou na Santa Casa. O serviço relacionado à área de enfermagem em Juiz de Fora, como no Brasil como um

¹¹¹ Para atuação e militância de Sandra Maria, ver nota no. 36.

todo, é historicamente demarcado pelos fatores gênero e raça e predominantemente composto por mulheres negras. A luta ativa de Sandra por direitos se iniciou na luta trabalhista, como servente de enfermagem no Hospital Universitário de Juiz de Fora.

O HU foi uma contratação, como trabalho. (...) Aí nós nos organizamos e fundamos o sindicato, a gente já tinha toda essa história de luta, a gente já entrou com desvio de função fazendo coisas que não eram da nossa alçada. (...) Estavam reivindicando salário. Fizeram reunião no salão roxo da câmara. Tarcizio falou “servente é tudo igual”, quando disseram sobre o desvio de função. “Servente de pedreiro, servente de obra... tudo igual”. Aí a Marina e eu encostamos ele na parede. Ela botou pra quebrar! Existem muitas mulheres fortes, mas falta oportunidade para colocar tudo isso pra fora! E o sindicato só foi crescendo, hoje é um senhor sindicato! (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

Tido como ofício do cuidado, é também marcado por precarização das condições de trabalho, insalubridade, duras jornadas e baixos salários... Sandra lembra que a formação do sindicato das serventes de enfermagem, em 1983, decorre justamente desse cenário. Ela conta que desempenhavam funções não previstas na contratação, como a lavagem de instrumental, esterilização de instrumentos e lavagem de roupas a mão, entre outras coisas. As serventes se organizaram e levaram suas reivindicações à Câmara dos Vereadores. Na época, o prefeito menosprezou a demanda, igualando as auxiliares de enfermagem às demais categorias de serventes. A concepção do prefeito apenas serviu para aglutinar ainda mais o grupo em sua luta por direitos.

Com a inauguração do posto médico e aquele povo lá, todo mundo usufruía do posto médico. Me chamou atenção da família Araújo com mais de 10 pessoas. Eles vivem do lixão, na Vila Ideal. Era o pai a mãe, eles iam todos pro lixão e por volta de uma meia duas horas eles vinham no ônibus. Sentado lá atrás do ônibus, porque eles exalavam. E eles iam no posto médico e essa assistente social abraçou essa e todas as famílias (Sandra Maria Silva. Informação verbal).

É significativa, na trajetória de Sandra, sua experiência como servente de enfermagem por 11 anos no posto médico do bairro, a partir de 1982, pegando o final do governo Mello Reis (1977-1983) e o de Tarcísio Delgado (1983-1988, 1997-2000, 2001-2004). Durante a desapropriação da comunidade da Vila da Prata para a construção do Parque da Lajinha (1981) ela deu expediente no local, ainda em construção, para onde parte da comunidade foi deslocada, assunto a que voltaremos ao abordar a experiência de Paulo César Oliveira.¹¹²

Em comum a todos esses relatos, aparece a questão de classe imbricada à de consciência racial dessas lideranças do movimento negro em Juiz de Fora. Entrecruzadas pelo próprio cotidiano, e não decorrente da leitura de grandes teóricos do campo das ciências sociais. Nesse

¹¹² Atuou no Movimento comunitário Unibairros e em grupos da Igreja e de economia solidária.

aspecto, são percepções de raça, racismo, classe e cotidiano que emprestam significados às vivências dos pais, retratadas para demarcar um processo de consciência de algo que não deveria ser. É Paulo César Oliveira quem retoma a forma como o pai era tratado no trabalho.

Mas um dia, eu vi o patrão do meu pai dando um berro com ele. E aquilo eu não aceitei. (...) Meu pai era meu herói. Quando eu vi aquele cara gritar com meu pai de uma **forma tão agressiva... tão estúpida e preconceituosa**. Aquilo me fez ficar pensando dias, dias... aquilo me encucou, me encurvava. (...)Minha mãe não tinha resposta para essas coisas, mas comecei a falar com outras pessoas. Me lembro de ter conversado com uma tia e ela “ué menino, a vida é assim mesmo. Uns nasce pra sofrer e trabalhar. E tem que aguentar, porque a vida é desse jeito.” **Mas eu não acreditei muito nessa fala que teria que ser sempre desse jeito não** (Paulo Cesar Oliveira. Informação verbal).

O relato de Paulo Cesar surge em meio às lágrimas. Paulo César de Oliveira é nascido e criado no bairro Ipiranga, em Juiz de Fora. No momento da entrevista estava com 56 anos, em 14 de novembro de 2019. A entrevista foi realizada no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora, local em que trabalhava como agente da cidadania. Naquele momento o local também abrigava a sede do Instituto Educação e Cidadania, mas já foi sede do movimento comunitário Unibairros, movimento do qual fez parte. A entrevista durou 1h20min.

PC, como é mais conhecido, me recebeu de prontidão em seu trabalho, apesar de não me conhecer, apenas por indicação de dona Adenilde. Em seus relatos, sempre me inseria em sua fala, me colocando como uma igual. Empregava sempre o pronome “nós”: sabemos, sentimos, pensamos, passamos... em meio às lágrimas por memórias sensíveis e dolorosas e sorrisos por momentos agradáveis que há tempos não rememorava. Foi uma das primeiras entrevistas realizadas e me fez atentar para vários desdobramentos de uma jovem graduanda fazendo a monografia de conclusão de curso.

A dor que quando mexe não passa. A resposta veio à pergunta sobre se o processo de consciência racial se dera à parte do social. Ele resgatou uma memória relacionada ao pai, que era pedreiro. Paulo passou a acompanhá-lo à medida que seu pai avançava na idade. Trabalhavam em dois prédios na rua São João, centro de Juiz de Fora, no início da década de 1970. Como vimos, Paulo caracteriza o tratamento que seu pai recebeu do patrão como uma ação “estúpida e preconceituosa”, bem diferente da dada aos colegas na mesma função, mas brancos. Lélia Gonzalez (1979) já problematizava como, apesar de brancos e negros pobres estarem sendo explorados pelo mesmo sistema capitalista, o racismo ainda faz com que os brancos, mesmo sem os meios de produção, se beneficiem diretamente da superexploração do negro, ainda que na mesma condição social, através de recompensas materiais ou simbólicas. Isto contribui para que, muitas vezes, trabalhadores brancos resistem a reconhecer o racismo estrutural da sociedade e se neguem a apoiar medidas de reparação.

Ainda criança, o impacto de presenciar aquela agressão fez PC pensar e buscar entender o significado da cena. É sintomático como, naquele momento, as próprias pessoas da família naturalizaram a situação, o que não abrandou o incômodo de Paulo. Percebemos os embates geracionais, fruto da juventude nos anos 1970. Aquele incômodo sinalizava a possibilidade da virada geracional, que veio a acontecer em razão de experiências futuras. A partir de sua vivência em um grupo de jovens da igreja aquela cena começou a fazer algum sentido para ele.

E eu lembro também nessa época, junto com alguns trabalhos que a gente fazia na Igreja, de grupo jovem também foi colaborando pra eu começar a juntar as coisas e falar que estava errado. E olha que eu não tinha muita consciência da minha raça não. Pra mim, no meu mundo de fantasia de sonhar, fantasia e ilusão me levavam no meio dos brancos, até achava que eu era branco. Mas essa coisa de ter gritado com meu pai... aquilo entrou na minha cabeça que eu comecei a pensar demais e até que comecei também a conversar demais (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

O grupo de jovens em questão, localizado na igreja do bairro Ipiranga, estava atuando no caso da desapropriação da comunidade Vila da Prata, ocasião em que Paulo tinha 16 para 17 anos. A tomada de consciência racial em meio à luta pelo direito à cidade pode ser exemplificada pelo caso da Vila da Prata. A comunidade Vila da Prata se localizava, até a década de 1970, entre os bairros Teixeiras e Aeroporto, numa extensão de terra desocupadas de propriedade de José e Lourdes Bueno, conhecida como Sítio Acaba Mundo.¹¹³

O local possui cachoeiras e uma extensa vegetação de bambus, eucaliptos e outras espécies. A partir de 1979, durante a administração do prefeito Francisco Antonio de Mello Reis, a área começou a ser desapropriada para a construção de um parque municipal. No dia 22 de dezembro de 1981, pela manhã, caminhões, tratores e policiais chegaram à Vila da Prata para retirar as famílias que resistiam e se recusavam a abandonar o local. A comunidade foi distribuída para os bairros Santa Efigênia e Santo Antônio, em loteamentos com condições precárias e sem vínculo com a própria comunidade.

E coincidiu que eu participava de um grupo jovem, e a gente foi convidado pra poder tá ajudando numa ação que ia acontecer de despejo de umas famílias. (...) O antigo nome era Vila da Prata. Então Ali, moravam famílias, que de heranças pra heranças, estavam ali há mais de 50 anos... então era uma comunidade muito estilo quilombola. Então quando a gente ficou sabendo disso, o grupo de jovens se sensibilizou com essa coisa. Porque a prefeitura e polícia querem tirar eles ali? Usando da força mesmo. A prefeitura vinha dando aviso falando que tinha que sair dali que tinha de desocupar... e não querer deixar que a prefeitura ficou de fazer e fez, nos envolvemos com as famílias. Me lembro que ali, eu achei um monte de caso igual ao do meu pai.

¹¹³ ABREU, Christiane Silva de. *Favela e remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

Aí foi muito legal. Ali eu tenho certeza que num curto espaço de tempo (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Figura 3 - Fotografia 2 - A remoção das famílias da Vila da Prata, 22 de dezembro de 1981



Fonte: Arquivo pessoal Humberto Nicoline/Tribuna de Minas)

Uma comunidade “estilo quilombola” e “ali, eu achei um monte de caso igual do meu pai”. Esses significados na fala de Paulo César são importantes para esse processo e a pesquisa que aqui se constrói. As famílias que ali residiam viviam majoritariamente de plantações e criação de animais. O trabalho de Christiane S. de Abreu, intitulado *Favela e remoção em Juiz de Fora - um estudo sobre a Vila da Prata* (2007), mostra que os ocupantes que ali residiam vieram de áreas rurais próximas de Juiz de Fora em busca de melhores condições de vida e oportunidades “na cidade grande”. Na imagem anterior é possível observar crianças em meio aos destroços de suas moradias acompanhadas por policiais, todas negras. Daí a menção de Paulo César de identificação com a própria família. Vale notar que, à parte a questão de classe, a raça é sempre a mesma: a negra.

Daí que veio essa consciência política, de direitos, de cidadão... e que ali também eu procurei a questão da consciência negra minha. Porque eu sou negro. E aí eu vi muito bem porque as coisas aconteciam comigo daquela forma, com as pessoas que estavam ali, porque tudo pra mim e pra nós é mais difícil. Porque as pessoas às vezes falavam coisas que até então eu não estava nem aí. Eu sei que aquele processo ali contribuiu demais para minha formação, inclusive de consciência negra (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

O caso da comunidade Vila da Prata veio à tona também nas entrevistas de Sandra e Azarias, apontado como um marco em seus processos de consciência coletiva e da necessidade de engajar-se na luta por direitos. A Igreja Católica teve participação importante nesse momento, contribuindo para a articulação da resistência no local na luta por moradia. Nossos entrevistados citam e reforçam, principalmente, a ação da congregação dos padres redentoristas,

dominicanos e os missionários do Sagrado Coração, no que diz respeito a incentivo, apoio e atuação nas causas sociais da cidade. Dessa mobilização sairia ainda mais forte o movimento comunitário Unibairros.

Por ainda se estar sob o Regime Militar no Brasil, PC também destaca como a cidade, famílias e até alguns membros da própria Igreja percebiam as movimentações que aqueles jovens estavam empreendendo.

Eles tinham muito medo. Porque nessa época a gente ainda vivia no Regime Militar. E o Regime Militar condenava essas coisas da forma mais absurda: você era baderneiro, era comunista que comia crianças, era comunista que fazia atentados... então meu pai tinha muito isso na cabeça.

E tem um outro detalhe que esqueci de te falar, a igreja nossa quando viu que a gente entrou e cabeça ali... e essas coisas aconteciam de uma seguinte forma: a imprensa divulgava todo dia o que tava acontecendo ali. E a imprensa divulgou a chegada do grupo jovem. A chegada de jovens que já estavam lá. E falando detalhes assim, do que tavam acontecendo, que os jovens iriam resistir que num sei o que e tal. E isso fez com que a igreja local, nossa lá, o padre da época... eu lembro que ele foi com duas kombis do seminário e chamou a gente de volta falando que não queria que a gente se metesse em política. Ele era estrangeiro... holandês... padre Tiago. Foi um excelente padre na nossa comunidade, ele ajudou a construir a comunidade... no que diz respeito a construção ele era excelente. Mas não queria que o grupo jovem se metesse com política. (...) Me lembro como se fosse hoje, a kombi encostada lá e ele chamando todo mundo. Que era do grupo de jovens pra ir embora. Ele tinha um sotaque carregado do país dele: (...). “Isaiás vem cá, política e igreja não. A Igreja não se mete em política, vamos embora. Entra na kombi”. (...) Eu lembro de um grupo pequeno ficou, outros foram embora na kombi, me lembro que eu fiquei. (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Mesmo com as sucessivas tentativas por parte da comunidade, “Igreja não se mete em política”, daquele momento em diante as coisas se entrelaçaram ainda mais, suscitando, além da luta por moradia, a do trabalho, educação, cultura e, especificamente, a causa negra. De acordo com Paulo César, naquele momento “saiu forte” o movimento comunitário Unibairros, que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

E juntei com pessoas que já tinham uma certa consciência, que trabalhavam isso. E eu e outras pessoas, (...) É isso que nós queremos. Não queremos só ficar na igreja rezando não. Nós queremos isso. E dá pra fazer as duas coisas juntas (...) (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Mediante esses fatos, interligamos a participação da igreja e da luta por moradia na constituição do movimento negro em Juiz de Fora. O que podemos chamar de uma “práxis religiosa” também é ressaltado por ele: “Não queremos só ficar na igreja rezando não. Nós queremos isso (justiça e luta social). E dá pra fazer as duas coisas juntas.”

É importante sinalizar como esse ponto aparece em diversos relatos como um momento definidor para o ganho de consciência e atuação política do movimento negro em Juiz de Fora:

a luta por moradia e o processo de racialização da própria experiência cotidiana. Mesmo sendo algo observável em fotografias do período e nos sujeitos das organizações envolvidas, a questão racial não é algo que seja sequer mencionado nas bibliografias e reportagens sobre a região.

É necessário refletir como o acontecimento de desapropriação territorial na cidade passou por diversas tentativas de silenciamento e ocultação, como algo que não existiu na memória oficial da cidade. O trabalho de Christiane S. de Abreu, traz uma enorme contribuição para o registro do que aconteceu, abordando os movimentos de resistência e estudando suas causas. Acerca desse ponto, de acordo com a autora, a “Operação-Gente”, desenvolvida na gestão de Mello Reis, removeu moradores de diversas favelas na cidade e de alguns bairros centrais para a execução de obras urbanas, entre 1970 e 1980. “Para as classes médias e altas e o poder público municipal, na paisagem urbana não existe “espaço” para favelas ou lugares semelhantes para abrigarem os “outros” da sociedade (Abreu, 2007, p.47).

Incorporar as favelas à paisagem urbana, através da urbanização das mesmas, não fazia parte das intenções do poder público municipal. Nesse sentido, a estratégia constitui-se então, em providenciar a “limpeza da cidade”, exterminando as favelas do cenário urbano através da expulsão dos moradores para as áreas periurbanas, com pouca ou nenhuma estrutura. (...) na cidade ideal, cujo social sempre foi descartado em prol do embelezamento da paisagem urbana (Abreu, 2007, p.53).

Abreu recupera o perfil da gestão de Mello Reis (1977-1982), filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio à ditadura militar. Nesse período, Juiz de Fora teve o maior número de remoções de favelas para a construção de praças e parques, entre outros, expulsando famílias dos seus lares para as distribuir por lugares com pior estrutura. A autora reproduz uma fala do prefeito em uma coletiva de imprensa, na qual afirma: “Se for para o bem comum [...] não hesitar em fazer desapropriações de áreas e nem permitirei que continuem os loteamentos indiscriminados e criminosos” (Abreu, 2007 p.54). E continua “[...] as favelas poderão proliferar até dez vezes mais nos próximos meses, por causa da crescente atração que os projetos industriais [...] estão exercendo” (Abreu, 2007, p.54). A gestão em questão não hesitava em mostrar sua intenção de eliminar a população negra e pobre da paisagem urbana.

Nas palavras da nossa entrevistada Marilda Simeão, sobre os efeitos da especulação imobiliária na cidade, “eles ditam normas. Dita quem mora e quem pode morar”. A esse respeito, é curioso que nessa mesma região, anos depois, mais precisamente em 1984, o Parque Municipal da Lajinha tenha abrigado a Festa de Preto Velho, organizada pelo Wilson Novaes, da Associação Quilombo dos Palmares (1978), presente nesta pesquisa. A festa foi realizada por 23 anos, até 2007, com o propósito de dar visibilidade à Umbanda na região. É notória a

relação visceral da Umbanda, assim como do Candomblé, com a natureza. Nesse caso, afloram não só sentidos religiosos, mas também afetivos. A festa foi interrompida devido a disputas públicas, privadas e religiosas, incluindo racismo religioso, questão que será retomada no último capítulo.

Sobre o referido processo de consciência e a questão religiosa, nos debruçamos sobre as movimentações de Guanair da Silva Santos¹¹⁴.

Aí ele (o bispo) virou pra mim e disse: ‘olha, tá ótimo. Tudo isso é muito bom, mas o seguinte, se esse povo não ouvir a palavra de deus esse povo não vai sair de lugar nenhum. Nós temos que nos preocupar com a palavra de Deus e não com o saneamento básico, com o transporte...’. Aí na ocasião eu respondi para ele: seu bispo, o senhor tá completo de razão. Não só de pão vive o homem, mas também da palavra de Deus. Mas se esse homem não se alimentar e não tiver dignidade ele não terá condições de ouvir a palavra de Deus, porque ele estará doente (Guanair da Silva Santos. Informação verbal).

Padre Guanair é uma figura que teve papel destacado na história do movimento negro na cidade de Juiz de Fora. Seu nome emerge em várias entrevistas, sempre em tons saudosos. Guanair da Silva Santos é padre da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração. Tinha 59 anos no momento da entrevista, realizada via plataforma Google Meet em 15 de janeiro de 2022, com duração de 1h50min. Nasceu em Além Paraíba (MG) e no início da década de 1990 foi sacerdote da Paróquia São Pio X, no bairro Ipiranga, colaborando na formação da Pastoral Axé Criança. Posteriormente, foi o primeiro presidente do Conselho Municipal de Valorização da População Negra, no ano 2000.

A entrevista com ele, em um sábado pela manhã, online, foi muito afetuosa ainda que à distância. Mostrou-se receptivo, disposto e animado para abordar sua trajetória, e feliz por fazer isso para uma jovem pesquisadora negra, como mencionou. Para mim também foi um momento muito fraterno, escutar sua perspectiva de trabalho e interliga-la com questões próprias da jornada pessoal e familiar.

Ele chegou na arquidiocese da cidade nos anos 1990, sendo natural de Além Paraíba (MG) e com a formação religiosa oriunda do seminário da congregação Sagrado Coração, de origem holandesa, em Niterói (RJ). Se tornou padre em 1988, consequência de uma família muito religiosa e da convivência com os bisavôs. Guanair conta que na casa deles tinha sempre três festas anuais: São João, Santa Bárbara e Nossa Senhora da Conceição. Cabia às crianças a incumbência de enfeitar o terreiro e rezar o terço, enquanto a mãe, a tia e a avó cuidavam dos

¹¹⁴ Colaborou na formação da Pastoral Axé Criança. Posteriormente, foi o primeiro presidente do Conselho Municipal de Valorização da População Negra, no ano 2000.

quitutes para depois da reza. O avô e os tios todos os anos se envolviam com as rezas para a saída da folia de reis ou entrega das bandeiras. Guanair busca essas memórias para ilustrar como desperta para a espiritualidade. Trabalhou muito tempo na roça de subsistência da família, na criação de animais e no cuidado com a vegetação.

Sua interpretação religiosa do evangelho, em perspectiva progressista e engajada, adveio das suas próprias experiências enquanto seminarista numa congregação missionária e com assento no apostolado. No seu primeiro ano na congregação, fez apostolado em favelas do Rio de Janeiro, nos bairros de Jacarepaguá, Morro São José, Morro Santa Rosa... enfatizando que andou por todos aqueles lugares nos anos 1980. Guanair ia de casa em casa fazendo orações com o povo, catequese com as crianças e formação com adultos. A congregação de origem de seu sacerdócio já tinha esse perfil do apostolado e do acolhimento aos mais pobres. Essa experiência iria reverberar ao longo dos anos em programas desenvolvidos na paróquia como farmácia popular e cesta básica.

Contudo, mesmo com uma atuação ligada aos pobres, carentes e às comunidades periféricas do Rio, a questão racial ainda estava ausente das leituras teológicas do seminário, coordenado por padres majoritariamente holandeses.

Eles não tinham essa discussão sobre a identidade do negro. Ainda que nas casas paroquiais tivessem funcionários negros, eles achavam aquilo tudo muito normal. Até porque eles vieram de outra cultura né, eles vieram para colonizar o país. Então quando eles amadureceram eles me disseram que estavam ‘aprendendo com o povo brasileiro’, e de fato optaram por ficar aqui até o final de suas vidas (...) eles amaram o nosso povo (Guanair da Silva Santos. Informação verbal).

No período da formação de Guanair havia três estudantes negros no seminário de Niterói: ele, Ailton, nascido no Morro da Mangueira, e José Adilson, nascido em Barros Filhos. Em 1983 eram noviços e foram convidados a participar de uma conferência de religiosos na Paróquia de Santa Efigênia, em São Paulo, para falar da vida religiosa negra.

Lá vimos e ouvimos muitas coisas. E ao ver e ouvir tantas coisas tudo isso causou um impacto na vida da gente, porque você tem uma história e você tem que pegar e traduzir tudo isso e colocar na sua prática e no seu cotidiano (Guanair da Silva Santos. Informação verbal).

A reflexão dele parte da realidade do povo. Ele não conseguia interpretar superficialmente o Evangelho, ele conseguia olhar o evangelho a partir da prática de Jesus. “O que Jesus fez por essa pessoa? O que Jesus fez por essa pessoa hoje nesse acontecimento histórico da nossa vida? e foi a partir dessas reflexões com ele que eu fui fortalecendo essa percepção do que seria anunciar uma boa nova para o nosso povo negro. aquilo que era distante

só no campo devocional, como transformar em realidade concreta da vida do nosso povo?” (Guanair da Silva Santos. Informação verbal).

Em 1988, quando Guanair Santos se tornou padre, ele já tinha conexões com o Grupo União e Consciência Negra, de Belo Horizonte. Por esse caminho, quando se ordenou sacerdote foi designado a trabalhar em São Gonçalo, na Paróquia São Pedro de Alcântara, permanecendo por 6 anos no projeto “Sementes do Quilombo”, com a catequese. A comunidade na qual estava inserido era considerada "muito difícil", por ser uma área periférica, dotada de todos os dilemas atrelados àquela realidade. Na época, trabalhou em seis comunidades, tendo contato com pessoas da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Estudantil Católica (JEC). Guanair ressalta a inspiração das falas de Dom Antônio Frago¹¹⁵ e a interpretação que ele fazia do evangelho. Tudo isso viria a repercutir nos trabalhos que desenvolveria em Juiz de Fora, tanto no Axé Criança quanto como presidente do Conselho Municipal de Valorização da População Negra.

A PAB como é conhecida a Pastoral Afro-brasileira, integra o grupo da Pastoral Social da Igreja Católica, que tem como base de atuação os documentos da CNBB. O grupo da Pastoral Social atua em prol dos “excluídos”, através das demandas sócio transformadoras, identificadas nas comunidades locais, tendo como sua real inquietude, a qualidade de vida da população relacionada à saúde, educação, habitação, trabalho e a herança cultural (Cartilha da Pastoral Social, 2001).

Buscando evidenciar as interconexões dos movimentos juiz-foranos aos do plano nacional, lembramos a Pastoral Afro-brasileira, que surge justamente com a nova Constituição Federal, em 1988¹¹⁶. Já em seu primeiro ano de existência, juntamente com a CNBB, lança a campanha intitulada “A Fraternidade e o Negro”, subsumida à campanha da fraternidade, cujo tema era “Ouvi o clamor deste povo”. Como bem explorado por Camila M. Oliveira (2018), a escolha era simbólica e se conectava também às comemorações dos 100 anos da abolição da escravatura no Brasil. “Campanha de 88 chamou a atenção para as demandas e vulnerabilidades do negro, que carrega consigo uma história de luta, resistência e persistência, tanto na sociedade quanto dentro da Igreja.” (Oliveira, 2018, p.21).

¹¹⁵ “Destacou-se na defesa dos direitos humanos e políticos no Brasil, de modo particular durante os chamados anos de chumbo. Assumiu como projeto de vida a linhas propostas pelo *Pacto das Catacumbas*, um documento assinado por cerca de 40 padres conciliares no dia 16/11/1965, nas catacumbas de Domitila, em Roma, durante o Concílio Vaticano II.”. Retirado de: <https://www.cnbbne1.org.br/ha-13-anos-partia-dom-antonio-fragoso-bispo-emerito-de-crateus/>

¹¹⁶ Sobre as divergências em torno do momento exato que surge a referida pastoral, a autora Camila M. Oliveira (2018) expõe: “Porém, há divergência em relação ao início da Pastoral Afro-brasileira. Documentos da Igreja como o texto base da Campanha da Fraternidade de 88, aponta que o início da PAB, foi quando Dom Helder Câmara realizou a missa para os quilombos, na década de 1970. Porém, o Documento da CNBB 85, sinaliza a CF de 88 como o início da Pastoral Afro-brasileira (p.21-22).

De acordo com o Padre Jurandyr, assessor nacional da Pastoral Afrobrasileira, a movimentação em relação ao debate sobre a questão racial dentro da Igreja Católica iniciou antes da Campanha da Fraternidade de 88. O mesmo relata que “A Pastoral Afro-brasileira nasceu de um grito que houve em 1978 na Missa em São Paulo. Pe. Toninho depois da Missa gritou “vamos iniciar a pastoral?”. Porém, Padre Jurandyr demarca a CF de 88 como um marco para o surgimento da PAB, pois foi através dos debates provenientes dessa Campanha que o negro teve mais notoriedade dentro da Igreja Católica (Oliveira, 2018, p.22).

A concretude disso veremos no próximo capítulo, juntamente com Helena Oliveira, na construção da Pastoral Axé Criança e sua própria presidência no Conselho Municipal de Valorização da População Negra.

Por fim, encaminhando para meados e fins da década de 1980, Martvs traz o processo de abertura política, durante sua juventude, e o movimento estudantil na sua constituição propriamente dita enquanto sujeito efetivamente político.

Eu já tinha uma inconformidade muito forte comigo, porque a gente vinha do período de abertura política da ditadura, mas eu já tinha uma inconformidade, mas não sabia como colocar isso pra fora. Ao entrar no movimento estudantil percebi que ali era meu local de protesto indignação e mudanças dos rumos do meu país, da minha cidade e da minha escola. Aí eu fui diretor do grêmio durante um ano. (...) depois disso fui para a União Juiz-forana de Estudantes Secundaristas (Ujes), como vice-presidente de escolas públicas e também ficou um período como presidente. **E aí não preciso ficar falando que fui o primeiro negro em tudo isso não ne? Você vai entender e já sabe...** (Martvs das Chagas. Informação verbal).

O processo de Martvs das Chagas também parte da “inconformidade”, que ele mesmo contextualiza como sendo característico daquela juventude no período ditatorial. Contudo, havia dificuldade em canalizar aquela energia. A participação nos movimentos estudantis, dessa forma, se fez de suma importância para impulsionar as organizações coletivas. Ele estudou na Escola Estadual Patrus de Souza, no bairro Santa Terezinha, zona nordeste da cidade, no início dos anos 1970. Martvs recorda como as atitudes dele na liderança causavam desconforto entre a própria coordenação, como se esperassem daquele jovem negro apenas coadjuvação.

Ao se candidatar a representante da sala e lançar a campanha “Vote Martvs”, disse ter sentido os olhares de censura. Contudo, foi a partir daí que ele, finalmente, começou a ser notado por mais pessoas: “comecei a procurar respostas sobre isso e encontrei no racismo grande parte das respostas daquilo que indignava a sociedade escravocrata.”

Chagas afirma que depois de concluir o ensino médio ficou cerca de dois ou três anos sem estudar, trabalhando como caixa do Serasa, entregador e auxiliar na indústria têxtil. Isso devido a inexistência de cursos noturnos na universidade federal naquele momento. Posteriormente, ele conseguiu entrar na universidade e se juntou ao Diretório Acadêmico dos Estudantes da UFJF, já com curso noturno, em 1993.

Gilmara Mariosa, contemporânea e companheira de organizações de Martvs, pontua sobre o seu processo de consciência e o preterimento que sofria nos lugares que frequentava durante a adolescência, sobretudo de uma parte branca da família do padrasto, em Volta Redonda (RJ). Contudo, ao começar a frequentar clubes negros ou bailes cuja presença majoritária era de negros, percebeu-se bonita. Destaca ainda que no segundo ano do ensino médio conviveu com uma professora que chegava em sala exibindo livros caros que utilizava numa escola tradicional de elite de Volta Redonda, enquanto na escola pública usava outros de qualidade inferior, com a justificativa de que "na particular os alunos querem e vão entrar na faculdade". Gilmara se ressentiu, afinal seu objetivo sempre fora o de cursar o ensino superior, algo que se concretizou ao ingressar, aos 22 anos, em 1994, em psicologia na UFJF.

Ao retornar para Juiz de Fora, com 19 anos, foi morar no bairro Dom Bosco, um local predominantemente negro e marginalizado. Foi nesse momento que ela procurou o diretório do PT na cidade para se integrar em organizações políticas e conheceu Martvs das Chagas, que na época cursava Ciências Sociais na UFJF. Pouco tempo depois, juntos, formaram o Grupo de Estudantes Negros da UFJF.

Por fim, a mais jovem entre os entrevistados desta pesquisa, Denise do Nascimento Santos, na sua adolescência nos anos 90, pontua como a tomada de consciência surgiu a partir de sua própria casa.

Aqui em casa sempre tinha uma coisa de tipo assim, a gente é preto. A gente é preto isso acontece, porque é preto. Um dia uma pessoa bateu aqui na porta de casa e perguntou quem que é a dona da casa. É porque eu sou preta, né? (...)Dentro de casa sempre houve determinadas questões que foram faladas(...) Meu pai sempre nos chamava atenção quando passava alguma notícia na televisão, principalmente dos Estados Unidos, eu lembro de muita coisa de espancamento de homens negros nos Estados Unidos, ele chamava e falava isso está acontecendo porque é preto vocês têm que estudar porque vocês são pretos e pretas, né? (Denise do Nascimento Santos. Informação verbal).

Além do letramento racial iniciado em casa nos anos 1990, frequentando bibliotecas públicas da cidade começou a encontrar mais material sobre a questão racial. Nesse sentido, emerge a questão racial propriamente atrelada ao gênero.

E aí eu tô lembrando de um conto que tinha nesse livro que eu acho que talvez tenha sido o primeiro conto que eu li de fundo racial que era uma menina que prendia os lábios e prendia a orelha com pregador. E aí ela passou uma alisante no cabelo. E esse alisante fez ela desmaiar e queimou o couro cabeludo dela. E aí esse conto falava do esforço dela de Ser branco e aí um dia ela passa esse alisante, ela desmaia vai parar no hospital. E aí a primeira quando ela abre o olho a primeira coisa que o Enfermeiro fala é Oi nega e a menina desmaia de novo assim era uma era um tipo era uma comédia, mas era uma coisa que falava desses esforços sabe em ser branco e aquilo. Me tocou muito (Denise dos Santos Nascimento. Informação verbal).

A leitura, na vida de Denise, desde muito cedo veio como uma forma de descoberta e entendimento de mundo, até mesmo do que a estava afligindo. A leitura agia fazendo-a rever como as coisas se estabeleciam: fosse nas relações de escola, trabalho ou familiares, estruturadas com marcadores de gênero e raça. Ela relembra também que o contato com a *Revista Raça* a fez ver e valorizar a beleza negra, ainda que, como ela mesmo diz, de forma “padronizada”. A revista causou uma “revolução” nela. A revolução de começar a enxergar beleza em si, mesmo com uma trajetória em que as pessoas só a atrelavam à feiura, unicamente por ser negra. Tudo isso a motivou a, mais tarde, integrar o movimento de mulheres negras.

2.3 ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES...

Ao percorrer os diferentes processos e experiências dos entrevistados aqui selecionados podemos perceber como raça, identidade e racismo surgem na vida dos atores participantes da pesquisa e como foram ressignificados em seus cotidianos de diversas formas. O ponto em questão é como tal fato serviu como uma virada de chave para a formação de sujeitos políticos organizados na luta por direitos sociais na cidade de Juiz de Fora. Além do cotidiano em si mesmo, e das experiências familiares, comunitárias, Igreja e de trabalho, aparecem como pano de fundo no relato de todos os entrevistados o papel das novas instituições e espaços que surgem no período de redemocratização da política brasileira.

Seja em movimentos de bairros, pastorais na Igreja Católica, sindicatos e/ou a formação dos partidos políticos progressistas, é possível perceber como nesses espaços os sujeitos vão criando consciência social e usam disso para ressignificar as memórias de discriminação. Para além da luta por cidadania, direito à cidade e trabalho, reivindicam uma igualdade racial e, as mulheres, também de gênero. As ditas “rebeldias” rememoradas do período da infância e adolescência ganham novos significados no momento de ingresso em movimentos de organização coletiva. Em meio às lutas trabalhistas e de bairro percebem o impacto da desigualdade racial e de gênero, que passam a ser tratadas conjuntamente. Mesmo não nomeada conceitualmente, é possível perceber a descoberta da consciência da interseccionalidade.

Ademais, é preciso ressaltar como as oportunidades de continuidade da escolarização primária é questão cara a várias gerações de sujeitos que formaram a base do movimento negro na cidade. É importante sinalizar como esse movimento impacta suas leituras de mundo, a formação de movimentos estudantis e, posteriormente, a luta por cursinhos populares de pré-vestibular social, influenciando ainda a publicação de jornais comunitários e o anseio da ampliação da luta coletiva em espaços institucionalizados. O projeto político em construção

nesse cenário adota direitos constitucionais, mas marginalizava a população negra: educação, trabalho, moradia, saúde, informação e lazer.

Isso diz sobre a própria presença negra na cidade que habita, com seus dilemas sociorraciais e o próprio olhar negro, que racializa as desigualdades e injustiças estruturantes. Com isso, a partir da compreensão de todo esse cenário e suas múltiplas variáveis, podemos partir para a análise efetiva da diversidade das organizações coletivas negras contemporâneas e suas estratégias de luta na cidade de Juiz de Fora.

CAPÍTULO 3

"BUSQUEI ALTERNATIVAS E NÃO POSSO MAIS FUGIR"¹¹⁷: AS ORGANIZAÇÕES E ATUAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EM JUIZ DE FORA (1978-2010)

O presente capítulo irá se debruçar na análise geral das diversas organizações e atuações coletivas negras na cidade, a partir dos relatos dos sujeitos entrevistados e, de maneira suplementar, de materiais advindos de seus acervos pessoais. O objetivo é proporcionar uma

¹¹⁷ Inspiração e adaptação do trecho da música “pretos em movimento” do rapper MV Bill. O trecho original é: “todos os lamentos me fazem refletir”.

dimensão das múltiplas organizações negras (com diferentes enfoques) em Juiz de Fora no período 1978-2010. Em ordem cronológica, serão analisados a Associação Quilombo dos Palmares (1978), Grupo Negro do Movimento Unibairros (1981), Grupo de Estudos Afro-brasileiros Acotirene (1985), candidaturas antirracistas das eleições (1982-1988), o movimento estudantil negro universitário (década de 1990), Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora (1995), Rádio Mega FM (1997), Axé Criança (1997), Centro de Referência da Cultura Negra (1997), Grupo Mulheres da Periferia (2001), Centro Cultural de Estudos Afro-brasileiro Baobá (início anos 2000) e Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento (2008). Por fim, será abordada brevemente a constituição do Conselho Municipal de Valorização da População Negra (2000).

Devido a extensa lista das organizações contempladas e em razão das limitações da própria pesquisa, faremos uma abordagem em linhas gerais, a fim de satisfazer o principal objetivo do capítulo: atentar para as nuances da pluralidade de movimentos negros na cidade de Juiz de Fora. Para tal escopo, é importante compreender como o envolvimento nas organizações coletivas, em larga escala, é algo que altera todo o percurso da vida do indivíduo, como fica explícito na fala de Marilda Simeão.¹¹⁸

O caminho da militância é árduo e duro. (...) Não tem nada de lindo, nada de maravilhoso e nem romântico. Porque só há militância porque é necessária uma luta. Se essa luta racial não existisse a gente estaria fazendo outras coisas de nossas vidas. Eu tenho amigos que a vida inteira só fez isso! Desde a adolescência! E hoje eu paro e penso: que outros caminhos eles teriam feito? (...) Pessoas de 80 anos que nunca fizeram outra coisa na vida além de militar e a não ser pedir pra polícia pare de nos matar! Ou pedir pro prefeito que deixe a gente viver! Pedir a não ser dizer educação é para nós, saúde é para nós, segurança é para nós, nós queremos existir! (...) Enquanto um branco tem uma vida inteira pra ler um livro, pra estudar, pra viajar... nós temos uma vida para lutar pela vida do outro! (Marilda Simeão. Informação verbal).

A fala de Marilda Simeão demonstra toda a complexidade e sacrifício que o envolvimento ativo e organizado na militância exige, especialmente em se tratando das demandas do movimento negro. De fato, grande parte dos nossos entrevistados dedicaram a vida inteira à luta por justiça social, contra o genocídio e violência policial, por direito à educação, segurança, trabalho, valorização da cultura, lazer e esporte para a população negra. Percebemos isso a partir de uma das perguntas basilares dos roteiros de entrevista que construímos para esta pesquisa: “o que te levou a se inserir no movimento social negro organizado?”. A existência de um racismo que estrutura a sociedade e as relações sociais os levam a traçarem estratégias coletivas, para além de uma indignação individual.

¹¹⁸ Para atuação e militância de Marilda Simeão, ver nota no. 44.

Pensar no racismo é pensar em impedir o outro de seguir o seu caminho, é isso que faz o tempo inteiro. É o racismo estrutural. É isso que ninguém vê e acontece toda hora. Não me chamou de pretinha... é esse outro que nos mata (Marilda Simeão. Informação verbal).

A radicalidade do movimento social negro, destacadamente o caso juiz-forano, decorre da existência de indivíduos em movimentos diversos racializando as discussões (de trabalhadores, bairro, igreja, partidos, moradia, mulheres), ao mesmo tempo que construíam organizações coletivas com centralidade na causa racial. Tal radicalidade do movimento não diluiu também a sua capacidade de diálogo e negociação com vistas à inserção nas esferas públicas já estabelecidas, embora criem outras, tidas como alternativas ou subalternas. E esses dois vieses serão aqui analisados.

A visão idílica dos MSU (movimentos sociais urbanos) como agentes de transformação sócio-política vai cedendo lugar a enfoques mais realistas que percebem nos NMS (novos movimentos sociais) muitas vezes, um desejo e uma predisposição a dialogar com o Estado com vistas à obtenção de demandas que venham a satisfazer necessidades imediatas, sem se lançarem a lutas políticas mais amplas (Viscardi, 1990, p.13).

A historiadora Cláudia Viscardi (1990), em sua dissertação de mestrado, nos permite compreender esse movimento dentro do próprio cenário municipal da cidade de Juiz de Fora, ao abordar o tema a partir das experiências da administração pública e de suas relações com a sociedade civil organizada. O texto se contrapõe a diversos pressupostos acadêmicos que colocam em oposição Estado e movimentos sociais urbanos, entendendo o primeiro como polo institucional que atuaria sobre os segundos, polo não institucionalizado. A análise do trabalho de Viscardi contribui para a compreensão das intersecções das esferas, muito além de análises monolíticas. Para ela, os novos movimentos sociais urbanos representam, efetivamente, mudanças nas relações que o Estado mantém com as classes populares, ao mesmo tempo que inserem novas agendas com as demandas próprias dos anos 80 e 90.

Um bom exemplo pode ser visto nesta fala de Martys das Chagas.¹¹⁹

Nós temos um modelo de movimento negro de Juiz de Fora, que é um pouco da cidade de Juiz de Fora mesmo, que não é tão radicalizado. (...) É um movimento que dialoga muito, que tem uma diplomacia para enfrentar o racismo, mas sem deixar de ser contundente (Martys das Chagas. Informação verbal).

A fala destacada de Martys das Chagas é ponto chave para a compreensão do papel do movimento negro de Juiz de Fora no contexto dos movimentos sociais e políticos dos anos 80 e 90 na cidade em suas várias aglutinações e especificidades. Não se trata de maior ou menor

¹¹⁹ Para atuação e militância de Martys das Chagas, ver nota no. 48.

grau de radicalidade ou diplomacia. Isto está ligado à própria constituição do movimento, como trabalhado nos capítulos 1 e 2, a partir do histórico de atuações das lideranças em outros movimentos sociais populares e da racialização dos dilemas vivenciados. Essa característica contribui ora para o distanciamento ora para a aproximação com outros grupos, para alianças e até mesmo para inserção/construção nas esferas públicas vigentes ou para criação de espaços alternativos.

As estratégias para efetivar acesso aos direitos fundamentais podem ser percebidas para além da “negociação”, sobretudo na construção de uma “esfera pública subalterna” juiz-forana, para usar a definição conceitual de Fernando Perlatto (2018). Como buscaremos demonstrar, um setor negro, popular e organizado buscou construir espaços próprios na cidade, não se limitando àqueles construídos por segmentos de elite, pelo Estado ou pelo mercado. Veremos isso a partir da criação das diferentes organizações em si, bem como pela produção de jornais próprios, de folhetins, de uma emissora de rádio comunitária, de espaços educacionais específicos e da produção de conhecimento em centros de referência.

As últimas décadas do século XX representaram um momento marcado não só pelo setor dominante formulando ideias e as disseminando por toda a sociedade; foi também um momento de brecha no próprio sistema, em que o grupo negro, historicamente marginalizado, se expressou de diversas formas contra seletividade hierarquização e elitismo da dita esfera pública num cenário de democracia reconquistada.

De acordo com Charles Tilly, no artigo “Movimentos sociais como política”, “o que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos” (2010, p.137). Observar a ação do movimento social negro de Juiz de Fora é perceber como esses sujeitos colaboraram para a efetivação da redemocratização do país (e da cidade, em especial) a partir de reivindicações e ações próprias em prol de direitos fundamentais não garantidos à população negra, tais como saúde, educação, moradia, cultura, trabalho e lazer.

Organizar movimento de segmentos discriminados é extremamente complexo (...) a forma de luta o jeito de agir varia de um leque muito grande (...). A história do movimento negro em Juiz de Fora é feita por meio de muitas rupturas, a coisa se expande e vai pra outra (Paulo César Mariano. Informação verbal).¹²⁰

¹²⁰ A trajetória e militância de Paulo César Mariano está detalhada na nota no. 55.

Em meio a essas rupturas, expansões e, acrescentamos, discursos polissêmicos sobre raça e racismo¹²¹ do movimento negro de Juiz de Fora, iniciaremos nossa análise das organizações que lhe deram corpo. É importante sinalizar que a sequência cronológica na contextualização das organizações não implica substituição e tampouco a extinção da que a antecedeu, uma vez que a maior parte das mencionadas coexistem nos períodos retratados. Tal fato demonstra a capilaridade e a extensão da presença negra na cidade.

3.1. ASSOCIAÇÃO CULTURAL QUILOMBO DOS PALMARES (1978)

A Associação Cultural Quilombo dos Palmares foi idealizada em 1978 por Wilson Novaes¹²², com a participação ativa de Paulo César Mariano, Maria Elizabete¹²³, Maria Alice, e Eduardo Modesto, sendo os dois primeiros (além do Novaes) participantes desta pesquisa.

A sede da organização, desde sua fundação, se localiza no bairro do Monte Castelo, na própria casa de seu fundador. Desde o nascimento, o objetivo da associação é discutir a questão racial e o racismo. Contudo, em seu estatuto, por conselho de um advogado parceiro da entidade, isso precisou ser “mascarado”, focando na questão educacional e cultural.

A ideia da Associação foi formada a partir de uma Assembleia na câmara de vereadores: “levante negro”. Fomos o primeiro grupo a discutir o racismo em Juiz de fora. Até então tinha outros grupos com formatos distintos, como a Associação Lima Barreto, Cruz e Souza, Associação de Trabalhadores Domésticos no Ritz Hotel. O caráter era mais de acadêmicos, advogados, lazer, fazer negros desfilar em concursos... Não falavam abertamente sobre o racismo em Juiz de Fora, muito por conta da geração de pessoas envolvidas, que eram mais idosas. Sem organizar marchas, protestos ou caminhadas. A Associação Quilombo dos Palmares especificamente vem para discutir a questão racial e o racismo. Inspirado em Muhammad Ali, aquela imagem do negro nas olimpíadas levantando o punho pra cima¹²⁴ (Wilson Novaes. Informação verbal).

As referências acionadas por Wilson Novaes já no início da organização reuniam Muhammad Ali, Malcolm X e Marcus Garvey, ligados a uma visão revolucionária e radical de um antirracismo transnacional. Nesse sentido, as reuniões do grupo, que aconteciam ora na sede da entidade ora no prédio antigo do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal

¹²¹ No gráfico 1, à pag. 24, elaboramos um esquema gráfico com todas as organizações aqui contempladas, com os sujeitos envolvidos, desdobramentos e rupturas com outras. Vale a pena ser retomado para as páginas que se seguem.

¹²² Para atuação e militância de Wilson Novaes, ver nota no. 67.

¹²³ Para atuação e militância de Maria Elizabete, ver nota no. 47.

¹²⁴ Ainda que o entrevistado traga a memória do lutador Muhammad Ali, os atletas que fizeram pela primeira vez no pódio um protesto contra a discriminação racial nas Olimpíadas foram Tommie Smith e John Carlos, em 1968, respectivamente medalha de ouro e bronze na prova dos 200 metros rasos.

de Juiz de Fora¹²⁵, tinham o formato de grupo de estudo e discussão de ideias para a formação de uma base de pensamento e ação.

O objetivo da Associação era discutir a questão racial. Nos reuníamos todo sábado no antigo DCE. Estudando os cadernos negros da Cândido Mendes. A gente se dividia em grupos de discussão e cada grupo ia na frente falar as ideias e discutiam. Tinham pessoas de diversas ocupações, engenheiros, psicólogos, advogados... E mesmo eu sem ter uma formação técnica na área, eles paravam pra me escutar. Eu tinha muito estudo e postura no assunto (Wilson Novaes. Informação verbal).

Durante conversas em distintos espaços da militância sobre o tema da pesquisa, o nome de Wilson Novaes aparecia de forma recorrente como personalidade decisiva para a formação do movimento negro na cidade. Para alguns, paradoxalmente, a formação da Quilombo dos Palmares teve peso, direta ou indiretamente, no surgimento de vários outros grupos e na conscientização dos indivíduos. A bagagem teórica de Wilson Novaes, extensa em estudos étnico-raciais, foi construída, de forma autônoma e informal, em suas andanças (questões exploradas nos capítulos 1 e 2). Já Maria Elizabete e Paulo César Mariano tinham formação em Psicologia, ambos com prática em administração pública.

O depoimento de Paulo César Mariano sobre a Associação aponta outros sujeitos e referenciais teóricos que embasavam as discussões na organização.

Eu, mais organizadamente no movimento negro comecei com o Wilson Novais, na década de 80. Eu já estava antenado nas questões por conta do partido (PDT). (...) O Wilson na época foi reunindo umas pessoas. Eu, Carlos Roberto Calixto... Pastor Osvaldo do Grambery... ele convidou um leque de negros que ele conhecia e a gente começou a discutir a questão racial. A gente institucionalizou mesmo, criou um estatuto aprovou... e aí a gente reunia toda semana. A gente fazia uma programação, pegava uns textos que tinha... os primeiros textos que a gente tinha eram Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. (...) Imprimia, botava na roda, um monte de pessoas, em torno de 15... e na época era muito. Conseguimos reunir pessoas que a gente nem conhecia, a grande maioria era pessoas intelectualizadas e com maior formação. Eu fazia faculdade na época, tínhamos médicos, engenheiros e professores com mais idade. (...) Então a nossa questão era reunir e estudar. (...) A gente tava descobrindo, aprendendo, conhecendo e criando uma massa crítica em torno da questão. Então a gente estudava e de tempos em tempos tentávamos fazer eventos para atrair mais gente da massa para poder passar nossas ideias. E nós tínhamos uma referência boa na época, e isso era mérito do próprio Wilson porque ele tinha uns bons contatos no Rio de Janeiro com o IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras), e a gente trazia algumas pessoas aqui pra falar: como o professor Carlos Alberto, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez. A gente se reunia na Câmara Municipal, pedindo espaço e íamos ouvir. E a gente começou a se relacionar com esse povo. Os intelectuais do IPCN era referência para nós do Quilombo.” (Paulo Cesar Mariano. Informação verbal).

¹²⁵Av. Getúlio Vargas, 763 - Centro, Juiz de Fora – MG.

Uma das grandes contribuições da Quilombo dos Palmares, como referido pelos entrevistados, foi sua capacidade em fazer circular referenciais da luta antirracista na cidade, inclusive trazendo ativistas de fora da cidade para eventos, produzindo assim “massa crítica” em torno da questão racial, que se desdobrariam em várias outras organizações. Incluí na lista o próprio Paulo César Mariano, Calixto, Flavinho da Juventude... Como afirmou Novaes, “uma verdadeira consciência racial”, que geravam desdobramentos na forma como interpretavam e apresentavam textos na frente de todos, na promoção de palestras em escolas, em entrevistas em jornais, nas comunidades que moravam e nos seus respectivos espaços de trabalho.

Para além dos grupos de estudos e eventos de discussão, atuavam em casos de denúncia de racismo na cidade e de prisões indevidas. A respeito desse último ponto, Novaes ressalta, de forma entusiasmada, que trabalharam para a soltura de cerca de cem pessoas.

Uma notícia do jornal *Tribuna de Minas*, edição de 7 de fevereiro de 1986, corrobora a informação de Novaes, destacando denúncia de racismo movida pela Associação Quilombo do Palmares contra o bloco carnavalesco Beco, de Juiz de Fora. Nos é caro perceber que a denúncia do movimento ganhou espaço na seção “policial” do jornal, mas, de qualquer forma, rompeu com as aparições de negros e negras no jornal somente nos casos de criminalidade ou em razão do carnaval.

Figura 4 - Fotografia 3 – Associação Quilombo dos Palmares denuncia o Bloco Beco por Racismo



Vale destacar a ação da Associação em denunciar formalmente o racismo e buscar o caminho judicial. A denúncia do crime de racismo, mesmo que em sua roupagem “recreativa” por meio de blocos carnavalescos, levou a entidade a ser destaque no principal jornal do município e região.

Já no terreno social e afetivo, Wilson Novaes comenta alegremente como, a partir da militância no grupo, se formaram “10 novas famílias negras, a partir de 10 casamentos”. O número é, de fato, significativo, sobretudo porque a sociedade ainda busca uma “redenção de Cam”¹²⁶. O incentivo, encorajamento e valorização de casais negros era algo não tão comum e uma vitória para aquele período.¹²⁷

Outra ação importante promovida por Wilson Novaes, e que posteriormente foi incorporada ao calendário de atividades pela Associação Cultural Quilombo dos Palmares, foi o evento anual “Festa de Preto-Velho”, entre 1984 e 2007, no Parque da Lajinha. Como registrado em artigo de autoria de Vitor Fabiano Silva e Leonardo de Oliveira Carneiro (2014), que também entrevistaram Wilson Novaes, a festa era realizada sempre no mês de maio, em torno do dia 13, por questões próprias do calendário religioso umbandista, que celebra os Preto-Velhos no dia da abolição da escravatura no Brasil.

Figura 5 – Panfleto 1 – Divulgação XXIII Festa do Preto Velho 2006

¹²⁶ Quadro do espanhol Modesto Brocos, destaque em exposição no Museu Nacional de Belas Artes, é analisado em livro sobre racismo na pintura brasileira. Ver mais em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>. Acesso em 6 de dezembro de 2023.

¹²⁷ Em 1991 o Movimento Negro Unificado publicou, em seu jornal, a campanha: “Reaja à Violência Racial: beije sua preta em praça pública”, com a foto de um casal negro se beijando. A capa se tornou símbolo nacionalmente conhecido pelos grupos antirracistas, conscientizando sobre a importância da afetividade e relacionamentos afrocentrados. Capa disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fmidianinja.org%2Frogercipo%2Freflexoes-sobre-o-amor-na-luta-contr-o-racismo%2F&psig=AOvVaw0f_COltoXPG_QQRIRT0cx3&ust=1701973235957000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBEQjRxqFwoTCJCNj9m2-4IDFQAAAAAdAAAAABAE. Acesso em 6 de dezembro de 2023.



Fonte: Artigo de Vitor Fabiano Silva e Leonardo de Oliveira Carneiro (2014)

A festa, que durou 23 anos, objetivava dar visibilidade à Umbanda em Juiz de Fora e região. Ainda que boa parte da base do movimento negro juiz-forano advenha da Igreja Católica e da interpretação teológica da teologia da libertação, merece destaque a Quilombo dos Palmares, ainda em 1984, promover a religião de matriz africana em espaço público na cidade. A festividade foi encerrada devido a perseguições das autoridades locais, do empresariado e da ala evangélica, que impuseram inúmeras barreiras e campanhas difamatórias, levando Novaes a pedir permissão às entidades religiosas e encerrar a festividade.

Em 1985, ocorreu uma desagregação de parte do grupo na Associação. Alguns dos integrantes divergiam de posições assumidas por Novaes e de sua maneira de conduzir a organização. O resultado direto disso foi a formação do Grupo de Estudos Afro-Brasileiro Acotirene (GEABA), tendo à frente Paulo César Mariano e Maria Elizabete. Wilson Novaes seguiu com as atividades da associação, contando com pessoas que participavam com maior ou menor assiduidade, a depender do momento.

3.2. GRUPO NEGRO DO MOVIMENTO UNIBAIRROS (1981)

Ainda que o movimento comunitário Unibairros tenha tido sua formação em 19 de outubro de 1980, aqui o situaremos a partir de 1981, em razão do início da atuação do Grupo

Negro dentro da organização. O grupo negro do movimento teve sua primeira reunião em 11 de abril de 1981 por iniciativa de José Geraldo Silva, Devanir Barbosa, Paulo César Oliveira¹²⁸ e Paulo Azarias¹²⁹, os dois últimos participantes desta pesquisa. Além deles, colhemos o depoimento também de Gabriel Rocha, mais conhecido como Biel. Esse, ainda que seja um sujeito branco, foi uma grande liderança desde o início do movimento Unibairros, além de chargista do jornal da organização.

O movimento Unibairros é um dos poucos grupos aqui retratados (além da Rádio Mega FM) sobre os quais há produções acadêmicas. A primeira pesquisa a abordar o movimento foi a dissertação de mestrado da historiadora Cláudia Viscardi (1990), intitulada “Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora (1983-1988)”. O referido movimento comunitário ocupa papel de destaque no trabalho, uma vez que foi umas das principais organizações da sociedade civil naquele período na luta por direitos sociais e conquistas, dialogando diretamente com o poder executivo municipal, por vezes também atuando como oposição.

O segundo trabalho é a dissertação de mestrado da historiadora Luciana Verônica da Silva (2010), intitulado *Associações: experiência de participação na redemocratização. Movimentos comunitários em Juiz de Fora – MG, 1974-1988*, cujo objetivo foi estudar as formas associativas em atividade na cidade no período de 1974 a 1988, destacando o papel na promoção de espaços participativos horizontais, a começar pelas Sociedades Pró-melhoramentos de Bairros da década de 1940, que atuaram incisivamente em Juiz de Fora até 1970, até chegar, durante o período de redemocratização, ao movimento comunitário Unibairros, do qual a autora destaca a postura combativa, questionadora e de conscientização política.

Alguns dos artigos produzidos se enquadram no campo da comunicação social, coordenados pela professora Christina Ferraz Musse, e se debruçam sobre o jornal produzido pelo movimento.

Por fim, destaco a minha própria monografia de conclusão de curso, intitulada “O movimento Unibairros e a luta antirracista juiz-forana: a coluna do negro no jornal comunitário (1980-1990)”, de 2020, primeiro trabalho a analisar de forma aprofundada a questão antirracista da entidade.

O Unibairros de Juiz de Fora funciona hoje, como uma associação civil, sem fins lucrativos, com atuação em cerca de 54 bairros periféricos em Juiz de Fora. Sua formação se deu a partir de um encontro de jovens promovido na

¹²⁸ Para atuação e militância de Paulo Oliveira, ver nota no. 112.

¹²⁹ Para atuação e militância de Paulo Azarias, ver notas no. 56 e 61.

chácara dos padres Dominicanos, no bairro São Pedro, no dia 19 de outubro de 1980. Mesmo ainda tendo sua sede ativa, a análise do movimento comunitário aqui analisado é datado no período de formação até fins dos anos 90, por conta de sua atuação incisiva no que tange os debates políticos, sociais e raciais no período de redemocratização da política brasileira. Politicamente o movimento Unibairros atuou levando as reivindicações populares junto ao poder executivo municipal e, fazendo a crítica a sociedade capitalista antidemocrática (Lopes, 2020 p.21).

No estatuto do Unibairros, registrado em 11 de novembro de 1982, já estava assegurada a autonomia do movimento no que tange às políticas de estudo, pesquisas, promoção de eventos culturais, cursos, órgãos de divulgação e produtos culturais, bem como a prestação de serviços para a comunidade. Além de Paulo Cesar Oliveira, Paulo Azarias foi outra grande liderança do grupo, que teve participação ainda de Adenilde Petrina¹³⁰, Martvs das Chagas¹³¹ e Marilda Simeão. Por reunir naquele momento jovens dos bairros Olavo Costa, Floresta, Santa Cândida, Linhares, São Benedito, Vila Ideal, São Pedro e Vitorino Braga, o grupo era subdividido também em várias frentes de atuação: grupo de Teatro, grupo de Mulheres, grupo de Estudos Políticos e, o enfoque desta pesquisa, o Grupo Negro.

O grupo tinha uma preocupação com a produção e circulação do conhecimento, além da formação de pensamento crítico. Nesse sentido, criaram um jornal autoral, nomeado “Unibairros - o jornal dos bairros de JF”, o principal material elaborado integralmente pelos participantes e que servia como uma forma de politização das comunidades e de denúncia dos descasos do poder municipal frente às periferias.

O jornal circulou entre 1980 e 1990, com edições fixas mensais e algumas extras. Das 36 edições analisadas na minha monografia de conclusão de curso, a “Coluna do Negro” constou de 28 delas, evidenciando que mesmo sem ter foco na causa racial em linha editorial inicial, o movimento negro marcou presença de forma explícita e contundente no periódico.

De acordo com os trabalhos de Cláudia Viscardi e Luciana Veronica da Silva, a partir de 1982 ocorreu um distanciamento entre o movimento e a Igreja, e ao mesmo tempo uma aproximação com o Partido dos Trabalhadores, que em Juiz de Fora surgiu nesse mesmo ano. De fato, o partido foi estruturado contando com a liderança incisiva de membros do Unibairros, como Paulo Azarias.

No trabalho de Vanessa Lopes (2020) é possível perceber toda a articulação do Grupo Negro na cidade, que se fazia de forma significativa. José Geraldo da Silva, em entrevista ao historiador Dalmir Francisco (1987) revela que o objetivo do Grupo Negro do Unibairros era a

¹³⁰ Para atuação e militância de Adenilde Petrina, ver nota no. 41.

¹³¹ Para atuação e militância de Martvs das Chagas, ver nota no. 48.

discussão da dimensão racista da sociedade brasileira, com a criação de grupos de estudos para politização e conscientização de seus membros sobre o racismo, discriminação racial e valorização da cultura negra vivida, bem como incentivar a criação de outros grupos em diferentes localidades da cidade. A se depreender de depoimentos de integrantes de organizações surgidas posteriormente, esse objetivo se concretizou.

O movimento Unibairros, em seu auge na década de 1980, chegou a reunir, de acordo com Paulo César Oliveira, cerca de 100 pessoas na cidade. A dimensão do movimento, somada à organização e articulação de seus integrantes, contribuiu para que estes alcançassem várias lutas e multiplicassem suas forças.

Ainda que o objetivo inicial do movimento não fosse a causa racial e o racismo, a formação do Grupo Negro data já do primeiro ano de criação da instituição. Gabriel Rocha, liderança do grupo, lembra que a questão racial nasceu como pauta durante a seleção de temas a serem discutidos pelo jornal que produziam.

Durante a escrita do jornal do UniBairros começou a vir muitos relatos de racismo e preconceito. A pessoa não conseguia trabalho porque era negro, a menina era xingada na rua porque era negra. Então começou esse debate muito por conta dessa articulação de qual problema a gente ia discutir essa semana? E aí veio a coluna do negro com o Cesar o Pulguinha... ainda não era movimento negro, mas já era a consciência negra. (Gabriel Rocha. Informação verbal).

O jornal comunitário Unibairros serviu como um veículo de politização em Juiz de Fora, trazendo discussões sobre classe, raça e gênero e uma análise conjuntural da política ditatorial e, posteriormente, do processo de redemocratização. O jornal era editorado de forma coletiva, com reuniões específicas sobre os temas abordados a cada edição. Como lembra Gabriel Rocha, a própria vivência dos membros que eram negros, repleta de dilemas raciais e racismos, veio como algo pujante, a ponto de suscitar a formação de um grupo específico dentro do movimento Unibairros.

Recuperamos, a seguir, a primeira coluna do Grupo Negro no jornal comunitário Unibairros, que à época se intitulava Movimento Negro Unificado, ainda que esta entidade só viesse a surgir na cidade em 1995. Isso pode ser atribuído à ligação entre os dois grupos, como um desdobramento da organização em momentos distintos.

Realizou-se no dia 11/04 uma reunião, com algumas pessoas negras, para discutirmos nossa situação no país e de modo especial em Juiz de Fora.

Nesta reunião discutimos pontos importantes:

O negro é oprimido duas vezes: 1º) sendo trabalhador, e como a situação da classe trabalhadora é de exploração e opressão o negro sofre estes problemas; 2º) pela cor de nossa pele e perda de nossa identidade cultural.

Como se não bastasse, a maioria da população negra está localizada nas favelas e mocambos; nos empregos podemos observar que as piores funções são destinadas aos negros; nos colégios e universidades o nº de negros é muito reduzido; e piorando ainda mais a nossa situação, a repressão policial atinge de uma forma mais violenta, visto que o negro é “antes de tudo um suspeito”.

Em nossa reunião, foi levantado também o problema do negro que quando adquire uma certa posição social, este tenta pôr tudo quanto é jeito esconder sua condição de negro. Devemos frisar que, o que ficou bem claro entre todos os participantes da reunião, foi a preocupação de todos aqueles, negros ou brancos, que desejam discutir e ajudar na nossa luta: e que seja um movimento apartidário, isto é, que contém pessoas das mais diversas tendências. Outra preocupação levantada é de não praticarmos o racismo às avessas, porque sabemos que racista é a ideologia da sociedade burguesa. Estamos cientes que nossa luta é ao lado de todos os oprimidos, sem deixarmos nossos problemas específicos. Azarias. Unibairros/Floresta (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Jornal Unibairros, nº 5, 1981, p.3)

Essa coluna foi um verdadeiro manifesto público do Grupo Negro no interior do movimento Unibairros. Propunham, de forma contundente, que a “dupla opressão” do sujeito negro, em decorrência da classe social e da cor da pele, devia ser discutida, ainda que alguns sujeitos negros tivessem ascendido socialmente.

Identificavam o racismo como sendo uma ideologia da sociedade burguesa e conclamavam à valorização étnico-racial negra. Para além da coluna do Grupo Negro, a questão raça e classe aparecia recorrentemente em todas as edições por meio de charges, na figura do personagem Oscar Trovoadis.

Figura 6 - Charge Oscar Trovoada: todo negro é igual?



Fonte: Jornal Unibairros, nº5, 1981, p. 4.

As charges eram de autoria do próprio Gabriel Rocha e se pautavam nas questões brotadas nas reuniões dos membros negros do movimento. O personagem era inspirado em um morador do bairro São Benedito, periferia da cidade, que “estourava” diante das injustiças que presenciava e vivia. O personagem criado então tinha uma voz de “trovão”, denunciando todos

os descasos vivenciados pelos menos afortunados da cidade. Cumprindo o papel do jornal de denunciar os descasos do poder público com as periferias, a representação do personagem enquanto um homem negro retrata como a intersecção raça/classe era um dos cerne do movimento, com o Grupo Negro racializando os demais membros do movimento comunitário.

Como destacado pelo próprio Gabriel, esse grupo conseguiu promover um movimento de consciência negra em toda a comunidade e no Unibairros como um todo, ainda que nem todos fossem negros, como era seu caso.

Era Consciência Negra, né? O movimento era geral era da comunidade, eu não sou negro, né? E tava no movimento. Como é o Pulguinha não se via negro, os pais do Pulguinha eram brancos os avós que era um negro. Então o Pulguinha assumiu a Negritude dele nesse processo debate. Aí ele assumiu que enquanto negro e depois foi para o MST e dentro do MST ele criou Toda essa discussão, né da questão racial dentro aqui na Zona da Mata, ele era um dos assentados aqui na em Goianá. (...) Então os negros começaram a despertar pra sua Negritude lutar contra o racismo, né? Mas lutando contra o racismo ele lutando pela moradia, né pela saúde e isso não existe estrutura no conselho local de saúde, né? Então aí toda a discussão da anemia falciforme... (Gabriel Rocha. Informação verbal).

Uma das características principais do Grupo Negro do Unibairros foi justamente essa intersecção raça e classe, fazendo com que racializassem as demais organizações de que já faziam parte ou que viriam a frequentar posteriormente, seja o Movimento dos Sem Terra, sindicatos ou partidos políticos. Foi fundamental interligar a luta contra o racismo à luta pelo acesso à moradia, saúde, educação, trabalho, lazer e transporte, como rememora Paulo César Oliveira.

A experiência no Unibairros ela valeu demais pra tudo aquilo que eu comecei me aplicar pra tudo quanto é lado não, mas aplicar aquelas coisas que a gente tava aprendendo ali, aprendendo junto, aplicar até mesmo na minha comunidade. Virei presidente da associação de moradores do meu bairro, presidente do conselho de saúde, por várias vezes participei do conselho municipal de saúde. Montamos um movimento da raça negra de um grupo pequeno dentro da nossa comunidade e começamos a trabalhar muito isso pra tudo quanto é lado (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Um dos grandes feitos do Grupo Negro do Unibairros, rememorado por Paulo César Oliveira, Gabriel Rocha e Paulo César Mariano, foi o I Encontro da Raça Negra de Juiz de Fora, realizado em 1985. Esse encontro foi promovido em conjunto com o Grupo de Estudos Afro-brasileiros Acotirene (GEABA), que abordaremos no subcapítulo a seguir.

Aqui dentro do UniBairros a nossa participação dentro do movimento negro junto com outros grupos que existiam aqui dentro da cidade... o que mais se destacou foi o GEABA... juntos fizemos o Primeiro Encontro Nacional da Raça Negra aqui em Juiz de Fora. Puxamos o encontro pra cá com grandes lideranças da época. O que tinha de forte de movimento do Brasil veio tudo em Juiz de Fora... isso foi muito bom. (...) Então assim, foi muito legal..., mas

foi uma coisa muito doída também porque assim, quando a gente já tinha participado de alguns encontros por aí, principalmente Muriaé que o movimento negro era muito forte, Uberaba também, Uberaba e Uberlândia... o movimento era bem organizado e forte... uma raiz cultural muito bonita que sensibilizava a gente. Música, batuque, o folclore... muito forte naquela região ali. Lembro que foi a primeira vez que eu vi o congado era nossa... eu queria ser um congadeiro! (risos) E Uberaba também... lá do lado mais religioso... forte de presença de matriz africana. Então isso aí foi... a gente gostando daquilo! E a gente via que juiz de fora, nós e os outros grupos, tava muito distante daquilo que a gente via lá fora em termo de consciência. Eu falo lá fora mas aqui mesmo rodando o estado e as cidades. E era o sonho da gente trazer um pouco daquilo pra cá e mostrar pra negada junto que nós podemos fazer! Acho legal a gente começar a estudar isso e participar disso e daquilo E fizemos! E foi uma coisa pra época, eu era muito jovem eu não tinha noção da grandeza da coisa (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Paulo César Oliveira conta que parte do financiamento e contatos vinham do patrocínio de organizações nacionais que Paulo Azarias e Zaca mobilizaram¹³², suficientes para alimentação, hospedagem e transporte de todos os envolvidos durante a semana do evento, sediado no Colégio Academia.

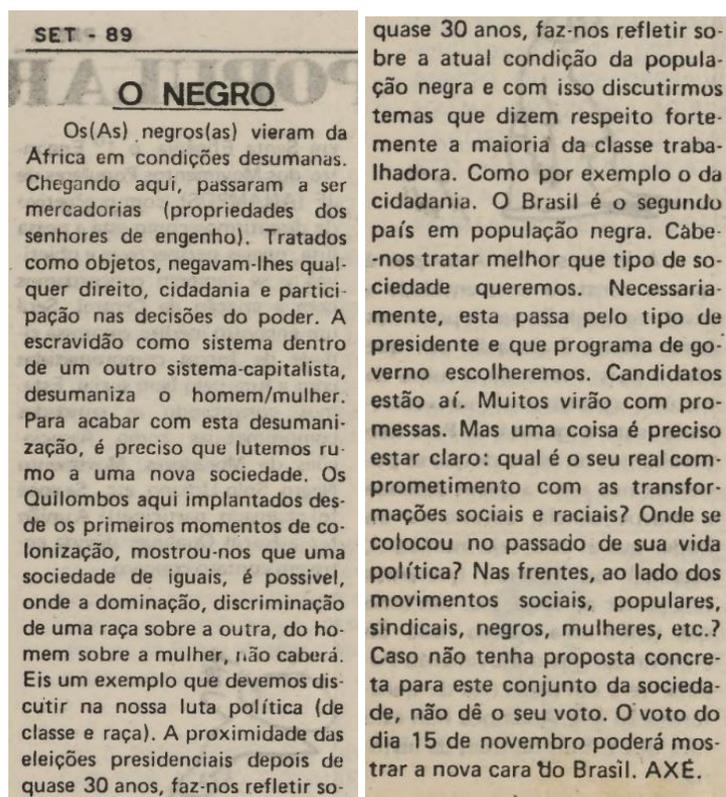
Uma das metodologias de trabalho características do movimento foi o Teatro do Oprimido, do qual Adenilde Petrina e Paulo César Oliveira participaram ativamente.

Uma das coisas que a gente trabalhava muito era o lúdico. Música, teatro e poesia. (...) A gente fazia o nosso teatro, do oprimido que era você entrar num ônibus, tava tudo combinado. E aí a gente começou uma discussão sobre a tarifa do ônibus. Isso naquela época! Isso hoje cai como uma luva, principalmente agora com esse momento aí. A gente começa a fazer uma discussão sobre a tarifa do ônibus, da qualidade do ônibus, se tava servindo bem pro nosso bairro... E as pessoas que não eram do combinado, acabavam entrando. Questionando. Muitas vezes o cobrador também. (...) Teve uma vez que a coisa saiu do controle, foi na Santa Cândida. Saiu do controle a discussão da passagem, a discussão de que tava ruim, então falaram “VAMO QUEBRAR ESSA MERDA QUE NÃO SERVE PRA NADA ENTAO”! Sei que o motorista tocou o ônibus pro posto policial. Do posto policial foi todo mundo pra delegacia. E na delegacia tivemos que abrir o jogo... é uma peça de teatro...” (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Esse episódio do teatro no ônibus desponta nas narrativas de vários participantes como algo marcante na atuação deles. A via do teatro do oprimido nas ruas, satirizando e cutucando as mazelas do cotidiano para provocar reflexão, e o próprio jornal que produziam e faziam circular foram marcas desse movimento em Juiz de Fora, principalmente nos anos 1980-1990.

Figura 7 – Jornal Unibairros: o negro

¹³²No Capítulo 1 aborda-se brevemente as conexões com o movimento sindical.



Fonte: Centro do Documentação e Pesquisa Vergueiro (2020)

O Unibairros era um local de todas as lutas. E o movimento negro era uma delas. E o movimento negro participava das outras lutas. Ali a gente tava sempre junto em tudo! (...) Assim como o movimento negro teve o seu auge dentro do movimento UniBairros, foi muito forte. Depois também foi caindo. de movimento ficou algumas lideranças, algumas pessoas. Mas o legal é que junto com o GEABA, batuque e outros movimentos da cidade, ajudou a ramificar a ter movimentos a tudo conté lugar. Houve participação boa das lideranças religiosas de matriz africana. Isso começou, mesmo de forma tímida, a desmistificar a mostrar para essas pessoas que é uma religião e que merece respeito. (...) na minha comunidade, a chegada de um padre negro foi muito importante para essas coisas se juntasse. Sorte nossa do Ipiranga, sorte pra mim que morava lá. Padre Guanair! Falo o nome dele, é claro! Que é um padre negão de plena consciência que ajudou a fortalecer o movimento, que ajudou a levar pra cima a autoestima da negada, das crianças negras, da população negra (Paulo César Oliveira. Informação verbal).

Como destacado por Paulo César Oliveira na citação anterior, a discussão sobre religiões de matriz africana, com a conseqüente desmistificação de tabus e preconceitos, foi uma ação importante vivida por eles, proporcionada, em grande medida, pela vinda do Padre Guanair¹³³, envolvido na construção da Pastoral Axé Criança com Helena Oliveira, e pela atuação do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros Acotirene, o qual acompanharemos a seguir.

¹³³ Para atuação e trajetória do Pe. Guanair, ver nota no. 114.

Por fim, a partir da segunda metade dos anos 1990, o Unibairros passou por diversas mudanças, com as então jovens lideranças entrando numa fase de maturidade e se envolvendo em outras esferas, partidárias e sindicalistas, com trabalhos e até mesmo uma maior dedicação a outras organizações. O próprio Grupo Negro do Unibairros sofreu uma desarticulação a partir da constituição do Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora. De toda forma, é importante salientar o impacto do grupo no fomento de outras organizações negras na cidade com foco na politização das mazelas sociais e a racialização das carestias vivenciadas.

3.3. GRUPO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS ACOTIRENE - GEABA (1985)

O Grupo de Estudos Afro-brasileiros Acotirene surgiu a partir de uma fragmentação da Associação Cultural Quilombo dos Palmares, em 2 de novembro de 1985. Alguns de seus membros que conseguimos mapear são: Paulo César Mariano, Maria Elizabete, Adenilde Petrina, Rita Félix, Maria Alice, Carlos Alberto Calixto, Eduardo Modesto e Flávio Carneiro, sendo os três primeiros participantes desta pesquisa.

O estatuto da entidade nos informa, parcialmente, seus objetivos:

Art. 4º - A Entidade tem como objetivos:

- a- Promover o Estudo e Pesquisa sobre a raça Negra.
- b- Pesquisar, divulgar e apoiar a cultura afro-brasileira, bem como formar grupos de apresentações públicas de danças e corais.
- c- Promover trabalhos de valorização e conscientização da raça negra.
- d- Promover e participar de palestras, debates, mostras, desfiles, encenação teatral e exposições.
- e- Promover cursos de Artes Culinárias típicas, artes plásticas e expressão corporal, ballet, estética e línguas africanas.
- f- Construir uma biblioteca pública, voltada para os estudos africanos, brasileiros e afro-brasileiros.
- g- Promover lazer e amparo aos associados e às populações especialmente de Juiz de Fora e zona da mata.

Estatuto Grupo de Estudos Afro-brasileiro Acotirene. Acervo pessoal Paulo César Mariano.

O propósito da entidade já se explicitava no nome, grupo de estudos, objetivo constante também do estatuto e, em toda sua trajetória. O GEABA contribuiu fortemente com uma bagagem teórica com outros movimentos negros na cidade, como o próprio Unibairros. Isso podemos perceber pelo perfil dos membros. Bete menciona ao menos 10 pessoas que tinham “bons empregos” - professoras, engenheiras -, e ainda que não houvesse, nas palavras da entrevistada, “nenhum intelectual” vários possuíam curso superior. Para além dos estudos, organizavam “concursos afro-brasileiros” de valorização da beleza negra e eventos esporádicos

em bairros periféricos da cidade para o resgate da cultura africana, desmistificando preconceitos e valorizando suas práticas.

As reuniões do grupo ocorriam, principalmente, na sede do sindicato dos trabalhadores de telecomunicações, em razão da filiação de alguns dos seus membros à entidade. Outro ponto destacado por Bete foi o quanto essa segunda experiência de trabalho coletivo negro levou a uma maturidade organizacional, abrangendo elaboração de estatutos, divisões de tarefas, conhecimento das próprias relações de poder e proteção da instituição contra a “vontade de um, em prol da própria coletividade”. Esse último ponto referiu-se ao grande embate que ocorreu entre os membros e liderança de outra organização, que teve como consequência a divisão do grupo.

Bete, que integrou a Associação Cultural Quilombo dos Palmares e depois atuou na construção do GEABA, diferencia as duas organizações como: a primeira trabalhando a “sensibilização” dos sujeitos e a segunda, a “consciência”.

O que tenho de consciência hoje, além de ter essa personalidade de ir e fazer, a fundamentação foi do Quilombo e do GEABA. Acho que eu não teria conseguido construir a minha consciência livre e fundamentada sem esse momento. Seria atuante e militante sim, mas com o aprofundamento que tenho de atuação, compreensão foi ali. E quando eu falo que é da minha característica é por conta que sou do movimento sindical” (Maria Elizabete Oliveira. Informação verbal).

Outro grande feito do GEABA foi a criação do jornal ACOTIRENE - Informativo do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros, cuja primeira edição saiu em março de 1986, quando a organização completava um ano de fundação. Vejamos o Editorial fundante:

EDITORIAL

Caros amigos, (...) entendemos que o objetivo dos jornais é informar, de maneira simples e objetiva, deixando que os leitores tirem suas próprias conclusões e discutam, em seu meio, no seu cotidiano.

Assumimos um compromisso com nossos associados e leitores e a comunidade de que faremos um informativo que questione, informando e aguçando o senso público. O GEABA - Grupo de Estudos Afro Brasileiro Acotirene, abre este espaço para todas as entidades e pessoas que queiram discutir e analisar questões sobre a história e o espaço do negro na sociedade. Apesar de algumas pessoas dizerem que o Movimento Negro prega a divisão racial, nós do GEABA, fazemos o contrário, lutamos para a igualdade social. Se falamos e pregamos, lutamos para a ascensão do negro é porque a este ficou a pior parte do bolo. Pedimos justiça, liberdade para competir de igual para igual.

Nosso senso crítico nos policiou o tempo todo na elaboração deste, para colocar as questões em discussão e juntos chegarmos às soluções.

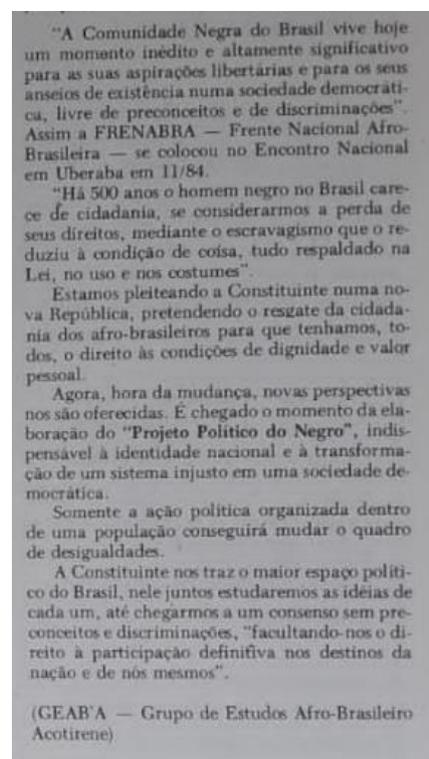
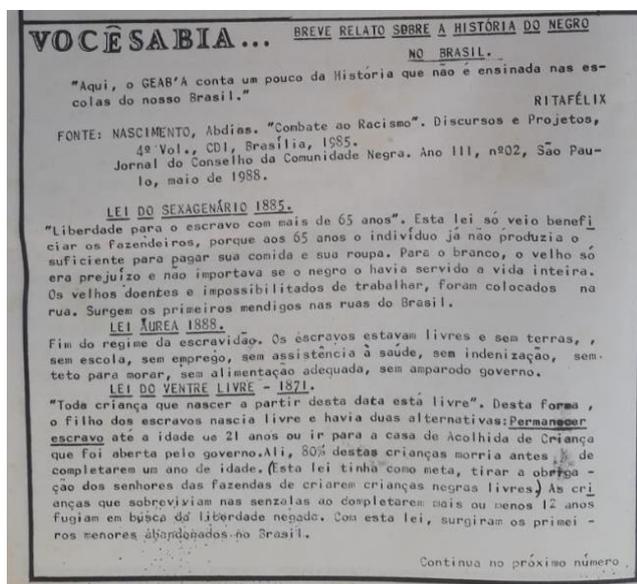
Estamos ansiosos para manifestar e divulgar a história do Negro, povo que tanto fez pelo engrandecimento desta Nação.

O movimento negro que fazemos e a luta que empenhamos tem o compromisso de estudar, discutir e reivindicar, pelo povo da periferia, as suas

necessidades básicas, os seus direitos como cidadãos brasileiros, enfocando a história passada, o presente e a luta por um futuro melhor.
 (...) Walter Mariano - Presidente, edição nº 00, março 1986. Acotirene

O jornal foi criado com a finalidade de discutir a causa racial, racismo e a valorização da identidade negra na cidade, priorizando “informar, questionar e aguçar o senso público” acerca da história do negro na sociedade. Suas páginas já falavam de justiça social, liberdade e da necessidade de divulgar a história do negro, juntamente com a do povo da periferia e suas necessidades básicas. Analisaremos, nos parágrafos que se seguem, trechos do jornal Acotirene, o qual, ao longo de suas edições, trabalhou intensamente a história do negro e da população africana em diáspora, inserindo-a na própria história do Brasil. Esse foi um propósito nacional que moveu as organizações negras nos anos 80, procurando democratizar um conhecimento que era produzido academicamente, mas ao qual a grande massa da população não tinha acesso. Como Nilma Lino Gomes afirma em seu livro (2017), o movimento negro é, por essência, educador.

Figura 8 – Trechos do jornal ACOTIRENE - Informativo do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros



Fonte: Acervo pessoal cedido por Paulo César Mariano.

Como reforçou Paulo César Mariano em sua fala sobre os objetivos:

Naquele momento era conhecer e debater. Os grupos que eram criados naquela época, o macro objetivo era quebrar a máxima que o Brasil era uma democracia racial. O Brasil é racista. (...) Contar as histórias que não foram contadas, sobre nossos heróis. A Medalha Nelson Silva foi criada a partir de sugestão quando eu fui presidente do Batuque. A ideia era fazer algo oficial para homenagear a negada daqui, porque a Medalha Henrique Halfeld dificilmente negro ganhava (Paulo Cesar Mariano. Informação verbal).

Essa fala de Mariano traz a disputa de narrativas, seja a de contrapor o mito da democracia racial pela própria denúncia de casos de racismo na cidade, bem como a disputa por memória e reconhecimento através das premiações municipais de personalidades locais. A referida Comenda Henrique Halfeld é uma honraria instituída em 1973, através da Lei 4.496. O Mérito Comendador alemão Henrique Halfeld tem como finalidade distinguir o cidadão que se notabilizar nos mais diversos campos da atividade humana por relevantes e comprovados serviços prestados à coletividade de Juiz de Fora. Halfeld foi um militar, engenheiro e fazendeiro, considerado um dos fundadores da cidade, acumulando extensas propriedades e elevado número de pessoas escravizadas. A honraria municipal, até então, restringia-se à elite econômica e cultural juiz-forana.

A criação da Medalha Nelson Silva, por meio da Resolução nº 1.120 de 1999, significou uma atitude de reconhecimento e premiação de pessoas que contribuíram, de alguma forma, para o engrandecimento da população negra no município. A homenagem e entrega das medalhas acontece na plenária da Câmara Municipal e a escolha anual dos agraciados cabe à Comissão de Mérito composta pelo Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva, pela Secretaria Municipal de Educação, pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pela Câmara Municipal, pelo Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.

Nelson Silva foi um importante sambista, cantor e compositor nascido em Juiz de Fora em 1928. Ao longo de sua carreira retratou com maestria a situação do negro no Brasil e a racialização, através de cantos e lamentos remetendo a uma linguagem referenciada aos negros no período escravista. Com seu falecimento precoce em 1969, o grupo de batuque que comandava recebeu seu nome. O Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva é um grupo de canto coral, dança e ritmo, composto por negros e negras da/na cidade de Juiz de Fora, que retrata a situação do negro na sociedade brasileira e busca valorizar a tradição. Por muito tempo, a presidência do grupo ficou nas mãos de “folcloristas” brancos da cidade, até que em 1996 Paulo César Mariano assumiu o comando, conduzindo o Batuque como um grupo de resistência cultural negra, não mais como “folclore”.

Adenilde Petrina, que também teve passagem pelo grupo, traz o GEABA como sua primeira experiência de movimento negro, ainda na universidade, durante a ditadura militar, contribuindo para chamar sua atenção para o elitismo e racismo ali presentes, inclusive em setores ditos progressistas de esquerda. Os caminhos que Adenilde Petrina trilharia depois não se reduziram ao grupo de estudos, mas a levaria à periferia, que se tornaria o centro definitivo de sua militância. A Rádio Mega FM, em 1997, advém desse contexto, como veremos mais à frente.

Nenhum dos entrevistados soube precisar o momento específico de desarticulação da organização, o que induz a pensar que ocorreu um desgaste característico dos movimentos sociais, atrelado a motivos pessoais das lideranças.

3.4 DESTAQUES DAS CANDIDATURAS ANTIRRACISTAS E ATUAÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA (1982-1988)

As eleições do período de 1982 a 1988 obedeceram ao contexto do processo de abertura política nacional. Nesse sentido, a ala progressista dos partidos políticos em Juiz de Fora foi diretamente impulsionada pelos movimentos sociais, principalmente, os movimentos de Igreja, bairros e, o movimento negro.

Buscaremos aqui destacar as candidaturas e mandatos de ativistas negros da ala progressista. Em 1982, pelo Partido dos Trabalhadores, foram lançados os nomes de Gabriela Crochet¹³⁴ (candidata a vice-prefeita, vinda do Grupo Consciência Negra da Igreja do bairro de Santa Luzia) e Natanael Amaral (candidato a vereador, também do grupo Consciência Negra e liderança comunitária). Suas trajetórias políticas se cruzam na região do bairro Santa Luzia, associações de bairro e movimentos de Igreja, antes mesmo do ingresso de ambos no PT.

Em 1988 surgiu a candidatura a prefeito de Jorge Lima¹³⁵, pelo Partido dos Trabalhadores (Mov. Unibairros) e foram eleitos para o Legislativo Wilson Novaes, pelo Partido Democrático Trabalhista (Associação Cultural Quilombo dos Palmares) e Natanael Amaral¹³⁶, pelo Partido dos Trabalhadores (com apoio declarado do Unibairros). Todas essas figuras foram significativas na história política juiz-forana, ao marcarem presença como a primeira geração negra progressista e antirracista no campo político municipal.

¹³⁴ Para atuação e militância de Gabriela Crochet, ver nota no. 62.

¹³⁵ Para atuação e militância de Jorge Lima, ver nota no. 64.

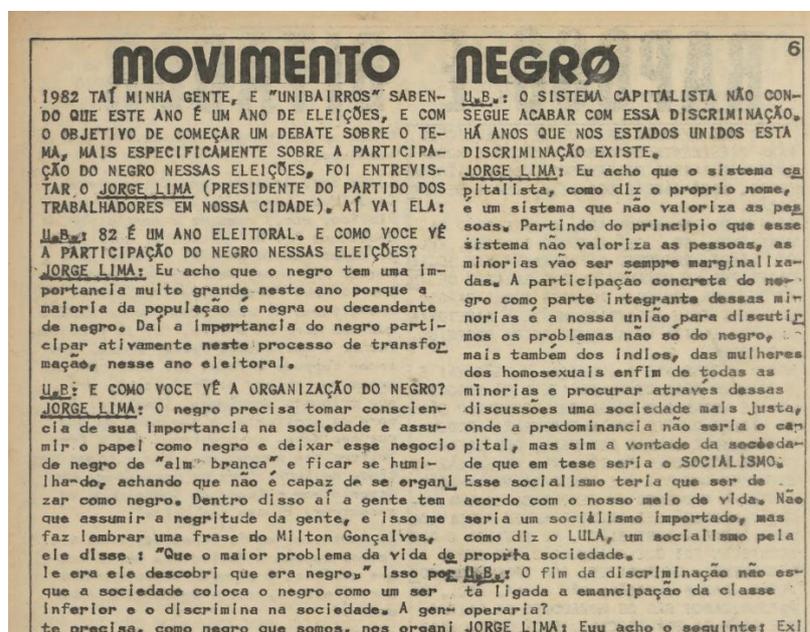
¹³⁶ Ver atuação e militância de Natanael Amaral detalhada na nota no. 63.

É Paulo Azarias¹³⁷ quem resgata a memória da campanha de Jorge Lima ao Executivo pelo PT:

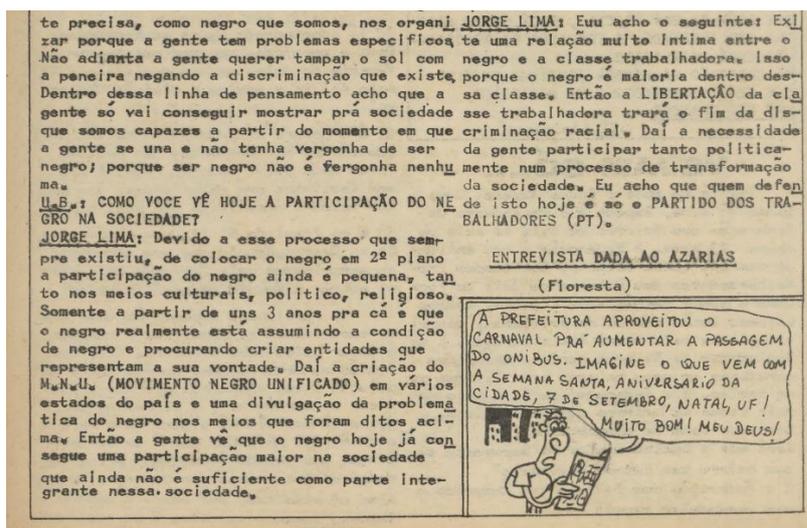
Com relação ao Jorge Lima, foi um dos fundadores do PT e em 88... na eleição... segunda eleição que teve, teve eleição dos deputados da constituinte, que o Paulo Delgado foi eleito para ser deputado constituinte. E nesse período a cidade, tinha muita expectativa que o Paulo Delgado deveria ser o prefeito da cidade, ou seja, o prefeito tinha muita expectativa de sair vitorioso na eleição. E paralelo a isso, você tinha o Beijani que era um radialista que fazia uma oposição ao Tarcísio Delgado. Nesse processo todo, o Paulo Delgado se recusa a ser o candidato a prefeito e o PT tinha em Juiz de Fora o deputado federal e o Agostinho Valente o deputado estadual. E, articula junto com a base da igreja, as comunidades eclesiais de base, o nome do Jorge Lima para ser o candidato a prefeito da cidade de Juiz de Fora. O Jorge Lima trabalhava parece que no gás Brás, ele era motorista. E como retaliação, a empresa demitiu o Jorge Lima. E durante o período da campanha, o Paulo Delgado garantiu a sustentação do Jorge Lima. Foi nesse período que o PT fez um vereador que foi seu primeiro vereador que é o Natanael do Amaral (Paulo Azarias. Informação verbal).

Recuperamos a seguir uma entrevista de Jorge Lima ao jornal comunitário Unibairros durante a campanha eleitoral de 1982, em que já enfatizava a importância do negro nas eleições e a consciência do eleitorado sobre as questões raciais e o próprio sistema capitalista.

Figura 9 – Jornal Unibairros: a Coluna do Negro entrevista Jorge Lima



¹³⁷ Para atuação e militância de Azarias, ver notas no. 56 e 61.



Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Ainda que nas eleições municipais de 1982 o movimento negro não tenha conseguido eleger seus representantes, a campanha serviu como um aquecimento e trabalho de base, o suficiente para nas eleições de 1988 eleger dois vereadores: Natanael do Amaral e Wilson Novaes.

Antes já tinha vereadores negros antes do Wilson e Nata, mas sem discurso racial, mas mesmo assim isso já era difícil. Nata já era presidente de bairro, de Igreja e com o grupo da igreja Consciência Negra mesclou tudo. Na época que Nata foi eleito teve Wilson e Pastor Reis, três negros na Câmara. Raridade! Nata era presidente de Santa Luzia e Wilson era presidente do Monte Castelo. Naquela época era governo Sarney e ele fez um projeto de distribuição de leite junto com a cesta básica. (...) Prefeitura Tarcísio Delgado. Tarcísio tinha muito contato com os movimentos comunitários e passou a distribuição dos tickets de leite através das lideranças comunitárias de bairros, os presidentes de bairros. Nessa época não chamava de associação de moradores não, chamava de presidente de bairros. (...) Isso de distribuir ticket de leite deu um poder gigante na época para os presidentes. Eles cadastravam as famílias, contato direto e distribuição desses tickets. então eles sendo presidente de bairro, movimento negro juntou tudo e isso ajudou. Depois disso não teve mais presidentes de bairros eleitos na câmara, foi essa conjuntura específica. Só nessa época foi o Novaes presidente do Monte Castelo, Nata do Santa Luzia (...). O pastor Reis era conservador, da igreja quadrangular (Paulo César Mariano. Informação verbal).

A fala de Mariano contextualiza como a atuação militante viabilizou a eleição dos sujeitos negros, ainda que a cidade e a própria comunidade negra olhassem com desconfiança os discursos abertamente antirracista, vistos como separatista ou segregacionista. No caso de Juiz de Fora, foi de suma importância o engajamento desses sujeitos entrelaçando simultaneamente movimento negro e liderança em associações de bairros. Certamente, se fosse apenas uma militância acadêmica do centro da cidade não teriam conseguido se eleger. Esse é

um ponto essencial para a compreensão do movimento negro de Juiz de Fora e seu alcance no legislativo.

Sobre Natanael Amaral, era vizinho de Paulo César Mariano, que relembra quando jogavam bola no campinho do bairro. Nata, como era chamado, vinha de uma família simples da zona rural de Juiz de Fora (bairro Grama) e trabalhava com plantio, jardinagem e capina, utilizando uma carroça para execução do seu serviço. A partir de vivência com o grupo Consciência Negra, no bairro Santa Luzia, desde a juventude passou a ter mais contato com as questões raciais. Mariano o descreve como uma pessoa humilde e dogmática partidariamente, muito popular e respeitado pelos bairros e a Igreja. Justamente por ser “muito simples” e “humilde”, muitos dos entrevistados ressaltam que, mesmo já vereador, era alvo de muito preconceito.

Durante seu mandato, as proposições de Natanael Amaral giravam em torno da democratização dos espaços, qualidade de vida para a periferia e a cidade, escolas, serviços e o acesso à própria câmara municipal e a suas tomadas de decisão. Sobre essa última, destacamos a proposta de criação da “Tribuna Livre”, um espaço para a população falar aberta e diretamente na presença dos vereadores. Essa proposta veio logo no seu primeiro ano de mandato, projeto de resolução 891 de julho de 1989. Ainda hoje tal instrumento vigora, e com seu falecimento precoce aprovou-se uma homenagem - Resolução 1.236 – rebatizando a tribuna, que passou a se chamar Tribuna Livre da Câmara Municipal Vereador Natanael Elói do Amaral¹³⁸.

Reproduzimos, a seguir, entrevista de Natanael Amaral ao jornal Unibairros, em 1989, quando já era vereador.

Figura 10 – Jornal Unibairros entrevista Natanael Elói do Amaral

¹³⁸Ver mais em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/www/noticias/exibir/4830/Camara-homenageia-ex-vereador-Natanael.html?p=>. Acesso: 11 dez. de 2023.

MAIO - 89 **Bairros** PAG. 8

Natanael Elói do Amaral é o único vereador do Partido dos Trabalhadores da cidade e integra o Bloco Progressista da Câmara Municipal. Natanael é natural de Juiz de Fora, nasceu no bairro de Santa Luzia onde mora há 36 anos. É militante ativo no Movimento Popular, atuando no Consórcio Negro, Sociedade de Bairro, Igreja.

UNIBAIRROS: *Natanael, o que significa ser um vereador?*
Resposta: Vereador, ao meu ver, significa ser hoje o porta voz do povo juizforano, nada mais nada menos que denunciar, fazer justiça frente ao poder público na tentativa de moralizar a política brasileira e também dar um respaldo, lutar junto e trabalhar para a organização do movimento popular.

UNIBAIRROS: *O que mudou na Câmara Municipal? O que faz o Bloco Progressista?*
Resposta: Nós aqui dentro como Bloco Progressista temos feito um trabalho diferente, por exemplo: qualquer tipo de reivindicação de uma comunidade, nós temos mobilizado essa comunidade e trazido a mesma para dentro da Câmara Municipal. Então é uma forma diferente de trabalhar, os vereadores da Câmara passada não tinham esta prática de mostrar para o povo que existe a Câmara e que aqui é a casa do povo, grande número de pessoas não tem ainda esse conhecimento, infelizmente já que este ano é imdemos que não é possível por exemplo nós fazermos um projeto...

UNIBAIRROS: *De que maneira as organizações populares podem influir na Câmara Municipal?*
Resposta: Nós não temos dúvidas para que os trabalhadores consigam garantir alguns avanços na Constituinte Municipal é preciso que a população venha para dentro da Câmara Municipal. Nós já estamos discutindo uma fórmula de mudar o Regimento Interno para garantir uma Tribuna Popular para que o movimento popular tenha um espaço para se pronunciar, já que o atual Regimento Interno da CM proíbe a manifestação por parte do povo, quero dizer o povo não pode se manifestar de forma nenhuma, só com o silêncio. Outra preocupação também do Bloco Progressista é com todo tipo de Projeto de Lei no sentido de trazer as entidades, os sindicatos, as associações de moradores para discutirmos esses projetos juntos. Enten-

ENTRE VISTA

to de lei sobre a educação se não tivermos presentes essas pessoas envolvidas com a Educação. Estas são as nossas preocupações.

UNIBAIRROS: *1989 é a esperança do povo?*
Resposta: Os planos que estão sendo implantados como Bresser, Cruzado I e II, Verão, cada um pior que o outro, estão sendo chamados de "Planos Diabólicos". Cada vez que se implanta um novo plano é mais perda salarial para os trabalhadores, é mais arrocho e a miséria cada vez aumenta mais. Temos certeza que dentro desse sistema capitalista que está aí, não dá para fazer mais planos nesse governo e plano real é derrubar esse sistema. Nós temos o compromisso de construir essa Nova Sociedade que o PT prega, que é uma sociedade igualitária e que não nasceu da noite para o dia. Temos de mobilizar todas as camadas sociais, todo o conjunto de associações no sentido de mostrar que o PT é a única alternativa para os trabalhadores hoje. As últimas eleições mostraram em muitos Estados que os trabalhadores acreditam no PT, pela coerência dos deputados do PT, na Constituinte Federal foi fruto do trabalho dos movimentos populares. A seriedade e os avanços obtidos se devem muito aos 16 deputados do PT junto com outros deputados da ala progressista de outros partidos.

Então o PT hoje, ao meu ver, é a grande esperança dos trabalhadores com Lula Presidente!

"E preciso que a população venha para dentro da Câmara Municipal"

Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Na entrevista de Natanael, fica-se sabendo da composição de um bloco progressista na Câmara, juntamente com Wilson Novaes, elaborando propostas de discussão nas escolas sobre as questões raciais, bem como articulando para facilitar a participação popular na elaboração da Lei orgânica municipal, em 1989, questão a ser aprofundada mais à frente neste mesmo capítulo.

Wilson Novaes foi eleito em 1988, em sua primeira e única campanha. Diz que não se candidatou em 1982 porque dedicou tempo à sua preparação e estudos. Posteriormente, ao fim do exercício de 1989 planejava vir como deputado, mas contou ter investido todo o seu dinheiro na campanha de Leonel Brizola à presidência (ficou em terceiro lugar, atrás de Lula e de Collor, o vitorioso), ficando sem recursos para a sua. Atribui a desistência também à "fraqueza" do diretório do PDT no estado de Minas Gerais.

Na época em que saiu candidato em Juiz de Fora, ele já tinha experiência com os trâmites do legislativo por ter trabalhado com deputados, vereadores e gestores no Rio de Janeiro. Sua campanha política teve por lema “Igualdade sim, sem discriminação”. Foram 30 dias de campanha em uma kombi, com distribuição de 20 mil panfletos, material que conseguiu fazer em parceria com conhecidos.

Figura 11 - Fotografia 4 – Kombi da campanha de Wilson Novaes

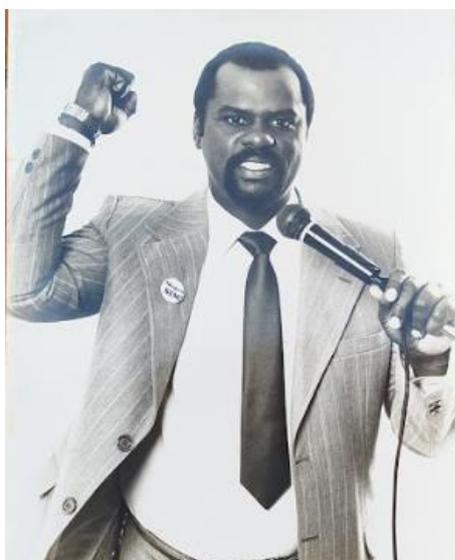


Fonte: Acervo pessoal Wilson Novaes.

Outra conduta de que se orgulha é a de ter feito uma campanha de conscientização sobre a AIDS na cidade, que envolveu a distribuição de preservativos por toda a Juiz de Fora, com a utilização de um carro e motorista da prefeitura. Novaes conta que distribuiu pessoalmente os preservativos para as trabalhadoras sexuais e, por esse motivo, o “conservadorismo, preconceito e ignorância local” espalharam que ele estava de libertinagem durante o expediente e utilizando meios públicos. Ainda sobre esse tema, fala da conquista de 5 leitos no Hospital João Penido para pacientes soropositivos e da adesão de hotéis à distribuição de camisinhas. Novaes relembra como a Câmara se mostrou extremamente conservadora, desconsiderando a importância da sua ação.

Uma de suas lutas também foi para tornar o Dia da Consciência Negra estadual, mas sofreu dura derrota. “Não adianta só JF fazer uma grande festa e a cidade do lado desconhecer o que está se passando”. Sobre a imagem que passava para a cidade, o próprio Wilson, bem como outros entrevistados, mencionou o impacto causado, já que usavam botons do movimento negro mostrando um punho cerrado, terno e cabelo Black Power.

Figura 12 - Fotografia 5 – Wilson Novaes em campanha legislativa municipal, 1988



Fonte: Acervo pessoal Wilson Novaes

A cidade me via como subversivo... da “CIA”. Vários bótons de negro sim, contra racismo, bem arrumado de calça social e sapato. Eu subia a Halfeld, ia na câmara direto, subia a Batista que eram ruas que socialmente nao poderiam negros subir. Ia sempre sozinho acompanhado com meu caboclo (Wilson Novaes. Informação verbal).

Wilson se portava de forma a confrontar os limites impostos à população negra e até mesmo a um negro vereador, abertamente antirracista e panafricanista. Descrito como um cara muito articulado e inteligente, alguns dos entrevistados asseguraram que ele só não se tornou prefeito de Juiz de Fora “porque era preto”.

Malcom X já dizia: se você não está preparado pra morrer, você não está preparado para a luta. Se viessem aqui na porta de casa perguntar quem é do movimento negro pra exterminar, eu não ia me esconder. Ia está lá na frente primeira fila. E é por isso também que eu não gosto do povo de esquerda, eles põem a gente na linha de frente e depois larga Nois. Depois está no avião para exilar e deixava a gente aqui sendo torturado. Negro sendo barrigada de branco (Wilson Novaes. Informação verbal).

De acordo com as finalidades desta pesquisa e dentro de suas limitações, recuperamos brevemente a história e a ação política coletiva de Wilson Novaes junto à Associação Quilombo dos Palmares e em seu mandato como vereador. Contudo, sua trajetória renderia (e merece) outros trabalhos, principalmente no que tange a conexões com organizações internacionais ou mesmo acerca de sua mentalidade política.

Em 1989, primeiro ano de mandato de Natanael Amaral e Wilson Novaes, a Câmara Municipal iniciou o processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal. Os vereadores

supracitados participaram assiduamente e deram inúmeras contribuições, tema a que nos dedicaremos a seguir.

3.4.1 O processo da “Constituinte municipal”: o antirracismo de Natanael Amaral e Wilson Novaes na construção da Lei Orgânica Municipal (1990)

A elaboração da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Juiz de Fora foi iniciada na Câmara Municipal em outubro de 1989. A análise desse processo e da documentação, constante da dissertação de José Sóter de Figueirôa Neto, defendida no campo do Serviço Social (2012), nos serve de base para acompanhar a atuação combativa dos então vereadores Natanael Amaral e Wilson Novaes, dentro do jogo de forças vigente na Câmara Municipal.

O estudo de Neto buscou abordar a Lei Orgânica Municipal identificando seu processo histórico de formulação, visando também capturar uma perspectiva de contrato social perante as transformações societárias do Estado naquele período de redemocratização política nacional. Nesse sentido, o autor evidencia como as categorias direitos sociais, democracia e participação popular entram em cena, em muitos casos, devido ao protagonismo dos dois sujeitos já mencionados nesse capítulo na esfera legislativa e no movimento social negro.

A preparação da LOM, norteadada pela Constituição Federal, é uma espécie de “Constituinte Municipal”, que delimita as competências específicas dos poderes executivo e legislativo e estabelece os direitos da sua população. No caso de Juiz de Fora, em 1990, houve intensa mobilização popular da sociedade civil organizada, que participou ativamente de sua elaboração.

De acordo com Figueirôa Neto (2012), a partir da Portaria nº 5.802 de 4 de abril de 1989, foi instituída uma Comissão Especial, integrada por seis vereadores, com a função de preparar o processo e definir um plano de trabalho, envolvendo reuniões semanais com movimentos populares, elaboração de boletim informativo, debates com deputados federais e estaduais e a redação de um anteprojeto do Regimento Interno. A inclusão de dois vereadores do PMDB, como indicou o autor, gerou um protesto contundente de Wilson Novaes, que insinuou racismo na escolha.

Os vereadores Antônio Leopoldo Tristão e Marcos Pinto de Oliveira (PMDB) foram incluídos na Comissão, o que gerou protestos por parte do Vereador Wilson Novaes (PDT), que mantinha interesse também participar, mas que se sentiu discriminado, levando a manifestar que a Comissão era ilegítima, por não ter sido eleita pelos pares; e elaborou um cartaz visando manifestar sua indignação, contendo os seguintes dizeres: “Colegas, cinismo e racismo são sinônimos – Você pratica”? (Figueirôa Neto, 2012, p.76).

Ao longo do processo de elaboração do documento, como apontado por Novaes e ressaltado por Neto em sua pesquisa, ele e Natanael foram os vereadores “campeões” em proposição de ementas.

Ressalta-se que sobre o anteprojeto de Regimento Interno, diversos vereadores enviaram propostas, envolvendo a sociedade civil organizada, entidades populares e sindicais e encaminhamento de sugestões, tendo como exemplo o Vereador Natanael Elói do Amaral (PT) (...)

Sobre o Regimento Interno ressalta-se aspectos mais relevantes referenciando-se à participação popular: criação de 05 Comissões, sendo 04 Temáticas, em que foi assegurada a participação da sociedade civil organizada com o propósito de assessorá-las; e uma Comissão de Sistematização (art. 11); (...)

Foram preservados os mecanismos que asseguravam a participação popular, mas, no entanto, a proposta do Vereador Natanael do Amaral (PT) foi rejeitada – previa a realização de referendo popular para aprovação da LOM. Outra emenda importante aprovada foi a que diminuía o número de assinaturas para a apresentação de emendas populares – de três mil para mil e quinhentas assinaturas, subscrita por no mínimo 03 entidades ou 30 cidadãos (Figueirôa Neto, 2012, P.77).

Grande parte das propostas de Natanael tratava da democratização do legislativo, algo tido como radical por setores conservadores, e mesmo moderados, da casa.

Gabriel Rocha, o Biel, que na época participou do processo representando o Unibairros enquanto organização da sociedade civil, deu o seguinte depoimento para a pesquisa de Neto.

Com relação à Lei Orgânica, muitas entidades já vinham com o debate feito na Constituição Federal e imediatamente se integraram e se uniram em torno de um fórum sindical popular em Juiz de Fora para se organizar e estabelecer um diálogo com Câmara Municipal, com executivo municipal com outras instituições para viabilizar propostas. Foi um período muito rico para Câmara, pois foi a primeira vez que a tribuna ficou aberta para participação popular. As propostas já estavam claras para o movimento, as ideias de plebiscito e de Conselho já existiam. Existiam debates sobre questões pontuais como a urbana, o planejamento urbano, a função social da propriedade, da regularização (Figueirôa Neto, 2012, p.78).

Do referido Fórum do Movimento Sindical e Popular participavam as instituições Unibairros, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e a Associação Quilombo dos Palmares, dentre outras. As organizações, de acordo com Neto (2012), atuavam, ainda que de forma não tão organizada, como elemento fiscalizador para o cumprimento do processo, uma vez que vários dos integrantes tinham experiência advinda da atuação na Assembleia Constituinte Nacional e buscavam dotar o processo municipal do espírito de cidadania da Constituição de 1988.

A Comissão de Sistematização (também prevista no Regimento Interno) assumiu compilar propostas que seriam trabalhadas pelas Comissões

Temáticas e apresentaria a dinâmica de funcionamento da Assembleia Constituinte. A referida Comissão foi integrada por 13 vereadores:

Natanael Elói do Amaral (PT) – do bloco de oposição, apresentou propostas, na sua maioria, para garantir a participação popular em todos os níveis de decisão; Wilson Novaes (Partido Democrático Trabalhista – PDT) – integrava o bloco de oposição e foi recordista na apresentação de emendas ao anteprojeto, que totalizaram 148. (...)

Com esta composição explicita-se que existia uma relação de forças entre posições conservadoras, governistas; e as de vanguarda, de oposição, comprometidas com os movimentos organizados da sociedade. Esclarece-se que existia determinado equilíbrio nesta relação, considerando-se que 06 vereadores integravam o bloco de situação; 05 o da oposição e 01 se colocava como “independente”. Ressalta-se que no depoimento da Vereadora Cidinha Louzada (PMDB) foram referenciadas estas ponderações: “Naquele momento foi criado o bloco progressista formado por mim, Natanael, Leopoldo Tristão, Wilson Novaes, Marcos Pinto e João de Deus. Este bloco tinha como foco trabalhar com os movimentos sociais, a gente colocou como prioridade a saúde, a educação, a questão do servidor, já que o sindicato deles era ativo e estavam sendo discutidas questões do município (Figueirôa Neto, 2012, p.79).

Natanael Elói do Amaral e Wilson Novaes integraram a Comissão de Sistematização, compilando propostas a serem trabalhadas em cada comissão temática, ambos no bloco da oposição. Wilson Novaes contribuiu com a dissertação de Neto, comentando sua visão daquele momento:

As emendas mais populares surgiram através do Natanael, enquanto representante do PT, e, eu, enquanto representante do PDT. E fizemos também os projetos mais populares para a Câmara. **A nossa Lei Orgânica teve uma contribuição popular muito marcante devido a esse processo que a gente fazia que era ir para os bairros; a gente discutia e conseguia trazer para a Câmara cinquenta, cem pessoas que nos apoiaram.** E foi um momento diferenciado que, até 1988, poucas pessoas tinham acesso. Mas devido ao grupo de vereadores que estavam na Câmara sem conhecimento político dificultou muito. Eu creio que se nós tivéssemos vereadores com um pensamento político eficiente, entendendo qual era a função de um vereador, nós tínhamos apresentado coisas melhores (Figueirôa Neto, 2012, p.83).

Por terem uma caminhada em movimentos sociais, uma das estratégias de Novaes e de Amaral para o engajamento da sociedade na construção da LOM foi estabelecer discussões nos próprios bairros. Na composição de Comissões Temáticas, o levantamento de Neto (2012) destaca a participação de Wilson Novaes como presidente da “Ordem econômica, finanças e orçamento”, além de estar como suplente na de “Organização dos poderes executivo e legislativo”. Natanael Amaral integrou a da “Ordem econômica, finanças e orçamento” e foi suplente na de “Administração municipal, desenvolvimento urbano e meio ambiente”. Um dos pontos que pretendemos enfatizar nesta dissertação é a atuação do movimento negro de Juiz de Fora racializando discussões diversas em todas as esferas dos direitos sociais.

Como elucidação apresenta-se emendas de autoria de vereadores:

a- Wilson Novaes (PDT) - antes do término do mandato, o prefeito deverá entregar relatório sobre a situação administrativo-financeira da cidade; criação do Conselho da Cidade visando o desenvolvimento econômico e progresso social; elaboração de Lei de Desenvolvimento Urbano; áreas de posse urbanas serão urbanizadas e legalizadas em 12 meses;

(...)

f- Natanael Elói do Amaral (PT) - o voto será sempre público nas deliberações da Câmara; 1% dos eleitores poderão solicitar plebiscito em questões relevantes do município; imposto progressivo para o cumprimento da função social da propriedade; (Figueirôa Neto, 2012, p.85-86).

Sobre as temáticas das propostas e os responsáveis por emendas populares, com base no levantamento de José Neto (2012) destacamos: Unibairros na temática “Mulher” e “Direitos da PNE”; Wilson Novaes em “Serviços públicos” e “Direitos da mulher” e, por fim, Natanael Amaral em “Direito do negro”, “Saúde pública”, “Democratização do legislativo” e “Referendo/projetos de lei de iniciativa popular”.

Esclarece-se que das emendas dos vereadores que apontavam para a questão da participação popular nas diversas instâncias de decisão do município, 21 foram rejeitadas porque não alcançaram o quórum mínimo de 07 votos na Comissão de Sistematização.

(...) Não seria permitida remuneração ao vereador que participasse de reuniões extraordinárias (Natanael do Amaral – PT); os subsídios de Prefeito, Vice e Vereadores não poderiam ultrapassar em periodicidade e índice ao menor reajuste do funcionalismo público municipal (Natanael do Amaral - PT) (...) particularização de algumas das propostas apresentadas pelo movimento popular merece ser apresentada, como: direitos do negro - repúdio a qualquer forma de discriminação; da inclusão nos currículos escolares de 1º e 2º grau da história da formação étnica; cassação de alvará de funcionamento de bares e similares que praticarem atos racistas. (Figueirôa Neto, 2012, p.82-89).

Nesse cenário da elaboração da LOM, Wilson Novaes, em depoimento a esta pesquisa, comemorou, com orgulho, o fato de os vereadores juiz-foranos não receberem aposentadoria desde os anos 90, embate que resultou em represálias direta e indiretamente da Câmara e de funcionários, buscando “vingar e desmoralizar” publicamente o autor.

Ao fim do processo, Wilson Novaes e Natanael Amaral, com outros cinco vereadores, votaram contra o projeto final na primeira votação, alegando que não contemplava a população:

Expondo como argumentação de que a decisão de votar contra o projeto ocorreu porque não contemplava “o interesse maior da sociedade juizforana, posto que, cerca de quarenta e oito itens representativos dos avanços sociais que haviam sido assegurados nas fases anteriores de votação, inexplicavelmente, não contaram com o apoio de um grupo de vereadores que, de forma sectária, pretendeu forçar a **aprovação de uma lei retrógrada e inócua**” (Figueirôa Neto, 2012, p.93).

De toda forma, recuperar e analisar a atuação legislativa de Natanael Elói do Amaral e Wilson Novaes, de forma racializada, é de suma importância para entender a capilaridade do

movimento social negro em diversas esferas da cidade de Juiz de Fora e sua importância na história política da cidade. E nesse ponto, destacadamente, o processo de democratização das instâncias municipais.

3.5. GRUPO DE ESTUDANTES NEGROS DA UFJF (GENE) - 1994

Uma das principais características do movimento estudantil negro na cidade foi a vinculação direta ao Partido dos Trabalhadores. Esse fato explica, em parte, a curta longevidade do movimento, que uma vez formados seguiam seus caminhos em outras frentes de organização coletiva por direitos. Nesse sentido, abordaremos especificamente o Grupo de Estudantes Negros da UFJF (GENE) e a formação da Secretaria de Combate ao Racismo (SECRA), pois os universitários estiveram envolvidos na sua constituição. Escolhemos reconstruir essa trajetória acompanhando Martvs das Chagas e Gilmara Mariosa¹³⁹.

Gilmara Mariosa é psicóloga, 51 anos no momento da entrevista, nascida em Juiz de Fora, tendo vivido parte de sua adolescência em Volta Redonda (RJ), cidade que pontua como fundamental em seu processo de atuação política por direitos e consciência social, que esteve atrelado à Igreja e à teologia da libertação e à formação do Partido dos Trabalhadores na cidade (era menor de idade, 17 anos, ao se filiar).

Meu primeiro voto foi o Lula aí, depois a gente volta para Juiz de Fora. E aí eu fui procurar né? O PT daqui aí lá no PT me indicaram as pessoas do PT que eu encontraria lá no ICH (Instituto de Ciências Humanas da UFJF). Aí eu conheci o Martvs ne, que hoje é Secretário (municipal) e aí a gente se organizou criamos um grupo de estudantes negros lá no ICH, e aí eu conheci o Martvs. Chegamos a fazer um jornalzinho... (Gilmara Mariosa. Informação verbal).

Em 1994 foi criado o Grupo de Estudantes Negros da UFJF (GENE-UFJF), que reunia alunos negros do Instituto de Ciências Humanas, num período em que não havia mobilização racial coletiva dos alunos da universidade. Além de Gilmara Mariosa, integrava o grupo Núbia Schaper, do curso de Psicologia, Martvs das Chagas, de Ciências Sociais, e Marcos e Laércio, do curso de História. Segundo Mariosa, apenas Marcos não era filiado ao Partido dos Trabalhadores no período.

A atuação do grupo se dava em paralelo ao movimento estudantil universitário, racionalizando as discussões que o próprio movimento estudantil tentava tangenciar. Sobre isso, Martvs das Chagas, que já era uma liderança conhecida no movimento social e estudantil, conta

¹³⁹ Para atuação e militância de Gilmara Mariosa, ver nota no. 102.

como foi seu processo, reconhecendo não ter enfrentado tantas dificuldades como outros militantes negros.

Então, a minha voz já tinha eco. As pessoas me escutavam. Tive menos dificuldade do que os outros, pelo menos publicamente. Não sei como as pessoas se sentiam depois da minha fala e como reagiam. (...) E eu utilizava exemplos concretos da minha vida para poder falar sobre aquilo. E quando eu virei assessor da CUT, quem virou presidente foi o Vicentino e ele foi o primeiro presidente negro da CUT. E ele começou a inserir na CUT o debate racial. Então eu tinha para além da minha vivência um líder racional fazendo esse debate. De toda forma é difícil até hoje o discurso e a prática (Martvs das Chagas. Informação verbal).

A própria Gilmara Mariosa descreve a atuação de Martvs como alguém que mobilizava e impulsionava o movimento na universidade. Outros grandes feitos do GENE, citados por ambos, foram a criação do jornal “Negração”, a organização do Fórum do Tricentenário do Viva Zumbi e do II Seminário Nacional de Universitário Negros (1995), os quais veremos a seguir.

O “Negração”, boletim de divulgação do Grupo de Estudantes Negros da UFJF (GENE), teve sua primeira (e única) edição em 1995. Reproduzimos a seguir a matéria de capa da edição:

Chegamos!

Com algumas décadas de atraso, com diversas frustrações, mas com muita vontade de ficar, finalmente os estudantes negros e negras chegam organizadamente à UFJF.

E como um dos meios de expressão, vamos utilizar o espaço deste pequeno boletim para tratar de um assunto de grande importância: o racismo na sociedade brasileira.

Só de veicular a ideia de queríamos construir um grupo que estude a questão racial do negro, recebemos críticas ferrenhas de tudo quanto é lado.

Felizmente todos nós mudamos, e aprendemos a viver na adversidade e será com a mesma perseverança de nossos antepassados que faremos de nossos críticos aliados uma caminhada pela transformação social no Brasil.

Este espaço será, assim, de denúncias, mas também de proposições e realizações. A negritude não é um bem que ganha por se ter a pele escura, é uma conquista que se processa na autoafirmação.

Nos encontramos no próximo número (NEGRAÇÃO, 1995).

De antemão, a edição destaca os desafios e embates de estruturar um grupo de estudantes negros na universidade federal para discutir o racismo. Ainda que na ala progressista do movimento estudantil ou do próprio Instituto de Ciências Humanas, o discurso da democracia racial prevalecia, implícita ou explicitamente, como aponta Gilmara, lembrando que, além de denunciar o racismo, o grupo endereçava diversas proposições. Observamos, no grupo, o alinhamento à Negritude: a autoafirmação do ser negro. A esse respeito, Mariosa pontua:

O jornal só tem uma edição. Acho que até por isso mesmo porque eu não tinha a gente mesmo que fazia tudo aí, né. Martvs teve essa ideia de fazer o jornal e botou todo mundo para escrever. Aí a gente: “não... a gente não sabe não

(escrever pra jornal)”. E o Martvs falava: “você sabe sim. Lógico que você sabe escrever!” Eu achei legal que, o Martvs, ele tinha uma coisa assim que ele estimulava gente. “Ah, você não sabe? Não precisa de falar assim, primeiro vem as letras, depois vem as sílabas...”. Aí eu falei assim: “Ah, gente, eu vou tentar escrever, né?” O texto falava sobre o mito da sensualidade da mulher negra. Eu lembro que bombou esse texto. (...) Aí vem um monte de gente, uns branco nojento falar que não que não era mito não, que a mulher negra era mais sensual mesmo... para né? (Gilmara Mariosa. Informação verbal).

É interessante notar como, mesmo aqueles jovens estando inseridos num ambiente acadêmico, tinham entraves em relação à escrita autoral. Pela análise do jornal e da trajetória profissional de cada um, não é absurdo pensar que tal questão decorria de uma baixa autoestima e dos efeitos do racismo. Nesse sentido, Martvs das Chagas, como mencionado por Mariosa, foi vital no encorajamento ao grupo para publicação do jornal *Negração*. E foi assim que Gilmara Mariosa, em seu primeiro texto, trouxe a discussão sobre gênero e raça, já naquele momento muito presente em sua vida e que a “perseguiu” enquanto bandeira de luta, uma vez que, em sua trajetória, o grupo mais reverenciado por ela foi o Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento, instituição que analisaremos mais à frente.

Retomando a figura de Martvs das Chagas, devido a sua passagem por distintas entidades e partidos e experiência com seminários e congressos, já naquele momento encorajava o grupo a se articular, ignorando contestações do próprio movimento estudantil quando se abordava a questão racial. Reproduzimos a seguir trechos de coluna assinada por Martvs, nos quais ele comenta sobre a predominância de brancos tanto no movimento estudantil universitário quanto no movimento “juventude cara pintada”.

A juventude negra não tem a cara pintada

1992, ano do impeachment. Milhares de pessoas invadem as cidades. No maior movimento da história recente deste país, a grande massa que saía às ruas era constituída basicamente de jovens estudantes e trabalhadores. Em meio a essa juventude de estudantes e trabalhadores, o número de negros e negras é irrisoriamente pequeno.

Esse fato, por si só, poderia se transformar numa tese de mestrado onde um pesquisador, geralmente de ascendência europeia, poderia concluir que a raça negra, é menos apta à participação do que os brancos.

Seria mais uma dessas centenas de teorias a respeito da inferioridade uma raça (ou etnia) em relação a outra. Que sempre vem recheadas com altas doses de preconceito.

Porém a constatação de que durante o processo de impedimento do outro Fernando, a maioria dos jovens que estavam nas ruas eram de pele cara, apenas reforça algo que sempre soubemos: o sistema educacional e o mercado de trabalho (oficial) brasileiro são inúmeras vezes mais excludentes para o negro do que para o branco. (...)

Aliás, é dentro da universidade que o negro, na condição de estudante, sente na pele toda a força discriminatória que lhe é dirigida. Pois aqui ao invés de ser considerado como mais um aluno, acaba sendo tratado como "patologia

social", "um objeto de pesquisa", que só falta ser conduzido aos laboratórios médicos para ser dissecado.

E, nessa trajetória, segue o movimento estudantil secundarista e universitário, que reproduz tal e qual o comportamento da Universidade, e se nega a discutir em seu interior a questão racial, que é o pano de fundo das mazelas de nosso sistema educacional e social. (...)

A juventude negra não tem cara pintada, mas se orgulha de não ser "cara de pau", e por mais que existam forças contrárias, já estamos "manchando" as escolas e as universidades com a beleza de nossa cor e a vontade de querer mudar de fato, as relações desiguais e injustas desta sociedade (Martvs das Chagas). *Negração* - boletim de divulgação do Grupo de Estudantes Negros da UFJF - GENE - N°01.

O movimento negro contemporâneo de Juiz de Fora foi educador para as relações étnico-raciais, para a consolidação da democracia, de acesso a espaços, garantias e para o próprio exercício da cidadania¹⁴⁰, como mostram os esforços das organizações em produzir materiais e promover discussões abertas. Frisamos, em diferentes momentos desta pesquisa, que uma das principais características do movimento negro local foi o processo de racialização do cotidiano. E nesse viés, o excerto anterior analisa de forma crítica o perfil racial de movimentos estudantis do campo progressista. Qual era o perfil predominante dos estudantes universitários? O que justificava a ausência de estudantes negros? Onde eles estavam? Ao formular essas indagações, o grupo questiona o mito da democracia racial então vigente e a atuação dos movimentos sociais da esquerda progressista.

Vale ainda destacar, na existência do GENE, a organização do Fórum do Tricentenário Viva Zumbi dos Palmares (1995), um espaço de participação livre e aberto que objetivava coordenar os eventos relativos às comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Para além disso, visava dar enfoque, no ambiente da Universidade Federal, sobre a contribuição do negro enquanto agente ativo na formação cultural e sociopolítica do Brasil. Com esse propósito, foram promovidos eventos em toda a cidade, em parceria com o Unibairros e a CUT.

No manifesto de lançamento do Fórum constava a ressalva: "aliada à necessidade de uma organização mais efetiva e estruturada esta nossa dificuldade de conseguir nos livrar de valores inculcados por uma sociedade etnocêntrica que até hoje se recusa a reconhecer o seu papel de algoz na tentativa de destruição da cultura e da afirmação de uma raça."

Naquele momento do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares, o Fórum viabilizou um ônibus para a ida de ativistas e interessados aos atos marcados para Brasília.

Juiz de Fora levou um ônibus para Brasília e chegando em Brasília eu nunca vi tanto preto junto num mesmo lugar! Quem organizou o ônibus foi um coletivo negro do PT: Flaviane, Ana Paula, Chico Preto, Maury Paulino,

¹⁴⁰ Em um segundo momento, ainda neste capítulo, nos debruçaremos na constituição dos cursos pré-vestibulares para negros e carentes, com suas abordagens acadêmicas aliadas a um trabalho social de consciência.

Azarias, Zaca, Lula, o pessoal da rede ferroviária, sindicatos. (...) Uma coisa que Juiz de Fora sempre teve foi sindicato, e essas ações que tinham do coletivo os sindicatos sempre esteve presente. Metalúrgicos, bancários, da prefeitura... Cirene Candana, Martz, Regis da Vila... (era o pessoal preto dentro dessas organizações) (Marilda Simeão. Informação verbal).

Vários dos entrevistados rememoraram aquele ano e o momento específico em Brasília como um divisor de águas para as organizações negras políticas em Juiz de Fora. No ano de 1995, por exemplo, a partir de dissidências no Grupo Negro do Unibairros e de contribuições de petistas negros foi formado o Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora, sobre o qual veremos adiante.

Ainda acerca do GENE, em 1995 eles iniciaram articulações mais estreitas com o Movimento Nacional de Estudantes Negros com vistas a participar, em Brasília, do Encontro Nacional de Juventude Negra, que teria forte influência na formação da Secretaria de Combate ao Racismo do Partido. Quem participou desse movimento, como representante da ala sindical foi Dagna Gonçalves. Percebemos, então, as trocas entre estudantes universitários (como Gilmara e Martvs), movimentos de bairros (Paulo Azarias, Jorge Lima, Natanael Amaral e Gabriela Crochet) e sindicalistas (Paulo Azarias e Dagna Gonçalves¹⁴¹) na construção da Secretaria.

Dagna relembra que em 1995 houve um congresso do PT, do qual não participou - segundo ela, normalmente eram os homens que iam, ainda que as mulheres efetivamente ajudassem a organizar - cuja discussão foi encabeçada por Jorge Lima e Natanael sobre a criação de uma comissão de negros e negras em Juiz de Fora, algo que, de acordo com ela, estava “pipocando” em todo o partido no território nacional. Nesse congresso foi formalizada a SECRA, por volta de 1996, sendo a de Juiz de Fora uma das primeiras a ser constituída em termos nacionais (informação verbal).

Gilmara Mariosa contou que após essas articulações do GENE e da criação da SECRA reduziu sua atuação na militância para finalizar a graduação, mas posteriormente integrou um núcleo de psicologia no bairro Santa Cândida, em parceria com a Rádio Mega FM (1997), o Centro de Referência da Cultura do Negro CERNE (1999) e as Candaces - Organização de Mulheres Negras e Conhecimento (2008). Dagna seguiria, ao longo de sua trajetória, com as articulações antirracistas dentro do próprio PT, assumindo, posteriormente, bem como irá assumir um posto na Mesa Diretora do Conselho Municipal de Valorização da Igualdade Racial (2000).

¹⁴¹ Para atuação e militância de Dagna Gonçalves, checar a nota no. 57.

Já Martins das Chagas, após sua graduação, se encaminharia para ser assessor da CUT, a se envolver na organização de pré-vestibulares para negros e carentes e liderar outras instâncias dentro do PT nacionalmente. Acrescente-se a isso sua mobilização para firmar parcerias com vistas a levar a Juiz de Fora figuras de renome para discutir a questão racial, junto com a seção local do MNU (com Azarias, Mariano e Hugo Bento).

Ainda que sua atuação tenha sido efêmera, recuperar a atuação do Grupo de Estudantes Negros da UFJF, em 1995, ajuda a demonstrar a capilaridade e as incontáveis investidas de militantes negros nos espaços em que circulavam. Mesmo que alguns já tivessem passagem prévia por outras organizações, ao chegarem na universidade pública buscaram consolidar novas frentes de luta e racializar o espaço hegemonicamente branco. Todo esse fluxo contribuiu para o amadurecimento e impulsionamento para posições de lideranças em outras organizações.

3.6 MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DE JUIZ DE FORA (MNU JF) - 1995

A gente começa desde esse processo do Unibairros... a gente começa a ver também outros movimentos. A gente já tinha essa referência do MNU, quando vem a discussão da Marcha do Centenário do Zumbi dos Palmares que aconteceu lá em Brasília, 20 de novembro de 95. Aí já não tinha ditadura, era Fernando Henrique... foi uma relação com o Marcus Cardoso e Amilton Borges que eram militantes do MNU de Belo Horizonte. Aí a gente organizou vários debates, porque assim, a Marcha do Bicentenário foi o momento mais rico pro movimento negro e o MNU teve um papel fundamental. Aí eu já estava no movimento sindical, tava na CUT e o MNU tinha uma relação muito grande com a CUT, que foi quem protagonizou a criação dentro da CUT das secretarias antirracismo. E eu chegando lá em Belo Horizonte, aí começamos a ver essas organizações e começamos a trazer o Marcos Cardoso e Amilton Borges, que já eram filiados ao MNU a mais tempo, até criarmos o núcleo do MNU aqui. Tinha eu, Caxambu, a Sandra, o Paulinho, Vera, Chico Preto, Hugo Bento... (Paulo Azarias. Informação verbal).

A formação do MNU na cidade de Juiz de Fora se deu a partir dessas múltiplas conexões: movimentos de bairros, sindicais, Partido dos Trabalhadores e articulações com Brasília e Belo Horizonte. Ainda que em Juiz de Fora o movimento viesse a surgir formalmente apenas em 1995 (quando comparado ao nacional, em 1978), é necessário destacar o quanto as lideranças e sujeitos envolvidos já estavam organizados em outros movimentos sociais, com centralidade na causa racial (como o Grupo Negro do Unibairros) ou não. Em função do período em que surgiu na cidade, a organização não se constitui com base na aglutinação de várias outras, como no caso nacional, mas sim com o carácter de estreitar a interligação local com o

nacional. A liderança de Paulo Azarias foi essencial nesse primeiro momento, como apontaram os entrevistados, sucedida, num segundo momento, pela de Martvs das Chagas.

Aí que a gente pode olhar pra trás e perceber que aqueles movimentos que fazíamos parte lá atrás já era legítimo para nossa luta racial. (...) Aí que a gente começa a discutir o que vinha a ser o Movimento Negro Unificado, que organismo é esse e como ele se organiza. E aí a gente vem se preparando para o grande congresso do MNU, não sei se 97 ou 98, em Salvador, 5 dias (...) Ali que eu percebi que eu era maior do que julgava ser e que teria condições de mudar aqui com o Movimento Negro Unificado (Marilda Simeão. Informação verbal).

Nesse sentido, a fala de Marilda Simeão páginas atrás, de que “já era” movimento negro em Juiz de Fora, ainda que assim não fosse nomeado, ganha relevância. “Já era legítimo para nossa luta racial”. Quer o momento do Tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995) quer a presença de Juiz de Fora em congressos organizados pelo MNU Nacional marcam essa virada de chave na mentalidade de indivíduos já inseridos em movimentos distintos na cidade, bem como a demanda de uma formalização a uma entidade com visibilidade nacional. Esse o contexto do surgimento do Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora.

De acordo com entrevista concedida por Vera Paulino, uma das fundadoras, à *JF TV Câmara Municipal*¹⁴², a sede inicial do MNU funcionava na casa dela, no bairro Jóquei Clube.

O Jóquei Clube é mais periferia da cidade. E isso também pro bairro foi um marco. Porque aí começamos a fazer almoço, feijoadas lá em casa. Ainda com nenhuma conotação (específica de movimento negro), mas para se reunir e se informar. E foi muito lindo isso. Meus filhos cresceram diferente de mim, tendo uma visão maior do que é ter essa cor de pele, não é só uma cor de pele (Vera Paulino, depoimento à TV Câmara).

A fala de Vera Paulino revela uma estratégia em comum com a de participantes em outras organizações, principalmente em se tratando de iniciativas de mulheres negras: utilizar o espaço doméstico e a confraternização como chamariz para reuniões, resultando dessas interações a formação de organizações coletivas antirracistas.

Na construção do movimento na cidade os entrevistados ressaltam a importância da conexão com outros grupos já existentes, como o GEABA, na figura de Paulo Cesar Mariano. Para Vera Paulino, o grande eito do MNU-JF, em contraposição aos demais, foi trazer uma perspectiva nacional de luta para o interior.

¹⁴²Celebrando os 35 anos da organização em Juiz de Fora, no ano de 2021, a JF TV Câmara divulgou uma série de reportagens com o MNU-JF no seu canal do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RMjy9DBkBA>. Acesso 12 de nov. de 2023.

Entre as ações iniciais da organização, nos relatos dos membros, está a de denunciar e propor o boicote a uma boate por racismo (o caso da boate Raphs), a publicação do boletim “MNU alerta” (1998) e a realização do “Feijão de Ogum” (2003), que detalharemos em seguida.

A Boate Raphs era um dos pontos de encontro da juventude da cidade, principalmente os estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Raphs era uma boate, funcionava aqui na Halfeld naquela galeria. E eles tinham um convênio com todos os Diretórios Acadêmicos da Universidade. E assim, foi um período que teve um feriado, o primeiro de maio, que era uma sexta, sábado domingo... todo mundo animado. Essas meninas, duas negras, sempre andava com as brancas. Acredito que nesse momento elas descobriram que eram negras. Então iam lá no Raphs, ganhavam coisas de cortesia... Um belo dia as amigas (brancas) não foram. Eram do serviço social, na verdade as meninas chegaram na frente e entraram. As duas (negras) chegaram depois e o Raphael não deixou entrar. O Raphael disse que não tinha vaga e não sei o que e nesse meio tempo, depois duas amigas brancas chegaram com o mesmo convite e entrou. Deu uma comoção na cidade. O Raphael só não foi preso porque morreu antes (Paulo Azarias. Informação verbal).

A repercussão do caso deveu-se muito à movimentação do MNU JF, resultando em audiência pública na Câmara Municipal e reverberações em outras cidades. Com a ação de boicote, o MNU, de acordo com Paulo Azarias, ia diretamente nos Centros e Diretórios Acadêmicos de cada curso da universidade para falar do caso e pressionar para que rompessem o convênio com o estabelecimento, argumentando que, caso não o fizessem, deveriam conviver com a pecha de racistas e coniventes.

E nós ficávamos na porta do Raphs, porque vinha gente de fora era referência e tal, e a gente entregava panfletos e falava: esse lugar aqui é racista! Acabou que eles fecharam. Acredito que tenha sido o primeiro movimento de boicote da cidade que deu certo, eles fecharam (Paulo Azarias. Informação verbal).

As denúncias públicas de racismo eram um incômodo frequente provocado pelo MNU, quer na esfera trabalhista, educacional ou envolvendo figuras públicas. Os atos da organização vieram preencher uma “lacuna” no movimento negro de Juiz de Fora. Como revela Marilda Simeão, foi um momento importante no qual as pessoas recorriam ao MNU pedindo ajuda para fazer denúncias, reconhecendo o peso do movimento social, sem que a própria organização precisasse ir atrás. Nesse sentido, Paulo Azarias argumenta que a consolidação do MNU local, em contraponto aos demais movimentos sociais, representou a passagem de uma “ação geral” para uma “mais específica”.

Teve uma outra ação de uma instituição que ela colocava... fazia um anuncio de “precisa-se de funcionário pra trabalhar desde que não seja negro.” Aí a nós pau neles. Na universidade era o reuni era o reitor esteve uma postagem racista e a gente... então o MNU surgiu sempre com esse processo...lacuna. Porque dentro do UniBairros a gente tinha uma ação mais geral e dentro do MNU trabalhávamos mais específico isso (Paulo Azarias. Informação verbal).

Em 1998 o grupo publicou a primeira edição do seu boletim, o “MNU Alerta”. Com toda a bagagem adquirida com o jornal do Unibairros, prepararam um folheto dedicado integralmente à causa racial e à denúncia do racismo, somado a uma perspectiva de conscientização.

O MNU ALERTA será a partir de agora, o canal de comunicação entre os negros na cidade. Abordando assuntos que dizem respeito à comunidade negra. Religião, cultura, arte, educação, trabalho, esporte. O dia-a-dia dos negros e negras, terão espaço no MNU ALERTA. (...) O MNU ALERTA será um espaço de formação. Tentaremos contribuir na mobilização e conscientização da população negra de Juiz de Fora. Sendo assim, se ligue no MNU ALERTA (Acervo pessoal Paulo Azarias).

O veículo comportava ainda uma coluna chamada "Análise de conjuntura", cujo texto da primeira edição tinha por título "Ausência de políticas sociais no Brasil prejudica a população negra", uma análise do governo Fernando Henrique Cardoso e sua falta de compromisso com os graves problemas sociais no Brasil. O texto terminava instigando a revolta e a mobilização social.

A edição menciona a participação de Juiz de Fora no XII Congresso do MNU, em Salvador (BA), representado por 13 militantes locais, que se reuniram com a Embaixadora de Angola, com o presidente da CUT nacional e outras grandes figuras representantes de vários estados. A edição aborda ainda a questão da saúde da população negra, através da participação da entidade no Conselho Municipal de Saúde e apresentação do Programa Municipal de Anemia Falciforme.

O MNU de Juiz de Fora, em 1998, já contava com 48 filiados, atuantes simultaneamente em sindicatos, partidos e outros movimentos sociais, além de ter representação na Coordenação Nacional (CON), conforme explicitado na primeira edição.

Convém destacar também a coluna fixa MNU EM AÇÃO, a qual denunciava casos de racismo em Juiz de Fora e os eventos propostos pelo grupo. A primeira edição divulgou a denúncia contra a Boate Karavan, formalizada na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, na promotoria de justiça, em delegacia especializada e levada à imprensa. As denúncias listavam vários casos de discriminação racial no local. O uso de livros didáticos com conteúdo discriminatório também foi alvo de denúncias.

O último ponto do grupo a ser destacado envolve a organização do “Feijão de Ogum”, iniciado em 2003, de periodicidade anual até o presente ano da pesquisa.

O Feijão de Ogum é importantíssimo porque é nesse momento que nós colhemos nossas histórias. Até 2017 ele se dava em dois dias, quase um mês de recolhimento de material, discussão de pautas, de convidar, organização.

mas no sábado a gente sentava para poder discutir nossa problemática social e racial e refletir sobre qual caminho Juiz de Fora tava tomando para a luta antirracista. E a noite a gente passava cozinhando, trocando e referenciando os nossos ancestrais, aberto para todas as pessoas que quisessem estar conosco nesse dia. (...) Tudo era doação. Corremos atrás dos sindicatos, casas de matriz africana, pessoas mais próximas e do nosso próprio bolso. (...) No domingo a gente sempre teve a questão de ser um espaço que não podemos pagar, mas que seja aberto ao público. (...) E pra nós de matriz africana o trocar e o alimentar é através da palavra. a gente tem consciência que nós não nascemos prontos, nós vamos nos construindo um com o outro através dessas trocas que se dá. nos alimentamos pela palavra, com a comida e nós tocamos pela arte (Marilda Simeão. Informação verbal).

O “Feijão de Ogum”, que hoje integra o calendário de festividades municipais, se fez por 17 anos de forma orgânica, como uma forma de agradecer à ancestralidade africana, unir, compartilhar, referendar e conscientizar a população. O feijão é distribuído a todas as pessoas, sem distinção de cor ou credo, assim como a roda de discussão e formação política. O evento ganhou proporção nacional, atraindo células do MNU de todo o país a Juiz de Fora. O divulgação propiciou a aproximação com a universidade federal, prefeitura e com os quilombos da região.

Fico feliz que 90% das mudanças (que ocorreram na cidade) tiveram a mão do MNU. A instituição de cotas na universidade, a discussão das questões religiosas... Nós estamos cobrando da prefeitura, denunciando e também cobrando... o Parque da Lajinha que é proibido a manifestação religiosa de matriz africana e nós estamos denunciando e cobrando a prefeitura. Cobrando o uso do cemitério como espaço para as religiões, como espaço não só para as de matriz africana, mas todas as outras. a questão de emprego, violência policial... praticamente tudo que teve de ação do movimento negro ou ação, denúncia... o MNU foi protagonista ou esteve junto com o pessoal (Paulo Azarias. Informação verbal).

Por fim, sinalizamos como o MNU JF é uma das poucas organizações que ainda continua ativa (local e nacionalmente) e com expressivo número de membros. Sua atuação localmente segue, principalmente, concentrada no combate ao racismo religioso, na valorização cultural e participação em discussões, inclusive a nível legislativo.

3.7 RÁDIO MEGA FM - 1997

Eu comecei a estudar e ficava maravilhada com os filósofos: Habermas, Nietzsche, Karl Marx... era chique estudar Karl Marx! Aí eu chegava aqui em casa minha mãe fazendo almoço com as minhas irmãs e eu falava: “você são muito ignorantes por não saber isso!” (...) A minha mãe pegou e falou assim: “você fala desse tal de Habermas, desse tal de Nietzsche... ele sabe que hoje vocês vão comer angu com mamãe verde porque não tem nada pra a gente comer? Porque ele não ajuda? Porque ele não ajuda a gente? Ele sabe que aqui a gente não tem água, não tem luz e que você tem que ir a pé pra universidade? Ele sabe dessas coisas todas? Seus colegas sabem?” (...) Então eu comecei a

pensar que a minha mãe tem razão. (...) Aí eu comecei a perceber que tinha uma coisa errada, que eu tava virando as costas pra minha comunidade, e que eu tinha que tá aqui pra transformar, mudar... e também porque quando o bicho pegou e apertou o regime, o pessoal da classe média se juntou e se defendeu. E eu fiquei aqui jogada no Candinha (Adenilde Petrina. Informação verbal).

Buscamos trazer aqui a trajetória, atuação e o impacto da Rádio Mega FM na formação do movimento negro em Juiz de Fora, principalmente por meio da caminhada de Adenilde Petrina. A rádio foi fundada oficialmente em setembro de 1997, em parceria com Luiz da Conceição Bispo, o DJ Nonô, técnico em eletrônica e irmão de Adenilde.

O extrato da fala de Adenilde com que iniciamos esse tópico revela uma virada de chave na sua trajetória profissional, pessoal e militante, momento em que faz uma opção de vida. Apesar da passagem por organizações distintas, como já visto, ela faz uma escolha por trabalhar essencialmente com o movimento de periferia ao perceber o quão desconectadas estavam as discussões acadêmicas da sua própria realidade de e até mesmo a linguagem para tratar com seus pares. Contudo, concluiu a universidade, por realmente gostar dos estudos, e voltou sua atenção para o Candinha e sua comunidade, como carinhosamente chama. Foi nessa época que surgiu a ideia de abertura da rádio comunitária Mega FM.

Depois (da universidade) participei do União e Consciência Negra, do MNU de Juiz de Fora e depois também fui percebendo outras coisas que não me agradavam. Aí eu li o Malcom X e ele falou que quando os negros que melhoravam de vida eles se espelhavam nos brancos. Eles tinham (o branco) como herói e referência e começavam a zoar os pretos pobres. E aí comecei a pensar num é que é verdade? Os pretos do bairro tão cada vez mais abandonado... aí assim eu comecei a ficar mais dentro aqui no bairro, discutindo a questão do negro aqui na comunidade. Aí chegou a rádio em 97 e todas as coisas que discutimos a vida inteira foi pra rádio. Era uma rádio comunitária, fundada pelos moradores do bairro juntamente com o grêmio estudantil Cândido Mota Filho (...). Outro horizonte começou abrir pra nós porque começamos a perceber que a mídia não estava a nosso serviço, a mídia estava a serviço de uma classe de poderosos, que ela não nos representa. E aí a nossa rádio veio para ser a voz das periferias (Adenilde Petrina. Informação verbal).

A ideia da rádio veio a partir de um trabalho que seu irmão, DJ Nonô, fazia na escola Estadual Professor Cândido Motta junto ao grêmio estudantil, com o propósito de criar uma rádio-escola para divulgar as ações do grêmio. Com o passar do tempo, o próprio grêmio sugeriu estender as informações para além dos muros da escola, alcançando o próprio bairro. Logo começaram incontáveis reuniões com os moradores, assembleias de vizinhos e com Adenilde para a implantação da rádio comunitária.

A ligação de Adenilde com o Padre João Fagundes foi fundamental para a compra de transmissores e outros aparatos técnicos necessários. No dia 19 de junho de 1997, a rádio entrou

no ar, tendo como sintonia o 90.7 no dial e como endereço a rua Dante Belei, nº 70, bairro Santa Cândida, em um cômodo da casa da própria Adenilde.

A tese de doutoramento da jornalista Cláudia Regina Lahni (2005) é uma fonte detalhada sobre os percursos da rádio e escrutina as possibilidades de cidadania através da própria partição e ação da rádio comunitária e seus ouvintes. Sobre os primeiros dias de vigência da rádio, Adenilde relembra:

E o pessoal abraçou, entrou no ar em 19 de junho de 1997. Teve 15 dias de experimentação e quem tomava conta da rádio nesse período eram as meninas de 12 anos que ficavam na rua brincando de bola e ficavam colocando os discos que eram vinil na época. E deu tudo certo. E aí teve uma assembleia para definir programas, definir como seria a rádio. Teria que ser uma ponte pra comunidade, para levar informação, formação, educação e consciência sem violentar a crença de ninguém. Seria uma rádio plural seja a nível ou religioso rock, blues, jazz... 35 programas outras pessoas começaram a chegar pra fazer programa (Adenilde Petrini. Informação verbal).

Ainda que fosse comunitária e gestada pela própria comunidade, a rádio possuía uma grade de programação extensa e alcançava vários bairros da cidade, além do Santa Cândida: Vila Alpina, São Benedito, Alto do Grajaú, Grajaú, Nossa Senhora Aparecida, Progresso, Bairu, Santa Rita, Milho Branco, Jardim de Alá, Santa Luzia, Santa Cecília, Benfica, Jockey Clube, Nova Era, Vila Esperança, entre outros. Mariléa Venâncio Porfírio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em trabalho para a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, conheceu e elogiou a emissora, que transmite programas diversificados, produzidos principalmente por moradores da região.

Também para aquele primeiro encontro geral, já foi levada uma proposta de estatuto para o funcionamento da emissora como associação. Esse estatuto, aprovado por aclamação, segundo Adenilde, foi escrito por Nonô, por Antônio Torres e por Gedir, conhecido como Magrão, moradores do bairro que buscaram subsídios em experiências comunitárias em outras cidades. Houve, ainda, debate para definir a diretoria da emissora, sendo que Luiz DE Conceição Bispo, o Nonô – que dirigia a assembleia junto com Richard Rodrigo S. Fagundes, do Grêmio -, foi eleito o primeiro presidente. A diretoria do Sistema de Radiodifusão Comunitária do Bairro Santa Cândida foi composta também por Adenilde, como vice-presidente, Paulo Roberto Gomes, como secretário, e Alexandre Augusto de Oliveira, como tesoureiro (Lahni, 2005, pp.120-121).

O objetivo da rádio, concebida de forma coletiva e registrada em cartório como associação sem fins lucrativos, era a democratização da informação, conscientização e valorização da cultura periférica, como detalha Lahni: “voltada para a defesa da democratização da comunicação e da informação, constituída por associação de radiodifusão comunitária e de difusão cultural de organizações populares de apoio às ações solidárias, cooperativas e sociedades não religiosas, não partidárias dedicadas a serviços comunitários de caráter não

comercial” (Lahni, 2005, p.121). A participação da população girava em torno de 40 a 70 telefonemas e cartas por dia.

Da grade de programas da rádio participavam vários dos sujeitos e organizações negras presentes nesta pesquisa, confirmando a circularidade e formação de redes do movimento negro na cidade. Tudo era feito voluntariamente, alinhado com a coordenação da rádio. Destacamos os quadros: “Trocando ideias”, com Régis da Vila, “Vozes d’África”, com Flavinho da Juventude, e “Minutos da Psicologia” com Gilmara Mariosa falando de psicologia e saúde mental em linguagem acessível. A rádio abraçou ainda o projeto “Juiz de Fora nos trilhos da paz”, encabeçado por Paulo Azarias, que visava reduzir a violência e incentivar o exercício da cidadania através de atividades como hip hop e capoeira nas escolas.

Ao longo dos seus sete anos de vigência, a rádio trabalhou na cobertura do carnaval da cidade, transmitiu debates eleitorais, fez parceria com o diretório da Faculdade de Direito da UFJF para informar sobre direito popular, empenhou-se na valorização da cultura popular local com grupos de teatro e hip hop, conduziu entrevistas com autoridades locais e artistas, e promoveu seminários em colaboração com o grêmio estudantil, fórum de entidades negras, escola da cidadania da UFJF e o Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva (Lahni, 2005, p.123). A emissora fez trabalhos também com o grupo Axé Criança e o Conselho Municipal de Valorização da População Negra de Juiz de Fora.

O fim da rádio se deu em 2003, quando a emissora teve o sinal cortado pela Anatel. Lahni afirma em sua tese que outras duas emissoras comunitárias de Juiz de Fora foram tiradas do ar por estarem atuando sem concessão. Em entrevista a Cláudia Lahni, Petrina falou sobre o impacto provocado pela emissora:

Eu acho assim que me deixou mais tolerante, com relação às coisas e, como te disse, abriu muito o meu caminho, alargou minha visão de mundo, alargou meus horizontes, e as pessoas que eu conheci foram fundamentais nessa abertura, porque elas me ensinam como as coisas devem ser, me ensinam é, assim, a trabalhar melhor, me ensinam a compreender mais o mundo e a compreender e a aceitar mais as pessoas. [...] A Rádio é uma ferramenta e tanto de trabalho, né, porque eu encaro assim a Rádio como é mais uma ferramenta do trabalho que a gente sempre tentou fazer, de levar consciência, de levar mudança da sociedade (Depoimento de Adenilde Petrina. Lahni, 2005, p.260).

Com o fechamento da rádio, a comunidade envolvida deu continuidade às atividades por meio do Coletivo Vozes da Rua, de 2013. O coletivo reúne jovens periféricos de várias regiões da cidade em torno do hip hop enquanto arte, experiência de vida e expressão política, atuando na informação, promoção da cidadania e formação de redes, conectando a história da população negra e periférica brasileira. Além disso, proporciona encontros, eventos e festivais

com outros grupos que produzem cultura e educação nas periferias de Juiz de Fora e de outras partes do Brasil.¹⁴³

3.8 AXÉ CRIANÇA (1997)

A gente vem aqui, rezamos, rezamos, rezamos... mas eles vêm sempre trazendo problemas. Na escola eles são discriminados porque são pretos e da periferia, a professora não respeita, a diretora escuta. Na rua as meninas são chacoteadas por conta desse tipo de coisa. Em casa o pai e a mãe não dão atenção pra esse tipo de situação (discriminação racial). [Guanair reproduz diálogo de Helena com ele]. “Eu, não estou aguentando mais e vou sair dessa função. O senhor não tem alguma coisa que anime esse pessoal e trazer um pouco pra vida deles?”. (Pe. Guanair Santos. Informação verbal).

O excerto anterior, reproduzindo diálogo do padre Guanair da Silva Santos¹⁴⁴ com a catequista Helena Oliveira, reforça as motivações para a criação do grupo Axé Criança. A organização não governamental surgiu em 1997 por iniciativa e parceria de Helena Oliveira com o Padre Guanair, na Paróquia São Pio X, no bairro Ipiranga. Helena, que pertencia à comunidade havia bastante tempo e atuava como catequista, incomodou-se com os frequentes relatos das crianças, nos encontros de catequese, sobre discriminação, bullying e baixo rendimento escolar.

As crianças traziam demandas para além das questões religiosas, para as quais, muitas vezes, não conseguiam respostas em casa, recorrendo à ajuda da igreja. Nessa época, Helena estava com um grupo chamado “Marianinhos”, da Congregação Mariana, percebia como as crianças estavam crescendo e como seria impossível mantê-las fazendo um trabalho distanciado dos dilemas sociais que viviam. Foi então que procurou o Padre Guanair, recém-chegado na comunidade, para juntos pensarem em algo a ser feito.

Aí trouxe uma ideia de projeto e ela deu o nome de Axé Criança. Trabalhar a identidade, a cultura, como é ser cristão hoje no mundo. E assim foi delineando o trabalho com o Axé Criança. No final de semana já tinha umas 30 crianças participando. O ponto fundamental era dar reforço escolar para as crianças, onde também trabalhava a questão da identidade, cultura e também da religiosidade, e foi fazendo com eles toda uma pesquisa e trabalho para que pudessem procurar as raízes familiares deles (Pe. Guanair Santos. Informação verbal).

A educação, desde o princípio, foi um dos principais pontos levantados por Helena Oliveira¹⁴⁵ e Pe. Guanair como saída para mudar a situação. Daí escolherem a atividade de

¹⁴³Ver mais em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/44589/32473> e <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/23/os-poderosos-nao-querem-que-a-gente-se-informe-para-nao-lutarmos-diz-ativista>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

¹⁴⁴ Para atuação e militância do Pe. Guanair Santos, ver nota no. 114.

¹⁴⁵ Para atuação e militância de Helena Oliveira, ver nota no. 38.

reforço escolar, para iniciar o trabalho. Contudo, não se restringiam ao conteúdo da grade curricular, trabalhando noções de identidade, cultura, religiosidade e valorização étnico-racial. Helena relata que percebia uma baixa autoestima nas crianças, que eram majoritariamente negras, mas ressalta que a partir do processo de conscientização e valorização da identidade, o cenário mudou, quer na escola quer no envolvimento com a própria comunidade.

Helena menciona como ela mesma foi, várias vezes, às escolas das crianças dialogar com professores e direção sobre a realidade da periferia. A criança, ela relembra, era rotulada como aquela que “não queria nada” ou que “não teria futuro”. Para ela, o movimento de evangelização do Axé Criança transformou a própria escola e suas dinâmicas. Um exemplo disso, por exemplo, é que na hora da lista de presença as crianças do grupo não respondiam com o tradicional “presente” e sim com um alto “AXÉ!”, além de se unirem e formarem grupos próprios nos intervalos, como pontua Pe. Guanair.

O projeto ganhou robustez, a ponto de eles passarem a ofertar oficinas de artesanato, artes, sessões de debates, orientação psicológica, fonoaudiologia e pedagogia, tudo tendo como cerne a valorização da cultura negra. O Axé Criança promoveu mutirões para atendimento odontológico e para a regularização de documentações de registro individual. Voltaram-se ao atendimento de dependentes químicos, trabalho que, como afirma Helena Oliveira em sua entrevista, gerou resultados muito positivos no que diz respeito ao abandono do vício. A aproximação com menores infratores foi outro viés do projeto encabeçado por Helena e Pe. Guanair. Era a Igreja a serviço da comunidade, promovendo acesso à cidadania plena.

A dinâmica e o processo do Axé Criança é evangelizar. E Jesus foi aquele que passou no mundo fazendo o bem. Então a gente tem que fazer o bem e fazer o bem é **resgatar aqueles que estão sem vida**. (...) Esta é a nossa missão. E a nossa missão principalmente enquanto sacerdote negro que precisa ter um olhar atento a essa realidade de perceber nossos valores culturais e religiosos. E que nesse contexto do país que estamos vivendo nós seremos a diferença nessa sociedade. Os humilhados de ontem não serão os senhores do amanhã, mas seremos os protagonistas dessa sociedade que está por vir (Pe. Guanair Santos. Informação verbal).

Desde o início, o Axé Criança formou parcerias, o que lhe permitiu realizar tamanhas ações. Helena cita o próprio Zaca (um dos fundadores do PT-JF e do CERNE), Azarias (PT, MNU, Unibairros), Paulo César Oliveira (Unibairros), o Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva, GEABA, Centro Cultural de Estudos Afro-brasileiro Baobá, Giane Elisa Salles de Almeida, Cirene Cadanda, Martvs das Chagas e uma extensa rede de ativistas negros, já mencionados nesta pesquisa, lista complementada por Pe. Guanair com os nomes de Gabriela Crochet e Natanael do Amaral.

A implementação do projeto não se deu sem dificuldades, mas para Helena Oliveira, a transformação da vida dos jovens era algo que a fortalecia e fazia continuar com o trabalho.

Muita gente bateu de frente, bateu na gente, mas muita gente nos apoiou. (...) A gente salvou muitas famílias, famílias pretas que viviam jogado as traças. mulher que não tinha dente, que não sabia o que era conviver direito dentro de casa ou educar crianças. A gente foi mostrando que elas tinham direitos, que tinham deveres, mas tinham direitos. E a gente conquistou esses direitos juntos. Nós tínhamos uma família de Vale Verde, uma mulher com marido doente que não podia trabalhar. E ela com 3 filhas. E todas as três estudavam no Maria das Dores. Hoje uma ta formada em assistência social. As meninas não sabiam falar, chegavam mal vestida, cheirando mal... não tinham noção de nada. A gente trabalhou tão bem (...), a gente costuma dizer que: se o axé criança não tivesse salvado nenhuma vida, essa família da Eva, que a gente chama de Eva Preta, essa família já teria feito valer a pena. Porque hoje as meninas são todas formadas. A Eva não sabia ler nem escrever, conseguiu fazer o segundo grau, trabalha numa escola... isso já teria valido a pena (Helena Oliveira. Informação verbal).

Na época, a Escola Estadual Maria das Dores era conhecida por trabalhar com alunos “problemáticos” e/ou pessoas com deficiências. Todavia, Helena relata que várias crianças negras iam para essa unidade escolar não porque se enquadrassem no perfil do público atendido, mas devido a estereótipos, preconceitos, generalizações e descaso de educadores que não faziam qualquer esforço para ensinar àqueles sujeitos.

Desse modo, notamos uma práxis da interpretação teológica, fruto da teologia da libertação, extrapolando a interpretação de um evangelho inerte, em prol de um agir para beneficiar a comunidade. Não à toa, Pe. Guanair repete frequentemente o versículo “*eu vim para que todos tenham vida, que todos tenham vida plenamente*”. As crianças e adolescentes envolvidos no Axé se tornaram professores, psicólogos, assistentes sociais, jornalistas, radialistas e tantas outras profissões. Helena se orgulha em dizer que todos, sem exceção, terminaram o ensino médio, muitos fizeram o ensino técnico e vários chegaram ao ensino superior. Justamente aquelas crianças que as professoras diziam “não ter futuro”.

Helena gosta de destacar ainda, acerca das ações do grupo, a inserção de pessoas em condições de vulnerabilidade nas atividades da matriz, pois muitos se queixavam de serem, com frequência, “convidados” a se retirarem da igreja. Com isso, contando com a ajuda do grupo de evangelização, conseguiu-se batizar cerca de 50 jovens que ainda não haviam recebido o sacramento, com direito à festa na rua.

Uma atividade da qual Helena e Pe. Guanair relembram com carinho eram as missas afro, que mobilizavam toda a cidade.



Fonte: Acervo pessoal Helena Oliveira.

As missas afro organizadas pelo Axé Criança foram uma das marcas registradas do projeto. Crianças entrando na igreja sob a jinga da capoeira, utilizando batuques, atabaques, percussão e dançando maculelê, típicos ritmos afros. Numa ocasião, Dom Clóvis Freiner, arcebispo emérito da Arquidiocese de Juiz de Fora, promoveu uma grande celebração no estádio municipal que marcou a vida dos juiz-foranos, algo constatado a partir de diversos relatos. O Axé Criança foi convidado a participar da tal missa no estádio. Pe. Guanair lembra que, na hora do ofertório, as crianças foram as encarregadas de distribuir cerca de mil pães, abençoados pelo bispo como de costume, levados em cestos. Muitos fiéis, porém, rejeitaram os pães alegando que as crianças eram “macumbeiras”, devido a vestimenta ao estilo africano que usavam. Pe. Guanair precisou consolar as chorosas crianças dizendo: “somente receberão o pão aqueles que têm fome de Jesus. Quem não tem fome de Jesus, não recebe! Quem não tem fome de Jesus, discrimina e rejeita o outro!”.

O Axé Criança teve papel preponderante no resgate da tradição de Folia de Reis no bairro, juntamente com uma parte do Ipiranga, descrito por Helena como “os mais pobres dos mais pobres, casas muito ruins e que eram discriminadas”. Ao visitar essas casas, Helena incentivou as famílias a prepararem e levar para as ruas a folia de reis. Com as mulheres ajudando a fazer os enfeites, bandeiras, as roupas dos palhaços e tudo mais, hoje a região conta com 12 grupos de brincantes.

Por fim, vale mencionar uma iniciativa de Helena que se desdobra do Axé Criança: o Axé Mulher.

O Axé Criança era de criança e adolescente, e as mães iam e não faziam nada. Então criei um grupo para as mães que ficavam ali esperando os filhos

enquanto eles faziam atividades. E teve conversas assim de esclarecimento para a mulher. Teve uma senhora esposa do fundador do Tribuna de Minas, Suzana Neves, ela vinha aqui com essas mulheres e fazia reunião. Tem uma professora negra que é escritora (...) ela vinha aqui e fazia cada palestra, cada esclarecimento... foi muito bom, mudou a vida delas! começou todo mundo a se valorizar mais...(Helena Oliveira. Informação verbal).

Alguns encontros do Axé Mulher aconteciam na sala de estar da casa de Helena. Contudo, devido ao excesso de atividades do Axé Criança, Helena precisou se afastar do grupo de mulheres e pouco tempo depois a iniciativa se desarticulou. O Axé Criança deu continuidade às suas atividades, mas a intensidade diminuiu por diversas razões, mas como destaca Helena, pesaram nessa queda de ritmo as próprias mudanças no seio da Igreja Católica e a transferência de Padre Guanair para outra cidade. Tanto Pe. Guanair quanto outros entrevistados desta pesquisa acreditam em interferência da própria diocese para desmobilização do trabalho empreendido.

3.9 EDUCAÇÃO E MOVIMENTO: CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA CERNE (1999) E CENTRO CULTURAL DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO BAOBÁ (2000)

Na virada da década de 1990 para os anos 2000, de forma mais sistemática, o movimento negro juiz-forano começou a atuar no campo da educação. Investidos de toda a experiência de luta social e agindo enquanto atores políticos, começaram a construir espaços educacionais, produzindo saberes emancipatórios e sistematizando conhecimentos gerais e específicos da causa racial. Nesse sentido, reconstituímos o estabelecimento do Centro de Referência da Cultura Negra de Juiz de Fora (CERNE) e do Centro Cultural de Estudos Afro-Brasileiro Baobá (2000).

O CERNE foi criado em 21 de maio de 1998. Dos sujeitos mencionados nesta pesquisa, apontamos José Geraldo Azarias (Zaca), Paulo César Mariano, Cirene Candanda, Martvs das Chagas, Maria Alice, Gilmara Mariosa como nomes determinantes na articulação que resultou no Centro, cuja sede ficava na Rua Vitar Maria Oliveira, 918, Santa Paula.

Registrado como entidade sem fins lucrativos, o CERNE tinha como objetivo, assinalado em seu estatuto, o combate ao racismo, o estímulo a autoestima da população negra, e o fomento de pesquisas e estudos das formas culturais, musicais e religiosas do povo negro, almejando ser um espaço e uma entidade de referência da cultura negra na cidade. A instituição era gerida de forma voluntária por todos os colaboradores, que provinham de áreas de formação diversas, - psicólogos, professores, cientistas sociais, assistentes sociais, profissionais da saúde etc.

Gilmara Mariosa, que presidiu a entidade, conta que seu surgimento esteve atrelado ao pré-vestibular de negros e carentes na cidade, significando, em relação a este último, um passo a mais para ampliação das atividades, no que contou com o apoio de sociedades pró-melhoramentos, UniBairros, Pastoral da Juventude, Pastoral do Negro, sindicatos e escolas de samba, entre outros.

Em seu registro consta¹⁴⁶:

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

As associações em defesa dos direitos sociais objetivam a defesa de causas relacionadas aos direitos humanos, direitos de grupos minoritários étnicos, assim como outros direitos difusos e coletivos. Ilustram essa categoria as Organizações não governamentais (ONGs) em proteção às garantias citadas acima, assim como as associações beneficentes em prol de grupos socialmente desfavorecidos, como as responsáveis pela distribuição de cestas básicas à comunidade carente.

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Neste campo destacam-se as organizações associativas ligadas à cultura e à arte. Os principais beneficiados são os profissionais destes ramos, como artistas plásticos, cantores, músicos, pintores, escritores, escultores, fotógrafos, artesãos, entre outros. Também se beneficiam grupos sociais de interesse nas atividades como forma de lazer, entretenimento e cultura - como os clubes de cinema, literatura e organizações ligadas às artes, a eventos folclóricos e carnavalescos. Além de colecionadores de cada um dos segmentos artísticos.

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

Estas atividades associativas não especificadas referem-se aos trabalhos de associações direcionadas a diferentes fins, seja para defesa de questões de interesse público ou causas de objetivos particulares. Os maiores beneficiários destes serviços são a população de forma geral ou os grupos e categorias particulares relacionados. Destacam-se os movimentos de defesa do meio ambiente e da causa ecológica, organizações de apoio à serviços educacionais (municipais), movimentos de proteção a minorias religiosas, étnicas e culturais, bem como outros grupos minoritários, tais como grupos feministas e defensores da causa LGBTs. Também estão enquadradas as associações de defesa do consumidor e fraternidades; sociedades protetoras dos animais; clubes e diretórios estudantis e acadêmicos; associações de bairros, comunitárias; organizações de caridade e Rotary clubs.

Funcionando como uma instituição de referência na cidade, o CERNE implementou o “SOS racismo”, um núcleo multiprofissional integrado por advogados, psicólogos e assistentes sociais para atender vítimas de racismo. A entidade participou ativamente na elaboração do Plano Municipal de Saúde da População Negra, juntamente com Cirene Candanda, para a

¹⁴⁶Fonte: <http://cnpj.info/Cerne-Centro-de-Referencia-da-Cultura-Negra-Cerne>. Acesso em 13 de dez. de 2023.

criação de uma unidade de referência da saúde da população negra. Na esfera do trabalho, criaram grupos de orientação profissional e de carreira para pessoas desempregadas, além de atendimento psicológico social.

Mariosa lembra ainda de projeto financiado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, um órgão federal. Tratava-se do monitoramento e capacitação de comunidades quilombolas da região, que totalizavam três. O objetivo era o exercício da cidadania, entendimento e conscientização, pela comunidade, de seus direitos. Para tanto, foram oferecidos cursos de formação à comunidade.

Em se tratando do Centro Cultural de Estudos Afro-Brasileiro Baobá, seu nascimento deu-se pouco tempo depois, decerto forma relacionado ao próprio CERNE. Paulo César Mariano retraça o contexto de quando o curso funcionava no bairro Bairu. A ideia era um cursinho popular, cuja maioria dos ingressantes selecionados eram negros. Mariano diz que chegaram a atender 120 pessoas.

Denise Santos¹⁴⁷ entrou, como aluna no Baobá, em 2002, permanecendo por quase 3 anos quando, enfim, foi aprovada no curso de Administração na UFJF. Paulo César Mariano aponta Denise como um exemplo dos “frutos” do projeto, não só por ter entrado na universidade, mas por construir sua trajetória militando arduamente nos movimentos sociais, em especial o de mulheres negras.

A gente selecionava pessoas com perfil de liderança ou que tinha aquilo de ‘eu vou estudar ou estudar’, convicção, projetos futuros, lideranças de bairros, de igrejas mesmo evangélicas, pessoas de influência. O Baobá era para trabalhar contra a discriminação racial, contra a destruição do meio ambiente e a pessoa assinava o termo de compromisso (Paulo César Mariano. Informação verbal).

Além das disciplinas escolares, a formação política era um dos pilares do curso, uma vez que era gerido e ministrado por militantes de longa data do movimento negro. A ideia veio de Osvaldo Antonio, apoiado por Paulo César Mariano e Maria Elizabete, ambos depoentes desta pesquisa.

Uma das bases do trabalho empreendido consistia em reunir os matriculados em um “espaço cultural” para palestras e debate de temas variados. A questão racial estava sempre no centro das discussões, afirma Paulo César Mariano, juntamente com a questão da mulher, deficiências físicas e mentais, movimento LGBT, ditadura militar, movimento estudantil... Segundo Mariano, “a gente focava na consciência para eles. Não era só pra formar um mero advogado ou qualquer coisa, era engajar na sociedade”.

¹⁴⁷ Para atuação e militância de Denise Santos, ver nota no. 104.

Todos os envolvidos no projeto eram voluntários e buscavam financiamento externo para bancar os materiais. Em determinado período, professores da universidade federal contribuíram com aulas.

E era um curso maravilhoso... porque a gente tinha uma formação para o vestibular, né de dados das matérias do vestibular. Mas tinha uma formação política muito grande, tinha muita palestra, eu tinha muita gente, tinha muito apoio para poder estudar e passar no vestibular, né? Tinha aquele apoio aquele apoio moral (...)aí o Baobá trabalhava isso pra gente trabalhava a possibilidade de estar na universidade. Da Universidade ser horizonte possível para nós sabe e isso foi muito forte foi muito forte. E aí tinha todo um acompanhamento (Denise do Nascimento Santos. Informação verbal).

Denise menciona como a experiência no Centro Cultural de Estudos Afro-brasileiro Baobá, além de supri-la com disciplinas a que não tinha acesso na escola pública, serviu para dar-lhe um outro sentido e visão de uma universidade pública. Juiz de Fora é, tradicionalmente, uma cidade em que predominam cursos pré-vestibulares famosos e de alto custo, o que contribui para reforçar concepções da juventude negra da classe social baixa que a universidade não é lugar para eles. Nesse sentido, depreendemos que as iniciativas de militantes negros de criar pré-vestibulares populares efetivamente contribuiu para abrir um horizonte de possibilidades a grupos marginalizados socialmente, que não imaginavam poder acessar aquilo que lhes é de direito.

Somado ao trabalho educacional propriamente dito, o apoio emocional e psicológico era crucial para romper com a série de violências entranhadas na mente daquela juventude ao longo de todo seu processo de escolarização.

Eu podia ali me dedicar e poder entender que eu era uma pessoa inteligente, uma mulher inteligente capaz de fazer uma prova que era que era tipo assim considerada mais difícil. O Baobá trabalhou isso tudo na gente. (...) A gente tinha apoio cotidiano, a gente tinha essas rodas de conversa que aconteciam quarta-feira e a gente tinha um apoio psicológico que é da Bete, que foi diretora de ações afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (...). No Baobá tive o meu primeiro contato com terapia, foi com a Bete. Foi procurando um apoio da Bete para me fortalecer na minha questão de autoestima, e para me direcionar naquilo que eu queria e naquilo que eu não queria (Denise do Nascimento Santos. Informação verbal).

Além de Bete, Denise relembra de Antônio, frequentador assíduo cuja presença ficou marcada por repetir, diariamente, “que acreditava na gente”. Dagna Gonçalves, que partilhou experiência com Zaca na organização CERNE, diz que essas iniciativas, incluindo a do Baobá, foram importantes para mudanças educacionais empreendidas pelo prefeito Tarcísio Delgado. Disso resultou a criação do Curso Preparatório para Concursos (CPC), gerido e financiado pela prefeitura. Com isso, complementando em certo sentido a análise de Dagna, Paulo César

Mariano justifica o processo gradual de desarticulação dos pré-vestibulares populares, uma vez que a prefeitura assumiu a responsabilidade pela demanda.

3.10 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS: MULHERES DA PERIFERIA (2001), ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS CHICA DA SILVA (2006) E CANDACES - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS E CONHECIMENTO (2008)

Os grupos específicos de mulheres negras organizadas de cunho social e político em Juiz de Fora datam do início dos anos 2000, contudo, como já amplamente demonstrado neste trabalho, isso não significa que elas estivessem ausentes do movimento social negro na cidade, ao contrário, são as mulheres que formam o movimento e os homens dos movimentos.

Aqui pautamos a trajetória do grupo Mulheres da Periferia, da Associação de Mulheres Negras Chica da Silva e das Candaces - Organização de Mulheres Negras e Conhecimento. Os dois primeiros grupos mencionados são o que as entrevistadas caracterizam como “as mais velhas”, na faixa etária em torno de 67 a 80 anos, aquelas que “prepararam o terreno”, em diversos sentidos, para que a outra geração (entre 30-50 anos) pudesse dar continuidade à roda à sua maneira. Em comum nessas duas gerações de mulheres negras pertencentes às três organizações, notamos a tripla discriminação que vivenciam: gênero, raça e classe.

Ademais, antes de caracterizar tais grupos, é necessário ponderar e, em grande medida, nos distanciarmos de denominações apressadas como “grupos feministas” ou ainda “feministas negras”, uma vez que nenhuma das organizações se coloca como tal. Esse foi um ponto recorrente frisado pelas entrevistadas. São mulheres negras, com múltiplas estratégias, vieses e bagagens na luta contra o racismo, sexismo e classismo, em busca de justiça social.

O trabalho do grupo Mulheres da Periferia, que tem Sandra Maria¹⁴⁸ como liderança e fundadora, proporcionou, de fato, um processo de conscientização das mulheres negras na periferia da cidade sobre seus direitos sociais. Suas atividades se iniciaram em 2001.

Eu iniciei em 2001 o trabalho de “Mulheres da Periferia” em Santa Efigênia, porque eu comecei, eu já estava aposentada (...). E fiz uma amizade com todo esse povo que veio pra cá da Santa Efigênia. Eles vieram de um aglomerado do Cascatinha pra cá. Conheci todo mundo chegando. Veio uma família preta, a maioria era né, mas esse veio com 10 filhos... família dos Araújo (...). E eu nessa fase observava que tinham muita fome. Um desses meninos dessa família preta, regulava a idade com a minha filha. ele ficou um rapaz, um homem, mas infelizmente ele caiu na bandidagem (...), mas quando você vê uma criança crescer... ninguém nasce bandido... ele aprontou tudo que tinha direito... foi assassinado aqui no Bela Aurora. Ele já estava contido, mas o policial deu um tiro na cabeça dele. Dizem que o policial disse “menos um preto pra perturbar”, aquilo acabou comigo. (...) Quando esse menino foi assassinado fiquei arrasada. Fui lá na casa da mãe dele, dona Francisca, dar

¹⁴⁸ Para atuação e militância de Sandra Maria, ver nota no. 36.

um abraço nela. Aí eu cheguei lá, ainda tava aquela vida miserável, fogãozinho com quatro tijolos no chão... uma lata ali naquele chão... chão batido. Aí cheguei lá e entrei, ela ficou meio espantadinha. Era analfabeta. Falei que vim dar um abraço nela e fazer uma proposta. “Dona Francisca, a minha filha também regulava a idade com o seu filho. A minha filha também na adolescência dela me deu trabalho. Eu achava que o mundo estava caindo só em cima da minha cabeça. A gente se preocupa tanto que a gente não consegue enxergar o outro. No entanto o mundo tá aí, minha filha tá aí e tem muitas mulheres com a vida igual a minha e da senhora... ela ficava me escutando assim (Sandra encena encolhida de cabeça baixa olhos pra baixo)”. Nós temos que fazer alguma coisa, nós podemos ajudar essas mulheres (Sandra Maria. Informação verbal).

O “aglomerado do Cascatinha” acima mencionado diz respeito a uma situação de desapropriação territorial pelo poder público de um perímetro urbano de crescente valorização, deslocando a comunidade carente ali residente para a periferia, região de Santa Efigênia e Ipiranga. O grupo Mulheres da Periferia nasceu a partir do desejo de Sandra, então já aposentada, de trabalhar pela comunidade extremamente carente e violentada pelo poder público, fosse pelo extermínio policial, pela ausência de condições dignas de vida, pela expropriação territorial ou ausência de moradia, saúde, trabalho, educação e lazer.

A região do bairro Ipiranga, Bela Aurora e Santa Efigênia formava o espaço em que Sandra começou a mobilizar, destacadamente, mulheres pretas. É interessante perceber, em seu depoimento, que seu primeiro ato foi o acolher uma mãe que tinha acabado de perder o filho para a violência policial. Sandra foi até a mãe enlutada levar seu abraço e dizer como outras mulheres estavam passando por situação semelhante, mas que juntas poderiam mudar esse tipo de situação. Esse primeiro contato ocorreu uma semana antes do Dia Internacional da Mulher. A partir desse momento, ela propôs à dona Francisca reunirem as mulheres da região para conversarem e se acolherem mutuamente.

Enquanto rememorava os primeiros passos do que viria a se tornar o Mulheres da Periferia, Sandra expôs um diálogo, repleto de significados, mantido com Dona Francisca.

(...) “vamos fazer o seguinte, a senhora vai levar 4 colheres de pó de café”. Quando falei isso ela me olhou assim surpresa, veio uma resposta com a testa dela. Acho que veio um pensamento do tipo “ué, não devo ser tão miserável assim não, a Sandra tá aqui me pedindo...” (...) Aí já mudou a feição totalmente. Aí falei que vamos fazer um café, cada uma vai levar alguma coisa, vamos fazer um almoço... e ela concordou! Aí sai de lá e agradei a Deus, porque o que o senhor me mandou fazer eu não esperava o resultado. o meu objetivo era trabalhar a autoestima daquela mulher, e só naquela expressão dela percebi que ela deu uma levantada! Aí passei intimando várias... (Sandra Maria. Informação verbal).

A ação de mostrar para as mulheres como podiam ajudar umas às outras, mesmo estando em condições difíceis e sob escassez, foi a estratégia, muito bem-sucedida, de aglutinação

inicial do grupo Mulheres da Periferia. Em razão da experiência adquirida nas organizações de que fizera parte, Sandra conseguiu estabelecer parcerias para movimentar o grupo. Ela lembra que naquele mesmo ano conseguiu levar uma delegada para conversar com as mulheres sobre assuntos diversos, de violência contra mulher e crianças a segurança no geral. Da mesma forma, mobilizou o conselho tutelar e grupo de professoras. No total, cerca de 50 mulheres participaram do primeiro encontro, realizado na Casa Maria, no Seminário de Padre Armando.

(...) Aí falei pra Sônia, a delegada: estou te convidando, mas você lá não é a doutora Sônia não, você é a Sônia mãe e mulher. Usa um linguajar simples, lá o trabalho é DELAS! A gente só vai participar. (...) Lá estava a dona Francisca e as filhas e tal. (...) A Gabi Crochet estava... me deu um apoio! e aí todo ano foi rolando, se tornou um trabalho de base, uma passando pra outra. No ano seguinte fizemos de novo lá no outro lugar, o primeiro foi 50 e depois foram 120 mulheres! Lá estava a dona Francisca... por isso digo nós! ninguém faz nada sozinha. No terceiro já tiveram mais mulheres... todo dia internacional da mulher! E o trabalho virou uma colcha de retalho. (...) Aí no quarto encontro onde foi ali embaixo que hoje é uma igreja, eu decidi cada vez arrumar um tema, agregar. agregar as mulheres que fazem um trabalhinho aqui e ali... (artesanatos). (cita o macramé e a boia que era trabalho das mulheres escravizadas) (...) chamei também uma amiga minha a Gabi, não é a Crochet, essa é lá do Olavo Costa que tinha um grupo de capoeira de mulheres. (...) a coisa chegou num ponto que elas mesmo chegavam falando as coisas que queriam fazer (Sandra Maria. Informação verbal).

Os encontros ganharam força, chegando a reunir 120 pessoas. Começaram, então, a incentivar a produção de artesanatos, a venda das peças, o retorno aos estudos, o trabalho formal... Foi se criando uma rede de mulheres ativistas apoiando o projeto e promovendo discussões sobre a conscientização em torno de direitos. Sandra fala dos ótimos resultados obtidos e recorda que as mulheres passaram a se colocar nos espaços de forma confiante. Uma delas, chamada de “Bete pretinha”, estudou enfermagem, abriu uma casa de massagem e chegou a se candidatar a cargos legislativos. Sandra cita várias mulheres que tiveram suas vidas transformadas por oportunidades de educação e trabalho em ocupações diversas. Destaca, principalmente, o efeito na autoestima das mulheres, que até então não acreditavam em outras possibilidades por falta de acesso e perspectiva.

Figura 14 - Fotografia 7 – Atividade do grupo Mulheres da Periferia



Fonte: Acervo pessoal cedido por Sandra Maria.

Figura 15 - Fotografia 8 – Discurso de Sandra Maria em atividade do grupo Mulheres da Periferia



Fonte: Acervo pessoal cedido por Sandra Maria.

Durante nossa entrevista, Sandra foi puxando vários fios dessa rede de mulheres participantes dos encontros:

Outro caso que me chamou muito atenção, Nilza: ‘o Sandra você lembra do dia que eu fui lá no médico e eles achavam que eu tava com princípio de derrame? Era não’. O marido batia nela com uma toalha molhada, ela não tinha coragem de denunciar. (...) E ela pediu para eu falar com a doutora Sônia. (...) E ela o denunciou e a Sônia o convocou lá. A partir da dura que a delegada deu, ele nunca mais fez nada. (...) Esse trabalho que eu fazia era de grande importância! Porque você se torna uma referência! Quando você não tem coragem de falar com o médico... (Sandra Maria. Informação verbal).

Um dos motores a mover esse trabalho era a geração de renda para as mulheres. O alcance da rede atraiu lideranças de outros movimentos sociais, universidades e até mesmo a prefeitura procuravam Sandra para organizar ações e projetos.

O “esporte e lazer” (projeto), quem fez parte da organização dele foi a Gabi do Marcelo. Ai a Gabi me ligou falando do projeto e que pensou em mim. Precisamos de espaço e pessoas, esporte e lazer. Os insumos são todos por nossa conta (Gabi). Mas eu não tinha espaço nenhum, estamos usando um barraquinho ali na associação de moradores. Aí o que eu fiz, fui nesse Padre Armando e tinha uma camarada lá, que veio trabalhar com eles. Aí ela pediu pra entrar no nosso grupo, e eu disse com certeza, estamos abertas a todos. aí quando veio essa notícia do projeto, ela foi falar com Padre Armando. E Padre Armando autorizou, e nós fomos pra lá, Casa Ave Maria. E lá onde eu estava na associação de moradores, e eu já estava lá a quase um mês, e aí eu fiz uma solicitação de reforma do espaço. Nessa época era doutor João César, secretário de obras. E aí eu iniciei esse trabalho antes do projeto esporte e lazer, “ensinando e aprendendo”, era o nome (do projeto), esse foi em 2000, assim que eu me aposentei. Reuni 5 mulheres para a gente ensinar. porque, a igreja católica já teve um papel tão forte aqui na comunidade... a gente tinha um grupo de mães, faziam roupinha de neném, Crochet... e aí teve um dia que me entusiasmei muito. (...) queria resgatar isso (a geração de renda a partir da venda de artesanatos). Aí eu chamei as cinco mulheres, todas católicas, e fomos para lá, nesse espaço que estou te falando. e foi quando a Gabi me liga. Mas mesmo assim solicitei a reforma da associação de moradores. agora lá é a casa de cultura (Sandra Maria. Informação verbal).

A solidez do trabalho liderado por Sandra contribuiu para a sua inserção e abriu diálogo com a prefeitura, além de conquistar apoio de religiosos. Ainda que não tivesse nenhum tipo de conotação partidária ou religiosa, tais esferas apoiaram as atividades em diversos momentos.

O grupo atuou por 9 anos de forma ininterrupta, até que Sandra precisou passar um tempo com a filha em Belo Horizonte, e as atividades não tiveram continuidade. Sandra conta que não formalizou nenhuma das iniciativas. Queria mobilizar e fazer acontecer, e uma coisa ia puxando a outra. Participou de “todos os conselhos que você pode imaginar”, e foi convidada a falar em conferências e participar de eventos.

Um dos desdobramentos do grupo Mulheres da Periferia foi a formação da primeira organização de mulheres negras institucionalizada, em 2006, a Associação de Mulheres Negras Chica da Silva¹⁴⁹, uma entidade sem fins lucrativos cujos objetivos são: lutar contra o racismo em todas as suas formas de manifestação; se empenhar na preservação e desenvolvimento da cultura negra; defender os direitos culturais da população negra; apoiar os povos negros e oprimidos de todo o mundo; estimular a participação política da mulher negra na definição do

¹⁴⁹Ver mais em: <https://www.consultecnpj.com/consulta-cnpj/14667768000128-associacao-de-mulheres-negras-chica-da-silva>. Acesso em 13 de dez. de 2023.

destino do país; lutar pela exercício da cidadania negra em todos os setores da vida social do país; e defender uma sociedade justa, fraterna, sem exploração de classe e de raça baseada nas desigualdades entre mulheres e homens.

Infelizmente, ainda que empreendidas diversas tentativas de contato com as integrantes, a limitação de tempo do processo da pesquisa e as condições físicas/mentais das pretensas entrevistadas impediram que isso se concretizasse. Ainda assim, com o leque de entrevistas realizadas, foi possível interligar a influência de Sandra Maria no Grupo Mulheres da Periferia a de outras entidades de mulheres negras, ditas de uma segunda geração na cidade. Isso foi possível, principalmente, com o depoimento de Maria Luiza Evaristo¹⁵⁰.

As atividades do grupo Mulheres da Periferia e o contato com Sandra representaram para Maria Luiza Evaristo uma das primeiras experiências com organizações de mulheres negras, num momento em que ela enfrentava um delicado quadro de saúde mental, no início dos anos 2000.

E aí um dia eu indo para terapia aquela mulher que eu vi ali, né assim de longe, mas nunca tinha conversado com ela e é me chama eu começo a conversar comigo no ponto assim vai falar coisa da vida, dela de trabalho voluntário que ela fazia... Ela me chama para ir na casa dela. (...) Naquele dia quando eu voltei lá umas 6 horas da tarde. Ah pelo telefone minha casa tocando era essa senhora me perguntando se eu não iria na casa dela tomar um café. (...), mas aí eu fui de fato. (...) me senti muito bem indo lá. Aí então assim a gente falou sobre várias coisas, né? (...) Ali é em Santa Luzia assim eu fui lá conhecer ela tinha uma outra amiga, que fazia trabalho voluntário também com crianças carentes no bairro é, Santa Cecília. E aí então eu peguei e conheci essa amiga dela e comecei a fazer trabalho voluntário com essas crianças lá em Santa Cecília com as amigas dela. Essas senhoras especificamente a Sandra que me apresentou tudo isso(...). Os encontros de discussões para mulheres ali do bairro, né da Região do Ipiranga, Santa Efigênia, Santa Luzia, São Geraldo tudo assim e começou a me chamar para ajudá-la nesse processo. E aí eu comecei a ajudar participando assim de alguns desses Como é que fala desses eventos assim e é início eu reencontro a Giane (Maria Luiza Evaristo. Informação verbal).

Vale destacar a forma de abordagem dos movimentos de mulheres, pautada em um primeiro momento de acolhimento, escuta e partilha, e a figura de Sandra como articuladora de iniciativas para fomentar essas aglutinações. A própria aproximação de Maria Luiza com Giane Elisa Salles de Almeida¹⁵¹, ela diz ter se dado pelo compartilhamento de um momento de

¹⁵⁰ Para atuação e militância de Maria Luiza Evaristo, ver nota no. 103.

¹⁵¹ Tive uma conversa informal com Giane Elisa S. Almeida logo no início da elaboração do projeto de dissertação, contudo, não se deu uma entrevista propriamente. Foi um momento de expressar minhas hipóteses e consultá-la enquanto pesquisadora, ativista e filha do movimento. Certamente sua entrevista somaria significativamente nesse momento, mas novamente, por motivos de agenda e cronogramas não foi possível realizar a tempo. Atualmente, Almeida ocupa o cargo de Diretora-geral da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), responsável pela política cultural do município.

adoecimento das mães de ambas, num processo de acolhimento mútuo. Nos anos que se seguiram, Giane (que militava em movimentos de bairro, Igreja e no PT desde cedo) começou a chamar Maria Luiza para outros eventos e reuniões do movimento negro, embora não fizesse parte de nenhum especificamente naquele momento. E isso gerou, em 2008, um novo grupo de mulheres negras chamado Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento.

Acho que no primeiro momento era mais uma questão de discussão e formação mesmo assim sabe é a primeira leitura das Candaces foi essa. (...) Essa formação se reuniu por um tempo, a gente propôs estudos e ela não acabou não durando muito tempo. Aí eu nem lembro por qual motivo, mas é, mas a gente não se afastou, né? Provavelmente devia ser por conta da correria, mesmo assim de dia a dia. E aí, depois a gente pegou e reuniu assim um grupo de mulheres negras que havia terminado a faculdade. Discutindo também o quão carente tinha sido a faculdade e as questões relacionadas à causa Negra. E aí então a gente monta um grupo de estudos. (...) Eram as Yalodês. E aí que era né formado essa formação lembro completo era eu Giane, Gilmara, Carolina Bezerra, Marina Neves (...) a Giovana acho que ela chegou aí em uma ou duas reuniões assim. (...) foi talvez um momento onde tem conseguido me aprofundar mais nas leituras, né voltada para a causa negra e ainda tinha a oportunidade de ter essa discussão entre nós. (...) E aí eu também esse tem uma duração relativamente curta e aí a gente volta a formar as Candaces né, não só com essas mulheres que eram acadêmicas, mas também trazendo outras pessoas de fora (Maria Luiza Evaristo. Informação verbal).

As Yalodês, como resgata Gilmara Mariosa, eram mulheres negras pesquisadoras de questões sociais e buscavam se fortalecer, uma vez que o exercício da pesquisa era solitário e apresentava dificuldades próprias do racismo e sexismo nas universidades. O grupo funcionava como um espaço para compartilhar saberes e angústias. Muitas delas, naquele momento, buscando finalizar seus cursos de graduação ou dar continuidade à pós-graduação. A duração do Yalodês foi curta, mas as Candaces voltaram a se reunir e desenvolveram um trabalho longo. Na formação do grupo recuperamos os nomes de Giovana Castro, Giane Elisa S. Almeida, Gilmara Mariosa, Selmar de C. Balbino, Maria Luiza Igino Evaristo, Jéssica Martins, Denise Nascimento, Mariana Gino. O grupo não se definia como de feministas negras, e sim como uma organização de mulheres negras. Sobre as motivações para criação de um grupo específico de mulheres, Maria Luiza reflete:

É que nos movimentos em geral sempre prevalecem/prevalecia muito essa questão do homem, né? O homem sempre é em destaque e no movimento negro isso não era diferente. (...)E aí então por isso que a gente queria um grupo que fosse de mulheres onde nós pudéssemos ser as protagonistas. E por isso que né, desde o início sempre foram grupos formados apenas por mulheres. Para não deixar pra gente ter esse protagonismo pra gente discutir as nossas questões, né embora assim é a discussão do que ocorre com os homens negros também sempre estivessem envolvidos, mas assim era a partir daquele grupo de mulheres a partir das nossas perspectivas das nossas vivências das nossas dores, né? (Maria Luiza Evaristo. Informação verbal).

Ainda que a participação não fosse restrita a mulheres acadêmicas, percebemos uma geração de mulheres negras que tiveram acesso ao ensino superior e que se comprometeram com a produção do conhecimento. Maria Luiza destaca que, naquele momento, algumas delas já tinham reconhecimento público na cidade por suas carreiras profissionais, o que fez com que os trabalhos do grupo alcançassem maior circularidade.

Esse nosso processo de formação é a gente começou a ser também convidadas para poder falar em alguns lugares, né? E então assim é a as Candaces teve muito essa abertura de poder é ir discutir as nossas questões em ambientes universitários, de ambiente de comunidade (...) tipo esses lugares onde tinha esses movimentos que tipo a Sandra ainda fazia né? (...) Também começou a chamar a gente em alguns órgãos públicos, né assim algumas coisas da prefeitura também, né? A gente passa tipo o CRAS. A gente passou a ser convidado para falar em escolas... (Maria Luiza Evaristo. Informação verbal).

Em decorrência do próprio perfil das integrantes, as ações das Candaces tiveram o sentido de formar pessoas, fossem adultos, funcionárias públicas, escolas ou comunidades. Gilmaria Mariosa rememora a atividade chamada “na roda com elas”, que consistia em roda de conversas com mulheres nas periferias, fugindo ao modelo de atividades restritas ao centro da cidade.

Então a gente fazia “na roda com elas” que eram um debate que a gente fazia nas comunidades, a gente chegou fazendo Dom Bosco, a gente fez São Benedito... a gente fez no Condomínio ali do Vale Verde no bairro São Geraldo e eu acho que era um trabalho muito legal e essa coisa de ir né? (...) Então eu acho que uma coisa que eu aprendi com as Candaces, eu aprendi muita coisa com as Candaces, foi isso... foi de que a gente tem que ir né? Onde as mulheres negras de fato estão e não só isso, mas que a nossa linguagem tem que ser uma linguagem acessível para essas mulheres. É porque senão qual o sentido do nosso trabalho? (Gilmaria Mariosa. Informação verbal).

Tratando-se de um grupo que já no nome indicava seu propósito “Candaces - organização de mulheres negras e conhecimento”, a fala de Mariosa toca num ponto sensível acerca da acessibilidade do conhecimento e linguagem. Qual seria o sentido da militância sem a democratização efetiva da educação? Conhecedoras das características dos discursos e textos acadêmicos, essa era uma preocupação delas. Longe de “banalizar” o que é produzido na academia em detrimento da valorização somente do conhecimento das comunidades, o caminho escolhido por elas para as atividades entrelaçava as duas frentes de conhecimento.

Maria Luiza Evaristo lembra da iniciativa que chamaram de “mutirão da meninada”, na qual foram em comunidades carentes conversar com as crianças e as mães, promovendo oficinas de trançar cabelo e dinâmicas para além da própria roda de conversa, visando integrar, conscientizar, falar de autoestima e dos direitos das comunidades historicamente excluídas. Em consequência dessas realizações, cada vez mais convites chegavam de toda a cidade.

Mas acho que assim aconteceu uma vez e talvez Juiz de Fora fosse tão estivesse naquele momento tão carente dessa discussão que as pessoas começaram a convidar a gente para poder ter essas rodas de conversas. O pessoal mais velho ligado ao MNU assim, acho que é sempre tiveram ali (...) individualmente pessoas por exemplo como a própria Sandra como a Carminha e a mãe da Giane, Gabi Crochet, Cirene Candana... essas pessoas mulheres sempre tiveram no movimento, mas talvez não tivesse com essa "organização" (...) talvez não tivesse essa obrigatoriedade de estar ali naquele agrupamento daquela forma, mas sempre estavam atuando de alguma forma (Maria Luiza Evaristo. Informação verbal).

O trecho da fala de Maria Luiza Evaristo traz de fato uma questão importante do movimento, que foi a construção das Candaces, sua atuação e a própria questão geracional, no que tange à influência e multiplicação de grupos, coletivos, iniciativas individuais antirracistas em Juiz de Fora. As Candaces começaram seus trabalhos a partir do contato de gerações de mulheres negras mais velhas na cidade, como Sandra, Cirene, Gabriela Crochet e Carminha, entre tantas outras, que abriram caminhos, possibilidades, negociaram, tiveram embates, reivindicaram e recriaram espaços para que a geração posterior pudesse dar uma continuidade à luta, geração essa já circulando por outros espaços de sociabilidade. A formação das Candaces demarcando um momento e geração de mulheres negras conscientes e coletivamente reunidas em torno da produção do conhecimento e combate ao racismo e sexismo.

Quando essas mulheres negras chegaram nesses debates, elas jogavam por terra esse mundo encantado de só pensar nas discussões a partir do viés de gênero ou partir do viés de mulheres... dessa "universalidade" mulheres, né? E a gente chegar e falar "não! aqui o barato é diferente". (...) A gente leva um choque que é um choque assim: "porra, eu sou um sujeito... uma mulher negra. Eu sou um sujeito político. Eu sou uma sujeita política, mulher negra!". A gente leva um choque com isso e eu acho que a gente começa no período de muito sangue no olho assim de quebrar os muros, sabe de meter o pé na porta e tal (Denise do Nascimento Santos. Informação verbal).

A atuação das Candaces demarca um momento importante de questionamento na cena de movimentos de mulheres de Juiz de Fora, destacadamente branco, que não considerava a questão racial no debate de gênero. Uma ruptura com o mito da universalidade das mulheres, característico dos movimentos feministas, universalidade esta que pode ser compreendida e sintetizada pelo discurso "E não sou uma mulher?" de Sojourner Truth, em 1851.¹⁵² Enquanto as mulheres brancas se levantavam contra o sexismo que não as permitiam trabalhar e ter autonomia em circular pela cidade, limitando-as integralmente à maternidade e ao lar, Sojourner Truth questionava, na Convenção pelos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio:

Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui

¹⁵² Ver discurso completo e o contexto em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 13 de dez. de 2023.

trabalhar e comer tanto quanto um homem— quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851).

Nesse sentido, o grupo integrou o cenário juiz-forano produzindo e compartilhando saberes com movimentos sociais diversos, acadêmicos e grupos populares a partir das próprias experiências enquanto mulheres negras em uma nação marcada e organizada pelo racismo e sexismo. O fim das atividades das Candaces se deu em 2018, de acordo com nota publicada na página do Facebook da organização. Os motivos não foram explicitados. De todo modo, é notório que todas as envolvidas, sem exceção, continuam em cena em outras organizações ou no ativismo individual.

3.11 CONSELHO MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA (2000)

O COMPIR (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial) é o maior conselho que existe. Porque dentro do COMPIR a gente abriga toda a problemática racial da cidade: a mulher, a criança adolescente, o trabalho moradia... tudo passa pelo COMPIR. Ao discutir a questão racial e a luta antirracista, esse pra mim é o maior conselho. O conselho da criança e do adolescente é lindo e maravilhoso e tem que continuar existindo, o da mulher e do idoso também, todos os conselhos. Mas dentro do COMPIR a gente discute todas essas problemáticas, da luta antirracista para todas as idades, povos, e todo cidadão que faz parte da cidade (Marilda Simeão).

O Conselho Municipal de Valorização da População Negra de Juiz de Fora (atual Conselho Municipal de Promoção à Igualdade Racial), foi instituído no ano 2000 e representou uma conquista dos vários movimentos sociais os quais elencamos nesta pesquisa. O propósito foi criar um espaço de interligação entre o governo municipal e os movimentos sociais negros, diretamente e sem mediação. O Conselho funciona como um órgão de assessoria, planejamento e consultoria do município, vinculado à Secretaria de Governo (SG) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), promovendo a articulação com todas as autoridades municipais, estaduais e federais através de ações para pesquisa, conhecimento e divulgação da cultura afro-brasileira, atendimento específico dos problemas de saúde apresentados pela população negra residente no município e de festividades, como forma de valorização de sua cultura original.

O primeiro presidente eleito do conselho foi o Pe. Guanair Santos, do grupo Axé Criança.

Ainda que fosse um movimento político, em que tinha tantas outras lideranças buscando isso, na época o diretor institucional da prefeitura disse que tinham que localizar todas as lideranças e fazer uma eleição. E de repente me deparei que Juiz de Fora tinha tantas outras pessoas, mas fazendo um trabalho pra si mesmo e não pela comunidade. (...) Teve uma eleição e fui eleito presidente.

O bispo na época me deu anuência para esse trabalho (Pe. Guanair Santo. Informação verbal).

Apesar da escassez de documentação das primeiras gestões do conselho, conseguimos mapear, a priori, entidades como: O Batuque Afro-Brasileiro, CERNE, Grupo Axé Criança, GEABA, Pastoral do Negro Kaiode, Sociedade Cultural e Beneficente Quilombo dos Palmares, Sociedade Lima Barreto, Rádio Comunitária Mega FM, Grupo Negro do Unibairros, Grupo Tenda e Associação de Mulheres Negras Chica da Silva. Vale notar que no interior dessas entidades ocorre uma rotatividade na representação dos sujeitos, uma vez que eles estavam presentes simultaneamente em várias delas. Nomeadamente citamos as participações nas primeiras gestões de Pe. Guanair Santos de Cirene Candanda, Paulo César Mariano, Ivan Barbosa, Martvs das Chagas, Wilson Novaes, Sandra Maria, Zélia Lima, Maria Adelina, Natanael Amaral, Dagna Gonçalves e Gabriela Crochet.

É possível dizer que nesse momento o movimento na cidade alcançou oficialmente um espaço de construção de políticas públicas. Além de participarem por meio das entidades, alguns deles participavam também como representantes do funcionalismo público. O caminhar e direcionamento dos vários ativistas, em suas diferentes organizações sociais, dentro da máquina pública.

Ainda que atravessando dificuldades, apresentando discursos polissêmicos e construções políticas, o Conselho permanece na ativa até os dias atuais, tendo, a partir de 2015, seu nome alterado para Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial - COMPIR. Mesmo com a participação de órgãos do governo e da sociedade civil desde o início de sua estruturação, como secretarias municipais, associação de apoio comunitário (AMAC), Fundação Cultural Ferreira Lage, empresa regional de habitação e da Associação Comercial de Juiz de Fora, entre outras, o Conselho enfrentou sérios desgastes para dar andamento aos trabalhos. Como exemplo, citamos a moção de repúdio aprovada na I Conferência Municipal Contra a Discriminação Racial (2002), assinada pelo presidente da comissão organizadora, Natanael Amaral, a qual expressa profunda indignação pela ausência total de representantes da Câmara dos Vereadores no evento. Ainda assim, o Conselho permanece como um dos mais ativos no município na atualidade, com assento em conferências e comissões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A HISTÓRIA DE PESSOAS QUE NÃO DESISTIRAM NUNCA

Eu tenho consciência que todas as leis que foram criadas pra amenizar todas as dores que foram nos causadas pela escravidão, com o processo escravocrata pela colonização, elas foram criadas pelas provocações dos movimentos sociais. Tudo que foi feito de melhoria e pensado para o povo preto foi pensado pelo povo preto e principalmente pelos movimentos sociais (Marilda Simeão. Informação verbal)¹⁵³.

A essa altura da presente dissertação, após passar pela amostra de todo o percurso, sujeitos e processos que foi a constituição do movimento social negro contemporâneo em Juiz de Fora, esperamos que compreendam a dimensão e contribuição do referido movimento social na luta por cidadania, democracia e justiça social. Em diferentes espaços e condições, sujeitos negros coletivamente denunciaram o racismo e criaram estratégias concretas para uma equidade social de direitos, tendo participação incisiva e contundente na história política da cidade de Juiz de Fora.

A pesquisa objetivou se inserir na crescente e ainda recente historiografia do movimento negro brasileiro. Para além de debruçar sobre as conquistas do movimento social já constituído, buscamos lançar uma análise própria dos processos que antecederam propriamente a organização coletiva com centralidade na causa racial. O movimento social é uma organização essencialmente coletiva, mas composta por sujeitos diversos. Ao optar pelo percurso de conhecer as experiências de vida de cada liderança envolvida, percebemos também os caminhos que levaram estes a buscarem organizações coletivas. Não se trata aqui unicamente de sujeitos negros conscientes acerca de raça e racismo, mas sujeitos que, além da construção dessa consciência, vieram a constituir organizações coletivas por direitos.

Uma das questões que nos é cara nesta dissertação é destacar como esse movimento social negro advém e reúne lutas diversas, seja nas associações de bairros, sindicatos, movimentos de Igreja, estudantis e partidos políticos progressistas. A grande maioria das lideranças que o constrói já estava há tempos atuando em outros espaços, elaborando estratégias para a conquista de direitos sociais. E, em um primeiro momento, em espaços distantes do universo acadêmico. O palco desse movimento vem dos bairros da periferia da cidade. Em meio a isso, visualizamos e compreendemos o processo de racialização das discussões nesses espaços, identificando como tais vulnerabilidades sociais atingem de forma ainda mais profunda e predominantemente a população negra, além do próprio racismo vivenciado por

¹⁵³ Para atuação e militância de Marilda Simeão, ver nota no. 44.

pessoas de lugares sociais semelhantes. Em grande medida, por essência, o movimento negro de Juiz de Fora vem da intersecção raça e classe.

As organizações coletivas antirracistas por direitos em Juiz de Fora, como buscamos demonstrar ao longo do texto, estão inseridas num movimento transnacional de antirracismo, compreendendo o que fundamentamos por diáspora africana e Atlântico Negro. Esta é uma rede de solidariedade, semelhanças, referências comuns que circulam a partir do processo de diáspora africana, contribuindo para diferentes formas de agenciamento micropolítico a partir das culturas e movimentos de resistência (GILROY, 2002). Mesmo com as particularidades de cada região, observamos uma ligação que atravessa todos esses contextos e que os unem. Sobre isso, conseguimos demonstrar a partir das trajetórias das lideranças locais, das ideias que fundamentam e dos materiais produzidos por estes.

Merece destaque ainda o fato desse movimento social negro ter criado espaços próprios de comunicação, diálogo, produção e circulação de conhecimento, a fim de não se tornarem refém de concessões da esfera pública, estruturada pelas hierarquias sociorraciais. Isso fica evidente na criação de veículos de comunicação, como jornais comunitários (Unibairros), folhetins (MNU alerta, Negração, Acotirene) e rádios comunitárias (Mega FM).

A construção e fortalecimento dessa rede feita de forma autônoma e comunitária, uma espécie de “esfera pública subalterna” de setores populares estabelecendo arenas discursivas alternativas distantes daquelas firmadas por segmentos da elite econômica local. Esse movimento serviu para escancarar para a sociedade juiz-forana as contradições sociais à volta do mito fundador da “Princesinha de Minas” e “Manchester mineira”, excludente e hierarquizada socio-racialmente. Liberdade e democracia não se restringem ao circular na cidade e votar, mas nas próprias condições de acesso a garantias fundamentais, e a comunicação é uma delas.

Outro direito fundamental pelo qual o movimento negro em Juiz de Fora incessantemente brigou foi o da educação e a produção de conhecimento, ainda que longe de espaços formais de educação, como escolas e universidades. Percebemos isso tanto no processo de formação informal em grupos de discussão nas casas dos próprios integrantes das organizações, quanto na criação de centros de referência da cultura negra e pré-vestibulares sociais. Esses espaços, como os próprios integrantes reforçaram, almejam/almejavam contribuir para a formação não de qualquer médico, engenheiro ou professor, mas sim de um profissional engajado, consciente e comprometido com a justiça social. E nesse sentido, além de disciplinas tradicionais, os direitos humanos, política e cidadania eram o cerne da instrução. Parafraseando

Nilma Lino Gomes, o movimento negro brasileiro é educador; produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil.

Com base em seus percursos e produções, percebemos, a partir dos anos 2000, essas organizações e sujeitos individualmente se inserindo, de diferentes formas, na administração pública da cidade e levando consigo toda uma bagagem das lutas sociais travadas.

As referidas organizações aqui pesquisadas foram: Associação Quilombo dos Palmares (1978), Grupo Negro do Movimento Unibairros (1981), Grupo de Estudos Afro-brasileiros Acotirene (1985), o movimento estudantil negro universitário (década de 1990), Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora (1995), Rádio Mega FM (1997), Axé Criança (1997), Centro de Referência da Cultura Negra (1997), Grupo Mulheres da Periferia (2001), Centro Cultural Afro-brasileiro Baobá (início anos 2000), Candaces - Organizações de Mulheres Negras e Conhecimento (2008) e o Conselho Municipal de Valorização da População Negra (2000).

Omitimos, em alguma medida, os locais exatos nos quais os grupos se reuniam, o que se justifica pela ausência de sede fixa, pela rotatividade de lugares, e por uma questão de privacidade, pois muitos dos locais continuam a servir de residência dos militantes envolvidos. Pensar a questão do georreferenciamento dessas organizações é uma pauta para outras discussões, necessárias, em momentos propícios.

Por fim, é preciso mostrar como o mais difícil no processo da pesquisa é reconhecer suas próprias limitações. Limitações no que diz respeito à necessidade do recorte de um grande tema, a seleção de fontes e as perguntas. Isso é tarefa ainda mais árdua quando se trata de um tema potencialmente novo. Nesse sentido, finalizamos esta pesquisa com um primeiro recorte e fragmento da história do movimento social negro contemporâneo de Juiz de Fora. O objetivo foi reunir uma amostra significativa de organizações e sujeitos para registrar como o referido movimento social agiu na democratização das relações sociais na cidade. A partir desse movimento, certamente, diversas outras pesquisas com múltiplos enfoques deverão surgir, a fim de ampliar a malha de ricas histórias e, a própria inserção na história política. A pesquisa é sempre um processo contínuo, sem fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Christiane Silva de. *Favela e remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____; PEREIRA, Amilcar Araújo. *História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 15f.
- ALMEIDA, Giane Elisa Salles de. *Entre Palavras e Silêncios*. Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora, 1950/1970. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009. 287f.
- BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *MOUSEION*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.
- BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. *O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930*. Juiz de Fora (MG): Funalfa Edições, 2006.
- _____. *Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora*. 2015. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2015. 213f.
- BRUNEAU, Thomas C. *Religião e Politização no Brasil: a Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. *Dísporas imaginadas: Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- CARDOSO, Marco Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. UFMG, 2001.
- CARVALHO, Juliana Pinto. *A serviço da vida: a influência da igreja católica na formação do movimento nacional de defesa dos direitos humanos (1982-1986)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. 269 p.
- CASTRO, Giovana. Atenas, Barcelona, Manchester... Como os negros foram omitidos da história de Juiz de Fora? Entrevista concedida a Davi Carlos Acacio; Ricardo Miranda. *Jornal Pharol*, Juiz de Fora, v. 1, novembro, 2021. Disponível em: <https://jornalopharol.com.br/2021/11/atenas-barcelona-manchester-como-os-negros-foram-omitidos-da-historia-de-juiz-de-fora/>. Acesso em: 09 de fev. de 2024.
- CENTRO Virtual da Memória Negra de Juiz de Fora. <https://www.ufjf.br/labhoi/juiz-de-fora-cidade-negra-centro-de-referencia-sobre-a-memoria-negra-em-juiz-de-fora/indice-acervo-juiz-de-fora-cidade-negra/>
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001i.
- CHRISTO, Maraliz de C. Vieira. *Europa dos pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.

- CUSTÓDIO, Lourival A. Teixeira. *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) –1978-1990*. Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, 2017.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, p. 100-122, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.
- FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora. Primeiros tempos. In. *Juiz de Fora – História, texto e imagem*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.
- FIGUEIRÔA NETO, José Sóter de. *A lei orgânica do município de Juiz de Fora (1990-2010): um novo contrato social? Uma reflexão histórico-crítica*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012. 151 pp.
- COSTA, Dalmir F. da. Movimento negro, cidadania e Estado. In: POMPERMAYER, Malori J. (Org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. B. Horizonte: UFMG, 1987, pp. 205-p.228.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo; Ed. 34; Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1988.
- GONZÁLEZ, Lelia. O movimento negro na última década. In: *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.
- LAHNI, Claudia Regina. *Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária Juizforana Mega FM*. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível <https://conexoesperiferias.iea.usp.br/ensino-pesquisa/possibilidades-de-cidadania-associadas-a-radio-comunitaria-juizforana-mega-fmem>. Acesso em: 09 fev. 2024.
- LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, 16, 1998, pp. 25-38.
- LOPES, Vanessa Ferreira. *O movimento Unibairros e a luta antirracista juiz-forana: a coluna do negro no jornal comunitário*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. UFJF, 2020. 50 pp.
- LÖWY, Michel. *Marxismo e religião: ópio do povo?* CLACSO, Editor, 2007.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARCUS Garvey. In. Wikipedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Marcus_Garvey. Acessado em 18 de dez. 2023.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. *Movimento-Revista De Educação*, n. 12, 18, dez. 2013.

OLIVEIRA, Camila M. *A gênese da Pastoral Afro-brasileira (PAB) e sua articulação contra o racismo*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC-Rio, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34736/34736.PDF>. Acessado em 09 fev. 2024.

PACHECO, Ana Júlia. Antirracismo transnacional. *Revista Latino-Americana de História*, v. 10, p. 101-117, 2021.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. 268f.

PERLATTO, Fernando. *Esferas públicas no Brasil: teoria social, públicos subalternos e democracia*. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2018. 192p.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Controle social e pobreza (Juiz de Fora, c.1876-c.1922)*. 1ª ed. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008. v. 1. 132p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, no 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RANKE, Leopold von. *História*. São Paulo: Ática, 1979.

RIOS, Flávia Mateus. *Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo*. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n.17, 1989.

ROSA, Alexandre Reis. *Do Encontro das Águas ao Atlântico Negro: Organização, Difusão de Frames e os Limites do Ativismo Transnacional no Movimento Negro Brasileiro*. (Tese de Doutorado). Escola de Administração de Empresas/FGV. São Paulo, 2011.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Wilton Bruno Cardoso da. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.9. set. 2021.

SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. In: *Revista Política e administração*. Rio de Janeiro: nº. 2, 1985, p. 287-307.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Luciana Verônica da. *Associações: experiência de participação na redemocratização. Movimentos comunitários em Juiz de Fora – MG, 1974-1988*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

SILVA, Vitor F.; CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. A festa de Preto-velho no Parque da Lajinha. *Revista de Geografia*, v. 5, maio de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17971/9278>. Aceso em 15 de fev. 2024.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius (Orgs). *O Povo em Movimento*. São Paulo: CEBRAP; Petrópolis (RJ): Editora Vozes Ltda, 1981.

SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

- TILLY, C. (2012). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (3), 133–160. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Costume em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRAPP, Rafael Petry. *A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)*. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2014.
- TRAPP, Rafael Petry; SILVA, Mozart Linhares da. Para além do Atlântico Negro: problematizações sobre antirracismo e transnacionalismo no Brasil (1978-2010). *Oficina do Historiador*, v. 5, n. 1, pp. 35-54, 2012.
- TRUTH, Sojourner. E eu não sou uma mulher? *Discurso proferido na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 13 de dez. de 2023.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988)*. 1990. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.